

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Ji-Paraná - Rondônia

2025

• • •
• • •
• • •

MANTENEDORA

Centro de Ensino São Lucas Ltda

REPRESENTANTE LEGAL

Aníbal José Grifo de Souza

MANTIDA

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS JI-PARANÁ – SÃO LUCAS JPR

Reitor

João Henrique Zardetti Alves Nogueira

Pró-Reitora Acadêmica

Ana Flávia Moreira Camargo

**Pró-Reitor de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização
(PROPPEXI)**

Jerônimo Vieira Dantas Filho

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Loan Henrique Almeida de Oliveira

Coordenadora do Curso de Direito

Rosicler Carminato Guedes de Paiva

Coordenadora Adjunta do Curso de Direito

Kewry Mariobo Franck Dantas

Procurador Institucional

Teófilo Lourenço de Lima

Secretaria Acadêmica

Ana Lorena es do Carmo

Bibliotecário

Giordani Nunes da Silva

Núcleo Docente Estruturante NDE - Direito

Rosicler Carminato Guedes de Paiva (Coordenadora do Curso)

Aline Cirilo Caldas

Carine Antonia Kremer

Jerônimo Vieira Dantas Filho

Teófilo Lourenço de Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

R344 Projeto Pedagógico do Curso de Direito. / Aline Cirilo Caldas... [et al.]. – Ji-Paraná, 20254.
234 p. ; il.

Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2024.

1. Educação superior. 2. Organização do ensino universitário. 3. Informações Institucionais. 4. Projeto pedagógico. 5. Direito - estudo e ensino. I. Caldas, Aline Cirilo. II. Silva, Francisco Carlos da. III. Kremer, Carine Antonia . IV. Paiva, Rosicler Carminato Guedes de. V. Lima, Teófilo Lourenço de. VI. Título.

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Giordani Nunes da Silva CRB 11/1125

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	7
1.1 Identificação da Mantenedora	7
1.2 Identificação da Mantida	7
1.3 Atos autorizativos vigentes	7
1.4 Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida	8
1.4.2.1 Missão – Visão - Valores	10
1.4 Contextualização regional - Rondônia	15
1.4.7 Distribuição étnica racial do Estado de Rondônia	22
2. CURSO DE DIREITO	26
2.1 DADOS FORMAIS DO CURSO – IDENTIFICAÇÃO	26
2.3 FORMA DE ACESSO AO CURSO	28
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	36
4.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS, INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE	45
4.3 INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS	47
4.6 POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	57
4.7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	60
4.8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL....	72
4.9 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	74
4.10 DISCIPLINA DE LIBRAS	75
4.11 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	76
4.12 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	77
4.13 POLÍTICA DE PROTEÇÃO DO DIREITO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	78

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO	83
5.11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	110
MATRIZ CURRICULAR.....	125
Ementário do Curso de Direito – Matriz 2022.....	129
JPR AF DIR N 2022	129
6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DISCENTE.....	209
6.1 CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
209	
6.2 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE	211
7.1 ARTICULAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO COM AUTOAVALIAÇÃO	
INSTITUCIONAL	212
7.2 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO..	215
8. CORPO DOCENTE E GESTÃO ACADÊMICA	215
8.1 CORPO DOCENTE.....	215
8.1.2 Titulação, experiência docente e profissional e Regime de Trabalho	216
8.2 ATIVIDADE DE TUTORIA E GESTÃO DA APRENDIZAGEM	226
8.2.1 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	229
8.2.2 Dos Docentes tutores	230
8.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO	
ENSINO-APRENDIZAGEM E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	232
8.6 GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO.....	243
8.10 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	248
8.11 FORMAÇÃO CONTINUADA	249
Formas de Acesso aos Registros Acadêmicos:.....	251
9. BIBLIOTECA	251
9.1 INFORMAÇÕES DA BIBLIOTECA.....	251
10. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	257
10.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.....	259
10.2 Espaço de trabalho para o coordenador.....	264
10.3 Sala coletiva de professores.....	265
10.4 Salas de aula	269

10.5	Salas de Aula convencionais, Salas de Inovação Metodológica e Salas de aula APG/Invertidas	269
	Amostras de Salas invertidas e de atividades em pequenos grupos – APG – Prédio C	
	272	
10.6	Auditórios.....	273
10.7	Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	276
10.7.2	Laboratório de Ensino e Pesquisa	282
10.8	Laboratórios didáticos de formação específica - NPJ.....	287
10.9	Espaços de Atendimento aos Discentes, convivência e Serviços (Área de Conveniência e de Alimentação).....	296
	Espaço Afya X	318
10.10	INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	321
10.11	PLANO DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA	
	323	
10.12	ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	324

1. CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Identificação da Mantenedora

Representante legal: Anibal José Grifo de Souza

Nome: Centro de Ensino São Lucas Ltda.

CNPJ: 84.596.170/0001-70

Endereço: Avenida Alexandre Guimarães, nº 1.927 - Porto Velho – Rondônia, Cep. 76.804-373

Categoria Administrativa: privada com fins lucrativos

Website: <https://www.saolucas.edu.br/portal/>

Telefone: (69) 3216-7607

1.2 Identificação da Mantida

Nome: Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR

Endereço: Av. Engº. Manfredo Barata Almeida da Fonseca, 542 - Bairro Jardim Aurélio Bernardi, CEP: 76.907.438 - Ji-Paraná – RO

Reitor **Joao Henrique Zardetti Alves Nogueira**

Website: <https://saolucasjiparana.edu.br/> - E-mail: reitoria@saolucasjiparana.edu.br -

Telefone: (69) 3411-2700

1.3 Atos autorizativos vigentes

Recredenciada pela Portaria MEC nº 354, de 19 de março de 2020, publicada no DOU nº 56, Seção 1, de 23 de março de 2020, p. 96.

1.4 Breve Histórico da Mantenedora e da Mantida

1.4.1. Mantenedora

Originalmente o Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná – CEULJI/ULBRA fazia parte do complexo educacional ULBRA, então mantido pela Associação Educacional Luterana do Brasil (AELBRA).

Em 22 de outubro de 2018, processou-se a transferência de manutenção da AELBRA para o Centro de Ensino Santo Antônio X LTDA., através de Ato de Aditamento de Manutenção (Processo e-MEC nº 201821016) e, em 27 de março de 2019, através da Resolução CONSU nº 19, houve a alteração de denominação da IES para Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

Em maio de 2020, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná foi incorporado pela Afya Educação, processando-se nova alteração de manutenção, com a vinculação da IES à mantenedora Centro de Ensino São Lucas Ltda., CNPJ 84.596.170/0001-70, com sede à Avenida Alexandre Guimarães, nº 1.927, bairro Areal, Porto Velho, Estado de Rondônia.

1.4.2. Mantida

Com endereço à Avenida Engenheiro Manfredo Barata Almeida da Fonseca, nº 542, Bairro Jardim Aurélio Bernardi, no ano de 1989, com o aumento da demanda estudantil, inicia-se em Ji-Paraná as ações da segunda IES em Ji-Paraná, com as Faculdades Jiparanaenses, começando suas atividades com três cursos (Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia), procurando assim a atender a grande demanda existente e que até então enquanto instituição de ensino superior somente havia a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) ou, com grande expressividade, mediante a saída para outros estados. No mesmo ano, teve seu status elevado à condição de Instituto, sob a nomenclatura de Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná.

No ano de 2002 foi elevado à condição de Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, através da Portaria MEC nº 3.950, de 30 de dezembro de 2002, descrito no

Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2002, possibilitando assim franca expansão na oferta de cursos que atendessem as necessidades da região.

Já em 2018, após um ato de aditamento de transferência de manutenção (processo e-MEC nº 201821016), o Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná – CEULJI/ULBRA foi incorporado pela mantenedora Centro de Ensino Santo Antoniox Ltda, sendo alterado o nome da mantida em março de 2019 para Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - UniSL, condição oficializada nos atos administrativos/acadêmicos pelo CONSU por meio da Resolução nº 19 de 27/03/2019, que altera o nome da Instituição e efetivado por meio do processo e-MEC nº 201908128, estabelecimento particular de Ensino Superior.

Nessa nova condição, em 19 de março de 2020, através da Portaria MEC nº 354/MEC, publicada em 23 de março de 2020 no D.O.U., recebeu sua renovação de credenciamento institucional e, em maio de 2020, foi efetivada transferência de manutenção para o Centro de Ensino São Lucas Ltda pertencente a Afya Educação, o maior hub de educação e soluções para a prática médica do Brasil, com um amplo portfólio de produtos e serviços — cursos de graduação em diversas áreas e educação médica continuada de excelência e diferentes soluções digitais, sendo hoje composta por 37 unidades de graduação, atendendo em diversas áreas do ensino superior, das quais 32 oferecem o curso de Medicina, tendo, portanto, em seu portfólio, cursos presenciais e EAD.

Neste cenário corporativo, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná se insere, com novas e amplas perspectivas evolutistas e auspiciosas na oferta de cursos que contemplem os anseios da população de sua área de abrangência, já tendo, sob esta nova gestão, implantado os cursos de Medicina (Conceito 5), Psicologia (Conceito 4) e Ciência da Computação, em processo de reconhecimento, estando tramitando junto ao MEC a autorização do curso de Odontologia.

Oferece atualmente 13 (treze) cursos de graduação ativos assim distribuídos, por ordem cronológica: Ciências Contábeis (1989), Direito (1990), Agronomia e Sistemas de Informação (1996), Fisioterapia, Enfermagem, Medicina Veterinária (2004), Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina e Farmácia (2008), Medicina (2021), Ciência da Computação (2022), Psicologia (2025), estando tramitando junto ao MEC o processo de autorização do curso de Odontologia.

1.4.2.1 Missão – Visão - Valores

Missão tornar-se referência em educação no Estado, capacitando nossos alunos para transformarem seus sonhos em experiências extraordinárias de aprendizagem ao longo da vida. A missão do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR, ao evocar a pretensão de tornar-se referência em educação com conceitos amplos, que consiste em estimular o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades, dos talentos e das atitudes de seus alunos, para que atinjam a realização profissional, pessoal, social, além da sua preparação para o exercício pleno da cidadania, traduzindo assim uma formação integral.

A vocação do São Lucas Ji-Paraná é atuar nas áreas que conduzam à melhoria da qualidade de vida, estando inserida numa das regiões do país que apresentam índices de qualidade de vida que variam de regular abaixo. A criação dos cursos existentes partiu de análises regionais e mercadológicas e da premissa de desenvolvimento e bem-estar social, através da formação de profissionais capazes e comprometidos com o exercício da cidadania e da solidariedade, instigados a refletirem sobre os problemas de Rondônia, do Brasil e do mundo.

a. Visão

Um mundo com melhor educação, saúde e bem-estar.

Ao definir para si esta visão, como um processo natural de desdobramento de sua missão, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - São Lucas JPR Ji-Paraná almeja ser referência no Ensino Superior na Região Norte, postando-se como Instituição reconhecida em suas ações sociais, voltadas à saúde e educação em todas as áreas.

b. Valores

O São Lucas Ji-Paraná, dentro de sua filosofia de trabalho, coloca como valores essenciais:

- **Gente é o melhor da gente:** O respeito dita todas as nossas relações. Valorizamos e cuidamos de quem está com a gente. Nutrimos um ambiente de desenvolvimento e alto desempenho. Assumimos o nosso protagonismo.
- **Diversidade nos fortalece:** Temos orgulho da nossa pluralidade. Incluimos e promovemos oportunidades para as pessoas de diferentes sotaques, crenças e origens. Acreditamos que as diferenças potencializam nossa capacidade de inovação em negócios diversos e fortalecem nossas conexões.
- **Excelência em toda jornada:** Buscamos conhecer de perto e entender profundamente o que mais importante para nossos estudantes e clientes. Temos compromisso com a satisfação e o sucesso de quem está com a gente. Somos apaixonados por entregar produtos e serviços com excelência.
- **Confiança nos conecta:** Nossa credibilidade e reputação são construídas a cada passo que damos. Nosso caminho é sempre o da integridade e ética. Construimos pontes duradouras com a sociedade, agindo com honestidade e responsabilidade.
- **Inquietude nos move:** Somos questionadores, ousados, inquietos. Chegamos para resolver e nos colocamos como parte da solução. Buscamos soluções ágeis e flexíveis: valorizamos o intraempreendedorismo e inovamos em um ambiente em constante transformação. Que temos garra, coragem e brilho nos olhos.
- **Resultados constroem o futuro:** Somos guiados pela busca de resultados consistentes com crescimento sustentável. Temos a ambição de ser a maior referência em educação e em soluções digitais para a saúde. Geramos valor para clientes, estudantes, parceiros acionistas e sociedade.

1.4.2.2 Objetivos da Instituição

Objetivo Geral

Promover a educação e a formação integral do ser humano em uma perspectiva ética e de responsabilidade, calcada em princípios, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional.

Objetivos Específicos

- Avaliar o processo de gestão, acompanhamento e atualização do PDI São Lucas JPR;
- Zelar pela constituição e atuação da CPA;
- Aprimorar as formas de sensibilização e envolvimento dos segmentos acadêmicos nas avaliações internas e externas;
- Compreender as necessidades e expectativas dos alunos e traçar 19 estratégias de melhoria contínua nos processos internos;
- Promover a formação da pessoa humana, em conformidade com a filosofia educacional, como ente eticamente responsável;
- Valorizar a diversidade, promover o diálogo intercultural e a inclusão social;
- Consolidar a nova proposta pedagógica nos cursos de Graduação no paradigma educacional Ensino, Extensão e Pesquisa;
- Promover o planejamento estratégico institucional;
- Capacitar nas diferentes áreas do conhecimento para a participação no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
- Qualificar discentes enquanto futuros profissionais a serem habilitados para saber procurar as informações, resolver problemas e tomar decisões;
- Incentivar o trabalho de pesquisa, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia;

- Promover e divulgar o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização e integração desses conhecimentos numa estrutura sistêmica;
- Promover a extensão visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da criação do conhecimento e da pesquisa;
- Implantar e consolidar a curricularização da Extensão nos Projetos Pedagógicos de Curso;
- Promover capacitação docente, objetivando qualificação pedagógica eficaz e inovadora, com foco do processo de aprendizagem no aluno;
- Ampliar os canais de relacionamento com os discentes e egressos, em consonância com as políticas institucionais de atendimento ao acadêmico;
- Gerenciar as estratégias para solidificar a Missão, Visão e Valores da instituição;
- Aprimorar os processos dos órgãos colegiados para melhor representação e tomada de decisão;
- Aperfeiçoar a prestação de serviço institucional através da capacitação dos quadros diretivos, docentes e técnico-administrativos;
- Estimular a racionalização dos recursos, a fim de garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica financeira;
- Aumentar a captação e fidelização dos alunos;
- Promover cooperação nacional e internacional através de Políticas de Internacionalização;
- Aprimorar o modelo de gestão e de infraestrutura dos espaços físicos, acervos, serviços, segurança e manutenção de móveis e equipamentos, por meio de sistemas que forneçam informações qualificadas para tomada de decisão; XXIV. Ampliar os espaços de bem-estar e convivência da IES;
- Ampliar a presença de representantes da comunidade acadêmica nos órgãos e entidades representativas da sociedade;
- Facilitar o acesso e o uso das ferramentas de gestão acadêmica e serviços;

- Promover o planejamento estratégico institucional e difundi-lo para a comunidade acadêmica;
- Aprimorar as condições de trabalho a fim de favorecer o desenvolvimento e desempenho profissional dos docentes e técnico-administrativos;
- Qualificar os processos dos órgãos colegiados para melhor representação e tomada de decisão;
- Promover acessibilidade universal na IES.1.3.5 Estrutura Acadêmica e Administrativa da IES (organograma da IES)

O Centro Universitário São Lucas tem sua estrutura e organograma definidos em Regimento, como se segue:

Art. 12. Compõem a Instituição os seguintes órgãos:

I – Os órgãos consultivos, normativos e deliberativos superiores:

- a) Conselho Superior (CONSUP)
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)

II – Os órgãos autônomos superiores:

- a) Ouvidoria
- b) Comissão Própria de Avaliação (CPA)

III – Os órgãos da administração superior:

- a) Reitoria
- b) Pró-Reitoria Acadêmica
- c) Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização
- d) Pró-Reitoria de Administrativo-Financeira

IV – O órgão regulatório superior:

- a) Procuradoria Institucional (PI)

V – Os órgãos executivos:

- a) Coordenações dos Cursos de Graduação
- b) Coordenação de Pós-graduação
- c) Coordenação de Pesquisa
- d) Coordenação de Extensão
- e) Núcleo de Inovação e Empreendedorismo
- f) Núcleo de Mobilidade Acadêmica e Internacionalização
- g) Núcleo de Empregabilidade

VI – Os órgãos deliberativos dos cursos/programas acadêmicos:

- a) Colegiados dos Cursos de Graduação
- b) Colegiados dos Cursos de Pós-graduação

VII - Os órgãos suplementares:

- a) Núcleo de Experiência Discente (NED)

- b) Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED)
- c) O Núcleo de Educação a Distância (NEaD),
- d) Secretaria Acadêmica
- e) Biblioteca
- f) Setores administrativos
- f) Laboratórios de Ensino

1.4 Contextualização regional - Rondônia

O estado de Rondônia localiza-se na Região Norte e tem como limites os estados do Mato Grosso a leste, Amazonas a norte, Acre a oeste e a República da Bolívia a oeste e sul. Tem fuso horário de -4 horas em relação a hora mundial GMT. O relevo é suavemente ondulado; 94% do território encontra-se entre as altitudes de 100 e 600 metros. O clima é equatorial e a economia é baseada na pecuária e na agricultura (café, cacau, arroz, mandioca, milho) e no extrativismo da madeira, de minérios e da borracha.

Figura 1 Mapa do Brasil, com destaque ao Estado de Rondônia.

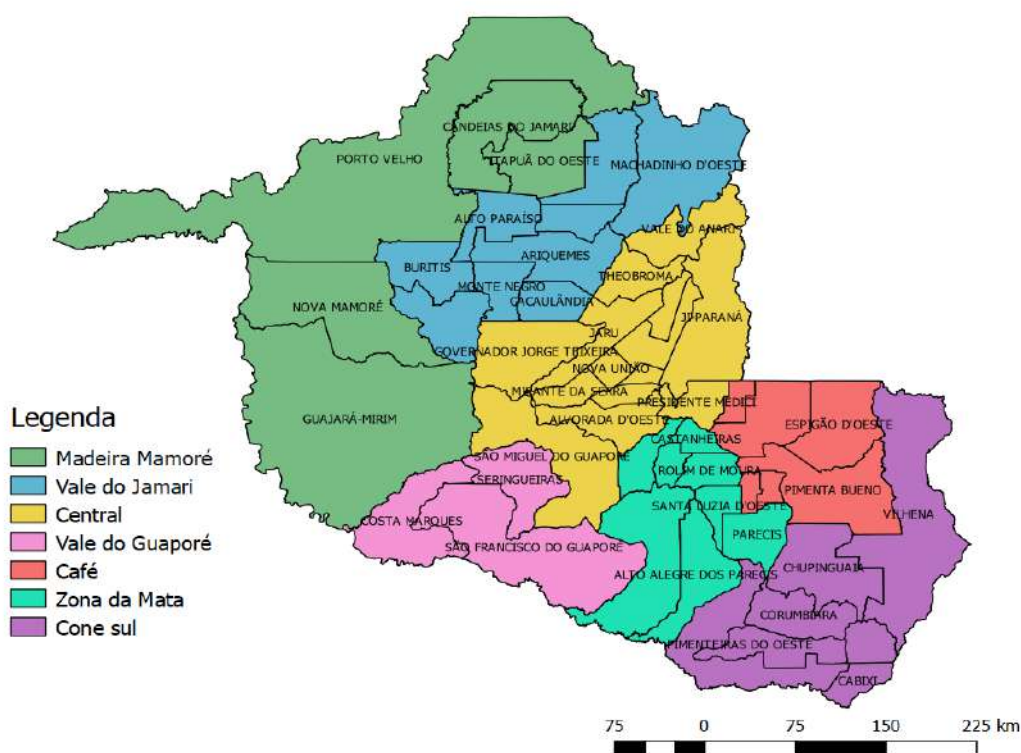


Fonte dos dados vetoriais: IBGE, 2017. Datum: SIRGAS 2000. Zona UTM 20S. Elaboração: Natália Faria Romão.

O estado de Rondônia é composto por 52 municípios e possui uma área de aproximadamente 237.765,347 km² – dimensão equivalente à da Romênia e quase

cinco vezes maior que a da Croácia. Conforme dados do IBGE, sua população estimada em 2024 é de cerca de 1.746.227 habitantes.

Figura 2 - Mapa do Estado de Rondônia.



Fonte dos dados vetoriais: IBGE, 2017. Datum: SIRGAS 2000. Zona UTM 20S. Elaboração: Natália Faria Romão

Segundo o IBGE, em 1º de julho de 2024, o estado de Rondônia possui três municípios com população acima de 100 mil habitantes: Porto Velho (514 873), Ji-Paraná (139 359) e Ariquemes (108 573). Esses municípios são os principais polos

demográficos e estratégicos do estado, refletindo tendências locais de urbanização e desenvolvimento socioeconômico.

A população rondoniense é uma das mais diversificadas do Brasil, composta de migrantes oriundos de todas as regiões do país, dentre os quais destacam-se os paranaenses, paulistas e mineiros seguidos por gaúchos, capixabas, baianos, mato-grossenses e sergipanos, além de cearenses, maranhenses, amazonenses e acreanos, que fixaram-se na capital, preservando-se ainda os fortes traços amazônicos da população nativa nas cidades banhadas por grandes rios, sobretudo em Porto Velho e Guajará-Mirim, as duas cidades mais antigas do estado.

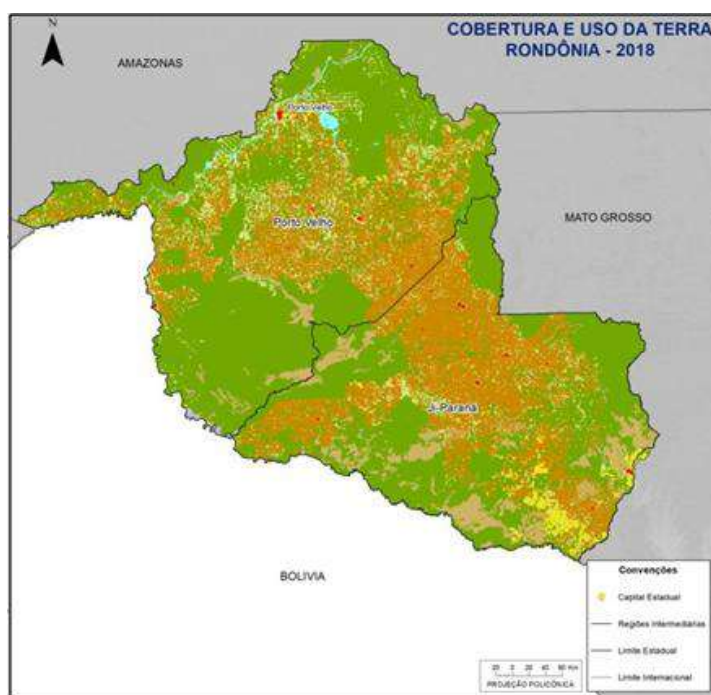
A segunda maior taxa de alfabetização e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país, além da segunda maior teledensidade do Brasil. Entre 2002 e 2014, o estado apresentou 85,2% de crescimento acumulado do PIB, sendo o 5º estado brasileiro que mais cresceu no período. Rondônia possui, ainda, a menor incidência de pobreza e a maior proporção de veículos por habitante entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste. Além disso, tem a 2ª melhor distribuição de renda, o 1º menor índice de desemprego e o melhor índice de transparência de todo o Brasil.

O estado é o terceiro mais rico da Região Norte, responsável por cerca de 10 a 11% do PIB da região. Apesar de ser um estado jovem (criado em 1981), possui um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Norte, figurando entre os cinco primeiros, e apresenta um dos maiores PIBs per capita da região. Segundo o Censo 2022, Rondônia tem uma das maiores taxas de alfabetização do Norte, mantendo-se acima da média nacional, embora a posição relativa exata entre os estados varie conforme atualizações do IBGE. A posição como segunda maior teledensidade do Brasil está desatualizada, pois estados mais populosos avançaram em linhas móveis por habitante na última década. Entre 2002 e 2014, o estado apresentou crescimento acumulado do PIB de 85,2%, sendo o quinto estado brasileiro que mais cresceu no período. Rondônia possui, ainda, baixos índices de pobreza e elevada proporção de veículos por habitante entre os estados do Norte. Além disso, figura entre os melhores indicadores de distribuição de renda, desemprego e níveis de transparência no cenário nacional, embora esses rankings possam variar com atualizações periódicas.

Devido ao desflorestamento que acometia o Estado, foi criado, em 2001, na fronteira com a Bolívia, um corredor ecológico binacional. Com financiamento inicial do Banco Mundial, o corredor tem área de 23 milhões de hectares – quase o tamanho do estado de São Paulo. A medida objetiva preservar as sub-bacias hidrográficas da bacia Amazônica, além de ajudar a proteger espécies animais e vegetais endêmicas.

Segundo dados do IBGE (2021) e do monitoramento do PRODES/INPE (2023), aproximadamente 33% a 37% do território de Rondônia está ocupado por Terras Indígenas e Unidades de Conservação, enquanto estimativas do MapBiomas (2023) indicam que entre 1,5% e 3% dessas áreas apresentam algum grau de uso irregular para lavoura, pecuária ou exploração madeireira.

Figura 13 - Uso da terra do Estado de Rondônia.



Fonte: IBGE, 2022.

O mapa de cobertura e uso da terra do estado de Rondônia (2018) revela transformações espaciais significativas, destacando a consolidação da agricultura e da pecuária como vetores predominantes de uso do solo. Observa-se a ocupação intensiva das áreas mais planas no centro-sul do estado notadamente nas regiões de Ji-Paraná e entorno por lavouras temporárias, como soja e milho, enquanto a pecuária

avança sobre áreas anteriormente destinadas a lavouras permanentes, como o cacau. Esses usos ocupam aproximadamente 40% do território estadual, configurando um cenário de pressão sobre os recursos naturais e sobre os territórios tradicionalmente ocupados por comunidades extrativistas.

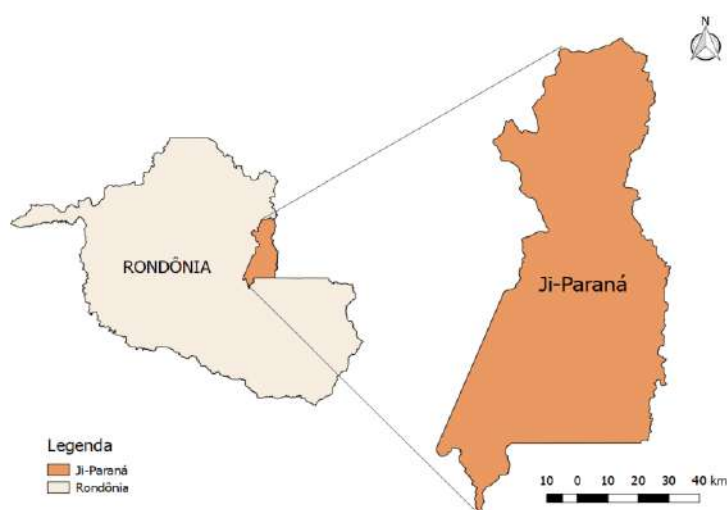
Complementarmente, o extrativismo vegetal ainda representa uma prática expressiva em cerca de 22% da superfície estadual, especialmente em áreas de floresta conservada, com destaque para a exploração da seringueira (*Hevea brasiliensis*), da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e do óleo de copaíba (*Copaifera spp.*).

Essa dinâmica territorial evidencia a complexidade dos conflitos fundiários, ambientais e sociais que atravessam o estado de Rondônia. Nesse contexto, é imperativo que o curso de Direito articule sua matriz curricular a conteúdos voltados ao Direito Agrário, Direitos Socioambientais, Direito das Populações Tradicionais, Direito Constitucional e Direito Ambiental, formando profissionais capazes de compreender, mediar e propor soluções jurídicas eficazes e socialmente justas para os desafios regionais.

1.4.6. A Cidade de Ji-Paraná

Ji-Paraná é um município brasileiro no estado de Rondônia. Com área territorial de aproximadamente 6 896,65 km² e população estimada em 139 359 habitantes em 1º de julho de 2024, segundo o IBGE, o município se mantém como o segundo mais populoso do estado, atrás apenas de Porto Velho. Na Região Norte, encontra-se entre os 16 municípios mais populosos, e no contexto nacional, ocupa a 210ª posição, considerando sua população estimada no ano de 2024.

Figura 2 - O município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.



Fonte dos dados vetoriais: IBGE, 2017. Datum: SIRGAS 2000. Zona UTM 20S. Elaborado por Natália Faria Romão.

Entre os anos 2000 e 2010, a população de Ji-Paraná cresceu a uma taxa média anual de 0,88%, inferior à média nacional de 1,17% no mesmo período. Na década seguinte, o crescimento populacional se intensificou, alcançando uma taxa média anual de 1,03%, resultando em um aumento de 116.610 habitantes em 2010 para 130.009 em 2020. No Censo de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou uma população de 124.333 pessoas residentes em Ji-Paraná. A estimativa mais recente (2024) aponta para um total de 139.359 habitantes, consolidando o município como o segundo mais populoso de Rondônia, atrás apenas da capital Porto Velho, e posicionando-se como o 244º município mais populoso do Brasil. A taxa de urbanização também evoluiu significativamente, passando de 85,22% em 2000 para 89,92% em 2010, refletindo um processo contínuo de concentração da população em áreas urbanas.

Em relação à renda e ao mercado de trabalho, os dados mais recentes do IBGE (2021) indicam que o rendimento médio mensal dos trabalhadores formais no município era de aproximadamente R\$ 2.651,00, valor próximo a 2 salários-mínimos. A taxa de formalização dos ocupados era de 46,9%, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,6%. Cerca de 34,1% dos domicílios apresentavam rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário-mínimo, o que indica um percentual relevante da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que diz respeito ao saneamento básico, Ji-Paraná ainda apresenta deficiências estruturais importantes. Apenas 1,39% da população é atendida por rede de esgotamento sanitário, conforme dados de 2022 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), e apenas 6,88% dos domicílios urbanos contam com rede de drenagem pluvial.

A cobertura de abastecimento de água é de 80,7%, com baixa eficiência na coleta e tratamento de esgoto. Em relação à arborização de vias públicas e urbanização adequada (calçamento, meio-fio, bueiro e pavimentação), os percentuais também permanecem abaixo da média nacional, refletindo a necessidade de investimentos estruturais no setor.

Na área da educação, os indicadores de Ji-Paraná apresentam desempenho progressivo. Segundo dados do IDEB de 2023, os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública obtiveram nota média de 6,1, entre as mais altas do estado. Já nos anos finais do ensino fundamental, a nota média foi de 5,0, refletindo avanços no desempenho escolar após os impactos da pandemia. A taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos atingiu 96,6% já em 2010, demonstrando alto grau de cobertura na educação básica.

Em relação ao ensino superior, dados da PNAD Contínua (2021) indicam crescimento na escolarização da população acima de 14 anos, com aumento na proporção de pessoas que concluíram o ensino médio ou que cursaram o ensino superior. A taxa de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior em Rondônia foi de 26,1%.

A maioria desses estudantes (79,2% na graduação e 88,2% na pós-graduação) está matriculada em instituições privadas. No contexto local, Ji-Paraná reflete essa tendência, com a presença de 37 instituições de ensino superior, sendo 33 polos de Educação a Distância (EaD) e 4 instituições de ensino presencial: Faculdade Panamericana de Ji-Paraná (UNIJIPA), Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná (São Lucas JPR), Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Esse cenário consolida o município como importante polo regional de formação acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento social e profissional da população.

1.4.7 Distribuição étnica racial do Estado de Rondônia

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE) realizada em 2022, a população de Rondônia declara-se: branca 486.123 pessoas (30,7%), seguida de parda 936.708 pessoas (59,2%) e preta 136.793 pessoas (8,7%). Indígenas são 17.278 pessoas, representando 11% da população e amarelos representam 4.257 pessoas, 0,3% cada do total de habitantes.

1.4.7.1 Povos Indígenas

Dentro das fronteiras da Amazônia Legal, Rondônia é o 4º estado do país e o 3º da região Norte a abrigar mais Povos Indígenas, sendo 29 povos registrados no 'Programa Povos Indígenas no Brasil', do Instituto Socioambiental (ISA).

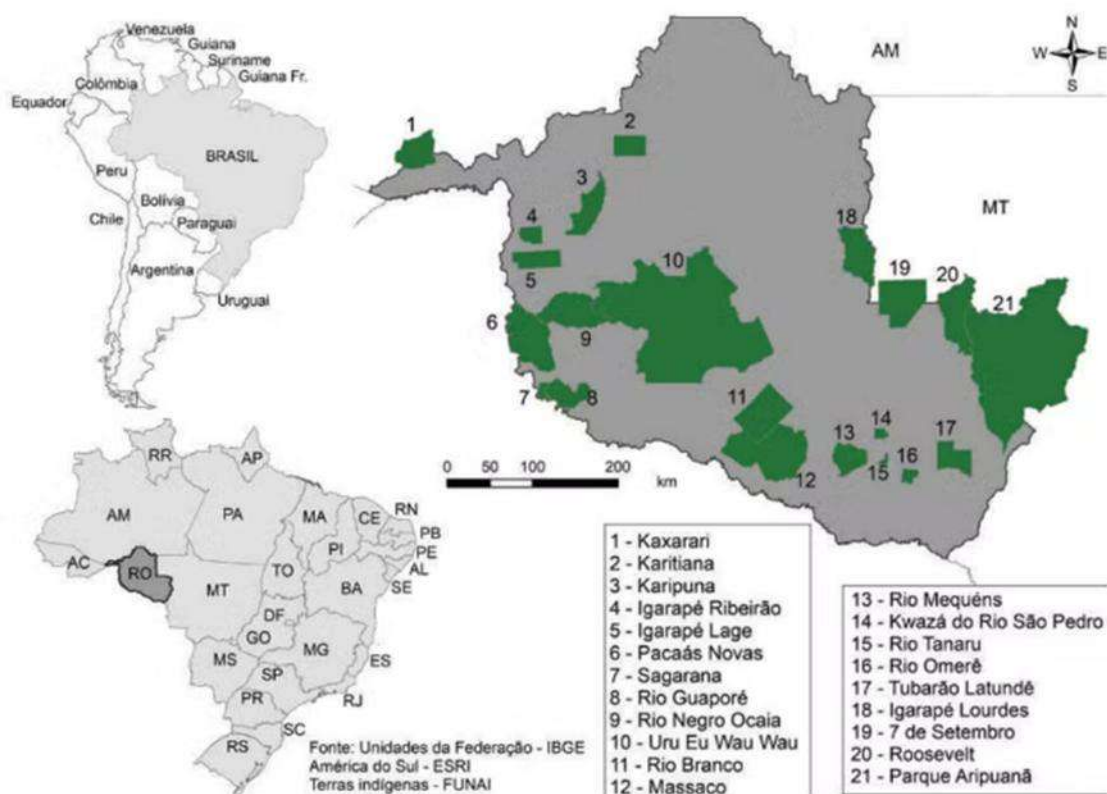
De acordo com o mais recente Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rondônia tem 17.278 pessoas indígenas, o que representa 11%% da população total do Estado.

Quadro 7 – Etnias de Rondônia.

POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DE RONDÔNIA		
Aikanã	Kujubim	Oro at
Akuntsu	Kwazá	Oro mon
Amondawa	Makurap	Oro waram
Apurinã	Migueleno	Cao oro waje
Arikapú	Nambikwara	Oro waram xijein
Aruá	Oro Win	Cabixi
Cinta Larga	Puruborá	Zoró
Djeoromitxi	Sakurabiat	Guarasugwe
Ikolen	Surui Paiter	Oro jowin
Karo	Tupari	Sabanê
Karipuna de Rondônia	Uru-Eu-Wau-Wau	Jabuti
Karitiana	Wajuru	Kampé
Kassupá	Oro wari	Salamã
Kanoê	Oro nao	Massacá
Kaxarari	Oro eo	

Segundo o Censo, todas as 52 cidades de Rondônia registram presença de indígenas. Do total de municípios, 26 possuem parte de suas áreas ocupadas por Terras Indígenas, que juntas ocupam 49.967,01 km², o que corresponde a 21,03% da área do estado. (Disponível em <https://portalamazonia.com/cultura/voce-sabe-quais-sao-os-povos-indigenas-de-rondonia>. Acesso em 03. 03. 2024)

Figura 11 – Mapa de Terras Indígenas em Rondônia.



Mapa de Terras Indígenas de Rondônia — Foto: Reprodução/Livro: Nosso território e nossa terra indígena: terra indígena do Rio Branco [e] terra indígena do Guaporé/Maria Lúcia Cereda Gomide

1.4.7.2 Povos Quilombolas

O estado de Rondônia possui 2.925 pessoas que se declararam remanescentes ou residentes em quilombos (IBGE, 2022), distribuídos em 13 comunidades quilombolas, das quais 8 são reconhecidas como tal, já possuem

Certidão de Autorreconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e conforme mapeamento do IBGE (2022):

Forte Príncipe da Beira – Município de Costa Marques

Santa Fé – Município de Costa Marques

Laranjeiras – Município de Pimenteiras D'Oeste

Santa Cruz – Município de Pimenteiras D'Oeste

Santo Antônio do Guaporé - Município de São Francisco do Guaporé

Pedras Negras - Município de São Francisco do Guaporé

Quilombo de Jesus – Município de São Miguel do Guaporé

Rolim de Moura do Guaporé – Município de Alta Floresta do Oeste.

Figura 12 – Comunidades Quilombolas em Rondônia.



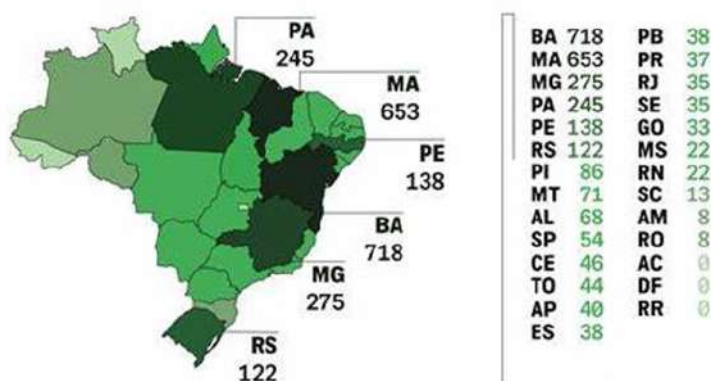
Fonte: IBGE (2022) Comunidades quilombolas no Estado de Rondônia

Segundo o Incra (2017), e como se observa no mapeamento do IBGE (2022) as comunidades quilombolas sempre viveram da agricultura e da pecuária de subsistência realizada nas várzeas do rio Guaporé. Hoje há também fontes de trabalho assalariado: atuam como agentes comunitários de saúde; bem como ocupações sazonais nas terras de produtores rurais vizinhos ou temporárias na construção civil. Entre as atividades agrícolas, destacam-se a plantação e o

beneficiamento da mandioca para a produção de farinha, combinados com criação de animais, extrativismo, pesca, caça, coleta de palhas e de madeira para as construções das casas.

Figura 13 – Número de Comunidades Quilombolas por Estado no Brasil

**Número de Comunidades Remanescentes
de Quilombos por Estado**



Fonte: Instituto Palmares
Informações atualizadas até 20 de maio de 2016.

Apesar de serem 8 os quilombos reconhecidos em Rondônia, o número de comunidades é bem maior, porém, ressalte-se, que nem todas ainda possuem o reconhecimento necessário para que assim sejam considerados. No quadro abaixo, demonstra-se o número real de comunidades quilombolas existentes no estado de Rondônia, sendo que, majoritariamente, estão localizadas às margens do rio Guaporé e seus afluentes.

Quadro 8 – Comunidades Quilombolas por Município em Rondônia.

RONDÔNIA			
UF	IBGE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
RO	1100015	ALTA FLORESTA D'OESTE	ROLIM DO MOURA DO GUAPORÉ
RO	1100015	ALTA FLORESTA D'OESTE	TARUMA
RO	1100080	COSTA MARQUES	FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA
RO	1100080	COSTA MARQUES	NEGRA BARBADIANA
RO	1100080	COSTA MARQUES	PEDRAS NEGRAS
RO	1100080	COSTA MARQUES	SANTA FE
RO	1100080	COSTA MARQUES	VALE DO GUAPORÉ
RO	1101468	PIMENTEIRAS D' OESTE	PIMENTEIRAS D'OESTE
RO	1101468	PIMENTEIRAS DO OESTE	LARANJEIRAS
RO	1101492	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	PEDRAS NEGRAS
RO	1101492	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SANTO ANTONIO
RO	1101492	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	SANTO ANTONIO DO GUAPORÉ
RO	1100320	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	JESUS

Fonte: [levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf) Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em 03. 03. 24.

2. CURSO DE DIREITO

2.1 DADOS FORMAIS DO CURSO – IDENTIFICAÇÃO

- **Nome do Curso:** Direito
- **Grau:** Graduação
- **Habilitação:** Bacharelado
- **Modalidade do Curso:** Presencial
- **Número de vagas anuais:** 287
- **Carga Horária:** 3.700
- **Tempo de integralização/semestres:** 10 semestres
- **Turno de funcionamento:** Vespertino e Noturno
- **Regime de matrícula:** semestral

2.2. LEGISLAÇÃO E NORMAS QUE REGEM O CURSO

A Base Legal para a oferta do Curso de Direito tem sua sustentação na Legislação e nos atos legais dela derivados e na legislação específica do curso, dentre os quais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9.394/96);
- Lei Federal no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (Conversão da MPv nº 147, de 2003) que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Lei nº 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância de Outubro/2017
- Resolução CNE/CES nº 07, de 18/12/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito;
- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 abril de 2021, que altera o artigo 5º da Resolução CNE/CES n. 5/2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
- Políticas de Educação Ambiental, conforme disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012;
- Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, na Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012 e no Decreto Nº 9.178, de 23/10/2017;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
- Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO: Paris, 1998.
- Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso de Direito e normas institucionais.

2.3 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná promove o ingresso de candidatos ao curso de graduação em Direito, através de Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação vigente, com o objetivo de classificar os candidatos no limite das vagas fixadas para os cursos, sem ultrapassar os conhecimentos exigidos pelo ensino médio. E também por meio de análise de histórico escolar, transferência externa e portadores de diploma.

O preenchimento das vagas é realizado por meio do Processo Seletivo, na modalidade semestral e por meio das notas obtidas nas diferentes provas do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio até completar o número de vagas oferecidas. O acesso aos resultados no banco de dados do MEC/INEP será feito por meio do CPF do candidato, informado no ato da inscrição do processo seletivo do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

3. DADOS CONCEITUAIS DO CURSO

3.1 Concepção e Justificativa do Curso

A História do Direito no Brasil inicia-se com seu descobrimento. Os primeiros documentos jurídicos brasileiros foram as Cartas de Doação e os Forais das Capitanias. Até a independência era aplicado o direito da Metrópole no Brasil colônia, e somente após a outorga da primeira Constituição, em 1824, o Brasil passou a produzir seu próprio direito.

Com o passar dos anos, uma infinidade de leis, assentos, alvarás e regulamentos foram elaborados, formando uma grande confusão no direito brasileiro, numa situação incômoda e inadequada. (DEMO, 2000, p. 128 e 142).

Inicialmente foram fundados dois cursos de Direito no Brasil: um em São Paulo e outro em Olinda (Lei de 11 de agosto de 1827). A cultura jurídica nacional formou-se a partir dessas duas faculdades. Com isso buscou-se a consolidação do Estado nacional e a afirmação da nacionalidade brasileira, mercê do surgimento de uma elite

com formação jurídica: os bacharéis de direito tiveram papel preponderante na estruturação do Estado, ocupando os principais cargos públicos no Império e na República. (VENOSA, 2007, p. 309).

O curso de Direito em Ji-Paraná, tem a seguinte trajetória:

- Em 12 de janeiro de 1988, o Presidente da República assinou o Decreto n. 95.623 que autorizou a criação da ULBRA.
- Em 06 de dezembro de 1989, foi aprovado o Reconhecimento da ULBRA, através do Parecer 1.031/89 “com caráter sui generis autorizada e concebida como universidade nacional no que concerne ao âmbito de atuação”. Neste ato foi aprovado o seu Estatuto e Regimento Geral e o Plano de Expansão (Portaria n. 681 de 7/12/89).
- Em 31 de outubro de 1991, a ULBRA, através do seu Conselho Universitário, ratificou a autorização de funcionamento dos cursos de Direito e Administração para seu Campus de Ji-Paraná com 50 vagas semestrais, no turno noturno, totalizando 100 vagas anuais.
- Autorização Resolução 35/CONSUN/ULBRA - 31. 10. 1991;
- Em 1993, a ULBRA protocolou na Secretaria Nacional de Educação Superior SENESU/MEC o Processo n. 23001.000052/93-16 solicitando o reconhecimento do Curso de Direito.
- Em 28 de novembro de 1993, durante a tramitação do processo de reconhecimento, o Conselho Universitário da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, aprovou (Resolução n.97) a criação do turno diurno do Curso de Direito com mais 50 vagas semestrais, totalizando então para o curso 100 vagas anuais.
- Em 29 de janeiro de 1996, foi editada a portaria ministerial n.83, que aprovou a transformação do Campus de Ji-Paraná da ULBRA em unidade educacional independente, com a denominação de ILES, mantido pela AELBRA. Até então o Curso de Direito estava vinculada à ULBRA.
- A Resolução n.01, de 19 de agosto de 1996, da Câmara de Educação Superior – CES do Conselho Nacional de Educação – CNE, fixou condições para que os estabelecimentos isolados de ensino superior, vinculados ao sistema Federal de Ensino, pudessem aumentar em até 25% o número de vagas iniciais de seus cursos;
- Reconhecimento Port. 107/MEC - 02. 02. 1996
- Direito - Renovação de Reconhecimento - Portaria 251 - 16. 06. 2006

- Por força da Portaria nº 623, de 25 de novembro de 2013, que renovou o reconhecimento do curso de Direito do CEULJ, são oferecidas 191 vagas, distribuídas entre os turnos: vespertino (61 vagas anuais) e turno noturno (130 vagas anuais).
- Direito - Renovação Reconhecimento - Port. 56 - 03. 02. 2017
- Direito – Renovação Reconhecimento - Port. 266 - 03. 04. 2017
- Em 22 de outubro de 2018 foi realizada a transferência de manutenção por meio de termo de responsabilidade para o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR
- Direito - Ampliação de vagas - Port. 410 - 02. 09. 2019
- Renovação de Reconhecimento de Curso – Port. 948 – 30.08.2021

Proposto com um currículo diversificado, abrange conhecimentos de áreas básicas, humanas, de formação profissional específica, práticas profissionais e de atividades complementares que enriquecem, sobremaneira, a formação do acadêmico, propiciando oportunidades de direcionamento próprio da cultura técnico-humano jurídica do futuro profissional do direito.

Para a elaboração do currículo pleno do Curso de Graduação em Direito foram observados vários critérios como forma de identificar os objetivos da carreira do profissional do Direito e os múltiplos setores do conhecimento que constituem os conteúdos das disciplinas básicas, profissionalizantes e complementares, necessárias à formação do profissional do Direito. Desta feita, objetivando melhor atender ao ensino-aprendizagem as disciplinas foram agrupadas, de acordo com a Resolução CNE/CES n.757/2020 que alterou o art. 5. da Resolução/CES n. 5/2018 em três perspectivas formativas:

- Eixo de Formação Geral;
- Eixo de Formação Técnico-Jurídica; e
- Eixo de Formação Prático-Profissional.

Por meio das disciplinas do Eixo de Formação Geral, procura-se fornecer ao aluno os conhecimentos necessários acerca dos elementos fundamentais do Direito, num processo dialógico com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, abraçando as ciências sociais, bem como as novas tecnologias da informação, envolvendo saberes que proporcionam ao aluno uma compreensão mais ampla das questões sociais, desenvolvendo no aluno senso crítico em relação ao exercício das funções do profissional do Direito.

Com as disciplinas do Eixo de Formação Técnico-Jurídica, visa-se preparar o aluno de forma gradativa às práticas jurídicas, desenvolvendo competências e habilidades para analisar as questões sociais, aprofundando-lhe o conhecimento e a utilização de novas técnicas para as soluções pacífica dos problemas que lhes serão apresentados através dos conhecimentos teóricos e técnico-científicos adquiridos, desenvolvendo conhecimento inclusive na área do Direito Digital.

Já as disciplinas do Eixo de Formação Prático-Profissional, desenvolvem no aluno, na forma de complexidade progressiva, os conhecimentos, as competências, habilidades e as técnicas necessárias ao exercício da profissão jurídica, incluindo as pertinentes ao letramento digital e práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação, a fim de que o egresso do curso de Direito possa exercer sua profissão auxiliando na resolução de questões sociais e jurídicas, exercendo sua cidadania de forma consciente com cunho de responsabilidade social.

A ciência jurídica, como a ciência que estuda e trata dos conflitos do homem na sociedade, é de fundamental importância para a realização efetiva da justiça em todos os seus planos de atuação. Sob essa ótica, o Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná foi concebido como instrumento básico para a formação de profissionais da área do Direito, voltados para os problemas da sociedade e do indivíduo.

Todas as pessoas são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade, com base no princípio da liberdade e igualdade de dignidade e direitos. O São Lucas JPR propõe trazer para seu seio a reflexão desses temas, contribuindo na construção de uma cultura de direitos humanos onde prevaleçam os valores de dignificação, promoção e respeito à integridade física, moral e intelectual do ser humano, sem distinção de qualquer natureza.

O Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, por estar situado na região Amazônica, propõe ainda uma ênfase à área que abrange o direito ambiental e agrário apontando para a grande e grave questão do meio ambiente, que é a moldura da vida em geral e da vida humana, especialmente.

Em razão da consciência ecológica, é indiscutível a abertura do mercado globalizado para a prevenção ambiental e para o desenvolvimento sustentável. A

indissociabilidade entre o meio ambiente e a economia é causa da nova política internacional, a partir de uma visão da dinâmica ambiental, unitária e finita.

Nesse contexto, o Brasil desponta como um dos primeiros países a declarar constitucionalmente como direito fundamental o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, o qual não trata apenas de controle da poluição (incluindo o tratamento de resíduos urbanos e hospitalares), preservação dos recursos naturais ou restauração dos elementos naturais destruídos, mas avança em direção à biotecnologia, biopirataria, produção transgênica, energia nuclear, degradação turística, chegando à interação de elementos naturais, artificiais, culturais e sociais. Abrange a estética, a saúde e o lazer, o turismo e todo o ambiente sociocultural, urbanístico e histórico.

3.2 Objetivos do Curso

Atendendo ao disposto no artigo 4º, da DCN n.5, de 17 de dezembro de 2018, o curso objetiva atender as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais que possibilitem o graduando desenvolver as capacidades de:

- I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a

devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

3.2.1 Objetivos do curso

Uma das principais características da sociedade que se delineia neste novo milênio é a pluralidade de opiniões e complexidade de relações sociais planetárias que, por conseguinte, clama por uma educação que insira as novas gerações, de forma plena, nesta saudável pluralidade, condição necessária e indispensável para o fortalecimento de um Estado Democrático de Direito Igualitário, onde se afastem os perigos de “autoritarismo”, “ingerências” e “abusos de poder” que privam os cidadãos de uma verdadeira participação social.

Para tanto, este profissional deverá estar apto a responder com rapidez e criatividade às exigências técnicas e interpessoais demandadas no mundo hodierno, o que só será possível com uma profícua formação teórica e prática que o subsidie em atividades/setores de atuação profissional e deve estar engajado nas lutas da sociedade por um mundo mais equilibrado, pautado pela redução das desigualdades sociais e regionais. Assim, se faz necessário que a matriz curricular permita ao aluno uma visão sistêmica e reflexiva sobre a sociedade que seu curso se encontra inserido e é por meio de componente curricular integrador do ensino, pesquisa e extensão, o Projeto Integrador, que este perfil é desenhado em todo o percurso de formação do aluno.

Desta forma, os objetivos do curso se relacionam com a matriz curricular que desenha o perfil profissional do egresso, como um profissional capacitado para exercer plenamente suas responsabilidades funcionais de Bacharel em Direito.

Aponta para um profissional capacitado para exercer com maestria as atividades jurídicas que lhe forem propostas, através da junção das competências apontadas no currículo e as habilidades elencadas nos planos de ensino.

Com a finalidade de atender à crescente e complexa demanda do mercado de trabalho nas diferentes áreas e esferas de atuação que a carreira jurídica oferta, o curso se propõe a formar profissionais que estejam habilitados para atuarem na promoção da justiça social, mas que também sejam capazes de diagnosticar os problemas sociais e propor soluções para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, agindo de forma ética, equânime, política e humana.

Um curso de formação jurídica só atinge sua finalidade na medida em que contribui para a transformação da sociedade, propiciando maior justiça social, sem distinção de qualquer natureza, cujos objetivos são os seguintes:

3.2.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste curso pode ser descrito como: habilitar efetivamente seus estudantes-egressos ao pleno, ético e eficaz exercício profissional, social e técnico-científico do Direito, de modo que seus estudantes se desenvolvam pessoalmente e possam contribuir para o desenvolvimento social e regional.

Pretende-se que os estudantes-egressos contribuam para o desenvolvimento da Ciência Jurídica e de suas comunidades através de seu labor competente e adequado, qualquer que seja a carreira que venham a seguir, face ao aprendizado que deverão obter de “aprender a aprender”, fundado este na sua capacitação para a produção de conhecimentos marcada pela autonomia e por posicionamento ético, crítico, proativo e compreensivo da realidade.

3.2.1.2 Objetivos específicos

- Formar profissional com atuação generalista e visão crítica do Direito pátrio, interagindo com equipes multiprofissionais e interdisciplinares, com vistas às soluções dos conflitos individuais e coletivos da sociedade moderna, em especial da área dos direitos individuais, difusos e coletivos;

- Formar profissional capacitado para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão e promover maior integração entre o ambiente Universitário e a comunidade, a fim de proporcionar a esta última os benefícios das atividades acadêmicas desenvolvidas no ambiente acadêmico;
- Suprir demandas reprimidas específicas do mercado de trabalho na região Norte do País, especialmente no estado de Rondônia e de toda a região de sua influência, em áreas de atuação da categoria profissional;
- Proporcionar, na formação do profissional do Direito, atividades que estimulem as habilidades e competências do cidadão, capacitando-o a ser um verdadeiro agente de transformação social;
- Promover interação efetiva entre a teoria e a prática profissional no desenvolvimento curricular;
- Proporcionar maior contato com experiências profissionais no decorrer do curso, buscando oportunidades nos estágios extracurriculares e nas atividades de prestação de serviços de assistência judiciária, supervisionados por docentes.

No Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, estabeleceu-se a articulação por meio da inserção regional, dos princípios filosóficos e metodológicos e das políticas efetivamente implantadas e consolidadas, bem como com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), principalmente no que se refere ao cumprimento da missão desta Instituição e na concretização dos objetivos e metas institucionais.

Assim, demonstra-se claramente na concepção deste PPC do Curso de Graduação em Direito, em consonância com suas Diretrizes Curriculares Nacionais e com a legislação educacional pertinente, que os objetivos do curso estão amplamente previstos, sendo considerado o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional e as características peculiares da Amazônia e da região norte do país; visando novas práticas emergentes e inovadoras no campo do conhecimento relacionados ao Curso de Graduação em Direito.

3.3 Perfil Profissional do Egresso

Em consonância com o que dispõe o artigo 3º da DCN n.5, de 17 de dezembro de 2018, o curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, assegura, quanto ao perfil profissional do Egresso, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania, levando em consideração as demandas da legislação vigente e atual.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As práticas de ensino, pesquisa e extensão do curso de Direito estão alinhadas às políticas institucionais definidas no PDI, com ênfase na formação acadêmica comprometida com a realidade amazônica e os desafios jurídicos regionais. A pesquisa é estimulada desde os primeiros períodos, por meio de iniciação científica e projetos vinculados a temas relevantes, como direitos socioambientais, indígenas e fundiários, fortalecendo a produção de conhecimento contextualizado. A extensão, por sua vez, é integrada ao percurso formativo e orientada pela transformação social, com ações que aproximam os estudantes da comunidade e ampliam a vivência prática do Direito, consolidando um modelo pedagógico que valoriza a articulação entre saber acadêmico, compromisso ético e impacto social.

4.1 Políticas de Ensino

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná nasceu como uma instituição comprometida com a criticidade e formação profissional, num processo acadêmico que supere as visões tradicionais de ensino, bem como as visões que esvaziam o espaço acadêmico do conhecimento.

As práticas de ensino adotadas pelo curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, mantém estreita relação com as políticas de ensino elencadas no seu PDI. O curso visa desenvolver uma educação de nível superior incorporando o significado da relevância e pertinência desta formação, o que é incorporado pelas disciplinas ofertadas.

Essa premissa também reflete o que é recomendado pela RESOLUÇÃO CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, bem como às atuais normativas, especificamente, o Decreto 12.456, de 19 de maio de 2025 e a Portaria MEC 381, de 20 de maio de 2025.

Muito além do compromisso de se colocar a serviço do mercado de trabalho, existe a necessidade de formação para uma condição de existência mais humanizada, na qual o trabalho é entendido como essencial para a história dos homens, enquanto formador da humanidade e não apenas um mecanismo gerador de produção para o mercado.

Nesse entendimento, o Ensino Superior deve se colocar a serviço dos interesses universais da população, no sentido de trabalhar em busca de uma nova consciência social, defendendo, por intermédio do conhecimento científico, os interesses públicos.

Assim, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná procura contribuir com a formação de sujeitos autônomos através de suas políticas de ensino, abarcando o desenvolvimento da qualificação para atuar de forma responsável e integrada no enfrentamento das problemáticas que constituem a vida humana em sociedade. As qualificações científicas, técnicas e culturais que perpassam a formação em nível superior devem permitir ao egresso a atuação em seu entorno de maneira transformadora.

Para o alcance desta formação no âmbito do São Lucas JPR, que leva em conta a realidade social em que se encontra inserida e a sua transformação, o ensino não pode ser entendido como simples transmissão de conteúdo. Os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem devem ser considerados sujeitos concretos e ativos, pertencentes a uma realidade concreta e complexa, que necessita ser desvelada, analisada e transformada.

Nesse processo de mediação e de articulação dos conhecimentos, o professor, para o próprio exercício da docência, necessita estar pautado em saberes que, segundo Tardif (2002, p. 54), se constituem em “um saber plural”, porque são construídos e fortalecidos por “[...] diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana”. O autor destaca a existência de quatro tipos diferentes de saberes implicados nessa importante profissão: os saberes provenientes do conhecimento a respeito das ciências da educação e de métodos e técnicas pedagógicas, identificados como “saberes da formação profissional”; os saberes provenientes do domínio do conhecimento técnico, específico a ser ensinado como “saberes disciplinares”; os saberes construídos na e da apropriação de um rol de conhecimentos, objetos de estudos para a formação profissional, reconhecidos como “saberes curriculares” e; os saberes advindos da própria experiência e das vivências diárias da tarefa de ensinar, os “saberes experienciais”.

O conjunto desses saberes constitui o “saber profissional” que, para Tardif (2002), é o resultado da junção de todos os outros e que se fundamenta e se legitima no fazer cotidiano da profissão. Gauthier (*et al.* 2006) acrescentam a essa classificação elementos importantes, que se referem à existência de um saber efetivamente específico à classe profissional dos professores, que é o “saber da ação pedagógica”, resultado da relação de complementação estabelecida entre os demais saberes do professor, que o fortalecem a decidir por esta ou aquela ação em cada caso específico de sua atuação.

A mediação entre a prática, enquanto ponto de partida e a prática como ponto de chegada se dá através de três momentos: problematização, instrumentação e catarse – movimento em que se passa da síncrise à síntese pela mediação da análise; do empírico ao concreto, pela mediação do abstrato.

Daí decorre um método pedagógico que parte da realidade (prática social inicial) onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão, encaminhando a solução dos problemas postos pela prática social. Cabe aos momentos intermediários do método:

- a) identificar as questões suscitadas pela prática social (Problematização);
- b) dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução

(Instrumentação);

- c) viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (Catarse).

Por meio dessas discussões, o estudante seria conduzido a uma nova maneira de compreender a realidade e posicionar-se nela, com vistas à transformação (Prática Social Final). O objetivo deste método é, pois, despertar a consciência crítica do educando sobre o contexto social, instigando-o a questionar a realidade na qual se insere.

Nesse contexto, é fundamental a mediação docente que orienta e seleciona as atividades necessárias, possibilitando aos estudantes a ampliação da visão sincrética, caótica do conhecimento inicial do estudante. A mediação realiza-se de fora para dentro quando o professor, atuando como agente cultural externo, possibilita aos educandos o contato com a realidade científica. Ele atua como mediador, resumindo, valorizando, interpretando a informação a transmitir, sempre numa visão interdisciplinar.

Priorizar a base interdisciplinar, para o trabalho docente, compreende vivenciar um espaço coletivo de diálogo permanente entre as diferentes ciências que compõem o universo do conhecimento humano. Explorar as potencialidades de cada ciência abre espaço para se reelaborar as relações que determinam e condicionam mutuamente os elementos constitutivos de cada ciência.

Neste sentido, o trabalho docente numa perspectiva interdisciplinar primará por:

- a) Resgatar a identidade do estudante, enquanto sujeito que cultiva a curiosidade, a aprendizagem criativa, o gosto pelo estudo;
- b) Vivenciar o diálogo entre os campos disciplinares, visando ao desenvolvimento de eixos temático-integradores que atuam como mobilizadores para a aprendizagem;
- c) Pensar as disciplinas coletivamente, isto é, em relação aos quadros teóricos das várias disciplinas, superando a tradicional forma de planejar individualmente. Pensar a organização dos campos disciplinares no coletivo exige abertura, tanto para a escuta do professor das outras áreas, quanto para a escuta do aluno. Para um melhor desempenho do planejamento coletivo, de base interdisciplinar, é

fundamental a interação, o respeito, o reconhecimento das singularidades. Assim, superando o planejamento individual e isolado, o professor poderá construir formas de relações e ações pedagógicas interdisciplinares;

- d) Privilegiar a sistemática de conhecer a prática social, tomando-a como ponto de partida e de chegada para a construção do conhecimento;
- e) Reorganizar o tempo e as ações discentes, de forma a favorecer o estudo das conexões, das relações, dos nexos determinantes das diferentes ciências que constituem o quadro teórico das disciplinas curriculares, possibilitando seu aprofundamento vertical;
- f) Estimular as ações de observação, análise, composição e recomposição de sínteses que representam avanços significativos em relação à capacidade dos estudantes apropriarem-se do conhecimento e não apenas memorizarem informações pontuais e fragmentadas.

O PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, elaborado em esforço conjunto pelos vários gestores, coordenadores, chefes de setores, técnicos-administrativos e discentes, em suas variadas funções, reflete a realidade apresentada pela Instituição e a projeta para um patamar de constantes avanços.

O Curso de Direito se insere nesse contexto, uma vez que as suas particularidades estão contempladas no PDI, que o considera como importante componente dentro do conjunto das ciências humanas, exatas, tecnológicas e da saúde que integram o todo do Centro Universitário.

No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, os estudantes são sistematicamente estimulados ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras, inovadoras e socialmente comprometidas, em consonância com as diretrizes institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Essa vocação se materializa não apenas por meio da abordagem transversal desses temas nos componentes curriculares, mas também pela oferta de disciplinas específicas como “Startups Jurídicas e Legislação Específica”, “Tecnologia e Gestão do Conhecimento” e “Gestão e Empreendedorismo”, que fortalecem a formação crítica e prática dos discentes. Complementarmente, destaca-se o papel do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo, vinculado à PROPPEXI – Pró-Reitoria de Pós-Graduação,

Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização –, que atua em articulação com todos os cursos da instituição, promovendo projetos interdisciplinares, eventos acadêmicos e parcerias estratégicas com entidades como SEBRAE e OAB. Soma-se a essas iniciativas o espaço Afya X, ambiente estruturado para fomentar a cultura da inovação e o protagonismo acadêmico, com uma programação regular de atividades como TED Talks e mentorias com profissionais de destaque da região Norte, inclusive com os egressos do curso.

No contexto educacional da IES, a adoção das mais modernas metodologias ativas de aprendizagem, embasadas em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas e significativas, vem sendo continuamente estimulada e aplicada.

As metodologias ativas de aprendizagem são estratégias de aprendizagem que asseguram o desenvolvimento de conteúdo, o contínuo acompanhamento das atividades, a acessibilidade metodológica e a autonomia do discente, pois estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática. Assim, o conhecimento é construído por meio de estratégias de aprendizagem, que preveem também a disponibilidade de conteúdo online, visando instigar o aluno a pensar, a estudar, a pesquisar, a colaborar e a participar de situações desafiadoras nos encontros presenciais.

Dentre tais metodologias ativas de aprendizagem, recomenda-se que façam parte da ação docente o uso da sala de aula invertida ou *flipped classroom*, aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso, aprendizagem entre pares ou times, e *Peer Instruction*.

- A sala de aula invertida ou *flipped classroom*, estratégia que permite ao estudante o acesso aos conteúdos on-line, otimizando o tempo presencial em sala de aula, além de objetivar o desenvolvimento prévio do conhecimento, fortalecendo os momentos presenciais como momentos de discussões e de sanar dúvidas com os professores, propicia maior interação com os colegas na realização de atividades e na resolução de problemas ou estudos de caso, aprofundando o conhecimento.
- A estratégia da aprendizagem baseada em projetos, que imprime ao ensino híbrido um caráter colaborativo na solução de desafios, desenvolvendo a capacidade investigativa, crítica e autônoma do estudante, permitindo ao

professor, através da mediação, a complementação e feedback sobre o estudado.

- O estudo de caso oferece aos estudantes a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem, enquanto exploram seus conhecimentos em situações relativamente complexas, pois consistem em relatos de situações do mundo real, apresentadas pelo professor ou resultantes de pesquisa do aluno, com a finalidade de prepará-los para a resolução de problemas reais.
- A aprendizagem entre pares ou times, *Team Based Learning* (TBL), faz parte do rol de estratégias por ser propícia ao ensino híbrido, permitindo que a formação de equipes dentro de determinada turma ocorra tanto no espaço presencial como no virtual, viabilizando que o aprendizado, partindo do estudo individual, seja ampliado no coletivo da equipe, na seleção e compartilhamento de fontes de estudo; no compartilhamento de ideias através das ferramentas disponíveis no sistema AVA ou nos encontros presenciais, onde o pensamento crítico é construído por meio de discussões embasadas, levando em consideração até mesmo as divergências de opiniões.
- O *Peer Instruction* é uma metodologia ativa que objetiva promover a interação entre os estudantes e trabalhar os conceitos que sirvam de fundamento para a solução de problemas nos momentos presenciais, permitindo a aplicação de testes conceituais envolvendo o problema proposto pelo professor, a reflexão individual, a discussão entre os alunos e a explicação da resposta correta pelo tutor e breve exposição sobre o tema.

Outras estratégias poderão ser estimuladas, de acordo com a natureza do tema proposto, os objetivos de ensino e o perfil da turma de alunos, sempre favorecendo as condições de aprendizagem tanto nos momentos on-line como nos encontros presenciais, de maneira a desenvolver competências e habilidades, entendidas como ações que o estudante deve saber fazer não como um simples ato mecânico, mas numa dimensão ética, estética e cognitiva do conhecer o próprio ato de conhecer.

Portanto, a metodologia dialética é orientadora do processo de ensino nos cursos de oferta da IES, nas modalidades presenciais e a distância, reforçada por meio de ações e estratégias selecionadas pelos professores, que favoreçam o

desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática, proporcionando experiências e aprendizagem diferenciadas ao aluno. Isto se reflete na avaliação da aprendizagem, que sendo formativa, constitui-se como um processo de regulação da aprendizagem por professores e alunos, operacionaliza todo um sistema de critérios e indicadores que possibilitam diagnosticar, problematizar e reencaminhar as situações de ensino e aprendizagem.

Assim, o processo avaliativo forma um conjunto de aprendizagens integrado pela qualidade da argumentação, da percepção aguçada e crítica nos exames de dados, da capacidade de articulação de teoria e prática, das habilidades de organização das respostas com logicidade, clareza e coerência, dos estilos de fala e escrita, do emprego adequado de princípios e normas.

Muito além de um instrumento de classificação dos alunos, a avaliação deve ser entendida como um indicador para a ação do educador. Através dela, o professor terá condições de direcionar a sua prática, de modo a obter avanço dos seus estudantes no sentido de internalização dos conhecimentos que foram conscientemente determinados como necessários para a sua formação.

Vasconcellos (1998) enfatiza, ainda, que os instrumentos avaliativos devem ser:

- a) reflexivos: que levem a pensar, a estabelecer relações, superar a mera repetição de informação (faça conforme modelo); respeitar a inteligência dos alunos;
- b) essenciais: ênfase naquilo que é fundamental, nos conteúdos realmente significativos, importantes, em consonância com a proposta de ensino;
- c) abrangentes: o conteúdo da avaliação deve ser uma amostra representativa do que está sendo trabalhado, a fim de que o professor possa ter indicadores da aprendizagem do aluno na sua globalidade;
- d) contextualizados: a contextualização (texto, gráfico, tabela, esquema, figura, etc.) é que permite a construção do sentido do que está sendo solicitado;
- e) claros: dizendo bem o que quer. Quando se deseja realmente saber como o aluno está, a avaliação deverá ser a mais clara e objetiva possível; quando o professor se utiliza de subterfúgios, de pegadinhas (enunciados ambíguos ou capciosos,

- frases de duplo sentido), poderá estar testando outra coisa, mas não tendo elementos sobre a efetiva construção do conhecimento por parte do aluno;
- f) compatíveis: no mesmo nível do dia-a-dia nem mais fácil, nem mais difícil, procurando, inclusive usar uma linguagem de aproximação em relação ao trabalho realizado em sala de aula.

Compreende-se, portanto, que os processos de avaliação dos estudantes precisam deixar de ser meras provas e medidas de desempenho e passar a ser procedimentos de encaminhamentos para a efetiva aprendizagem. Reconhecer que a prática de avaliação formativa está vinculada ao trabalho do professor comprometido com a aprendizagem dos estudantes, é um dos princípios orientadores para o trabalho docente na Instituição.

Além da implementação de ações voltadas ao discente, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná investe continuamente na formação e valorização do corpo docente, promovendo a excelência acadêmica como valor institucional. A cada semestre, é realizada a Semana de Desenvolvimento Docente (SDD), com atividades formativas que antecedem o início das aulas e abordam metodologias ativas, inovação pedagógica, uso de tecnologias educacionais e alinhamento institucional. Em nível nacional, os docentes tem acesso a encontros promovidos junto às demais instituições do grupo, nos quais são compartilhadas boas práticas e estratégias pedagógicas inovadoras, favorecendo a integração e o aprimoramento constante, como é o caso do NAPED DAY.

Adicionalmente, a Instituição oferece acesso à plataforma UCA – Universidade Corporativa Afya –, que disponibiliza uma variedade de cursos voltados ao desenvolvimento profissional do docente, abrangendo temas como avaliação por competências, mediação pedagógica, acessibilidade e educação digital. Também está disponível aos professores a plataforma AIA – Academia de Idiomas Afya –, que visa o fortalecimento da formação linguística e internacionalização do corpo docente. Soma-se a isso o incentivo à participação em eventos externos relevantes, como o Fórum STHM Brasil, voltado à formação em metodologias ativas e inovação no ensino superior. Essas ações refletem o compromisso institucional com a capacitação contínua, a melhoria da prática docente e a construção de uma cultura acadêmica de excelência, integrando as dimensões de ensino, pesquisa, extensão e inovação em

consonância com o perfil do egresso e com os desafios da educação jurídica no contexto local.

4.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS, INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE

A concepção que embasa a ação do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é que o processo de ensino-aprendizagem se constitui a partir das relações entre os sujeitos em torno de um objeto, e que essas ações não são abstratas e universais ou apenas cognitivas, porém nelas estão presentes também a imaginação, emoção, prazer, valores, crenças e concepções a respeito do mundo e do homem.

O processo de seleção de conteúdos a comporem os currículos prende-se ao seguinte:

- garantir a aproximação de disciplinas que ministrem conteúdos afins, estimulando a interdisciplinaridade e a correlação entre teoria e prática;
- inserir o aluno nos campos de atuação desde o 1º semestre do curso, propiciando a interação de teoria com prática, influenciando na motivação do aluno e valorizando a integração interdisciplinar;
- promover a aproximação com os diversos cenários, permitindo a aquisição gradual de conhecimentos e habilidades (do mais simples ao mais complexo) e promovendo a aprendizagem para um competente desempenho profissional;
- desenvolver a aprendizagem centrada no aluno, visando estimular a formação do pensamento lógico-crítico;
- valorizar a pesquisa como instrumento de conhecimento analítico e estabelecimento de conceitos lúcidos e transformadores;
- promover as avaliações e recuperações de assuntos de acordo com as reais necessidades reconhecidas pelo conjunto professor-aluno;
- estimular o talento, a criatividade, a iniciativa, face às exigências das demandas de mercado nos tempos modernos, incentivando, ainda, o espírito integrado-participativo;
- criar ambiente cooperativo de aprendizagem, possibilitando modos de

interação social com desenvolvimento de projetos que atendam aos diversos segmentos sociais.

O paradigma educacional que norteia todo o trabalho educativo e formativo profissional do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná se define a partir dos seguintes aspectos:

- aprender a aprender, visando a uma situação de aprendizagem que vislumbre a autonomia do aprendiz para uma educação permanente e continuada;
- aprender a fazer, visando a construção de um homem com condições de aprender a fazer o novo, ou o inusitado, não se submetendo à tecnologia, mas dominando-a;
- aprender a conviver, visando a corresponsabilidade em relação ao bem-estar do outro, solidarizando-se com ele e sendo tolerante com as diferenças, buscando sempre um convívio harmonioso e solidário;
- aprender a ser, entendendo que o homem não é um ser acabado e que a cada momento deve aprender a ser mais humano;
- aprender ao longo de toda a vida, entendendo que o que sabemos ou aprendemos só nos mostra quão longo é o caminho e que vantagens temos ao dedicar a vida a aprender sempre mais.

Essas reflexões e definições apontam para os princípios das diretrizes curriculares nacionais, que o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná respeita ao adotá-los como orientação dos seus projetos de cursos, quais sejam:

- Ênfase na educação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- Prática de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional;
- Relação teoria-prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim

como os estágios e a participação em atividades de extensão;

- Educação continuada, visando a formação ao longo da vida;
- Interdisciplinaridade, ocorrendo por meio do planejamento de currículos integrados, construídos ao redor de núcleos que procuram superar os limites das disciplinas, centrados em temas, problemas, tópicos, períodos históricos, espaços geográficos, entre outros;
- Flexibilidade, evitando os currículos fechados e congestionados de informações e permitindo aos alunos aproveitarem os estudos independentes, ou seja, os não ministrados em sala de aula;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da relação teoria e prática e da curricularização da extensão, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Avaliação diagnóstica, por meio de instrumentos variados que sirvam para informar às instituições, aos docentes e aos discentes acerca do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

4.3 INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

Com uma visão de adequação social e tecnológica, a orientação geral do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná para os cursos de graduação é que, quando da elaboração ou reelaboração dos seus Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC, haja estrito cumprimento ao disposto na legislação e a procura de contextualização do currículo às peculiaridades regionais, considerando-se:

- a) flexibilidade curricular – onde os professores e alunos sejam sujeitos da construção do saber;
- b) aproveitamento dos recursos pedagógicos materiais de forma inter e multidisciplinar, não só como forma de minimizar os custos de oferta dos cursos como também por possibilitar o enriquecimento didático-pedagógico do ensino;
- c) incorporação de tecnologias que facilitem o processo ensino - aprendizagem, através do uso de plataformas *online* e aplicativos que coloquem o aluno em conexão com os avanços tecnológicos hoje disponíveis e que possa, assim,

conduzir de forma individual seus estudos, como complemento às ações de sala de aula;

- d) máxima utilização dos laboratórios e espaços coletivos do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná de forma a promover a integralização curricular e integração social entre alunos de diversos cursos;
- e) contextualização, interdisciplinaridade e interprofissionalidade como critérios de inovações pedagógicas, no âmbito das ações desenvolvidas pelo curso e sua própria concepção curricular, para uma atuação ativa do egresso;
- f) acessibilidade metodológica, proporcionada aos discentes para melhor aproveitamento e desenvolvimento.

As ações de planejamento e organização dos PPCs é responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e Colegiados de Curso, apoiados nas suas necessidades pela Reitoria, pelo Núcleo de Experiência Discente - NED e pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiências Docentes - NAPED.

No curso de Direito, a inovação pedagógica se traduz em práticas sistematicamente implantadas, como a realização de júris simulados, audiências simuladas no metaverso, oficinas interdisciplinares com base em problemáticas regionais, extensão, e a extensão curricularizada com foco em direitos humanos e metodologias ativas aplicadas ao ensino de disciplinas técnicas. Tais práticas favorecem o desenvolvimento da autonomia discente, da argumentação crítica e da articulação entre teoria e prática.

4.4. ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR - NED

O objetivo de plena acessibilidade (metodológica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e arquitetônica) é a inclusão educacional e relacional da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico das instituições de ensino superior, o que é fundamental para o bom desempenho dos acadêmicos que se encontram nessa condição, com vistas à igualdade de oportunidades, ao desenvolvimento de suas potencialidades e à elaboração de projetos de vida para o futuro.

Para a efetiva promoção da acessibilidade, além de oportunizar o acesso ao ensino superior às pessoas com deficiência, é necessário satisfazer condições para

que esses sujeitos possam permanecer no Ensino Superior, aprender e se desenvolver.

No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, a acessibilidade é viabilizada com o apoio do Núcleo de Experiência Discente – NED, por meio de ferramentas, equipamentos, programas, métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, oportunizando o acesso e a permanência no ensino superior aos acadêmicos, em consonância com as diretrizes estratégicas institucionais, bem como com as políticas para a educação superior do Brasil, emanadas pelo MEC/INEP/CNE/CSESu/SINAES.

Para a consecução dessa política, oferece espaços, serviços e oportunidades aos discentes, capazes de garantir o acolhimento, o acompanhamento tanto pedagógico quanto psicológico e dos processos administrativos da vida acadêmica, que permitam o desenvolvimento de sua cidadania, de sua relação com outros ambientes acadêmicos (mobilidade) o encaminhamento ao mercado, tendo como foco o empreendedorismo, a plena inclusão e a permanência do acadêmico na Instituição.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná propicia ao corpo discente um adequado e eficiente atendimento de apoio, suplementar às atividades de sala de aula, através do NED, que realiza atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicita providências e propõe soluções.

O foco do NED está direcionado a promover a acessibilidade, a inclusão e a permanência daqueles discentes matriculados no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, sendo que sua política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

- acompanhar e orientar didaticamente, de modo prioritário, os alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- estimular o relacionamento produtivo entre professor e aluno;
- ampliar o número de convênios com instituições e empresas;
- definir o aluno como foco principal do processo ensino- aprendizagem;
- respeitar expectativas e necessidades dos alunos.

No NED, materializa-se o compromisso institucional em desenvolver a missão e a identidade institucional com vistas a aprimorar os processos de ensino e aprendizagem, bem como realizar o trabalho com enfoque no conhecimento e na formação técnica e pessoal através da valorização do indivíduo. Este setor presta atendimento especializado de orientação pedagógica, psicopedagógica e psicológica a alunos e colaboradores, além de executar as políticas de acessibilidade e inclusão. Tem por finalidade atuar nos processos básicos da aprendizagem e do ensino, bem como desenvolver ações voltadas à acolhida, à adaptação, ao desenvolvimento de competências e à permanência no ambiente universitário, através da realização de ações mais ágeis no diagnóstico das dificuldades encontradas pelos alunos de graduação e pós-graduação.

São áreas de atuação do NED:

- Pedagógico;
- Psicopedagógico;
- Psicológico;
- Acessibilidade.

O intuito do atendimento proporcionado pelo NED é:

- Dar suporte na relação professor e acadêmico, acadêmico e acadêmico;
- orientar e encaminhar acadêmicos e colaboradores quanto aos conflitos emocionais;
- oferecer aos estudantes e colaboradores condições para o aperfeiçoamento das relações interpessoais;
- intervir na orientação didático pedagógica;
- elaborar procedimento para orientação de estudos;
- desenvolver estratégias que visem à recuperação de conteúdo;
- atuar no processo de ensino e aprendizagem, averiguando problemas e
- dificuldades que impeçam a adaptação do estudante ao seu curso;

- orientação de estudos, planejamento do tempo escolar, dificuldades de aprendizagem e assessoramento os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem.
- auxiliar e trabalhar as questões emocionais, comportamentais, relacionamentos, orientação profissional, ansiedade, timidez, depressão, elaboração do luto, questões psiquiátricas ou existenciais.
- ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e os demais colaboradores, servindo como tradutor entre pessoas que compartilham língua e culturas diferentes.
- Disponibilizar profissional especializado aos alunos, oferecendo apoio pedagógico e psicológico para grupos, visando à adaptação do estudante ao curso em cada uma de suas etapas de inserção na vida acadêmica;
- Proporcionar apoio psicológico ou psiquiátrico, por encaminhamento, se necessário;
- Prover sessões de orientação e acompanhamento nos estudos, individuais ou coletivos, para favorecer a melhoria das capacidades, relações e condições sócio afetivas que constituem um elemento crucial para o êxito no processo de aprendizagem;
- Promover, em todos os níveis e segmentos institucional, o processo de acessibilidade e inclusão, além da permanência dos que ingressam à IES.

Para tanto, o Núcleo de Experiência Discente - NED conta com profissionais habilitados em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Intérprete de Libras, sendo que os atendimentos podem acontecer das seguintes formas: encaminhamento do acadêmico pela coordenação do curso ou professor e agendamento através dos meios de comunicação feito diretamente pelo acadêmico. Neste quadro, encaixam-se também agendamentos para professores e colaboradores. As solicitações procedentes dos funcionários são, prezando pelo completo acompanhamento e assistência, comunicadas ao coordenador do setor.

O NED, além de prestar apoio ao corpo discente, também tem a função de, em parceria com a coordenação do curso, promover sugestões para melhorar/orientar as atividades pedagógicas e o desempenho didático da equipe de professores quanto à

metodologia de ensino adotada, sugerindo o uso de diferentes técnicas didáticas e recursos pedagógicos disponíveis.

4.4.1 Apoio psicológico

No âmbito de atendimento ao discente, os setores psicopedagógico e psicológico objetivam auxiliar emocionalmente o acadêmico, serviço também disponibilizado ao colaborador ou docente que se encontra fragilizado por causas emocionais, onde esta situação esteja influenciando negativamente em seu desempenho acadêmico, laboral ou em sala de aula.

Os atendimentos, em regra, são relacionados com a Terapia Breve, trabalho focado no problema apresentado, diferentemente da Psicoterapia, onde o sujeito busca o autoconhecimento e, ao final das sessões realizadas pelo NED, faz-se o encaminhamento, se necessário, para que o atendido dê continuidade ao tratamento. Historicamente, as principais queixas são a falta de concentração, os conflitos pessoais e relacionamentos, a ansiedade, o conflito familiar, a fobia e o luto.

Ainda fazem parte do conjunto psicológico desenvolvido pelo NED as seguintes atribuições:

- Participação em recrutamento e seleção: realização de processo de recrutamento e seleção de pessoal. Nesta demanda, realiza-se verificação de currículos, condução de entrevistas e análise sobre quais dos candidatos têm mais aptidões para engajamento e crescimento na empresa.
- Integração de novos colaboradores: realização da integração de novos colaboradores na IES, com o intuito de acolher e apresentar os principais conceitos da Instituição para que ele se sinta pertencente à equipe tornando o ambiente de trabalho mais positivo, estimulando a criação de times com boa interrelação entre si e com o público acadêmico.
- Acadêmicos que solicitam trancamento do curso: realização de contato com os acadêmicos que solicitam o trancamento do curso, com o intuito de auxiliar caso haja necessidade de suporte psicológico ou psicopedagógico, bem como prestando informações adicionais referentes aos motivos do trancamento e, quando o caso, encaminhando para o setor competente, a

fim de auxiliar e apoiar o aluno e, a depender do caso, inibir o trancamento, promovendo a permanência do aluno.

- Desenvolvimento de ações/formação destinadas aos alunos e colaboradores, voltadas à inclusão e promoção da acessibilidade, como cursos de Libras, publicação de documentos (cartilha), etc.

4.4.2 Apoio Psicopedagógico

Os atendimentos psicopedagógicos, por sua vez, buscam fornecer apoio aos acadêmicos que necessitam dar continuidade aos estudos, porém apresentam dificuldades na aprendizagem das mais variadas naturezas, como má gestão do tempo, dificuldade de concentração e organização, ortografia e habilidades acadêmicas.

Os acadêmicos serão estimulados e orientados a organizar suas atividades acadêmicas e ampliar a percepção de si mesmos e das situações ao seu redor, importantes para formar um profissional preparado e capaz para atingir seus objetivos.

Dentro desta visão, os atendimentos psicopedagógicos são norteados pelo estudo teórico da psicopedagogia, da psicologia, da pedagogia e das contribuições da neuropsicopedagogia, buscando ajudar o acadêmico que visa aplicar metodologias ou ferramentas de adaptação, organização e regras para o melhor proveito de seus estudos, sentindo-se preparado, com equilíbrio em sua autoestima e com capacidade de aprender, enfrentando e superando as dificuldades.

Ainda, de acordo com a Lei nº 12.764, de 2012, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná busca contribuir para a construção do conhecimento e formação de alunos com o transtorno do espectro autista (TEA) por meio de atendimento psicológico e de propostas metodológicas apropriadas e diferenciadas e de instrumentos avaliativos aplicados sob as perspectivas das necessidades individuais.

De modo geral, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná apresenta-se profissionalmente e infraestruturalmente preparado para atender às demandas de nossos alunos que se enquadram como: deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades.

Aos alunos com deficiências visuais, são ofertados software de leitura e instrumentos avaliativos apropriados e adaptados quanto ao tempo de realização,

além de ações de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos. Aos alunos de baixa visão, ofertam-se instrumentos avaliativos com fontes customizadas às necessidades individuais. Aos deficientes auditivos, disponibiliza-se o intérprete de LIBRAS e instrumentos avaliativos também adaptados.

4.4.3 Nivelamento

O processo seletivo é o primeiro ato pedagógico da Instituição e, por isso, é visto como um momento de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. Da mesma forma, a avaliação em sala de aula é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem. A partir disso, constatada a necessidade, pode ser ofertado o o nivelamento aos alunos, nas áreas de Matemática, Português, Física, Química, Biologia, Raciocínio Lógico e Interpretação, Conhecimentos Básicos de Informática, entre outros. A defasagem de conhecimento nestas áreas tem sido historicamente apontada como um dos fatores que dificultam o bom andamento das disciplinas, portanto é de completo interesse da IES ofertar este programa aos alunos.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná oferece as estratégias de nivelamento a partir de diagnóstico inicial realizado nas primeiras semanas de aula e no primeiro semestre letivo de cada curso, como ação voltada à preparação do ingressante, considerando as suas deficiências de formação e com vistas a lhes dar suporte para o desenvolvimento exitoso das atividades acadêmicas. A oferta deste nivelamento é ação obrigatória à IES, porém de livre participação do aluno.

A oferta dos cursos de nivelamento ocorre semestralmente, destinados, principalmente, aos alunos ingressantes, com o objetivo de:

- Possibilitar ao aluno a revisão dos conteúdos básicos das disciplinas de Biologia, Física, Matemática, Língua Portuguesa/Redação, Química e Informática;
- Reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nos primeiros períodos do curso;

- Possibilitar aos acadêmicos o aprimoramento e a ampliação de conhecimentos e/ou habilidades.

4.4.4 Palestras e participação em eventos

O NED também participa junto às atividades institucionais que envolvem alunos, professores e colaboradores, de modo a não só difundir suas ações e finalidades, como também romper com preconceitos no tocante a busca do apoio psicopedagógico e da acessibilidade.

Dentre as atividades nas quais o NED tem participado, destacam-se:

- Semanas de desenvolvimento docente, que ocorrem no início de cada semestre letivo;
- Reuniões com coordenadores e professores dos cursos;
- Reuniões de lideranças acadêmicas;
- Reuniões com alunos;
- Reuniões com colaboradores administrativos;
- Reuniões e treinamentos para empresas parceiras na IES.

O trabalho realizado pelo NED considera que o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná JPR deve zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

É função do NED, a partir de uma análise e discussão dos cenários e realidades, realizar o planejamento de mecanismos de acessibilidade e de acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

4.5 POLÍTICAS PARA O ENSINO À DISTÂNCIA

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná desenvolve soluções de aprendizagem que criam articulações entre professores, alunos e conhecimento, aplicando novas linguagens, novas metodologias e novos meios para se comunicar com os alunos que hoje são “navegadores”, circulam por uma ampla gama de informações, fazem uso de diversos meios de comunicação e interagem por meio das redes sociais. Essas possibilidades potencializam o acesso ao conhecimento.

É esse contexto que inspira a IES a utilizar o proposto pela Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que autoriza as instituições de Ensino Superior a introduzirem, na organização pedagógica de seus cursos presenciais, regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade de Educação a Distância (EaD), integral ou parcialmente.

Para Lévy (1994), a educação à distância deveria ser vista como a “educação sem distância” e compreendida como possibilidade dos sujeitos participarem ativamente, tornando-se receptores e emissores num processo de interatividade que cria novos caminhos e novas possibilidades.

Importante destacar que a legislação vigente no país concebe a educação a distância como: modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

A Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, citada como reguladora da oferta de disciplinas integrantes do currículo com utilização de modalidade à distância, tem base no Art. 81 da Lei nº 9.394/96. O art.1º da referida Portaria prevê: “As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância” e ainda legisla sobre a oferta e percentual, com “poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso” e garante que “as avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais”.

Referida normativa sofreu recentemente uma atualização por meio da Portaria MEC 381, de 20 de maio de 2025, a qual dispõe sobre o novo marco regulatório, com as “regras de transição para a aplicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância - EaD por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025.”

Em estrita observação às normativas que regulam o curso de Direito, o NDE e a Coordenação do Curso estão em reflexão e análise, atentos às principais mudanças para a reformulação da estrutura curricular, em cumprimento às atuais normativas, especialmente no que tange ao percentual permitido.

Assim, enquanto não se institui as novas regras pertinentes à transição das disciplinas com possibilidade de oferta na modalidade à distância, no prazo legal, atendendo ao disposto no Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, com amparo na legislação anteriormente em vigência e mediante a possibilidade de atender às exigências da sociedade contemporânea, a IES, por meio do seu ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Canvas), possibilita a seus cursos a oferta da carga horária EaD por meio de um design instrucional aberto que supõe uma produção flexível, permitindo alterações nas atividades e conteúdos durante a execução, de acordo com os objetivos propostos e garantindo personalização e concentração na eficácia dos processos de aprendizagem.

Nesse design, os docentes fazem uso das metodologias ativas preconizadas pela IES, visando instigar o aluno a pensar, a estudar, a pesquisar, a colaborar e a participar de situações desafiadoras nos encontros presenciais. Nesses encontros, o tempo é empregado na discussão e debate sobre os conteúdos, na resolução de problemas por meio da aplicação de metodologias ativas de aprendizagem e na garantia do desenvolvimento das habilidades e competências cabíveis.

4.6 POLÍTICA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A pesquisa no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é tratada como um dos três pilares indissociáveis, sendo predominantemente voltada para a busca do conhecimento para e com a comunidade, com vistas a uma unicidade teórico-prática, voltada para as necessidades do ensino e, ainda, para as atividades de extensão.

A pesquisa integrada ao ensino e a extensão é pensada como forma de orientar o desenvolvimento institucional, propiciando interfaces com as questões sociais, norte da intervenção e da responsabilidade social no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná. A pesquisa está implantada em todos os cursos, como parte do processo de aprender permanentemente, sendo um dos pilares da educação de qualidade e o principal incentivador do desenvolvimento da qualificação docente e discente.

As atividades de pesquisa estão vinculadas à Coordenação de Pesquisa (CoPes), que media as ações com as coordenações dos cursos para a inserção no ensino de graduação e pós-graduação lato sensu. As políticas priorizam o desenvolvimento da pesquisa nas áreas do conhecimento objeto de sua atuação, com vistas ao avanço do conhecimento científico, promovendo a inovação tecnológica, o intercâmbio e a divulgação científica e tecnológica, para contribuir com a formação de recursos humanos demandados na região.

O profissional egresso dos cursos oferecidos pelo Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná deve ser capaz de fornecer respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em suas atividades diárias, quando engajado no mercado de trabalho. O espírito analítico-crítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, são qualidades trabalhadas no cotidiano da pesquisa; importantes, também, no processo de formação do acadêmico, por desenvolver neste, características desejáveis como autoconfiança, liderança e versatilidade.

Participar de pesquisas de iniciação científica, assim consideradas por representarem avanços significativos do conhecimento humano ou melhorias tecnológicas importantes para a qualidade de vida do cidadão, contribui para o desenvolvimento de um sentimento participativo do estudante para com sua comunidade.

O desenvolvimento de projetos de pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, realizados com qualidade, atende a mais um dos objetivos do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná que, como instituição inserida na comunidade, procura concretizar os interesses coletivos da sociedade brasileira. Estes interesses refletem uma melhoria na qualidade de vida em nível regional, estadual e nacional, à medida que a pesquisa ou iniciação científica avança no conhecimento e no desenvolvimento tecnológico, trazendo novas soluções.

De acordo com a visão e a missão do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, que tem como foco a relação estreita com a comunidade local, as áreas de concentração da pesquisa Institucional são Educação, Saúde, Cidadania e Meio Ambiente, como alicerces do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Ocidental.

Tem como ferramenta a iniciação científica, fortemente marcada pela maneira em que os trabalhos de conclusão dos cursos são desenvolvidos, em que os alunos, ao cumprirem este componente curricular, são fortemente incentivados a pensarem cientificamente, para consolidar esta característica indelével de um profissional com a formação pretendida pelo São Lucas JPR em todos os seus cursos.

A instituição apoia seus pesquisadores, concedendo, não só os meios de infraestrutura e insumos para que seus projetos sejam executados, como também fornecendo horas remuneradas para tal dedicação proposta em editais institucionais anuais. Além destas ações locais, anualmente é publicado o edital Afyccionados por Ciência, fornecendo fomentos para pesquisa, publicação e participação em eventos científicos nacionais e internacionais, para docentes e discentes das unidades do Grupo Afya Educacional, entre elas, o São Lucas JPR.

A ênfase à iniciação científica e tecnológica nos cursos de graduação do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, objetiva:

- Aprimorar o espírito analítico-crítico e desenvolver o espírito científico dos docentes e discentes;
- Incrementar a participação de docentes e discentes na atividade de pesquisa;
- Incentivar o aluno da graduação a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado;
- Preparar o aluno para a competitividade no mercado de trabalho, criando soluções inovadoras para os problemas;
- Aprimorar a formação acadêmica dos alunos, contribuindo, significativamente, para a produtividade das linhas e projetos de pesquisa em que participam;
- Incrementar a participação de docentes e discentes em eventos científicos e tecnológicos, visando a qualidade dos resultados das pesquisas em que participam;
- Incentivar a produção científica discente própria ou em colaboração com seus orientadores;

- Desenvolver a área de concentração em pesquisa emanada das demandas locais e aprovada pelo comitê de pesquisa e pelo Consupe;
- Produzir conhecimento, ampliando as fronteiras científicas e tecnológicas;
- Incrementar a participação de docentes nas atividades de pesquisa;
- Aumentar a produtividade com qualidade em pesquisa;
- Consolidar a presença nos eventos principais de cada área do conhecimento;
- Consolidar os processos de avaliação de pesquisa;
- Promover o intercâmbio entre os pesquisadores da instituição e de outras instituições nacionais ou estrangeiras;
- Implementar laboratórios de pesquisa;
- Consolidar grupos de excelência em pesquisa na instituição.

Como estratégia de fortalecimento da cultura científica, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná mantém três periódicos ativos com registro ISSN, sendo a *Revista Amazônica de Ciências Médicas e Saúde (RACMS)* e a *Revista Nativa (RNaCTI)*, ambas com fluxo contínuo de publicações, além das edições científicas vinculadas ao Fórum Rondoniense de Pesquisa, evento anual que estimula a divulgação de produções acadêmicas. A instituição também fomenta a pesquisa por meio de programas institucionais consolidados, como o Afycionados por ciência através da direção nacional de ensino em parceria com a direção nacional de educação continuada e editais voltados à criação e manutenção de grupos de estudo e pesquisa. Para assegurar o rigor ético das investigações, conta com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), instituído em 1º de dezembro de 2006, e com a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), ambos responsáveis por avaliar e acompanhar projetos de pesquisa envolvendo seres humanos e experimentação animal, respectivamente. Essas ações demonstram o compromisso institucional com a produção científica responsável, a formação acadêmica de excelência e a contribuição efetiva para o desenvolvimento regional e nacional.

4.7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A extensão universitária é uma dimensão fundamental da formação acadêmica, sendo orientada pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em especial no art. 43. Trata-se de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que visa à transformação social, por meio da articulação entre o saber acadêmico e os saberes populares, promovendo a troca de experiências entre o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e os diversos setores da sociedade.

A Política de Extensão do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR se orienta conforme conceito definido no Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012).

A prática extensionista oportuniza ao estudante uma formação crítica, ética e cidadã, ao colocá-lo em contato direto com realidades sociais concretas. Essa vivência proporciona o desenvolvimento de competências como empatia, pensamento crítico, compromisso social, trabalho em equipe e comunicação, além de favorecer o protagonismo estudantil, a criatividade e a capacidade de intervir em contextos diversos. Ao promover essa articulação, a extensão universitária consolida-se como espaço de aprendizado transformador e de compromisso institucional com o desenvolvimento local e regional.

Consideram-se ações de extensão universitária aquelas que envolvem, de maneira sistemática e planejada, a participação de organizações e comunidades externas à Instituição, promovendo a integração do saber acadêmico com as práticas sociais e contribuindo para o desenvolvimento social, científico e cultural.

No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, a extensão está intrinsecamente vinculada à missão institucional e se concretiza por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, sempre com base nos objetivos:

- Realizar a extensão universitária de forma institucional, interdisciplinar e transdisciplinar contribuindo para o equacionamento de problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos da sociedade, em especial os vivenciados nas comunidades em que está inserida;
- Contribuir para o aprimoramento da formação ética, cidadã, política, científica e técnica dos discentes, docentes e colaboradores da instituição;
- Promover a troca entre os saberes sistematizado-acadêmico e o popular;
- Estabelecer a integração entre ensino, pesquisa e a realidade social;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da cidadania, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida;
- Capacitar os discentes para atender as exigências do mercado de trabalho e as demandas sociais;
- Fornecer subsídios para a pesquisa, em todos os níveis da instituição;
- Contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares do São Lucas JPR, bem como para a sistematização do conhecimento produzido;
- Garantir uma concepção do espaço acadêmico, entendido como todos os ambientes, dentro e fora da Instituição onde se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações;
- Estimular a prática desportiva e cultural fortalecendo seus valores, princípios e conceitos, inserindo os diversos seguimentos sociais à prática acadêmica.

Por fim, reafirma-se que a extensão universitária desenvolve papel essencial nas atividades de ensino superior e deve estar comprometida com a realidade social, promovendo uma interação dialógica, transformadora e permanente entre a universidade e a sociedade.

4.7.1 Diretrizes

As ações de extensão devem ser desenvolvidas como um processo de caráter científico e educativo, estando permeadas pela inter e transdisciplinariedade,

princípios éticos, cidadania, cultura, responsabilidade social e a transformação da sociedade.

Embasadas na missão e nos valores do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, as ações extensionistas alinham-se ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015):

Erradicação da pobreza;
Fome zero e agricultura sustentável;
Saúde e bem-estar;
Educação de qualidade;
Igualdade de gênero;
Água limpa e saneamento;
Energia limpa e acessível;
Trabalho decente e crescimento econômico;
Inovação infraestrutura;
Redução das desigualdades;
Cidades e comunidades sustentáveis;
Consumo e produção responsáveis;
Ação contra a mudança global do clima;
Vida na água;
Vida terrestre;
Paz, justiça e instituições eficazes;
Parcerias e meios de implementação.

As ações extensionistas são realizadas de forma voluntária por docentes, discentes, colaboradores e comunidade externa e gerenciadas por coordenação própria, sempre em parceria com as coordenações dos cursos e coordenações de pesquisa, internacionalização, inovação e pós-graduação, que inicialmente estruturarão as ações que serão executadas sob responsabilidade organizacional e gerencial deste setor.

Somam-se as disciplinas de extensão curricularizadas que dentro do compromisso institucional com o desenvolvimento humano, a sustentabilidade e a

justiça social alinham-se também ao PNUD e aos 17 ODS, estabelecidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015).

4.7.2 Ações ou Modalidades de Extensão

Em consonância com o art. 8º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e com o compromisso do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná com a formação cidadã, crítica e comprometida socialmente, as ações extensionistas são organizadas nas seguintes modalidades:

- **Programa:** conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, com caráter orgânico-institucional, voltado a um objetivo comum, com duração de médio a longo prazo. Os programas devem estar integrados ao planejamento estratégico institucional, envolver diferentes áreas do conhecimento e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- **Projeto:** ação processual, contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos claramente definidos e prazos determinados. Os projetos podem estar vinculados a um programa ou funcionar de forma autônoma, desde que atendam aos princípios da extensão universitária, promovendo a interação dialógica com a sociedade e contribuindo para sua transformação.
- **Curso:** atividade pedagógica voltada à formação, qualificação ou atualização de saberes, com conteúdo teórico, prático ou técnico. Os cursos devem responder a demandas da sociedade e promover a participação ativa da comunidade externa, com duração e carga horária variáveis, conforme previsto no plano de extensão.
- **Oficina:** ação de curta duração, com caráter interativo e metodologias participativas, voltada ao desenvolvimento de habilidades específicas ou à reflexão sobre temáticas relevantes. As oficinas favorecem a construção coletiva do conhecimento e fortalecem o vínculo entre a instituição e a comunidade.
- **Evento:** atividade de caráter pontual que visa o intercâmbio de saberes, a divulgação científica, cultural ou acadêmica, e a aproximação da instituição

com a sociedade. Incluem-se nesta modalidade congressos, seminários, feiras, exposições, mostras culturais e eventos esportivos.

- **Prestação de Serviços:** Ação extensionista de natureza técnico-científica, educacional ou cultural, que busca atender demandas específicas da comunidade externa. Deve ser planejada com base nas competências institucionais e nos objetivos formativos dos cursos, garantindo a devolutiva social e a formação prática dos estudantes envolvidos.

4.7.3 Áreas Temáticas da extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pelo Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná estão organizadas a partir das **Áreas Temáticas definidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX)**, conforme reconhecido na Resolução CNE/CES nº 7/2018. Tais áreas servem como **eixo estruturante** para a sistematização e classificação das atividades extensionistas, refletindo os grandes focos de políticas públicas e demandas sociais prioritárias.

O objetivo principal das Áreas Temáticas é favorecer o planejamento, o registro, o acompanhamento e a avaliação das ações extensionistas, assegurando sua relevância social, coerência acadêmica e impacto transformador.

As oito Áreas Temáticas da extensão são:

- **Comunicação:** abrange ações voltadas à democratização da informação, inclusão digital, mídia comunitária, educomunicação, produção audiovisual, mídias sociais e processos comunicacionais voltados à cidadania.
- **Cultura:** envolve iniciativas de valorização, preservação e difusão das manifestações culturais, memória social, diversidade étnico-racial e patrimônio histórico e artístico, com foco no fortalecimento da identidade e da pluralidade cultural.
- **Direitos Humanos e Justiça:** compreende ações que promovem o acesso à justiça, defesa de direitos, cidadania, equidade de gênero, combate à violência, respeito à diversidade e fortalecimento das instituições democráticas.

- **Educação:** refere-se a atividades que colaboram com o processo educacional em todos os níveis e modalidades, incluindo formação continuada de professores, reforço escolar, alfabetização, educação de jovens e adultos (EJA), e práticas educativas não formais.
- **Meio Ambiente:** inclui ações voltadas à sustentabilidade, conservação dos recursos naturais, educação ambiental, enfrentamento das mudanças climáticas, gestão ambiental participativa e agroecologia.
- **Saúde:** abrange iniciativas de promoção da saúde, prevenção de doenças, atenção básica, vigilância sanitária, práticas integrativas, bem-estar e qualidade de vida, alinhadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às necessidades da comunidade.
- **Tecnologia e Produção:** compreende ações relacionadas ao desenvolvimento científico, à inovação, à transferência de tecnologia, ao empreendedorismo e ao apoio técnico a atividades produtivas de base local ou regional.
- **Trabalho:** envolve projetos que contribuam para a qualificação profissional, geração de emprego e renda, economia solidária, formação para o mundo do trabalho e fortalecimento de empreendimentos sociais.

4.7.4 Eixos Norteadores da Extensão

As ações de extensão universitária no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná são desenvolvidas com base nos cinco eixos norteadores definidos no art. 5º e 6º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, os quais orientam o planejamento, a execução e a avaliação das atividades extensionistas nos cursos de graduação.

Estes eixos asseguram o alinhamento das ações com os princípios da extensão universitária, reforçando seu papel formativo, socialmente referenciado e transformador.

4.7.5 Incentivo Institucional à Extensão e Boas Práticas

No âmbito de suas diretrizes institucionais, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná adota mecanismos de fomento e valorização da extensão universitária, reconhecendo-a como eixo estruturante da formação discente e vetor de transformação social.

Para os projetos, também podem ser destinadas bolsas de extensão aos acadêmicos, conforme diretrizes nacionais do grupo educacional. A concessão de bolsas de extensão objetiva a inserção de acadêmicos nos projetos comunitários aprovados em edital, que obedece às definições emanadas de Resolução da mantenedora.

Além das modalidades formais de extensão, o São Lucas Ji-Paraná também incentiva a atuação por meio da possibilidade de Centros Acadêmicos, ligas acadêmicas, acadêmicas, grupos organizados por estudantes e orientados por docentes, que desenvolvem atividades científicas, sociais e educacionais com impacto direto na comunidade. Essas ligas atuam de forma interdisciplinar, especialmente nas áreas da saúde, direito, educação e cidadania, organizando campanhas educativas, oficinas, rodas de conversa e visitas técnicas. Muitas dessas ações possuem caráter extensionista e fortalecem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando o alcance social da instituição e contribuindo para a formação integral do discente.

Entre as práticas de destaque promovidas no curso de Direito, destaca-se a atuação da Liga Acadêmica de Direitos Humanos e Antropologia (LADHA), em funcionamento de 2021 a 2023. A LADHA representou um espaço qualificado de articulação entre ensino, extensão e pesquisa, promovendo debates interdisciplinares e atividades voltadas à promoção dos direitos fundamentais. Como marco de sua atuação, organizou a 1ª Jornada Rondoniense de Direitos Humanos – LADHA, evento que contou com a participação de diversos profissionais do campo jurídico e das ciências humanas, incluindo representantes do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), delegados de polícia, psicólogos e outros especialistas. A iniciativa contribuiu para o aprofundamento do compromisso ético-social dos acadêmicos e fortaleceu a inserção crítica da extensão universitária nas pautas contemporâneas de justiça e direitos humanos.

Há também o Programa Alunos Extensionistas Voluntários, regulamentado por editais, que seleciona estudantes de todos os cursos para atuarem

voluntariamente junto às coordenações de curso e à PROPPEXI (Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Empregabilidade, Inovação e Internacionalização). Os extensionistas voluntários desempenham funções de apoio técnico em eventos, projetos e ações de extensão, pesquisa e inovação. A atuação é reconhecida institucionalmente, com certificação proporcional à carga horária e ao desempenho, podendo atingir até 80 horas por ano letivo.

Com foco na atuação comunitária e na superação de práticas assistencialistas, o São Lucas Ji-Paraná desenvolve projetos que oportunizam a justa inserção de grupos sociais historicamente marginalizados nos espaços institucionais e sociais, promovendo o exercício pleno da cidadania e a melhoria da qualidade de vida, com atenção aos aspectos biopsicossociais e ambientais. Esse compromisso rendeu à instituição o Selo de Responsabilidade Social, conferido a Instituições de Ensino Superior que demonstram atuação efetiva em prol da transformação social por meio de práticas extensionistas com impacto comprovado.

4.7.6 Extensão curricularizada

A Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que, até o final de sua vigência, todas as Instituições de Ensino Superior devem assegurar a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão, de forma integrada ao currículo e articulada ao ensino e à pesquisa. Essa diretriz foi regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, a qual define que as ações extensionistas devem ser parte integrante do projeto pedagógico dos cursos e envolver, de forma sistemática e planejada, a participação da comunidade externa à instituição.

Conforme regulamentado pela Resolução CONSEPE nº 015, de 14 de junho de 2022, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná instituiu a Extensão Acadêmica Curricular (EAC), como parte do Projeto Pedagógico Institucional, em consonância com a Portaria MEC nº 1.350/2018, com o Plano Nacional de Educação (Meta 12.7) e a Resolução CNE/CES nº 7/2018. A EAC integra ao currículo da graduação atividades extensionistas de caráter interdisciplinar, voltadas à realidade local e às demandas sociais identificadas.

Os projetos extensionistas curriculares são oferecidos como disciplinas obrigatórias, com planejamento semestral, fundamentadas em diagnóstico loco-regional. Tem por finalidade discutir fundamentos teóricos e convertê-los em intervenções práticas, originando produtos ou ações com valor social agregado.

Durante a condução das disciplinas de extensão, professores e estudantes contam com o apoio da ferramenta educacional DreamShaper, que contribui para o desenvolvimento estruturado dos projetos, desde o diagnóstico do problema até a apresentação de soluções inovadoras com impacto social. A plataforma favorece o protagonismo discente, o pensamento crítico e a autonomia na elaboração das ações extensionistas, alinhando-se aos princípios da curricularização da extensão.

As atividades de extensão são acompanhadas por meio de relatórios de frequência, formulários de autoavaliação, avaliação docente e da comunidade atendida, conforme estabelecido no Regulamento da Extensão Acadêmica Curricular da instituição. A análise qualitativa e quantitativa dos dados permite o aperfeiçoamento contínuo das ações e a retroalimentação dos conteúdos teóricos desenvolvidos em sala de aula.

A curricularização da extensão também tem promovido o fortalecimento da produção científica extensionista, incentivando a elaboração de artigos, resumos e apresentações em eventos e revistas internos e externos. As disciplinas de extensão articulam saberes de diferentes áreas, permitindo a atuação conjunta de acadêmicos de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multiprofissional.

A extensão curricularizada está estruturada nas seguintes disciplinas sequenciais:

- Projeto de Extensão I
- Projeto de Extensão II
- Projeto de Extensão III
- Projeto de Extensão IV
- Projeto de Extensão V
- Projeto de Extensão VI
- Projeto de Extensão VII

Os projetos de extensão não são restritos ao curso de Direito, podendo contar com a participação de acadêmicos e docentes de outros cursos da instituição, a fim

de assegurar o caráter interdisciplinar, transdisciplinar e colaborativo das ações, conforme preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Essa abertura amplia o potencial de impacto das iniciativas, fortalece a formação integral dos estudantes e contribui para a construção de soluções mais eficazes e socialmente referenciadas.

Para exemplificar a efetivação da extensão curricularizada, tem-se o rol das disciplinas de extensão ofertadas no semestre 2025.1, distribuídas da seguinte forma: Projeto de Extensão I, Projeto "Povos Indígenas"; no Projeto de Extensão II, foram ofertados os projetos "Ciência em Ação", "São Lucas na Escola", "Educagame", "Financeiramente", "Despesa Solidária 2" e "Feliz Idade 1"; no Projeto de Extensão III, executou-se o projeto "Riquezas do Machado"; no Projeto de Extensão IV, foram desenvolvidos os projetos "Planeta Local", "Ambientes Saudáveis 2.0", "Leis, Trabalho e Sociedade", "Ressocializa 1", "Amoras" e "Boas Práticas de Fabricação em Agroindústria"; por fim, no Projeto de Extensão V, os projetos "Ressocializa 2" e "Saúde em Rede", o Projeto de Extensão VI "Mães atípicas: vozes e vidas". Dentre os projetos desenvolvidos, destacam-se:

- ✓ **Povos Indígenas (antigo Amondawa):** alinhado ao ODS 10, envolve vivências em trilhas, oficinas educativas, materiais informativos e contato direto com comunidades indígenas, com impacto em mais de 400 pessoas no último semestre.
- ✓ **Riquezas do Machado:** vinculado aos ODS 10, 11 e 14, promove a valorização do Rio Machado e o fortalecimento dos vínculos com comunidades ribeirinhas, especialmente pescadores locais.
- ✓ **Despesa Solidária:** projeto de responsabilidade social e combate às desigualdades, atua com análise crítica à situação e existência dos moradores de rua na região, promovendo propostas e articulações de melhoria para este grupo, e ainda de maneira imediata alcançando resultados imediatos com doações de alimentos e itens essenciais a famílias em situação de vulnerabilidade e pessoas em situação de rua, alinhando-se ao ODS 10 e aos princípios dos direitos humanos.
- ✓ **Mães atípicas: Vozes e Vidas:** O projeto visa dar visibilidade às vivências de mães atípicas e suas famílias, promovendo escuta qualificada, acolhimento e conscientização sobre os desafios enfrentados no cuidado de

peças neurodivergentes. Por meio de palestras, rodas de conversa e visitas a instituições como o Centro Para Autismo e a APAE, o projeto fortalece a rede de apoio comunitária e propõe estratégias interdisciplinares voltadas à superação de barreiras sociais e jurídicas. A iniciativa promove a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo nos acadêmicos empatia, responsabilidade social e atuação cidadã qualificada, com impacto direto sobre mais de 100 famílias atendidas na região de Ji-Paraná/RO, alinhando-se a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ODS 10 – Redução das Desigualdades.

- ✓ **Ressocializa:** O projeto tem como foco a promoção da cidadania e da justiça social por meio da reflexão crítica sobre o sistema penitenciário e da atuação direta junto à comunidade carcerária. Por meio de visitas técnicas a instituições como APAC e CASE, rodas de conversa e oficinas, o projeto proporciona aos discentes o contato com estratégias de reintegração social de apenados e egressos do sistema prisional. Alinhando-se a 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

Essas ações fortalecem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a inclusão, a equidade e a justiça social, enquanto promovem no estudante o desenvolvimento de competências como empatia, responsabilidade social, liderança e pensamento crítico.

A vivência prática e social proporcionada por essas experiências reforça no discente o protagonismo ético, o compromisso com a transformação da realidade e o desenvolvimento de competências como empatia, escuta ativa, raciocínio jurídico crítico e atuação cidadã, configurando-se como prática extensionista de elevado impacto social e formativo.

4.7.7 Socialização da Extensão

Para consolidar o processo formativo, promover a visibilidade das ações extensionistas e valorizar o protagonismo discente, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná realiza, semestralmente, a Socialização da Extensão Universitária, evento institucional que promove o intercâmbio entre os projetos desenvolvidos e a comunidade local.

A Socialização da Extensão Universitária reforça diretamente o que dispõe o art. 43, inciso VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ao promover a extensão “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

Em diversas edições, o evento foi realizado em espaços públicos de grande circulação, ultrapassando a esfera acadêmica e alcançando mais de 5.000 pessoas da comunidade externa, promovendo efetivo diálogo entre universidade e sociedade.

Durante o evento, os estudantes apresentam os resultados, produtos e impactos das ações realizadas nas disciplinas de extensão, sendo avaliados por docentes e membros da sociedade com base em critérios objetivos definidos em edital. A atividade é aberta ao público e, em algumas edições, ocorre em espaços de ampla circulação popular, ampliando o diálogo com a sociedade.

Além disso, a Socialização garante certificação institucional aos participantes e premia os projetos de maior destaque com menções honrosas e valores em dinheiro, estimulando o envolvimento acadêmico e o comprometimento ético dos discentes com ações de impacto social. Tal iniciativa fortalece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reafirmando o papel da universidade como agente de transformação social e como espaço de formação cidadã e crítica, promovendo no acadêmico o compromisso ético, a autonomia intelectual e a responsabilidade social esperadas de um egresso crítico e engajado.

4.8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

A produção de conhecimento é relevante e abrangente e deve ser entendida como um resultado de transformações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, a fim de influenciar a vida cotidiana das pessoas. O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, preocupado em disseminar o conhecimento produzido em sua comunidade, institui como sua política a produção intelectual como mecanismo de difusão do avanço científico e tecnológico e a socialização das ações da academia voltadas para a comunidade. O processo de produção do conhecimento, dentro de diretrizes institucionais, prevê a ampliação e qualificação da produção intelectual, de acordo com os critérios de excelência exigidos pelos órgãos que norteiam a Extensão, a Pesquisa e o Ensino, bem como a valorização da diversidade cultural brasileira, com ênfase na proteção, preservação e promoção dos patrimônios culturais e espaços de memória.

A própria sociedade contemporânea redefiniu o papel da Instituição de Ensino Superior, tirando-lhe a função de mera formadora de profissionais para atender o mercado de trabalho, atribuindo-lhe o compromisso mais abrangente: instigar uma formação cidadã.

Nesta nova configuração, a sociedade exige mais que um profissional preparado para o mercado de trabalho; o novo profissional deve ter capacidade de liderança, estar apto para o trabalho em equipe e ser criador de novas possibilidades para si e para a sociedade.

A IES, pautando-se nesta dimensão, assume responsabilidade social ao desenvolver atividades abrangentes, complexas em todas as suas relações, em busca da equidade social, respeito à vida em suas diferenças e diversidade cultural e ao meio ambiente.

O PDI do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. Tais políticas ocorrem de modo transversal aos cursos ofertados, através de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, e objetivam ampliar as competências dos egressos, por meio da oferta de mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.

Enquanto instituição educativa, promove o compromisso ético com o exercício dos Direitos Humanos, entendendo-o como uma prática estabelecida na convivência e na

organização social, política, econômica e cultural nos diferentes contextos onde atua.

Como exemplo desta política, destaca-se a Semana “Cine cultura”, com a exibição do curta metragem “Ela mora logo ali”, em parceria com a Fundação Cultural de Ji-Paraná, que apresenta uma narrativa de impacto de uma mãe atípica dentro do contexto rondoniense. O curta foi reconhecido nacionalmente no Festival de Gramado de 2023. A exibição do curta proporcionou a interação entre os acadêmicos e uma reflexão crítica sobre realidades.

4.9 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Consoante às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, preconizadas na Lei nº 11.645, de 10/03/2008, e na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, a IES tem se preocupado em oferecer diferentes atividades a fim de suprir esta necessidade na formação de seus acadêmicos.

As diretrizes aprovadas sustentam-se no contexto da política de ações afirmativas, pelo reconhecimento, valorização e afirmação de direitos livre de qualquer tipo de discriminação racial, social e cultural; do reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos; da formação de cidadãos numa sociedade multicultural e pluriétnica; e da aceitação e valorização das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia.

Neste contexto, foram introduzidas, no cotidiano da formação de nossos acadêmicos da graduação, diferentes ações de valorização da diversidade, visando à promoção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que os eduquem como cidadãos na construção de uma nação democrática.

Dentre as várias ações implementadas, através de atividades curriculares ou não, perpassando pelos diferentes cursos, podemos destacar: estudo de conteúdos abordados nas disciplinas de formação universal, realização de palestras e eventos com estudiosos do assunto e outras personalidades ligadas aos movimentos sociais; aprofundamento de estudos através de pesquisas e outras atividades similares;

promoção de atividades culturais e artísticas, entre outras.

Outro ponto a destacar é a inclusão do tema das relações étnico-raciais na formação pedagógica continuada dos docentes do Centro Universitário, pois há o entendimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra no país e a crença de que o ambiente acadêmico tem plenas condições de colaborar com o combate ao racismo, discriminação, exclusão, injustiça e preconceito.

Além da promoção de atividades institucionais com a temática das relações étnico-raciais e da incorporação de conteúdos desta natureza nas disciplinas de formação geral (universal), cada curso busca contemplar, em suas disciplinas de formação específica, também a referida temática.

4.10 DISCIPLINA DE LIBRAS

A disciplina de Libras está presente no currículo dos cursos de graduação do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, sendo obrigatório cursá-la nos cursos de licenciatura e optativa entre o rol dos cursos de bacharelado, conforme estabelecido no Decreto 5.626/2005, capítulo II, sendo ofertada como disciplina eletiva, no curso de Direito.

A competência da disciplina de Libras é oportunizar a comunicação e expressão intergrupar, atendendo as necessidades específicas da língua de sinais e a sua importância para inserção no mercado de trabalho, de forma articulada ao contexto político, social e tecnológico. As habilidades são:

- conhecer e entender o sujeito surdo, sua cultura, identidade, seus direitos previstos em leis e aspectos gerais da Libras;
- compreender a importância da Libras para a sociedade na qual ela está inserida;
- dinamizar a prática dos conteúdos aprendidos através da Língua de Sinais;
- praticar a Língua de Sinais através da apresentação e interpretação de textos, poemas, músicas e histórias em Libras/Português e Português/Libras;

A disciplina dá subsídio ao acadêmico para ser ciente da singularidade linguística dos surdos e, assim, compreender e atender as demandas sociais na esfera de acessibilidade e inclusão, facilitando a interação com os surdos e fomentando mudanças positivas no contexto social e cultural.

Além da abordagem disciplinar, através do NED é oferecido, aos colaboradores, cursos básico e avançado de Libras, de modo a possibilitar a comunicação com este segmento da sociedade e assegurar, assim, mais um aspecto da inclusão social.

4.11 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A questão ambiental já se tornou o tema político mais importante em nosso planeta globalizado. Considerando-se o atual modelo de desenvolvimento econômico global insustentável, que implica na crescente exploração e esgotamentos regionais dos recursos naturais, a ONU e o Instituto Nobel compreendem o tema ambiental crucial à manutenção da paz mundial.

Nesse cenário urgente e complexo, consoante às orientações da Resolução CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, ciente de sua responsabilidade socioambiental enquanto IES, assume papel de protagonista ao definir uma agenda estratégica de ações voltadas à sustentabilidade ambiental.

A Agenda é um projeto institucional, estratégico, integrado e multidisciplinar, fundamentado na compreensão sistêmica do meio ambiente. Considera a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade ambiental. Entende o exercício da cidadania intrinsecamente vinculado às múltiplas dimensões da questão ambiental, por exemplo: política, legal, ética, epistêmica, educacional, científica etc. Baseia suas decisões e ações em um enfoque humanista, democrático, participativo e plural, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, destacando-se inclusive as ações desenvolvidas nos Projetos de Extensão curricularizados, envolvendo a comunidade docente e discente e a comunidade externa.

Um exemplo emblemático da aplicação prática da Agenda Institucional voltada à sustentabilidade e cidadania foi o Projeto de Extensão Currucularizado "Ambientes

Saudáveis" (2024.2). A iniciativa envolveu estudantes de diferentes cursos, instituições públicas, ONG's e escolas, e promoveu campanhas de conscientização e coleta seletiva que evitaram o descarte de 380 kg de lixo reciclável no meio ambiente, gerando uma economia estimada de mais de 2.350 kWh de energia, dezenas de litros de água e toneladas de matérias-primas como bauxita, madeira, areia, cal, soda e petróleo. Ao integrar teoria, prática e impacto direto na comunidade, o projeto reforça o compromisso institucional com uma educação ambiental transformadora, ancorada em uma visão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar.

4.12 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A temática da Educação em Direitos Humanos, prevista na Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, é tratada nas Instituições de Ensino Superior em suas diferentes unidades e níveis de ensino. Como um dos eixos fundamentais do direito à educação, está inserida no currículo da Instituição de forma transversal, articulada por diferentes conteúdos e campos de saberes e de práticas.

Consolidada pela Declaração de Viena, em 1993, a Educação em Direitos Humanos ultrapassou seus limites aos aspectos filosóficos e jurídicos. Neste sentido, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná busca, em consonância com a referida Resolução, bem como com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a Matriz Nacional de Segurança e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), estabelecer o diálogo com todos os envolvidos no processo educativo, com vistas à “promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã dos sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas” (art. 2º).

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, como instituição educativa, promove o compromisso ético com o exercício dos Direitos Humanos, entendendo-o como uma prática estabelecida na convivência e na organização social, política, econômica e cultural nos diferentes contextos onde atua.

Nesse sentido, destaca-se a atuação da Clínica de Direitos Humanos, componente de estágio do curso de Direito, que promove intervenções práticas vinculadas à promoção e proteção dos direitos fundamentais.

A clínica possui parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e desenvolve ações junto a comunidades vulneráveis, como a comunidade indígena Arara, habitantes da Terra Indígena Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, e o Centro de Atendimento ao Autista do município. Essas ações envolvem rodas de conversa, atendimentos jurídicos e atividades interdisciplinares voltadas à escuta qualificada e à garantia de direitos, promovendo a empatia, o respeito à diversidade e o protagonismo discente na defesa da dignidade humana.

4.13 POLÍTICA DE PROTEÇÃO DO DIREITO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A política de Proteção do Direito da pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, vem sendo organizada pela instituição com a finalidade de promover ao acadêmico ou funcionário com TEA, oportunidades igualitárias. As propostas se embasam nos preceitos legais, assumindo o compromisso institucional nos âmbitos de infraestrutura, currículo, comunicação e informação, programas de extensão e de pesquisa, fundamentadas principalmente na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Visando atender à legislação, a instituição possibilita e articula recursos, como novas tecnologias assistivas, acervo bibliográfico, serviço de apoio (para realização de atividades, pesquisas e adaptações do conteúdo) e materiais adaptados conforme a necessidade do estudante com TEA.

A política de Proteção do Direito da Pessoa com TEA é visível nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, nos currículos, nas ações previstas junto ao NED com formação de professores, funcionários e atendimentos e nos recursos providenciados ao acadêmico com TEA.

O NED, com sua comissão de acessibilidade, postula ações do Programa Permanente de Acessibilidade que promovem conhecimento e conscientização sobre

o TEA em palestras, pesquisa, extensão e publicações. Também promove cursos de capacitações que abrangem os docentes e demais funcionários.

A formação de profissionais se faz necessária para compreender o alunado com TEA em suas especificidades quanto a ambiente (luminosidade, ruídos visuais e sonoros), rotina (inflexibilidade), estereotipia (repetição involuntária de expressões verbais, gestos e movimentos), dificuldade de interações sociais (de relacionar-se com o outro, do toque, do contato visual, entre outros), da comunicação (expressões verbais de interação, expressões faciais e incompreensão de metáforas), repertório de interesses e atividades restritivas (foco em determinada área), necessidade de adaptações imagéticas (reestruturação dos slides, atividades, avaliação, exemplos e materiais), maior tempo para entender conteúdo, avaliações pesquisas e demais atividades desenvolvidas na e para a instituição.

Ao realizar tais adaptações, o próprio acadêmico pode ter participação na definição das mesmas. As formações e adaptações são práticas inovadoras que a instituição promove para garantir a construção de conhecimento e desenvolvimento sociocognitivo do aluno.

No âmbito do curso de Direito, destacam-se ações desenvolvidas pela Clínica de Direitos Humanos e pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que atuam diretamente na promoção e defesa dos direitos das pessoas com autismo. A Clínica realizou atividades interdisciplinares junto ao Centro de Atendimento ao Autista de Ji-Paraná, incluindo rodas de conversa, produção de materiais educativos e atendimentos jurídicos, com enfoque na escuta ativa e no respeito à diversidade. Já o NPJ atua na assistência jurídica gratuita, contribuindo com orientações e encaminhamentos de demandas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, incluindo pessoas com TEA e seus familiares.

A formação de profissionais para acolher e compreender o alunado com TEA contempla aspectos relacionados ao ambiente físico (luminosidade, estímulos visuais e sonoros), à rotina (necessidade de previsibilidade), às estereotipias (movimentos repetitivos), às dificuldades de interação social e comunicação, bem como à adaptação de materiais didáticos. Essas formações e as adaptações pedagógicas são práticas inovadoras que a instituição promove para garantir a construção de conhecimento e o desenvolvimento sociocognitivo do estudante.

4.14 POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nessa direção, preocupada com o desenvolvimento regional, atendendo ao disposto na nova legislação educacional e consciente do seu papel junto à sociedade, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná formulou sua política de responsabilidade social, sendo que o compromisso social da instituição comporta, além das suas funções específicas de geração e transmissão do saber e formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, a prestação de serviços à sociedade, com favorecimento do desenvolvimento econômico e social da região e do país, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como reconhecimento por essa atuação constante, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é detentor do Selo de Responsabilidade Social, conferido às instituições de ensino superior que demonstram ações efetivas e comprovadas de impacto social e compromisso com a transformação da realidade local.

Entre as ações promovidas, destacam-se:

- **"Fortalecendo o SUS: a importância da participação social"** – roda de conversa realizada com conselheiro de saúde, abordando, de forma prática e participativa, a importância do controle social e do engajamento popular na consolidação do Sistema Único de Saúde.
- **"Maio Amarelo – Prevenção a Acidentes de Trânsito"** – ação multidisciplinar envolvendo os cursos de Enfermagem, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária e Sistemas de Informação. O objetivo foi conscientizar os acadêmicos sobre os riscos no trânsito, promovendo uma cultura de segurança, prevenção e responsabilidade.
- Essas ações refletem o compromisso institucional com temas socialmente relevantes e contribuem para a formação cidadã de seus estudantes, ao mesmo tempo em que impactam positivamente a comunidade externa.

4.15 POLÍTICA DE PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL E TECNOLÓGICA

Para o incentivo de publicações e divulgação científicas o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, além do estímulo de publicações em eventos, dispõe de uma lista de periódicos do grupo Afya Educacional com possibilidades para publicação.

E no âmbito local, para fortalecimento da cultura científica, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná mantém três periódicos ativos com registro ISSN, sendo a *Revista Amazônica de Ciências Médicas e Saúde (RACMS)* e a *Revista Nativa (RNACTI)*, ambas com fluxo contínuo de publicações, além das edições científicas vinculadas ao Fórum Rondoniense de Pesquisa, evento anual que estimula a divulgação de produções acadêmicas.

4.16 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Reconhecendo a importância da cooperação internacional no contexto educacional, econômico, social e político do século XXI, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná destaca a internacionalização como de relevância para sua ação educacional e como uma importante oportunidade para a formação de seus discentes.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná entende a cooperação internacional, fundamentada na solidariedade e na igualdade, como um instrumento de superação de assimetrias entre povos, sistemas e instituições, bem como de construção de uma sociedade melhor e mais justa, sendo fundamental para a consolidação e a expansão da Instituição e para o desenvolvimento sustentável do país no cenário global. Para alcançar esses propósitos, a IES possui uma Política de Internacionalização, com vistas à contemporaneidade, que reforça e auxilia na consolidação da qualidade acadêmica.

Assume como objetivos para a sua Política de Internacionalização:

- I. Consolidar-se como uma IES de renome no ensino, na pesquisa e na extensão, inserindo-se em redes de colaboração com parceiros igualmente destacados, visando se tornar um centro de formação de referência.
- II. Consolidar a internacionalização, incluindo o tema na elaboração dos documentos institucionais, nos programas e cursos, de maneira que exista, em todos os níveis, a orientação para os aspectos internacionais do trabalho acadêmico e de gestão.

- III. Formar estudantes com capacidade de visão e ação em sua área de atuação profissional e na organização da sociedade, tendo em vista a mentalidade da cooperação com o diferente, a convivência pacífica entre os povos, pessoas e o estabelecimento de uma cultura da paz.
- IV. Institucionalizar instrumentos de colaboração internacional por meio da construção de convênios que possibilitem quadro efetivo para a realização de atividades acadêmicas, inclusive na atribuição de graus e diplomas.
- V. Criar condições para uma democratização das possibilidades de internacionalização para estudantes, focando na meritocracia.

Para alcançar os objetivos propostos são definidas as seguintes ações para a internacionalização:

- a. Consolidar e ampliar as parcerias internacionais.
- b. Aumentar o número de discentes e docentes em mobilidade internacional, na graduação e na pós-graduação.
- c. Expandir a oferta de programas internacionais para estudantes de graduação e pós-graduação, incluindo intercâmbios semestrais, duplos-diplomas, cursos conjuntos e de curta duração no exterior.
- d. Estimular a internacionalização de projetos e grupos de pesquisa, motivando pesquisadores e grupos para trabalhos internacionais, incluindo publicações.
- e. Ampliar a participação de estudantes do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná em programas governamentais de fomento à mobilidade internacional, na graduação.
- f. Elevar as oportunidades, por meio de iniciativa da própria IES ou de programas de agências de fomento, de parcerias com instituições públicas e privadas, para alunos e docentes com desempenho acadêmico reconhecido.
- g. Apoiar a formatação de projetos de internacionalização na educação continuada, inclusive com a presença de professores e/ou de monitores estrangeiros convidados.

- h. Estabelecer e participar ativamente em redes de parceria e colaboração no ensino, na pesquisa e na gestão, de maneira a modernizar funcionamentos operacionais e transformar concorrentes em parceiros, agregando as expertises do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná as de outras instituições.

Oportuniza à comunidade acadêmica a consolidação de um profissional com capacidades técnicas para atuar em um mundo que exige competências transdisciplinares e sensibilidade diante das diversas realidades culturais e sociais apresentadas na global sociedade contemporânea. O principal objetivo do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná quanto à internacionalização é fortalecer as ações de mobilidade acadêmica dos estudantes em instituições internacionais, permitindo aos mesmos vivenciarem uma realidade de aprendizado diferenciado em outros países.

Tais parcerias oportunizam à comunidade acadêmica a consolidação de um profissional com capacidades técnicas para atuar em um mundo que exige competências transdisciplinares e sensibilidade diante das diversas realidades culturais e sociais apresentadas na global sociedade contemporânea. O principal objetivo do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná quanto à internacionalização é fortalecer as ações de mobilidade acadêmica dos estudantes em instituições internacionais, permitindo aos mesmos vivenciarem uma realidade de aprendizado diferenciado em outros países.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO

Em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, as Políticas Institucionais e as Diretrizes Nacionais para o curso de Graduação em Direito encontra-se estabelecida a organização didático-pedagógica visando nortear o desenvolvimento de sua proposta pedagógica e curricular, bem como as ações voltadas à formação acadêmica e profissional, ao aprendizado discente e ao

desenvolvimento das competências necessárias a constituição do perfil do egresso, conforme concepção do Cursos e seus objetivos.

Trata-se, portanto, de uma organização coerente com o PDI e as Políticas Institucionais, bem como com os objetivos do curso e da formação, na perspectiva de assegurar a devida e necessária consistência acadêmica e didático-pedagógica ao processo educativo.

5.1 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Seguindo as diretrizes emanadas do PDI e das Políticas Institucionais, no Curso de Direito, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão são fomentadas através do estímulo à iniciação científica, às práticas investigativas e extensionistas e a participação em eventos e cursos de extensão, como iniciativas relevantes e necessárias para assegurar aos discentes uma formação integral, considerando suas múltiplas dimensões.

A articulação do ensino com a prática investigativa/iniciação científica, oportuniza aos discentes do Curso de Direito a problematização dos saberes e conhecimentos e seu desvelamento à luz da realidade, através da compreensão dos processos e métodos de produção do conhecimento científico e da prática da pesquisa.

Em articulação com a extensão, os saberes e conhecimentos são cotejados e construídos pela prática social e em interação com a realidade, consubstanciando um processo através do qual os conhecimentos acadêmicos e científicos são socializados e, sobretudo, retroalimentados pela prática e interação com a sociedade, com as demandas sociais e com a realidade.

O fomento dessa articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão — seja mediante a iniciação científica, as práticas investigativas e extensionistas, TCC, as atividades complementares, os projetos integradores, a participação em eventos, a produção e publicação científica, as atividades desenvolvidas pelos docentes no âmbito de suas disciplinas — oportuniza o enriquecimento da formação acadêmica e profissional, o desenvolvimento da aprendizagem e das competências inerentes ao perfil profissional, em interação e sintonia com as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

As Políticas e Programas Institucionais voltados à iniciação científica, à produção científica, à extensão, à realização de eventos e ao apoio para a participação em eventos, contemplam, através de editais publicados periodicamente, a participação dos discentes e docentes do Curso, oportunizando a atividade científica, contribuindo para a troca de experiências, a socialização de suas produções acadêmicas e incentivando a formação para a autonomia intelectual. Dentre estas iniciativas podemos citar:

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e o Programa Voluntário de Iniciação Científica, dos quais podem participar professores e alunos do Curso. Tem como objetivo de contribuir para a formação de recursos humanos na área de pesquisa, introduzir e/ou disseminar a pesquisa na graduação, despertar o interesse pela pesquisa e incentivar alunos com potencial para ser pesquisador, bem como proporcionar a iniciação no método científico e nas técnicas próprias de cada área, estimulando o desenvolvimento da criatividade na ciência, mediante orientações de pesquisadores qualificados.

Programa de Apoio a Realização de Eventos – subsidia a participação de discentes e docentes da IES, visando ao aperfeiçoamento contínuo e o desenvolvimento Institucional. O auxílio financeiro é destinado à participação em atividades acadêmicas, eventos, seminários, congressos ou capacitações, de relevância para a área de atuação na Instituição, aplicando-se às modalidades graduação e pós-graduação;

Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão – concede bolsas de iniciação às atividades de extensão, permitindo introduzir os estudantes de graduação com vocação no âmbito da atividade extensionista com a finalidade de atender as demandas de responsabilidade social e integrar a comunidade acadêmica com a população; de caráter anual;

Programa Voluntário de Iniciação à Extensão – permite aprimorar o processo de formação de estudantes de graduação para o desenvolvimento de projetos no âmbito da atividade extensionista através da interação entre docentes e comunidade, levantando demandas e criando estratégias de ações que possam atender as necessidades da população e agregar para o aprendizado dos acadêmicos; de caráter anual;

5.2 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A formação acadêmica e profissional no Curso de Direito desenvolve-se contemplando a realização de uma prática didático-pedagógica orientada à mobilização de conhecimentos em articulação com as habilidades e as atitudes necessárias à identificação e resolução de problemas.

Neste sentido, a prática didático-pedagógica no Curso fomenta a articulação entre as atividades teóricas e práticas através das disciplinas curriculares, do estágio obrigatório e não obrigatório, da monitoria, dos projetos de extensão, das atividades de extensão, da iniciação científica e práticas investigativas, dos trabalhos de conclusão de curso, de visitas técnicas, de eventos, dentre outros.

Assim sendo, as práticas didático-pedagógicas privilegiam o desenvolvimento de competências, caracterizadas pelo exercício de ações que possibilitem e estimulem a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos. Dentre as competências gerais a serem desenvolvidas, destacam-se:

- Tomada de decisão;
- Enfrentamento e resolução de problemas;
- Pensamento crítico e criativo;
- Domínio de linguagem;
- Construção de argumentações técnicas;
- Autonomia nas ações e intervenções;
- Trabalho em equipe;
- Contextualização de entendimentos e encaminhamentos;
- Relação Competências/Conteúdos.

5.3 INTERDISCIPLINARIDADE E INTEGRAÇÃO CURRICULAR

A prática didático-pedagógica desenvolvida no Curso de Direito, promove situações de aprendizagem observando a interdisciplinaridade visando o desenvolvimento progressivo de sua autonomia intelectual, bem como das competências inerentes a sua formação acadêmica e profissional.

Como fator de aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade pressupõe a interação e interconexão entre os saberes e conhecimentos trabalhados nas áreas do conhecimento, currículo, disciplinas e unidades programáticas, em resposta a fragmentação e sobreposição do conhecimento, possibilitando um processo de formação integrado, abrangente e multidimensional.

A interdisciplinaridade oportuniza a contextualização e problematização do conhecimento, o diálogo e a mobilização de saberes necessários para o desenvolvimento de competências e a resolução de problemas. Operacionalizada por meio da complementaridade de conceitos e intervenções entre as unidades programáticas de um mesmo campo do saber e entre diferentes campos, dialeticamente provocada através de conteúdos e práticas que possibilitem a redução da fragmentação do conhecimento e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado à realidade profissional e social.

Uma prática pedagógica integradora, baseada na interdisciplinaridade, contribui para a construção da resignificação da aprendizagem, de forma a superar a fragmentação e sobreposição do conhecimento.

O curso de Direito fomenta a interdisciplinaridade e a integração curricular desenvolvendo estratégias pedagógicas integradoras, tais como:

- a) Desenvolvimento de projetos de extensão, com temáticas definidas;
- b) Oferta de disciplinas de natureza teórico-práticas perpassando o currículo e contemplando a articulação de saberes;
- c) Estímulo a realização de atividades que proporcionem o estudo, discussão e problematização de casos contemplando a articulação de conhecimentos;
- d) Utilização de recursos didático-pedagógicos que possibilitem a contextualização/problematização do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar;
- e) Estímulo à prática investigativa e extensionista;
- f) Realização de visitas técnicas, participação em eventos, realização de atividades complementares, entre outros.

5.4 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A organização didático-pedagógica do Curso de Direito, contempla a flexibilização curricular através de mecanismos presentes no currículo do curso, tais como disciplinas eletivas, atividades complementares, desenvolvimento de práticas investigativas e extensionistas, desenvolvimento de projetos de extensão, temas transversais, bem como através de aproveitamento de estudos, demonstrado por meio de avaliações e outros instrumentos específicos, aplicados por banca examinadora especial, conforme normas legislação e norma institucional.

Este Projeto Pedagógico contempla o desenvolvimento de estratégias que oportunizam aos discentes as escolhas em termos de organização de seus estudos, segundo seu perfil, interesse e motivações, de forma a proporcionar aos mesmos sua progressiva autonomia e o enriquecimento de sua formação acadêmica e profissional.

As disciplinas eletivas são ofertadas objetivando proporcionar a construção do percurso acadêmico, enriquecendo e ampliando o currículo; oportunizar a vivência teórico-prática de disciplinas em cursos que pertencem à mesma área ou área afim; e possibilitar a ampliação de conhecimentos teórico-práticos que aprimorem a qualificação acadêmico-profissional.

As Atividades Complementares por sua vez favorecem a flexibilização porque oportunizam ao discente sua inserção em diversas atividades que complementam e enriquecem sua formação acadêmica e profissional mediante sua participação em atividades de pesquisa, extensão, participação e organização de eventos científicos, publicações, atividades culturais e de responsabilidade social, assim, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia e maturidade mediante a realização de escolhas individuais que lhes permita a organização de seus estudos e o desenvolvimento de sua formação.

5.5 TEMAS TRANSVERSAIS

Para acompanhar as mudanças que ocorrem no mundo, torna-se necessário o desenvolvimento de temáticas de interesse da coletividade, extrapolando a abrangência dos conteúdos programáticos das disciplinas. Nesse contexto, conforme preconizado no PPI, os temas transversais ampliam a ação educativa, adequando-se

a novos processos exigidos pelos paradigmas atuais e as novas demandas da sociedade, do conhecimento, dos serviços e da informação.

Desse modo, através da transversalidade são abordadas as questões de interesse comum da coletividade, dentre elas, as tecnologias da informação, educação das relações étnico-raciais e afrodescendentes, meio ambiente, formação humanista e cidadã, desenvolvimento sustentável, preservação cultural, diversidade, inclusão social, empreendedorismo etc.

A temática da educação ambiental é desenvolvida no Curso de Direito no âmbito das disciplinas de Educação Ambiental e Sustentabilidade e Direito Ambiental e Agrário.

As questões relacionadas à temática das Relações Étnico-raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são contempladas no Curso através da disciplina Direitos Humanos e Diversidade e Clínica de Direitos Humanos e pela promoção de atividades acadêmicas que perpassam de forma transversal os conteúdos das disciplinas, realizando atividades de pesquisa e de extensão. Essa temática promove a ampliação dos conhecimentos acerca da formação destas sociedades e da sua integração nos processos físico, econômico, social e cultural do Brasil e suas particularidades culturais e regionais.

A temática da Educação em Direitos Humanos, tendo como objetivo central a formação para a vida e para a convivência em sociedade é contemplada pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico do componente curricular Clínica de Direitos Humanos, e de forma mista - combinando transversalidade e interdisciplinaridade- nos demais componentes, a exemplo das atividades complementares, de extensão, e de pesquisa, desenvolvidas ao longo do curso.

Os temas transversais para o curso consideraram os seguintes aspectos:

- Propositura a partir de discussões fundamentadas no corpo docente envolvido em cada ação;
- Clara associação com demandas sociais e institucionais nos âmbitos nacional, regional e local;

- Identificação de temas atuais e complementares às políticas públicas de relevância social (inclusão, ampliação da cidadania, políticas afirmativas, acessibilidade, formação ética, ecologia e desenvolvimento).

5.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares estão previstas na matriz curricular do curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e consideram a carga horária total de 220 horas. Constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, oportunizando aderência à formação geral e específica do discente, abrangendo a prática de estudos a atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Elas visam atender as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e demais Políticas da Instituição, além de possibilitarem o desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos aos alunos.

O cumprimento da carga horária destinada às Atividades Complementares é indispensável à conclusão do curso e compreendem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desta maneira, a orientação é de estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada formação profissional geral e específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, temas relativos à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Sustentabilidade e Educação Ambiental.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná apresenta uma diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente. Essas atividades complementares compõem a matriz curricular do curso e são desenvolvidas no decorrer da trajetória discente, sem prejuízo da frequência e aproveitamento nas demais atividades. A forma de integralização da carga horária das atividades complementares deve obedecer às normas estabelecidas no Regulamento

de Atividades Complementares do curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos é realizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pela Coordenação do Curso.

5.7 MONITORIA

O programa de Monitoria do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná tem como objetivos oportunizar aos discentes o desenvolvimento de atividades e experiências acadêmicas, visando aprimorar e ampliar conhecimentos, fundamentais para a formação profissional; aperfeiçoar e complementar, as atividades ligadas ao processo de ensino, pesquisa e extensão e estimular a vocação didático-pedagógica e científica inerente à atuação dos discentes.

O Curso de Direito desenvolve semestralmente o programa de Monitoria possibilitando aos alunos do curso, obter um aprimoramento dos conhecimentos adquiridos além de vivenciar com os professores orientadores, as atividades desenvolvidas em salas de aulas através do atendimento aos alunos tirando dúvidas referentes a disciplinas e trabalhos de pesquisa, entre outras atividades pertinentes ao programa de monitoria.

O processo seletivo para monitoria acadêmica é iniciado com a publicação de edital pela Coordenação de Extensão, que informa as disciplinas com vagas disponíveis e os critérios de participação. Os estudantes interessados participam da seleção, sendo selecionados aqueles que obtêm as maiores notas. A monitoria pode ser remunerada ou voluntária e exige o cumprimento de uma carga horária semanal definida. Durante o semestre, os monitores recebem acompanhamento e capacitação promovidos pelo NAPED (Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente) e pelo NED (Núcleo de Experiência Discente), que oferecem suporte pedagógico contínuo. Ao final do período, o monitor deve apresentar um relatório das atividades desenvolvidas para obter a certificação. A monitoria tem caráter formativo e contribui para o aprimoramento acadêmico e para o desenvolvimento de habilidades didáticas e profissionais dos estudantes.

5.8 PROGRAMA DE NIVELAMENTO

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná prevê em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ações e políticas para formação complementar e de nivelamento discente. O referido programa encontra-se na pauta das medidas tomadas pelo Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná que buscam soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência dos alunos no ensino superior dados as fragilidades da educação básica, que interferem no desenvolvimento acadêmico.

Neste sentido, sistematiza e fixa ações que já fazem parte do processo histórico do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e que estão presentes na sua missão institucional, com o objetivo de contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos.

O Nivelamento Discente se justifica em razão das próprias políticas nacionais, para o ensino superior, que estabelecem condições institucionais mínimas para o atendimento processual e permanente ao discente. Dessa forma, as políticas de apoio ao estudante no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná são viabilizadas, fundamentalmente, pelo NED, que implementa, junto às coordenações, as políticas de atendimento e relacionamento com os estudantes. Estas atividades são sistematizadas por meio da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

5.9 ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

O Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná prevê, em sua matriz curricular, carga horária de 330 horas destinadas ao Estágio Supervisionado Obrigatório, correspondente a 9% da carga horária total do curso, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Direito.

As atividades práticas são desenvolvidas de forma progressiva entre o 6º e o 10º, por meio das disciplinas: Clínica de Direitos Humanos, Prática Cível e

Consumerista, Prática Criminal e Tribunal do Júri, Prática Trabalhista e Previdenciária, e Métodos Alternativos de Solução de Conflitos. Essas atividades visam ao desenvolvimento de competências práticas, éticas e técnicas, articuladas ao perfil do egresso e às necessidades sociais da comunidade.

5.9.1 Estágio Obrigatório Supervisionado

O Estágio Supervisionado Obrigatório é realizado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), espaço institucional devidamente estruturado e equipado para o atendimento à comunidade, sob a supervisão de professores qualificados. As práticas são organizadas de forma progressiva e interdisciplinar, proporcionando ao estudante vivência em atividades jurídicas reais e simuladas, como atendimentos ao público, elaboração de peças processuais, mediação de conflitos, participação em audiências simuladas e júris simulados. A avaliação do estágio considera a frequência, a qualidade técnica do desempenho prático, o comprometimento ético e a entrega de relatórios periódicos.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do curso de Direito, desenvolve função que extrapola o caráter meramente formativo cumprindo papel essencial ao promover o acesso à justiça em comunidades hipossuficientes. Por meio de atendimentos jurídicos gratuitos em suas instalações e também de forma itinerante, o NPJ articula ensino, prática profissional e compromisso social. A atividade desenvolvida se destaca como ação acadêmica transformadora, ao envolver diretamente a população na construção e difusão do saber jurídico, atendendo às necessidades de caráter social e jurídico.

Complementarmente, o curso desenvolve o componente de estágio denominado Clínica de Direitos Humanos voltado à atuação prática em temáticas sensíveis e estruturantes da agenda dos direitos fundamentais. A Clínica promove intervenções concretas e socialmente relevantes, tendo se destacado por sua atuação junto à comunidade indígena Arara, também conhecida como Arara-Karo, residente na Terra Indígena Igarapé Lourdes, localizada no município de Ji-Paraná, bem como junto ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Para Autismo também em Ji-Paraná. As atividades desenvolvidas incluem rodas de conversa, orientação e atendimento jurídico, troca de saberes e vivências além da articulação

com instituições públicas, como o Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura Municipal, parceiros estratégicos da iniciativa.

No âmbito do curso de Direito, destacam-se ações desenvolvidas pela Clínica de Direitos Humanos e pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que atuam diretamente na promoção e defesa dos direitos das pessoas com autismo. A Clínica realizou atividades interdisciplinares junto ao Centro de Atendimento ao Autista de Ji-Paraná, incluindo rodas de conversa, produção de materiais educativos e atendimentos jurídicos, com enfoque na escuta ativa e no respeito à diversidade. Já o NPJ atua na assistência jurídica gratuita, contribuindo com orientações e encaminhamentos de demandas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, incluindo pessoas com TEA e seus familiares.

A vivência prática e social proporcionada por essas experiências reforça no discente o protagonismo ético, o compromisso com a transformação da realidade e o desenvolvimento de competências como empatia, escuta ativa, raciocínio jurídico crítico e atuação cidadã, configurando-se como prática extensionista de elevado impacto social e formativo.

5.9.2 Cenários de Prática e Convênios

O Curso de Direito possui em andamento três (03) convênios, sendo um deles junto ao Ministério Público Federal – MPF cujo objetivo é a prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas hipossuficientes em ações individuais perante o Poder Judiciário da União na região de Ji-Paraná, envolvendo atendimentos jurídicos, manifestações em autos de processos judiciais, sob supervisão dos professores orientadores do Núcleo de Práticas Jurídicas; um Convênio que encontra-se em tratativa, junto ao CEJUSC – Centro Judicial de Solução de Conflitos cujo objetivo é oportunizar aos estagiários a realização de atendimentos jurídicos gratuitos à comunidade, participando ainda dos serviços da Justiça Rápida Itinerante à comunidade de Ji-Paraná em parceria com o CEJUSC, dando ênfase ao Casamento Comunitário e um terceiro Convênio junto à Defensoria Pública da União - DPU, com objetivo também de oportunizar aos estagiários prestar assistência jurídica, atuando na defesa de direitos e interesses individuais, coletivos e difusos dos assistidos, acessando e trabalhando com os novos mecanismos e

aspectos processuais.

5.9.3 Estágio não Obrigatório

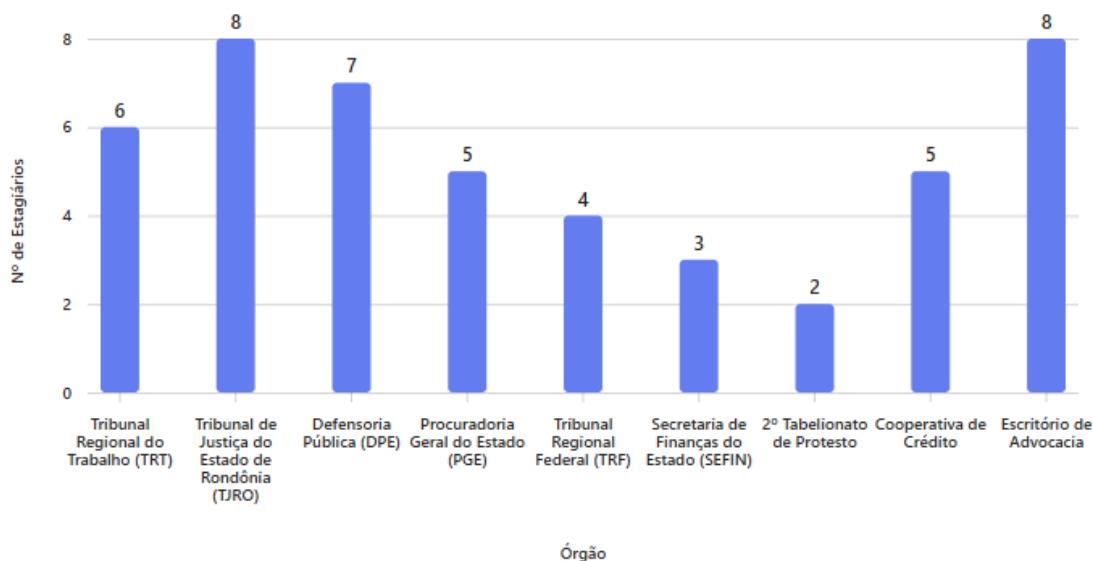
O Estágio Supervisionado Extracurricular (não obrigatório) tem sua base legal na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, § 2º do Art. 2º, que define o estágio não obrigatório como “aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

A caracterização e definição do estágio em questão requerem, obrigatoriamente, a existência de um contrato entre o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e pessoas jurídicas de direito público ou privado, coparticipantes do Estágio Supervisionado não obrigatório. Esse contrato é formalizado por meio da assinatura de um Termo de Compromisso celebrado entre o educando e a parte concedente, no qual devem estar acordadas todas as condições, tais como: matrícula e frequência regulares do educando; compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso; e o acompanhamento tanto pela instituição quanto pela parte concedente.

O acompanhamento do referido estágio é realizado pelo Núcleo de Empregabilidade, e sua validação como atividade complementar segue os procedimentos e normas estabelecidos no Regulamento das Atividades Complementares. O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, por meio do Colegiado do curso de Direito, apoia esses estágios, desde que os serviços estejam referenciados no Estado, haja convênio formal com a IES e não haja interferência nas atividades curriculares obrigatórias do aluno. A instituição entende que, dentro desses preceitos, tais estágios são importantes como ferramenta preparatória para a formação do egresso.

Atualmente, 48 (quarenta e oito) acadêmicos realizam estágio extracurricular em diversos órgãos, tais como: Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), Defensoria Pública (DPE), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Tribunal Regional Federal (TRF), Secretaria de Finanças do Estado (SEFIN), 2º Tabelionato de Protesto, cooperativas de crédito e escritórios de advocacia.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS



Fonte: Setor dos Estágios

5.10 TRABALHO DE CURSO

O Trabalho de Curso previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é um componente curricular obrigatório definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Direito.

O TC tem uma carga horária total de 60 horas, divididos em Trabalho de Curso I e Trabalho de Curso II com 30h cada. Tais componentes curriculares estão disponíveis na matriz curricular do curso no Direito, nos semestres letivos, 7º e 8º respectivamente. O aluno só pode iniciar as orientações para o Trabalho de Curso quando estiver regularmente matriculado na disciplina Trabalho de Curso I.

O Trabalho de Curso é concebido como produção científica em temática relacionada às linhas de pesquisa teórica ou experimental do curso. O formato pode ser em artigo científico submetido/publicado em revista indexada ou monografia. Os trabalhos podem estar vinculados, ou não, a um projeto de iniciação científica do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, no entanto os temas devem ser relacionados às linhas de pesquisa definidas pela instituição.

A elaboração do Trabalho de Curso no curso de Direito tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento da capacidade científica, crítico-reflexiva e criativa

do aluno, articulando-se com seu processo formativo; assegurar a coerência no processo formativo do aluno, ampliando e consolidando os estágios, os estudos independentes, a prática da pesquisa e a iniciação científica, quando realizada; propiciar aos graduandos condições necessárias à elaboração de um estudo teórico e/ou trabalho de campo de acordo com as normas técnicas que configuram a pesquisa científica; aprofundar o conhecimento teórico-prático em áreas de interesse do discente, considerando os princípios éticos enquanto pesquisador e cidadão; promover a aproximação do estudante com a pesquisa; desenvolver as habilidades de expressão e argumentação, além da fundamentação de ideias e posicionamentos.

Quanto à apresentação do TC, esta é um evento obrigatório do componente Trabalho de Curso II, é de caráter público, podendo ser submetido a uma Banca Examinadora, sendo permitida a entrada e permanência do público em geral, ou a um momento de socialização, envolvendo toda a comunidade acadêmica, com apresentação de banners, conforme registrado em Regulamento próprio. A Banca Examinadora deve ser composta por três docentes, sendo o professor orientador, um professor pertencente ao quadro da Instituição e um professor da instituição ou convidado, vinculado à outra Instituição de Ensino. A nota de aprovação do TC deve ser igual ou superior a 70,00 (setenta). Em caso de média inferior a setenta, o aluno é reprovado e deverá novamente se matricular na referida disciplina.

Cabe ao docente/supervisor do componente curricular TC I e TC II a responsabilidade pela operacionalização e acompanhamento do processo de elaboração do trabalho de acordo com as normas que regem o Trabalho de curso de Direito, coordenando assim a atuação do orientador e orientando. Para o curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é disponibilizado um Regulamento próprio do TC, bem como manual de apoio à produção dos trabalhos, atualizado continuamente, com o objetivo de inteirar alunos e professores orientadores sobre as suas disposições, normas de funcionamento, horários, orientações, quanto à apresentação dos trabalhos, avaliação, critérios de aprovação, entre outras. Garantir o cumprimento do regulamento é função da coordenação/supervisão de TC.

Os TCs são orientados obrigatoriamente por docentes do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, detentores de título de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*. O TC no curso de Direito possui regulamentação própria, na qual é prevista a

possibilidade de validação de publicações em substituição a procedimentos relacionados ao componente curricular.

5.11 APOIO AO DISCENTE

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná empreende na sua Política de Orientação e Acompanhamento ao Discente entre suas prioridades o bom relacionamento. A IES preza pelo acolhimento, integração à comunidade acadêmica e a sua dinâmica, apoio em relação às dificuldades, considerando as necessidades pedagógicas, psicológicas, sociais, financeiras e de acessibilidade, que muitas vezes podem criar obstáculos à permanência e continuidade dos estudos. A implementação desse princípio se consubstancia na elaboração de políticas e programas próprios.

O apoio ao discente do curso de Direito contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais, promovendo outras ações exitosas ou inovadoras.

5.11.1 Acolhimento e Estratégias de Estímulo à Permanência do aluno

Tem início no Processo Seletivo, com suporte para a participação no Vestibular, recepcionando os familiares dos candidatos. O acolhimento começa na matrícula, momento em que são disponibilizados os serviços e informações necessárias ao ingresso dos alunos. Nos primeiros dias de aula o NED e a Coordenação do curso realizam atividades que mobilizam todos os setores para as boas-vindas, acolhendo e integração do discente no Programa de Acolhimento da Instituição. Caso ocorram dificuldades que possam interferir na permanência do discente, a exemplo das relativas à aprendizagem, são realizados o atendimento pelo NED e, a depender da necessidade, a Comissão de Inclusão e Acessibilidade também realizará o acompanhamento, respeitando a individualidade do discente. Uma das ações é o nivelamento, que identifica as lacunas de aprendizagem no período inicial do curso e diante delas atua ofertando componentes básicos de estudo em Matemática, Língua Portuguesa e Informática.

5.11.2 ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR - NED

O objetivo de plena acessibilidade (metodológica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e arquitetônica) é a inclusão educacional e relacional da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico das instituições de ensino superior, o que é fundamental para o bom desempenho dos acadêmicos que se encontram nessa condição, com vistas à igualdade de oportunidades, ao desenvolvimento de suas potencialidades e à elaboração de projetos de vida para o futuro.

Para a efetiva promoção da acessibilidade, além de oportunizar o acesso ao ensino superior às pessoas com deficiência, é necessário satisfazer condições para que esses sujeitos possam permanecer no Ensino Superior, aprender e se desenvolver.

No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, a acessibilidade é viabilizada com o apoio do Núcleo de Experiência Discente – NED, por meio de ferramentas, equipamentos, programas, métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, oportunizando o acesso e a permanência no ensino superior aos acadêmicos, em consonância com as diretrizes estratégicas institucionais, bem como com as políticas para a educação superior do Brasil, emanadas pelo MEC/INEP/CNE/CSESu/SINAES.

Para a consecução dessa política, oferece espaços, serviços e oportunidades aos discentes, capazes de garantir o acolhimento, o acompanhamento tanto pedagógico quanto psicológico e dos processos administrativos da vida acadêmica, que permitam o desenvolvimento de sua cidadania, de sua relação com outros ambientes acadêmicos (mobilidade) o encaminhamento ao mercado, tendo como foco o empreendedorismo, a plena inclusão e a permanência do acadêmico na Instituição.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná propicia ao corpo discente um adequado e eficiente atendimento de apoio, suplementar às atividades de sala de aula, através do NED, que realiza atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicita providências e propõe soluções.

O foco do NED está direcionado a promover a acessibilidade, a inclusão e a permanência daqueles discentes matriculados no Centro Universitário São Lucas Ji-

Paraná, sendo que sua política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

- acompanhar e orientar didaticamente, de modo prioritário, os alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- estimular o relacionamento produtivo entre professor e aluno;
- ampliar o número de convênios com instituições e empresas;
- definir o aluno como foco principal do processo ensino- aprendizagem;
- respeitar expectativas e necessidades dos alunos.

No NED, materializa-se o compromisso institucional em desenvolver a missão e a identidade institucional com vistas a aprimorar os processos de ensino e aprendizagem, bem como realizar o trabalho com enfoque no conhecimento e na formação técnica e pessoal através da valorização do indivíduo. Este setor presta atendimento especializado de orientação pedagógica, psicopedagógica e psicológica a alunos e colaboradores, além de executar as políticas de acessibilidade e inclusão. Tem por finalidade atuar nos processos básicos da aprendizagem e do ensino, bem como desenvolver ações voltadas à acolhida, à adaptação, ao desenvolvimento de competências e à permanência no ambiente universitário, através da realização de ações mais ágeis no diagnóstico das dificuldades encontradas pelos alunos de graduação e pós-graduação.

São áreas de atuação do NED:

- Pedagógico;
- Psicopedagógico;
- Psicológico;
- Acessibilidade.

O intuito do atendimento proporcionado pelo NED é:

- Dar suporte na relação professor e acadêmico, acadêmico e acadêmico;

- orientar e encaminhar acadêmicos e colaboradores quanto aos conflitos emocionais;
- oferecer aos estudantes e colaboradores condições para o aperfeiçoamento das relações interpessoais;
- intervir na orientação didático pedagógica;
- elaborar procedimento para orientação de estudos;
- desenvolver estratégias que visem à recuperação de conteúdo;
- atuar no processo de ensino e aprendizagem, averiguando problemas e dificuldades que impeçam a adaptação do estudante ao seu curso;
- orientação de estudos, planejamento do tempo escolar, dificuldades de aprendizagem e assessoramento os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem.
- auxiliar e trabalhar as questões emocionais, comportamentais, relacionamentos, orientação profissional, ansiedade, timidez, depressão, elaboração do luto, questões psiquiátricas ou existenciais.
- ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e os demais colaboradores, servindo como tradutor entre pessoas que compartilham língua e culturas diferentes.
- Disponibilizar profissional especializado aos alunos, oferecendo apoio pedagógico e psicológico para grupos, visando à adaptação do estudante ao curso em cada uma de suas etapas de inserção na vida acadêmica;
- Proporcionar apoio psicológico ou psiquiátrico, por encaminhamento, se necessário;
- Prover sessões de orientação e acompanhamento nos estudos, individuais ou coletivos, para favorecer a melhoria das capacidades, relações e condições socioafetivas que constituem um elemento crucial para o êxito no processo de aprendizagem;
- Promover, em todos os níveis e segmentos institucional, o processo de acessibilidade e inclusão, além da permanência dos que ingressam à IES.

Para tanto, o Núcleo de Experiência Discente - NED conta com profissionais habilitados em Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Intérprete de Libras, sendo

que os atendimentos podem acontecer das seguintes formas: encaminhamento do acadêmico pela coordenação do curso ou professor e agendamento através dos meios de comunicação feito diretamente pelo acadêmico. Neste quadro, encaixam-se também agendamentos para professores e colaboradores. As solicitações procedentes dos funcionários são, prezando pelo completo acompanhamento e assistência, comunicadas ao coordenador do setor.

O NED, além de prestar apoio ao corpo discente, também tem a função de, em parceria com a coordenação do curso, promover sugestões para melhorar/orientar as atividades pedagógicas e o desempenho didático da equipe de professores quanto à metodologia de ensino adotada, sugerindo o uso de diferentes técnicas didáticas e recursos pedagógicos disponíveis.

5.11.3 Apoio psicológico

No âmbito de atendimento ao discente, os setores psicopedagógico e psicológico objetivam auxiliar emocionalmente o acadêmico, serviço também disponibilizado ao colaborador ou docente que se encontra fragilizado por causas emocionais, onde esta situação esteja influenciando negativamente em seu desempenho acadêmico, laboral ou em sala de aula.

Os atendimentos, em regra, são relacionados com a Terapia Breve, trabalho focado no problema apresentado, diferentemente da Psicoterapia, onde o sujeito busca o autoconhecimento e, ao final das sessões realizadas pelo NED, faz-se o encaminhamento, se necessário, para que o atendido dê continuidade ao tratamento. Historicamente, as principais queixas são a falta de concentração, os conflitos pessoais e relacionamentos, a ansiedade, o conflito familiar, a fobia e o luto.

Ainda fazem parte do conjunto psicológico desenvolvido pelo NED as seguintes atribuições:

- Participação em recrutamento e seleção: realização de processo de recrutamento e seleção de pessoal. Nesta demanda, realiza-se verificação de currículos, condução de entrevistas e análise sobre quais dos candidatos têm mais aptidões para engajamento e crescimento na empresa.
- Integração de novos colaboradores: realização da integração de novos colaboradores na IES, com o intuito de acolher e apresentar os principais

conceitos da Instituição para que ele se sinta pertencente à equipe tornando o ambiente de trabalho mais positivo, estimulando a criação de times com boa interrelação entre si e com o público acadêmico.

- Acadêmicos que solicitam trancamento do curso: realização de contato com os acadêmicos que solicitam o trancamento do curso, com o intuito de auxiliar caso haja necessidade de suporte psicológico ou psicopedagógico, bem como prestando informações adicionais referentes aos motivos do trancamento e, quando o caso, encaminhando para o setor competente, a fim de auxiliar e apoiar o aluno e, a depender do caso, inibir o trancamento, promovendo a permanência do aluno.
- Desenvolvimento de ações/formação destinadas aos alunos e colaboradores, voltadas à inclusão e promoção da acessibilidade, como cursos de Libras, publicação de documentos (cartilha), etc.

5.11.4 Apoio Psicopedagógico

Os atendimentos psicopedagógicos, por sua vez, buscam fornecer apoio aos acadêmicos que necessitam dar continuidade aos estudos, porém apresentam dificuldades na aprendizagem das mais variadas naturezas, como má gestão do tempo, dificuldade de concentração e organização, ortografia e habilidades acadêmicas.

Os mesmos serão estimulados e orientados a organizar suas atividades acadêmicas e ampliar a percepção de si mesmo e das situações ao seu redor, importantes para formar um profissional preparado e capaz para atingir seus objetivos.

Dentro desta visão, os atendimentos psicopedagógicos são norteados pelo estudo teórico da psicopedagogia, da psicologia, da pedagogia e das contribuições da neuropsicopedagogia, buscando ajudar o acadêmico que visa aplicar metodologias ou ferramentas de adaptação, organização e regras para o melhor proveito de seus estudos, sentindo-se preparado, com equilíbrio em sua autoestima e com capacidade de aprender, enfrentando e superando as dificuldades.

Ainda, de acordo com a Lei nº 12.764, de 2012, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná busca contribuir para a construção do conhecimento e formação de alunos com o transtorno do espectro autista (TEA) por meio de atendimento

psicológico e de propostas metodológicas apropriadas e diferenciadas e de instrumentos avaliativos aplicados sob as perspectivas das necessidades individuais.

De modo geral, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná apresenta-se profissionalmente e infraestruturalmente preparado para atender às demandas de nossos alunos que se enquadram como: deficiência visual, auditiva, física e múltiplas deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades.

Aos alunos com deficiências visuais, são ofertados software de leitura e instrumentos avaliativos apropriados e adaptados quanto ao tempo de realização, além de ações de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos. Aos alunos de baixa visão, ofertam-se instrumentos avaliativos com fontes customizadas às necessidades individuais. Aos deficientes auditivos, disponibiliza-se o intérprete de LIBRAS e instrumentos avaliativos também adaptados.

5.11.5 Nivelamento

O processo seletivo é o primeiro ato pedagógico da Instituição e, por isso, é visto como um momento de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. Da mesma forma, a avaliação em sala de aula é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem. A partir disso, constatada a necessidade, pode ser ofertado o o nivelamento aos alunos, nas áreas de Matemática, Português, Física, Química, Biologia, Raciocínio Lógico e Interpretação, Conhecimentos Básicos de Informática, entre outros. A defasagem de conhecimento nestas áreas tem sido historicamente apontada como um dos fatores que dificultam o bom andamento das disciplinas, portanto é de completo interesse da IES ofertar este programa aos alunos.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná oferece as estratégias de nivelamento a partir de diagnóstico inicial realizado nas primeiras semanas de aula e no primeiro semestre letivo de cada curso, como ação voltada à preparação do ingressante, considerando as suas deficiências de formação e com vistas a lhes dar suporte para o desenvolvimento exitoso das atividades acadêmicas. A oferta deste nivelamento é ação obrigatória à IES, porém de livre participação do aluno.

A oferta dos cursos de nivelamento ocorre semestralmente, destinados, principalmente, aos alunos ingressantes, com o objetivo de:

- Possibilitar ao aluno a revisão dos conteúdos básicos das disciplinas de Biologia, Física, Matemática, Língua Portuguesa/Redação, Química e Informática;
- Reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nos primeiros períodos do curso;

Possibilitar aos acadêmicos o aprimoramento e a ampliação de conhecimentos e/ou habilidades.

5.11.6 MONITORIA

O programa de Monitoria do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná tem como objetivos oportunizar aos discentes o desenvolvimento de atividades e experiências acadêmicas, visando aprimorar e ampliar conhecimentos, fundamentais para a formação profissional; aperfeiçoar e complementar, as atividades ligadas ao processo de ensino, pesquisa e extensão e estimular a vocação didático-pedagógica e científica inerente à atuação dos discentes.

O Curso de Direito desenvolve semestralmente o programa de Monitoria possibilitando aos alunos do curso, obter um aprimoramento dos conhecimentos adquiridos além de vivenciar com os professores orientadores, as atividades desenvolvidas em salas de aulas através do atendimento aos alunos tirando dúvidas referentes a disciplinas e trabalhos de pesquisa, entre outras atividades pertinentes ao programa de monitoria.

O processo seletivo para monitoria acadêmica é iniciado com a publicação de edital pela Coordenação de Extensão, que informa as disciplinas com vagas disponíveis e os critérios de participação. Os estudantes interessados participam da seleção, sendo selecionados aqueles que obtêm as maiores notas. A monitoria pode ser remunerada ou voluntária e exige o cumprimento de uma carga horária semanal definida. Durante o semestre, os monitores recebem acompanhamento e capacitação promovidos pelo NAPED (Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente) e pelo NED (Núcleo de Experiência Discente), que oferecem suporte pedagógico contínuo.

Ao final do período, o monitor deve apresentar um relatório das atividades desenvolvidas para obter a certificação. A monitoria tem caráter formativo e contribui para o aprimoramento acadêmico e para o desenvolvimento de habilidades didáticas e profissionais dos estudantes.

5.11.7 Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados

O curso de Direito atende as demandas referentes aos estágios não obrigatórios remunerados, sendo que a Instituição disponibiliza do Núcleo de Empregabilidade, como o setor responsável pela parte legal e supervisão dos alunos e campos de práticas, visando assim o cumprimento das leis que regem este tipo de atividade.

5.11.7.1 Estágio não Obrigatório

O Estágio Supervisionado Extracurricular (não obrigatório) tem sua base legal na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, § 2º do Art. 2º, que define o estágio não obrigatório como “aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

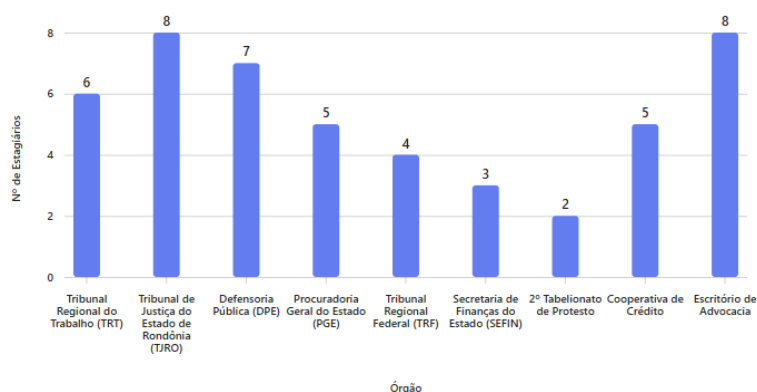
A caracterização e definição do estágio em questão requerem, obrigatoriamente, a existência de um contrato entre o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e pessoas jurídicas de direito público ou privado, coparticipantes do Estágio Supervisionado não obrigatório. Esse contrato é formalizado por meio da assinatura de um Termo de Compromisso celebrado entre o educando e a parte concedente, no qual devem estar acordadas todas as condições, tais como: matrícula e frequência regulares do educando; compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso; e o acompanhamento tanto pela instituição quanto pela parte concedente.

O acompanhamento do referido estágio é realizado pelo Núcleo de Empregabilidade, e sua validação como atividade complementar segue os procedimentos e normas estabelecidos no Regulamento das Atividades Complementares. O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, por meio do Colegiado do curso de Direito, apoia esses estágios, desde que os serviços estejam

referenciados no Estado, haja convênio formal com a IES e não haja interferência nas atividades curriculares obrigatórias do aluno. A instituição entende que, dentro desses preceitos, tais estágios são importantes como ferramenta preparatória para a formação do egresso.

Atualmente, 48 (quarenta e oito) acadêmicos realizam estágio extracurricular em diversos órgãos, tais como: Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), Defensoria Pública (DPE), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Tribunal Regional Federal (TRF), Secretaria de Finanças do Estado (SEFIN), 2º Tabelionato de Protesto, cooperativas de crédito e escritórios de advocacia.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTÁGIOS



Fonte: Setor dos Estágios

5.11.8 Participação em Centro Acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná apoia iniciativas de organização estudantil, conforme legislação vigente. O corpo discente é estimulado a constituir órgãos representativos como o Diretório Acadêmico, Ligas Acadêmicas e Atléticas, regidos por Estatuto próprio.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná possui acordos formais de cooperação e convênios internacionais com instituições e plataformas voltadas à mobilidade acadêmica e ao intercâmbio educacional. Entre eles, destacam-se:

Convênio EGALI: voltado ao intercâmbio e capacitação internacional de estudantes;

Convênio PIN (Programa Internacional de Networking): para promoção de experiências acadêmicas e multiculturais com instituições estrangeiras;

Convênio Geral AFYA: parceria com a mantenedora, que integra diversas unidades da rede em ações e programas internacionais;

Termo de Cooperação Interinstitucional: firmado com instituições parceiras para mobilidade discente e docente;

Platform School Agreement: acordo com plataformas que facilitam o acesso a experiências acadêmicas em ambiente internacional.

Tais parcerias oportunizam à comunidade acadêmica a consolidação de um profissional com capacidades técnicas para atuar em um mundo que exige competências transdisciplinares e sensibilidade diante das diversas realidades culturais e sociais apresentadas na global sociedade contemporânea. O principal objetivo do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná quanto à internacionalização é fortalecer as ações de mobilidade acadêmica dos estudantes em instituições internacionais, permitindo aos mesmos vivenciarem uma realidade de aprendizado diferenciado em outros países.



5.11.5 Palestras e participação em eventos

O NED também participa junto às atividades institucionais que envolvem alunos, professores e colaboradores, de modo a não só difundir suas ações e finalidades, como também romper com preconceitos no tocante a busca do apoio psicopedagógico e da acessibilidade.

Dentre as atividades nas quais o NED tem participado, destacam-se:

- Semanas de desenvolvimento docente, que ocorrem no início de cada semestre letivo;
- Reuniões com coordenadores e professores dos cursos;
- Reuniões de lideranças acadêmicas;
- Reuniões com alunos;
- Reuniões com colaboradores administrativos;
- Reuniões e treinamentos para empresas parceiras na IES.

O trabalho realizado pelo NED considera que o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná JPR deve zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

É função do NED, a partir de uma análise e discussão dos cenários e realidades, realizar o planejamento de mecanismos de acessibilidade e de acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário, apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

5.11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo apresentado neste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi concebido como uma instância dinâmica e flexível, alimentada pela constante avaliação do processo de aprendizagem e do próprio curso. Buscou-se superar a concepção tradicional e limitada de “grade curricular”, entendendo o currículo como um conjunto de ações integradas que contribuem para a formação humana em suas múltiplas dimensões.

Dessa forma, a estrutura curricular permite ao futuro profissional uma articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de promover a integração com a pós-graduação, especialmente no que se refere às atividades acadêmico-científico-culturais.

O curso contempla atividades teóricas e práticas, por meio de disciplinas e ações pedagógicas integradoras e complementares, capazes de dinamizar o trabalho acadêmico e responder de forma eficaz às demandas da profissão. Os conteúdos curriculares previstos no PPC promovem o efetivo desenvolvimento do perfil do egresso, uma vez que o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná compreende o currículo, em primeiro lugar, como expressão do perfil desejado para seus egressos. A partir desse perfil, emergem a concepção filosófica, pedagógica e metodológica do curso de Direito, que orienta todas as práticas educativas ao longo da formação dos estudantes.

Nesse sentido, o dimensionamento da carga horária das disciplinas considerou os conhecimentos necessários ao desenvolvimento das competências essenciais ao exercício profissional no campo jurídico. Com base nos princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os conteúdos estão organizados em núcleos de formação básica, profissional e prática, além de atividades complementares, distribuídos de forma harmônica para atender à legislação educacional vigente no que se refere à carga horária.

Além dos conteúdos formalmente constituídos, os temas transversais são desenvolvidos nas disciplinas e atividades curriculares, abordando questões éticas, políticas e pedagógicas que permeiam as ações universitárias. Como elemento dinamizador dessas atividades, estão previstas as Atividades Práticas Supervisionadas, parte integrante das metodologias ativas e participativas. Essas

atividades, presenciais e/ou remotas, são desenvolvidas sob orientação e avaliação docente, realizadas individualmente ou em equipe, dentro e fora da sala de aula, durante o desenvolvimento dos componentes curriculares.

Destaca-se que a elaboração, adequação e atualização das ementas e dos programas das disciplinas resultam do esforço coletivo do corpo docente e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando à integração horizontal e vertical entre os períodos, com base na inter e transdisciplinaridade como paradigmas que melhor contemplam o atual estágio do desenvolvimento científico e tecnológico. Como resultado, há uma permanente atualização do acervo bibliográfico, orientada por critérios como a adequação ao perfil do profissional em formação e a abordagem teórico-prática dos conteúdos essenciais ao desenvolvimento das competências gerais e específicas.

A estrutura do curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná foi concebida com foco no acompanhamento contínuo das transformações na área jurídica, de modo a responder aos novos desafios das sociedades contemporâneas. O curso incorpora uma visão aprofundada dos problemas sociais do país, contemplando práticas voltadas aos Direitos Humanos e aos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos.

O curso assume o compromisso de formar profissionais conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, com competências e habilidades necessárias ao exercício da função jurídica. O perfil do egresso é de um profissional com formação geral, humanista, crítica e reflexiva, pautado em princípios éticos, com capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Além disso, deve dominar as formas consensuais de resolução de conflitos, possuir postura reflexiva e visão crítica, e demonstrar aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao fortalecimento da cidadania.

Assim, o curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná prepara seu egresso para o mundo real e competitivo do trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de um profissional lúcido e crítico diante da realidade jurídica, por meio de um projeto sólido, com método pedagógico consistente e totalmente alinhado às DCNs.

É importante destacar que o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná dispõe de um aparato humano, tecnológico e de processos que permite rápida e eficiente adequação às novas demandas e atualizações do meio educacional e social, impactando diretamente o perfil do egresso. Um exemplo disso é o Programa de Desenvolvimento Docente, que promove a qualificação dos professores em metodologias pedagógicas inovadoras, garantindo a instrumentalização necessária para formar profissionais aptos a enfrentar os desafios contemporâneos.

Ademais, o curso conta com um Núcleo Docente Estruturante qualificado e experiente, responsável por revisar e atualizar continuamente o PPC, atento ao cumprimento às normativas aplicáveis ao curso.

5.11.1 Parâmetros para Seleção de Conteúdos e Elaboração do Currículo

No curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná os parâmetros para a seleção de conteúdos e elaboração de currículos e sua atualização, com vistas ao atendimento às DCN's aplicáveis ao curso de Direito, são: os objetivos do curso; o perfil profissional do egresso; as competências a serem desenvolvidas; as perspectivas formativas, como a formação geral, a formação técnico-jurídica, a formação prático-profissional; os campos de atuação profissional e o mercado de trabalho; a inserção regional; princípios e organização didático-pedagógica; inovações e avanços tecnológicos; relevância, atualidade e inovação do conhecimento; as bibliografias básica e complementar; a adequação da carga horária; a acessibilidade, bem como os saberes voltados à formação humanística e ética, que devem perpassar o currículo, sobretudo concernentes a educação ambiental, desenvolvimento sustentável, educação em direitos humanos; inclusão social e acessibilidade; diversidade; relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Os conteúdos curriculares selecionados devem contemplar os conhecimentos específicos de cada formação, sem negligenciar os saberes que são necessários à formação integral do discente, numa perspectiva humanística, cidadã, crítico-reflexiva, ética, considerando os contextos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Uma formação na qual o currículo considera a necessidade de desenvolver competências, pressupõe uma metodologia adequada ao desenvolvimento dos

conteúdos curriculares, às estratégias e objetivos da aprendizagem, ao acompanhamento das atividades, à acessibilidade, que se coadunam com práticas pedagógicas que estimulam a interação e a participação ativa do discente no processo de ensino e aprendizagem, contemplando as inovações didático-pedagógicas e tecnológicas e sua incorporação em prol da formação acadêmica e profissional.

A seleção de conteúdos, a elaboração dos currículos e sua atualização, é realizada no Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, em consonância com o PDI, a partir das seguintes diretrizes:

- a. Atender a legislação e regulamentação educacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito, bem como o PDI, as Políticas Institucionais, este PPC e as normas da própria instituição;
- b. Articular os saberes a serem contemplados, considerando a coerência entre a concepção do curso, os seus objetivos, o perfil do egresso e as competências a serem desenvolvidas no decorrer da formação;
- c. Contemplar a flexibilidade curricular e a interdisciplinaridade;
- d. Observar a relevância social dos conteúdos, sua atualização e inovação, tendo em vista a ciência, os avanços tecnológicos, bem como os saberes voltados à formação integral do discente, numa perspectiva generalista, humanista, crítico-reflexiva, ética, e sua articulação com os princípios pedagógicos do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná;
- e. Considerar a inserção regional da instituição e do curso no processo de seleção dos conteúdos e elaboração dos currículos.

Cabe ao Núcleo Docente Estruturante - NDE a condução das atividades relacionadas a seleção de conteúdos curriculares e elaboração dos currículos, inclusive por ocasião de suas revisões e atualizações. Ao Colegiado do Curso compete a deliberação acerca dos encaminhamentos do NDE.

5.11.2 Integração Curricular

O currículo do curso de Direito é concebido como uma instância dinâmica e flexível, que valoriza a integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a

articulação entre teoria e prática. Essa concepção também contempla a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular, a acessibilidade metodológica e o desenvolvimento das competências necessárias ao perfil profissional do egresso.

A estrutura curricular foi planejada considerando a compatibilidade da carga horária total em horas-relógio, a integração entre os componentes curriculares e a articulação efetiva entre teoria e prática, assegurando uma formação sólida, crítica e alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.11.3 Adequação e atualização

Os conteúdos curriculares do curso de Bacharelado em Direito promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, ao congregarem temas que abordam aspectos sociais, econômicos, organizacionais, políticos e culturais da realidade da formação jurídica. Além disso, contemplam questões pertinentes à inserção e ao desenvolvimento na área de atuação profissional, de forma interdisciplinar, com base nos princípios preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Nesse sentido, a estruturação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais foi construída considerando a diversidade social, cultural e pedagógica dos estudantes.

A seleção dos conteúdos curriculares foi orientada por critérios gerais, entre os quais se destacam:

- **Relevância social**, com foco nas necessidades e condições locais e regionais, sem perder de vista o contexto nacional e as expectativas dos diferentes segmentos sociais;
- **Atualidade**, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos e pela releitura sistemática dos saberes já consolidados;
- **Potencial para o desenvolvimento intelectual autônomo**, permitindo aos estudantes tratar com mudanças e diversidades;
- **Interdisciplinaridade**, possibilitando a abordagem dos objetos de estudo sob múltiplas perspectivas;

- **Conteúdos estruturantes**, que favorecem a integração horizontal entre áreas do conhecimento e a integração vertical, organizando a aprendizagem em níveis crescentes de complexidade.

As disciplinas abordam, de forma integrada, os aspectos sociais, econômicos, organizacionais, políticos e culturais da formação profissional, considerando os avanços da área jurídica. Para além dos conteúdos programáticos formais, os temas transversais são desenvolvidos nas disciplinas e atividades curriculares, abordando questões éticas, políticas e pedagógicas que permeiam as ações universitárias.

As bibliografias recomendadas e os recursos metodológicos são definidos com base em critérios como: adequação ao perfil do profissional em formação; abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos essenciais ao desenvolvimento de competências e habilidades; atualização científica; e diversidade de fontes, priorizando publicações recentes — livros, periódicos e sites especializados — sem desconsiderar a contribuição dos clássicos.

A acessibilidade é compreendida como a condição de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes recursos e ambientes. Assim, os conteúdos curriculares são organizados de modo a favorecer o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, respeitando suas características e promovendo a acessibilidade pedagógica. Isso se dá por meio de atitudes inclusivas, metodologias diversificadas, comunicação interpessoal e virtual acessível, além de instrumentos, técnicas e métodos de ensino, aprendizagem e avaliação adaptados à diversidade dos estudantes.

O respeito à diversidade e aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem é assegurado por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais flexíveis, uso de recursos variados e parcerias com instituições especializadas. Essa abordagem diferencia o curso dentro da área jurídica e estimula o contato com conhecimentos recentes e inovadores.

5.11.4 Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas

A carga horária dos componentes curriculares foi dimensionada com base nos objetivos gerais e específicos do curso, em conformidade com as Diretrizes

Curriculares Nacionais, o perfil profissional do egresso e as necessidades dos contextos nacional, regional e local, bem como com a missão institucional do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

O curso possui uma carga horária total de 3.700 horas, distribuídas entre ementas, programas e componentes curriculares que possibilitam o desenvolvimento pleno do perfil profissional do egresso, conforme a seguinte organização:

MATRIZ CURRICULAR EM NÚMEROS							
Período	ON.S	ON.A	Teórica	Prática	Estágio	AC	TOTAL
Primeiro	30	0	300	0	0	0	330
Segundo	60	0	210	60	0	0	330
Terceiro	0	0	270	60	0	0	330
Quarto	60	0	240	60	0	0	360
Quinto	30	0	270	60	0	0	360
Sexto	60	0	180	60	60	0	360
Sétimo	60	30	150	60	60	0	360
Oitavo	0	30	240	30	60	0	360
Nono	0	30	270	0	60	0	360
Décimo	60	30	150	0	90	0	330
<i>Total Geral</i>	360	120	2280	390	330	220	3.700
<i>Percentual ON.S + ON.A</i>	12,97%						

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.700
Atividades Teóricas	2.280
Atividades Práticas	390
Estágio Supervisionado	330
Atividades Complementares	220
On Line Síncrona	360
On Line Assíncrona	120

5.11.5 Adequação e Atualização das Ementas e Planos de Ensino

A elaboração, adequação e atualização das ementas das disciplinas e dos respectivos programas do curso de Direito são resultado do esforço coletivo do corpo docente e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), sob a supervisão do Colegiado e da Coordenação do Curso. Esse processo visa à integração horizontal e vertical do currículo, tanto no âmbito de cada período quanto entre os diferentes períodos,

considerando a inter e a transdisciplinaridade como paradigmas que melhor contemplam o atual estágio do desenvolvimento científico e tecnológico.

Após a definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas, os conteúdos são identificados e sistematizados na forma de ementas das disciplinas curriculares, considerando a produção acadêmica mais recente na área. Vale destacar que as atualizações e adequações são construídas com base no perfil profissional desejado, nas novas demandas sociais do século XXI, nas constantes transformações do conhecimento, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nas características sociais e culturais do contexto educacional.

Os planos de ensino das disciplinas são analisados pelo NDE e pela Coordenação do Curso, e posteriormente encaminhados à Direção Acadêmica. Após esse processo, os planos são amplamente divulgados no Portal CANVAS e apresentados pelos docentes em suas respectivas disciplinas.

5.11.6 Adequação e Atualização e Relevância da Bibliografia do Curso

A bibliografia disponibilizada no acervo da Biblioteca do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná está contemplada nos programas de aprendizagem e resulta do esforço coletivo do corpo docente, que seleciona, dentre a literatura disponível, as obras que melhor atendem às necessidades do curso.

Os livros e periódicos recomendados, tanto na bibliografia básica quanto na complementar, são definidos com base em critérios como:

- **Adequação ao perfil do profissional em formação**, considerando a abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos essenciais ao desenvolvimento das competências e habilidades gerais e específicas, em diferentes contextos;
- **Atualização das produções científicas**, em consonância com os avanços da ciência e da tecnologia, priorizando publicações dos últimos cinco anos, incluindo livros, periódicos e sites especializados criteriosamente selecionados, sem desconsiderar a relevância dos clássicos;

- **Disponibilidade no acervo da Biblioteca do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná**, garantindo o acesso efetivo dos estudantes aos materiais indicados.

5.11.7 Bibliografia Básica do Curso

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná vem empreendendo esforços significativos para viabilizar melhores condições no que se refere a materiais e a recursos humanos da Biblioteca, no contexto do seu Projeto Pedagógico Institucional. A Política de atualização do acervo de livros e periódicos está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo Colegiado do Curso. A IES se encontra em plena execução dessa política, não apenas para atender às demandas do MEC, mas prioritariamente às necessidades e solicitações do corpo docente e discente. Semestralmente as bibliografias dos cursos de graduação são avaliadas quantitativa e qualitativamente, para contemplação das atualizações e ampliação do acervo.

A quantidade de exemplares adquirida para cada curso é definida com base no número de estudantes e norteada pelas recomendações dos indicadores de padrões de qualidade definidos pelo MEC. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema online de sugestão de compra e acompanhamento do pedido disponível no sistema Pergamum. É importante ressaltar que as referências bibliográficas básicas dos conteúdos programáticos de todos os Planos de Ensino e Aprendizagem das disciplinas do curso se encontram adequadas no que refere à quantidade (3 bibliografias básicas, 5 complementares), ao conteúdo das disciplinas e à atualidade, considerando os últimos cinco anos, sem desconsiderar as referências clássicas.

Todos os exemplares são tombados junto ao patrimônio da IES. O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná disponibiliza o acesso à Biblioteca On-line, com consulta ao acervo virtual, através do qual o usuário pode acessar os serviços on-line de consulta, renovação e reserva das bibliotecas, gerenciadas pelo Pergamum. Através dos serviços de pesquisa em bases de dados acadêmicas/científicas, os estudantes podem acessar mais de quatro mil títulos em texto completo, de artigos publicados em periódicos de maior relevância dos centros de pesquisa do mundo.

A Biblioteca oferece os serviços de empréstimo domiciliar; visitas orientadas; treinamento de usuários para capacitá-los na utilização das fontes de informação; pesquisa bibliográfica no catálogo online de obras físicas disponibilizadas no acervo; acesso às Bases de Dados periódicos eletrônicos: ACADEMIC SEARCH ELITE - EBSCO; acesso a base de dados de livros eletrônicos MINHA BIBLIOTECA; e reserva e renovação online de obras emprestadas; acesso aos Trabalhos de Conclusão de Cursos através do REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.

5.11.8 Bibliografia Complementar do Curso

Considera-se o mínimo de 05 (cinco) títulos por unidade curricular, atendendo aos programas das disciplinas do curso. O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná possui política de atualização do acervo da Biblioteca, proporcionando as condições adequadas ao atendimento das demandas dos alunos e professores no contexto do Projeto Pedagógico da Instituição e do Curso de Direito. A política de expansão e atualização do acervo está calcada na indicação prioritária dos professores e alunos, solicitação avaliada na sua importância pelo NDE, Coordenador e Colegiado do Curso.

Os livros e periódicos recomendados em termos de bibliografia complementar são definidos à luz de critérios como: adequação ao perfil do profissional em formação, a partir da abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos imprescindíveis ao desenvolvimento das competências e habilidades gerais e específicas, considerando os diferentes contextos; atualização das produções científicas diante dos avanços da Ciência e da Tecnologia, priorizando as publicações dos últimos 05 anos (sem desconsiderar as referências clássicas), incluindo livros e periódicos, enriquecidos com sites específicos rigorosamente selecionados, sem desprezar a contribuição dos clássicos.

As aquisições são referendadas por relatório de adequação do NDE do curso, comprovando a compatibilidade da bibliografia complementar em relação ao PPC e ao quantitativo de exemplares por título. Semestralmente a bibliografia do curso é avaliada quantitativa e qualitativamente, para contemplação das atualizações e ampliação do acervo. Toda a comunidade acadêmica tem acesso ao sistema online disponível acesso a Base de Dados de periódicos eletrônicos: ACADEMIC SEARCH

ELITE - EBSCO; acesso a base de dados de livros eletrônicos MINHA BIBLIOTECA; e reserva e renovação online de obras emprestadas;

É importante ressaltar que as referências bibliográficas complementares dos conteúdos programáticos de todos os programas de disciplinas do curso se encontram adequadas no que refere à quantidade de 05 (cinco) ou mais referências e o mínimo de dois exemplares para cada Unidade. O acervo possui exemplares físicos e virtuais de periódicos especializados que suplementam o conteúdo ministrado nas disciplinas. Todo acervo bibliográfico do curso está tombado junto ao patrimônio da IES.

O acervo virtual disponibilizado, também informatizado e registrado em nome do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, possui contrato que assegura o acesso ininterrupto pelos usuários. A Biblioteca disponibiliza acesso ao conteúdo digital de livros eletrônicos, periódicos, normas e outros recursos para Comunidade Acadêmica através da Biblioteca Virtual.

5.11.9 Periódicos Especializados e Bases de Dados do Curso

O acervo virtual disponibilizado, informatizado e registrado em nome do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, possui contrato que assegura o acesso ininterrupto pelos usuários. A Biblioteca disponibiliza acesso ao conteúdo digital de livros eletrônicos, periódicos, normas técnicas e outros recursos para a Comunidade Acadêmica através da Biblioteca Virtual.

A Biblioteca assina e disponibiliza bases de dados nas diversas áreas do conhecimento, em atendimento aos parâmetros estabelecidos pelos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Nível Superior. Os docentes e os discentes do Curso de Direito podem acessar os periódicos online assinados nas seguintes bases: EBSCO, e em relação aos E-books: Atheneu, Minha Biblioteca e Scielo. O acesso, após o primeiro no Campus, pode ser feito de qualquer lugar, em todas as plataformas.

Na biblioteca, os usuários portadores de deficiência, tem asseguradas as suas necessidades em termos de acessibilidade com recursos e ferramentas que garantem o estudo e a aprendizagem. Registre-se que a gestão do acervo é realizada de sorte a ampliar e renovar a quantidade dos títulos e exemplares mais requisitados, tendo a biblioteca um plano de contingência que assegure de forma ininterrupta o acesso ao acervo e aos serviços disponibilizados.

5.11.10 Conteúdos Curriculares

O currículo do Curso de Direito é concebido como uma instância dinâmica, inovadora e flexível, alimentado de forma sistemática e periódica pela avaliação deste PPC e do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido. Busca-se superar a ação formativa escolarizada e limitada, que prende o currículo em uma ideia de “grade curricular”. Em direção distinta, o Curso concebe o currículo como o caminho, percurso a ser trilhado no processo formativo onde um conjunto de ações cooperam para a formação humana, acadêmica e profissional, integral e em suas múltiplas dimensões.

Os referenciais didático-pedagógicos do Curso de Direito encontram-se pautados no PDI e neste PPC, que ressaltam o fomento à articulação constante das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a interação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, a flexibilidade, a transversalidade, a integração curricular, a acessibilidade metodológica e o desenvolvimento das competências necessárias ao perfil profissional.

Estas referências, por sua vez, caracterizam-se pelo exercício de ações que possibilitam e estimulam a aplicação dos saberes, conhecimentos, conteúdos e técnicas para intervenção na realidade profissional e social, na resolução de problemas e nos encaminhamentos criativos demandados por fatores específicos. Estão entre essas competências, o enfrentamento e resolução de problemas, construção de argumentações técnicas, o trabalho em equipe, a tomada de decisão, entre outras.

No curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, esse paradigma é concebido como uma nova postura frente ao conhecimento, ao processo de ensino e aprendizagem e à própria organização curricular, e sua prática exige a troca e sistematização de ideias, a integração de diferentes componentes curriculares para a construção do conhecimento, em um processo de constante interação.

Procurando acompanhar os avanços e inovações tecnológicas e científicas, a distribuição regular de créditos e disciplinas, a qualidade do conteúdo programático e uma carga horária compatível e adequada aos objetivos da aprendizagem, o curso de

Direito desenvolve um currículo que atende a esses requisitos e às necessidades do contexto local e regional do mercado de trabalho.

O currículo do curso é coerente com a proposta de uma formação considerada em suas múltiplas dimensões: humana, acadêmica e profissional. Neste sentido o currículo contempla disciplinas e ações que abordam saberes e conteúdos curriculares relacionados à formação básica e geral; aos fundamentos da vida em sociedade — cujo objetivo é propiciar conhecimentos e criar uma identidade própria, ética, cidadã de todos os alunos; à formação específica e às práticas profissionais.

O currículo contempla, ainda, a inserção de temas transversais nos programas das disciplinas, oportunizando a inserção de questões de interesse comum da coletividade, independente da área de conhecimento, possibilitando um diálogo integrador, portanto, mais abrangente entre aspectos que envolvem toda a sociedade. Da mesma forma, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador. O mesmo acontece no ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

O currículo está alinhado à concepção, objetivos e perfil do curso. Para tanto, em sua estrutura são ofertadas disciplinas abordando saberes voltados ao desenvolvimento de competências, que ofereçam subsídios conceituais, técnicos e práticos para o exercício da profissão.

O currículo está estruturado em dez (10) períodos letivos que, de forma interdependente e articulada, proporcionam a integralização dos conteúdos curriculares e o desenvolvimento das competências inerentes à formação acadêmica e profissional, contando com uma carga horária total compatível com as exigências dessa formação, sendo de 3.700 horas.

Neste sentido, o currículo do curso contempla: o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas; disciplinas obrigatórias e eletivas fazendo uso das novas tecnologias de informação e comunicação; componentes curriculares voltados ao desenvolvimento da pesquisa, da extensão e a integração curricular; o desenvolvimento de Atividades Complementares, do Estágio Supervisionado, do Trabalho de Curso, como componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis à formação.

O processo formativo é desenvolvido oportunizando a interdisciplinaridade, a articulação, a interlocução e a integração entre os saberes e conhecimentos quer sejam aqueles desenvolvidos no âmbito de uma mesma disciplina ao longo das unidades programáticas quer seja no âmbito de diferentes disciplinas e campos de saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado, através de práticas integradoras.

Os conteúdos curriculares contemplados neste PPC, consideram as DCN, bem como a concepção do curso, seus objetivos, o perfil que seus egressos devem ter e as competências que os mesmos devem desenvolver em sintonia com a dinâmica e as demandas emergentes da sociedade e do mercado de trabalho.

Esses conteúdos curriculares encontram-se devidamente contemplados nos Programa das Disciplinas/Planos de Ensino e Aprendizagem — PEA, previstos neste PPC e a são desenvolvidos pelos docentes e discentes ao longo da integralização curricular, com compatível carga horária, adequadas bibliografias básica e complementar, coerência com os objetivos e as competências a são desenvolvidas e em sintonia com as metodologias de ensino e avaliação são trabalhadas pelos docentes.

Os conteúdos curriculares são objeto de atualização realizada pelos docentes sob coordenação do NDE do curso contemplando a dinâmica da realidade social e as demandas emergentes postas ao exercício profissional.

Ressalte-se que os conteúdos curriculares são trabalhados observando a acessibilidade metodológica com a utilização de metodologias de ensino e avaliação que oportunizem a superação de barreiras em termos de métodos, técnicas e ferramentas que possam criar obstáculos ao desenvolvimento da aprendizagem.

No âmbito do currículo são desenvolvidas iniciativas didático-pedagógicas como a utilização de metodologias ativas de aprendizagem, de novos ambientes físicos e virtuais de aprendizagem.

Trata-se de iniciativas inovadoras que estimulam a aquisição de conhecimentos e técnicas para intervenção na realidade e para a resolução de problemas, assegurando acessibilidade metodológica e fomentando o protagonismo discente e o desenvolvimento progressivo de sua autonomia e maturidade acadêmica, profissional e intelectual.

A elaboração, adequação e atualização das ementas e respectivos programas do curso de Direito são resultado do esforço coletivo do corpo docente, NDE, tendo em vista a integração horizontal e vertical da matriz curricular, no âmbito de cada componente curricular e entre os mesmos, considerando a inter e transdisciplinaridade como paradigma que melhor contempla o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico.

Definidas as competências e habilidades a serem desenvolvidas, são identificados os conteúdos e sistematizados na forma de ementas, integrantes dos planos de ensino e aprendizagem, considerando a produção recente e de caráter inovador na área. Vale ressaltar que as atualizações e adequações são construídas, a partir do perfil desejado do egresso em face das novas demandas sociais do século XXI, das constantes mudanças e produção do conhecimento na área médica, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PDI, do PPI e das características sociais e culturais.

Reforça-se que a bibliografia dos programas de aprendizagem é fruto do esforço coletivo do corpo docente, representado pelo NDE, que seleciona dentre a literatura aquela que atende às necessidades do curso. Os livros e periódicos recomendados, tanto em termos de uma bibliografia básica quanto da complementar são definidas à luz de critérios como:

- Adequação ao perfil do profissional do egresso, a partir da abordagem teórica e/ou prática dos conteúdos imprescindíveis ao desenvolvimento das competências e habilidades gerais e específicas, considerando os diferentes contextos.

- Atualização das produções científicas diante dos avanços da Ciência e da Tecnologia, priorizando as publicações dos últimos 05 anos, incluindo livros e periódicos, enriquecidos com sites específicos selecionados, sem desprezar a contribuição dos clássicos.

Ressalte-se que os conteúdos curriculares são trabalhados observando a acessibilidade metodológica, contemplando a inclusão à diversidade e necessidades especiais. Os métodos e técnicas de ensino já presentes no projeto do curso possibilitam aos alunos o acesso às formas de aprendizagem que se coadunam com suas identidades e necessidades individuais.

Por fim, afirma-se que os conteúdos curriculares do curso são fundamentados no PPC e na sua Estrutura Curricular atendendo aos eixos de formação. Estes

conteúdos passam por revisões sistemáticas, a partir de discussões lideradas pelo NDE, sempre pautado por um processo de autoavaliação, primando pelo contato com o conhecimento recente e inovador.

5.11.11 Matriz Curricular, ementas e bibliografia dos componentes curriculares

MATRIZ CURRICULAR

1º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
1	Teoria Geral do Direito	PR	60	0	0	0	0	60	4
2	História do Direito	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
3	Relações Interpessoais	PR	30	0	0	0	0	30	2
4	Psicologia Forense	PR	30	0	0	0	0	30	2
5	Ciência Política e TGE	PR	60	0	0	0	0	60	4
6	Criminologia	PR	30	0	0	0	0	30	2
7	Direito, Linguagem e Interpretação	PR	30	0	0	0	0	30	2
8	Conceitos Básicos de Prática Forense	PR	30	0	0	0	0	30	2
9	Desenvolvimento de Habilidades Gerais	PR	30	0	0	0	0	30	2
Total			300	0	0	30	0	330	22

2º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
10	Direito Constitucional - Teoria da Constituição	PR	60	0	0	0	0	60	4
11	Startups Jurídicas e Legislação Específica	PR	30	0	0	0	0	30	2
12	Projeto de Extensão I	PR	0	60	0	0	0	60	4
13	Direito Civil – Pessoas Naturais	ON.S	0	0	0	60	0	60	4
14	Teoria Geral do Processo	PR	60	0	0	0	0	60	4
15	Direito Criminal - Teoria do Crime	PR	60	0	0	0	0	60	4
Total			210	60	0	60	0	330	22

3º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
16	Direito Constitucional - Direitos Fundamentais	PR	60	0	0	0	0	60	4
17	Direito Civil – Obrigações	PR	60	0	0	0	0	60	4
18	Direito Processual Civil - Processo de Conhecimento	PR	60	0	0	0	0	60	4
19	Direito Criminal - Teoria da Pena	PR	60	0	0	0	0	60	4
20	Projeto de Extensão II	PR	0	60	0	0	0	60	4

21	Mediação, Conciliação e Arbitragem	PR	30	0	0	0	0	30	2
Total			270	60	0	0	0	330	22

4º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
22	Direito Constitucional - Organização do Estado e seus Poderes	PR	60	0	0	0	0	60	4
23	Direito Civil – Teoria Geral dos Contratos	PR	60	0	0	0	0	60	4
24	Direito Processual Civil - Instrução Processual	PR	60	0	0	0	0	60	4
25	Direito Médico e da Saúde	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
26	Ética, Deontologia e Gestão da Advocacia	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
27	Projeto de Extensão III	PR	0	60	0	0	0	60	4
28	Direito Criminal - Crimes contra a Pessoa à Crimes contra a Organização do Trabalho	PR	60	0	0	0	0	60	4
Total			240	60	0	60	0	360	24

5º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
29	Direito Civil - Contratos em Espécie e Responsabilidade Civil	PR	60	0	0	0	0	60	4
30	Direito Processual Civil - Processo de Execução	PR	60	0	0	0	0	60	4
31	Direito Criminal - Crimes contra o Sentimento Religioso à Crimes contra a Administração Pública	PR	60	0	0	0	0	60	4
32	Controle de Constitucionalidade	PR	30	0	0	0	0	30	2
33	Direito Processual Penal - Normas Preliminares	PR	60	0	0	0	0	60	4
34	Projeto de Extensão IV	PR	0	60	0	0	0	60	4
35	Direito do Trabalho - Relações Privadas	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
Total			270	60	0	30	0	360	26

6º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
36	Direito Civil - Direito das Coisas	PR	60	0	0	0	0	60	4
37	Direito Processual Civil - Tutelas Provisórias	PR	60	0	0	0	0	60	4
38	Direito Processual Penal - Persecução Penal	PR	60	0	0	0	0	60	4
39	Direito Administrativo Geral	ON.S	0	0	0	60	0	60	4
40	Projeto de Extensão V	PR	0	60	0	0	0	60	4
41	Clínica de Direitos Humanos	ES	0	0	0	0	60	60	4
Total			180	60	0	60	60	360	24

7º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		

42	Direito Civil – Direito de família	PR	60	0	0	0	0	60	4
43	Direito Processual Penal - Nulidades e Recursos	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
44	Projeto de Extensão VI	PR	0	60	0	0	0	60	4
45	Tecnologia e gestão do conhecimento	ON.A	0	0	30	0	0	30	2
46	Direito Administrativo - Contratos Públicos e Responsabilidade Fiscal	PR	30	0	0	0	0	30	2
47	Direito do Trabalho - Relações Coletivas	PR	60	0	0	0	0	60	4
48	Prática Cível e Consumerista	ES	0	0	0	0	60	60	4
4948	Trabalho de Curso I	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
Total			150	60	30	60	60	360	22

8º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
50	Direito Civil – Direito das sucessões	PR	60	0	0	0	0	60	4
51	Direito Empresarial Geral	PR	30	0	0	0	0	30	2
52	Trabalho de Curso II	PR	30	0	0	0	0	30	2
53	Direito Tributário Geral	PR	60	0	0	0	0	60	4
54	Educação Ambiental e Sustentabilidade	ON.A	0	0	30	0	0	30	2
55	Projeto de Extensão VII	PR	0	30	0	0	0	30	2
56	Direito Processual do Trabalho	PR	60	0	0	0	0	60	4
57	Prática Criminal e Tribunal do Júri	ES	0	0	0	0	60	60	4
Total			240	30	30	0	60	360	24

9º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		
58	Direito Empresarial - Falência e Recuperação Empresarial	PR	60	0	0	0	0	60	4
59	Direitos Humanos e Diversidade	ON.A	0	0	30	0	0	30	2
60	Eletiva I	PR	30	0	0	0	0	30	2
61	Direito Tributário - Normas Específicas	PR	60	0	0	0	0	60	4
62	Direito Previdenciário e Seguridade Social	PR	60	0	0	0	0	60	4
63	Prática Trabalhista e Previdenciária	ES	0	0	0	0	60	60	4
64	Legislação Penal Extravagante	PR	30	0	0	0	0	30	2
65	Direito Internacional Público	PR	30	0	0	0	0	30	2
Total			270	0	30	0	60	360	24

10º Período

Ordem	Disciplina	TIPO	Carga Horária					Total	Crédito
			Teórica	Prática	online A	online S	Estágio		

66	Direito Ambiental e Agrário	PR	60	0	0	0	0	60	4
67	Eletiva II	PR	60	0	0	0	0	60	4
68	Direito Internacional Privado	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
69	Direito Eleitoral	PR	30	0	0	0	0	30	2
70	Gestão e Empreendedorismo	ON.A	0	0	30	0	0	30	2
71	Direito Cibernético	ON.S	0	0	0	30	0	30	2
72	Métodos Alternativos de Soluções de Conflitos	ES	0	0	0	0	90	90	6
Total			150	0	30	60	90	330	22

MATRIZ CURRICULAR EM NÚMEROS							
Período	ON.S	ON.A	Teórica	Prática	Estágio	AC	TOTAL
Primeiro	30	0	300	0	0	0	330
Segundo	60	0	210	60	0	0	330
Terceiro	0	0	270	60	0	0	330
Quarto	60	0	240	60	0	0	360
Quinto	30	0	270	60	0	0	360
Sexto	60	0	180	60	60	0	360
Sétimo	60	30	150	60	60	0	360
Oitavo	0	30	240	30	60	0	360
Nono	0	30	270	0	60	0	360
Décimo	60	30	150	0	90	0	330
Total Geral	360	120	2280	390	330	220	3.700
Percentual ON.S + ON.A	12,97%						

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.700
Atividades Teóricas	2.280
Atividades Práticas	390
Estágio Supervisionado	330
Atividades Complementares	220
On Line Síncrona	360
On Line Assíncrona	120

Eletivas

Cód	Disciplina	Tipo	Carga Horária				Crédito
			Teórica	Prática	Online	Total	
1	Felicidade - Psicologia Positiva, Sentido e Propósito	PR	30			30	2
1	Direitos autorais e propriedade intelectual	PR	30			30	2
1	Direito Penal Econômico	PR	30			30	2
2	Educação em direitos e das relações étnicorraciais	ON.A			60	60	4
2	LIBRAS	ON.A	0		60	60	4
2	Estudos avançados em Direito Civil	ON.A			60	60	4

Ementário do Curso de Direito – Matriz 2022**JPR AF DIR N 2022****1º Período**

Ciência Política e Teoria Geral do Estado – 60h		1º
Ementa	Ciência Política e Teoria Geral do Estado. Ciência política e as demais ciências sociais. O objeto de estudo da ciência política. Evolução das Instituições e do Pensamento Político. A política e sua relação com a ética. A política como relação de poder e a política como governo. Metodologia da investigação em ciência política. Origem do Estado e seus elementos Constitutivos. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Democracia, cidadania e representação política.	
Bibliografia Básica		
CUNHA, Paulo Ferreira da. Teoria geral do Estado e ciência política . São Paulo: Saraiva Jur, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601912/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
GAMBA, João Roberto Gorini. Teoria geral do Estado e ciência política . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775316 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
GUERRA, Sidney. Curso de Direitos Humanos . 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628496/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502617995 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
RANIERI, Nina. Teoria do estado: do estado de direito ao estado democrático de direito . 3. ed. São Paulo: Almedina, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278032/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
DIAS, Reinaldo. Ciência política . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476725/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MALUF, Sahid. Teoria geral do estado . 36. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553626171 . Acesso em: 10 dez. 2024.		

MELO, Débora Sinflorio da, S. e Felipe Scalabrin. **Ciência e teoria geral do Estado**. Porto Alegre; SAGAH, 2017. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021891/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Conceitos Básicos de Prática Forense – 30h

1º

Ementa

Introdução à prática forense. A advocacia digital: programas e aplicativos para processamento forense (PJE, E-Proc, etc). A triagem processual: elementos de identificação da causa. A construção do processo: documentos, provas, elementos imprescindíveis à petição inicial. A diligência forense: rotina de despacho com autoridade policial, autoridade judiciária e ministério público. A audiência de conciliação, instrução e julgamento: aspectos comportamentais, limites e prerrogativas do advogado. Oratória Forense.

Bibliografia Básica

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. (coord.). **Prática Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553626164>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. (org.). **Prática Trabalhista**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622085/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JR., Marco Antonio. **Prática Penal**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622092/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

CHACON, Luís Fernando R. **Manual de Prática Forense Civil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629936/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994976/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR., Marco Antonio. **Prática Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622122/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR., Marco Antonio. **Prática Tributária**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622061/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR., Marco Antonio. **Prática Administrativa**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622184/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Criminologia – 30h		1º
Ementa	Fundamentos Gerais da Criminologia. História da Criminologia e do Pensamento Criminológico. As Escolas Criminológicas. As tipologias criminológicas. Vitimologia e Vitimização: síndromes. Criminologia e vitimologia corporativa. Criminologia e Crime organizado. Prevenção Criminal. Aspectos Criminológicos das drogas. Responsabilidade Penal. Fatores Sociais de Criminalidade. Criminologia Cultural. Terrorismo e Criminologia. A nova criminologia da reação social: interacionismo. Personalidade e Crime. Aspectos criminológicos da violência contra a mulher. Transtornos Psicóticos e criminologia. Temas Contemporâneos em Criminologia.	
Bibliografia Básica		
MASSON, Cleber; MARÇAL, Vinícius. Crime organizado . 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993054 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual Esquemático de Criminologia . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620742 . Acesso em: 10 dez. 2024. ok		
GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia . 5. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620340/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
CARVALHO, Salo de. Penas e medidas de segurança no Direito Penal Brasileiro . 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592122/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628649/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
VEIGA, Marcelo. Criminologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645749 . Acesso em: 10 dez. 2024.		

MAÍLLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis, **Criminologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987008/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRANCO, Guilherme Castelo. (org.). **Terrorismo de Estado**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582172315/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Desenvolvimento de Habilidades Gerais – 30h		1º
Ementa	Busca desenvolver as habilidades do profissional jurídico voltados à sua capacitação empreendedora, com foco na preparação pessoal para os atributos do mercado. Introdução aos conceitos fundamentais da Economia Política. Economia e Direito. Noções sobre a Teoria dos Jogos e a Economia da Informação. Aplica ações de conhecimentos gerais em marketing pessoal, marketing de rede, uso e desenvolvimento de tecnologias de informação. Escrita proativa (visual law), uso e/ou desenvolvimento de aplicativos voltados a demandas da advocacia.	
Bibliografia Básica		
LOSADA, Bruna. Finanças para startups – O essencial para empreender, liderar e investir em startups. Saint Paul Publishing (Brazil), 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586407020/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
TEIXEIRA, Tarcisio. Direito digital e processo eletrônico . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622344/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
VASCONCELLOS, Marco Antônio S; GARCIA, Manoel. Fundamentos de Economia . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788571441415 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
TIMM, Luciano Benetti. (org.). Economia e Direito no Brasil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522480555/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
ROCHA, Marcos; TREVISAN, Nanci. Marketing nas mídias sociais . São Paulo: Saraiva, 2020. (Coleção Marketing nos Tempos Modernos). (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440883/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing social . São Paulo: Cengage Learning, 2006. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522128617/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CALLEGARI, André; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília. **Temas atuais de Direito Penal Econômico**. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Série IDP – Linha Pesquisa Acadêmica). (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655597257/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

TAJRA, Sanmya; RIBEIRO, Joana. **Inovação na Prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555201574/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Direito, Linguagem e Interpretação – 30h		1º
Ementa	Perspectivas da lógica formal: princípios e conteúdo básico – termo, proposição e argumentação. Argumentação jurídica e a nova retórica. Argumentação e discurso jurídico. Análise do discurso: historicidade, atravessamento, discursivo e assujeitamento. Efeitos de sentido e condições de produção do discurso jurídico. Vocabulário jurídico. Redação jurídica: o tipo descritivo e o tipo narrativo. Estratégias de leitura, interpretação e produção textual. Recursos retóricos. Hermenêutica jurídica.	
Bibliografia Básica ELTZ, Magnum K. de, F. et al. Hermenêutica e argumentação jurídica . Porto Alegre; SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024090/ . Acesso em: 10 dez. 2024. PETRI, Maria José C. Manual de linguagem jurídica . 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627451 . Acesso em: 10 dez. 2024. ok VALVERDE, Alda da Graça Marques; TAVARES JUNIOR, Nelson Carlos; FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. Linguagem e argumentação jurídica . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530991487 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar CORRÊA, Leda. Direito e argumentação . São Paulo: Manole, 2008. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446492/ . Acesso em: 10 dez. 2024. IAMUNDO, Eduardo. Hermenêutica e hermenêutica jurídica . São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547218065/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Argumentação jurídica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2016. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520451267/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Coleção Fora de Série) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642151/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770366/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

História do Direito - 30h		1º
Ementa	Princípios gerais da história do direito. Relação entre Ciência e História. Questões centrais do Direito Antigo, Direito Romano e Medieval, Direito Moderno, Direito Contemporâneo. Histórico de instituições jurídicas fundamentais: o Estado, a Família e a Estrutura Familiar e o Trabalho. História do Direito brasileiro, desde o Brasil Colonial até o Brasil Republicano, passando pelo Brasil Imperial. O direito no período militar. O direito no Brasil democrático e social.	
Bibliografia Básica		
LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. Curso de História do Direito . 4. ed. São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027563/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. Manual de história do direito . 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620315 . Acesso em: 10 dez. 2024. ok		
SCALQUETTE, Rodrigo A. Lições sistematizadas de História do Direito . 2. ed. São Paulo: Almedina, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935758/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
BITTAR, Eduardo C. História do Direito Brasileiro - leituras da Ordem Jurídica Nacional . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597013597 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
LESSA, Antônio C. História das Relações Internacionais do Brasil (Coleção Temas Essenciais em RI). São Paulo: Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441293/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773749 . Acesso em: 10 dez. 2024.		

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620773>. Acesso em: 10 dez. 2024.

WOLKMER, Carlos A. **História do Direito no Brasil**: tradição no Ocidente e no Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987305/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Psicologia Forense – 30h		1º
Ementa	Aplicação da Psicologia na área jurídica. Conceito e histórico da Psicologia Jurídica. Interface entre Psicologia e Direito. Contribuições da Psicologia ao Direito Penal. Violência e criminalidade na ótica psicológica. A Psicologia Jurídica e as questões da violência contra a mulher. Psicologia Jurídica e o Direito de Família. Psicologia Jurídica e as questões da infância e juventude. A contribuição da psicologia para processo de mediação e justiça restaurativa.	
Bibliografia Básica		
FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775569/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622931/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
SERAFIN, Antonio de, P.; SAFFI, Fabiana. Psicologia e Prática forenses . 3. ed. São Paulo: Manole, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761344/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
MYERS, David G.. Psicologia social . 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553390/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
BARROS, Daniel Martins de; CASTELLANA, Gustavo Bonini (org.). Psiquiatria forense : interfaces jurídicas, éticas e clínicas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582716052/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
HUSS, Matthew T. Psicologia Forense : pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325545/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
PAULO, Beatrice Marinho (coord.). Psicologia na prática jurídica : a criança em foco. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502175907/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

PUTHIN, Sarah Reis et al. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025783/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Relações Interpessoais – 30h		1º
Ementa	Relacionamentos humanos a partir de uma visão ética, compreendendo e convivendo com a diversidade. Formação profissional jurídica humanizada: interação com os diversos campos do conhecimento e a aplicação da justiça a partir do convívio. Compreensão das diversas espécies de personalidades: escuta ativa, diálogo e formas de abordagem na atuação jurídica e social. Características da Reflexão das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) sobre o Direito.	
Bibliografia Básica		
MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas : psicologia das relações interpessoais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484997/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MYERS, David G. Psicologia social . 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553390/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira, D.; MELO, Débora Sinflorio da Silva; ARAÚJO, Sandro Alves. Fundamentos de sociologia e antropologia . São Paulo: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023826/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e antropologia do direito . 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622098/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
CRISSOSTOMO, Alessandro, L. et al. Ética . São Paulo: SAGAH, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024557/ . (Minha Biblioteca) Acesso em: 10 dez. 2024.		
LEITE, Luciano S. Psicologia Comportamental . São Paulo: Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536533018/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
LOPES, Daiane, D. et al. Psicologia social . São Paulo: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025240/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
TORRES, Cláudio, V.; NEIVA, Elaine Rabelo. [org.]. Psicologia Social : principais temas e vertentes. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786558820741 . Acesso em: 10 dez. 2024.		

Teoria Geral do Direito – 60h		1º
Ementa	Epistemologia e direito. Zetética, Dogmática e o problema da cientificidade do conhecimento (jurídico). Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Teoria do Direito como enciclopédia e as grandes dicotomias da Teoria do Direito. Conceito e critérios distintivos de norma jurídica. Direito e fato social. Direito, religião, moral. Jursnaturalismo, positivismo jurídico, teorias críticas. Neopositivismo e Neoconstitucionalismo. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito. Estrutura lógica das normas. Tendências contemporâneas do direito. Direitos Humanos e formação para a cidadania. A Filosofia e sua contribuição ao cenário jurídico. Filosofia Jurídica Contemporânea	
Bibliografia Básica		
ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito : uma crítica à verdade na ética e na ciência. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609833/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito . 46. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994570/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771073/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
GUSMÃO, Paulo de. Introdução ao Estudo do Direito . 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979768/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. Teoria do Direito . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609192/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito . Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994198/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis . 2. ed. São Paulo: Almedina, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724422404/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
SOARES, Ricardo Maurício F. Teoria Geral do Direito . 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623464/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

2º Período

Direito Civil – Pessoas Naturais – 60h		2º
Ementa	Noções introdutórias e históricas do direito civil. Direito Civil e a Constituição de 1988 - Constitucionalização do Direito Civil. Princípios do Código Civil de 2002 - A Dignidade da pessoa Humana como princípio fundamental. DAS PESSOAS: Das pessoas naturais: da personalidade e capacidade (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/2015 e Proteção dos Direitos da Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - Lei 12.764/2012); direitos da personalidade, da ausência. Das pessoas jurídicas: disposições gerais, associações, fundações. Do domicílio. DOS BENS: Das diferentes classes de bens: dos bens considerados em si mesmo, dos bens reciprocamente considerados, dos bens públicos. DOS FATOS JURÍDICOS: do negócio jurídico: disposições gerais, da representação, da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico, da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos; Prescrição e decadência. Da prova.	
Bibliografia Básica GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. 26. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. v.1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629806/ . Acesso em: 10 dez. 2024. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622542/ . Acesso em: 10 dez. 2024. TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649709/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Teoria geral do direito civil. 41. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621439/ . Acesso em: 10 dez. 2024. NADER, Paulo. Curso de direito civil: parte geral. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979645/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

PELUSO, Cezar (coord.). Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 18. ed. Barueri: Manole, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461921/. Acesso em: 10 dez. 2024. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições do direito civil: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649105/. Acesso em: 10 dez. 2024. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775750/. Acesso em: 10 dez. 2024.

Direito Constitucional – Teoria da Constituição – 60h		2º
Ementa	Constituição e seus elementos. A teoria da constituição. Histórico das constituições brasileiras. A importância das constituições dos Estados membros. Classificação das constituições. Poder constituinte. Constitucionalismo. Interpretação constitucional e Hermenêutica. Teoria das Normas constitucionais: aplicabilidade e efetividade. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.	
Bibliografia Básica BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo : os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621132/ . Acesso em: 10 dez. 2024. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621958/ . Acesso em: 10 dez. 2024. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629417/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional . 42. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644599 . Acesso em: 10 dez. 2024. ok TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional . 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621248/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**: 40. ed., rev., atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776375/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775958/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOTTA, Sylvio. **Direito constitucional**. Teoria, jurisprudência e questões. 29. São Paulo: Gen, 2020. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993993/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Direito Criminal – Teoria do Crime – 60h		2º
Ementa	Noções de história e filosofia do Direito Penal: princípios gerais contidos na Parte Geral do Código Penal. Princípios norteadores e limitadores do Direito Penal. Garantismo penal. Teoria da Norma: conceito, características, espécies, interpretação. Norma penal do mandato em branco. Concurso ou conflito aparente de normas. Analogia em Direito Penal. Lei penal: conceitos; fontes; classificações; lei penal no tempo; lei penal no espaço; crime e contravenção penal; elementos e circunstâncias da norma penal. Conceito analítico de crime. Teoria do fato típico: elementos e causas de exclusão. Erro de tipo. Inter criminis: consumação e tentativa. Ilicitude: causas de exclusão de antijuridicidade. Teoria da culpabilidade: elementos e causas de exclusão.	
Bibliografia Básica		
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627561/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. v. 4. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627554/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
JUNQUEIRA, Gustavo. VANZOLINI, Patricia. Manual de Direito Penal: Parte Geral . 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553625860 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 a 120 do Código Penal). 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral, arts. 1º a 120. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v.1. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622696/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621002/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MASSON, Cleber. **Direito penal**: parte geral (arts. 1º a 120). 18. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Método, 2024. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649501/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ESTEFAM, André. **Direito Penal**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca)
v. 1 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620708>
v. 2 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620685>
v. 3 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620654>
Acesso em: 10 dez. 2024.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Projeto de Extensão I – 60h		2º
Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.	
Bibliografia Básica		
PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos. São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/. Acesso em: 10 dez. 2024. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/. Acesso em: 10 dez. 2024. MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAMPIERI, Roberto, H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Startups Jurídicas e Legislação Específica - 30h		2º
Ementa	Estuda as startups jurídicas como elemento de inovação empresarial a serviço da advocacia e dos serviços jurídicos. Compreensão geral de startup, instrumentos regulatórios, acessos à financiamentos. Aspectos cíveis, criminais, trabalhistas e tributários em startups.	
Bibliografia Básica		
LOSADA, Bruna. Finanças para startups – O essencial para empreender, liderar e investir em startups. Saint Paul Publishing (Brazil), 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586407020/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. Startups e inovação : direito no empreendedorismo. 2. ed. Barueri: Manole, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520461976/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
ANDRADE FILHO, Edmar de Oliveira. Fundamentos de Direito para Negócios - Instituições de Direito Público e Direito Privado. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024401/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

ROQUE, Pamela R. **Estudos Aplicados de Direito empresarial - LLC em Direito Empresarial**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556278919/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FRANCO, Isabel. **Guia Prático de Compliance**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988692/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado**: advocacia prática civil, trabalhista e criminal. 35. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769173/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CHAGAS, Edilson Enedino. **Direito Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Coleção Esquematizado®) (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621828/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVEIRA, Renato de Mello J.; Saad-Diniz, Eduardo. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502622098/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Teoria Geral do Processo – 60h		2º
Ementa	Introdução à Teoria Geral do Processo. Conceitos Gerais: Necessidade, Bem, Utilidade, Interesse, Pretensão, Resistência e Lide. Solução dos Conflitos de Interesse: autodefesa, autocomposição, métodos alternativos de solução de conflitos. Poder Judiciário e as Funções Essenciais à Justiça. Ação, Jurisdição, Competência. Conceitos Gerais de Processo: Valores e Normas Fundamentais. Princípios, Natureza do Processo. A Dinâmica do Processo. Prova. Sentença. Recurso. Coisa Julgada. Execução. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Prazos (preclusões). Nulidades processuais.	
Bibliografia Básica		
ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo . 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994433/ .		
Acesso em: 10 dez. 2024.		

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual do direito processual civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620081/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Processo Civil** - Teoria geral do processo e processo de conhecimento - Sinopses jurídicas. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553629356/>. Acesso

em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Sergio Pinto. **Teoria Geral do Processo**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626380/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

PRIETO, Renata Barros; ANTUNES, Rosana Maria de Moares Silva; BARBERINO, Liliane da Silva. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024946/>. Acesso

em: 10 dez. 2024.

MANCUSO, Rodolfo Camargo. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980788/>. Acesso

em: 10 dez. 2024.

RODRIGUES, Horácio Wanderley; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria geral do processo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559774555>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SOUZA, André Pagani de et al. **Teoria geral do processo contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776276/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

3º Período

Direito Civil – Obrigações – 60h		3º
Ementa	Teoria das Obrigações: da relação jurídica obrigacional. Noção, conceito, elementos essenciais, obrigações pessoais e reais. Fontes. Modalidades das obrigações: Obrigações Cíveis e naturais, obrigação de dar, restituir, pecuniária, fazer e de não fazer, alternativas, cumulativas e facultativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias. Outras formas de classificação das obrigações: Obrigações de Meio e Resultado, instantânea, diferida e continuada, líquidas e ilíquidas. Pagamento. Consignação. Sub-rogação. Imputação no pagamento. Novação. Dação em Pagamento. Compensação. Transação e compromisso. Confusão. Remissão das dívidas. Pagamento	

indevido. Mora. Inexecução das obrigações: da Mora, das Perdas e Danos, Clausula Penal e das Arras. Transferência das obrigações: Cessão de crédito, débito e contrato.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: obrigações**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629776/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622528/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649747/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

MIRAGEM, Bruno. **Direito civil: direito das obrigações**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994259/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PELUSO, Cezar (coord.). **Código civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 18. ed. Barueri: Manole, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461921/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649143/>.

Acesso em: 11 dez. 2024.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das obrigações**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980825/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775736/>.

Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Constitucional – Direitos Fundamentais – 60h		3º
Ementa	Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais em espécie: vida, liberdade, igualdade, segurança, propriedade. Direitos Sociais. Vedações	

	ao Retrocesso Social. Mínimo Existencial e Reserva do Possível. Direitos Sociais Coletivos. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Direitos Políticos: positivos e negativos. Princípio da Anterioridade eleitoral. Fidelidade partidária. Regras Constitucionais sobre Direitos Humanos. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.
Bibliografia Básica BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621132/. Acesso em: 10 dez. 2024. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621958/. Acesso em: 10 dez. 2024. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629417/. Acesso em: 10 dez. 2024.	
Bibliografia Complementar MORAES, Alexandre de. Direito constitucional: 40. ed., rev., atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776375/. Acesso em: 10 dez. 2024. MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775958/. Acesso em: 10 dez. 2024. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 42. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644599. Acesso em: 10 dez. 2024. ok TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621248/. Acesso em: 10 dez. 2024. MOTTA, Sylvio. Direito constitucional. Teoria, jurisprudência e questões. 29. São Paulo: Gen, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993993/. Acesso em: 10 dez. 2024.	

Direito Criminal – Teoria da Pena – 60h	3º
--	-----------

Ementa	Sanções penais e medidas de segurança. Princípios norteadores. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Substituição e conversão de penas. Detração penal. Dosimetria da pena. Circunstâncias judiciais, atenuantes e agravantes. Causas de diminuição e de aumento de pena. Reincidência. Concurso de crimes. Crime continuado. Crime complexo. Unificação das penas. A suspensão condicional da pena e o livramento condicional. Revogação e seus efeitos. Efeitos da condenação. Reabilitação. Extinção da punibilidade. Prescrição penal.
Bibliografia Básica BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627561/. Acesso em: 10 dez. 2024. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. v. 4. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627554/. Acesso em: 10 dez. 2024. JUNQUEIRA, Gustavo. VANZOLINI, Patricia. Manual de Direito Penal: Parte Geral. 9. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553625860. Acesso em: 10 dez. 2024. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 a 120 do Código Penal). 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649228/. Acesso em: 10 dez. 2024.	
Bibliografia Complementar CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral, arts. 1º a 120. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v.1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622696/. Acesso em: 10 dez. 2024. ESTEFAM, André. Direito Penal. São Paulo: SaraivaJur, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca) v. 1 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620708 v. 2 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620685 v. 3 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620654 Acesso em: 10 dez. 2024. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120). 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621002/. Acesso em: 10 dez. 2024. MASSON, Cleber. Direito penal: parte geral (arts. 1º a 120). 18. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Método, 2024. (Minha Biblioteca)	

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649501/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
REALE JÚNIOR, Miguel. Fundamentos de direito penal . 5. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
Direito Processual Civil – Processo de Conhecimento – 60h	
3º	
Ementa	Processo de conhecimento e o desenvolvimento dos atos processuais: normas processuais aplicáveis ao procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo, características comuns e peculiares a cada tipo de processo e de procedimento e o papel dos órgãos estatais destinados à solução dos conflitos existentes. Petição inicial. Conceito, conteúdo e estrutura. Requisitos. Despacho inicial. Resposta do réu. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Teoria Geral da Prova: conceito. Meios de prova. Ônus da prova. Procedimento da prova. Provas em espécies. Audiência de instrução e julgamento. Conciliação. Sentença. Extinção do processo. Coisa julgada. Procedimentos especiais.
Bibliografia Básica	
BUENO, Cassio Scarpinella. Manual do direito processual civil . 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620081/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil: esquematizado . 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622665/ . Acesso em: 11 dez. 2024.	
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais . 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623204/ . Acesso em: 11 dez. 2024.	
Bibliografia Complementar	
ALVIM, José Eduardo Carreira. Teoria geral do processo . 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994433/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
CÂMARA, Alexandre Freitas. Manual de direito processual civil . 3. ed. Barueri: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775910/ . Acesso em: 11 dez. 2024.	

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620104/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca)
v. 1 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649389>.
v. 2 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649402>.
v. 3 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649907>.
Acesso em: 11 dez. 2024.

Mediação, Conciliação e Arbitragem – 30h		3º
Ementa	Introdução às formas alternativas de solução de conflitos. Conceito de Lide. Negociação e Conciliação. Técnicas de Mediação e Arbitragem. Princípio da autonomia da vontade. Convenção de Arbitragem. Cláusula compromissória. Compromisso arbitral. Árbitro. Processo arbitral. Tutelas de urgência. Sentença arbitral. Invalidades da sentença arbitral.	
Bibliografia Básica		
SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Arbitragem : mediação, conciliação e negociação. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648191 . Acesso em: 11 dez. 2024.		
TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis . 7. ed. São Paulo: Método, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648955/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628469/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
MARTINELLI, Dante P. Negociação e solução de conflitos: do impasse ao ganha-ganha com o melhor estilo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597025989/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620568>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SALLES, Carlos de; LORENCINI, Marcos Antônio Lopes; SILVA, Paulo Eduardo da (coord.). **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias**. 5. ed. São Paulo: Forense, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647637>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ROCHA, Caio César Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). **Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012798/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Projeto de Extensão II – 60h		3º
Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.	
Bibliografia Básica		
PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos. São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/. Acesso em: 10 dez. 2024. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/. Acesso em: 10 dez. 2024. MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307. Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito . 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:		

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>. Acesso em: 10 dez. 2024. Ok

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAMPIERI, Roberto, H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

4º Período

Direito Civil – Teoria Geral dos Contratos – 60h		4º
Ementa	Dos Contratos. Definição e princípios fundamentais. Da formação dos contratos pelo Código Civil, pelo Código de Defesa do Consumidor e via digital. Dos efeitos dos Contratos: da estipulação em favor de terceiro, da promessa de fato de terceiro, dos vícios redibitórios, da evicção, dos contratos aleatórios, do contrato preliminar, do contrato com pessoa a declarar. Classificação, exteriorização e objeto do Contrato. Teorias relativas à relação contratual. Extinção dos contratos. Atos unilaterais (com exceção de “títulos de crédito”).	
Bibliografia Básica		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro : contratos e atos unilaterais. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622474/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
TARTUCE, Flávio. Direito civil : teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649723/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil : contratos. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775699/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: contratos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 4. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629714/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos N.; BANDEIRA, Paula G. **Fundamentos do Direito Civil: Contratos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994518/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: contratos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979621/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649167/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648153>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Constitucional – Organização do Estado e seus Poderes – 60h		4º
Ementa	Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil. Da União. Dos Estados. Do Distrito Federal. Dos Territórios. Dos Municípios. Dos Bens. Repartição de Competências. Dos Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário. Dos Crimes Comuns e de Responsabilidade. Do processo de Impeachment. Controle Externo e Tribunais de Contas. Funções Essenciais à Justiça. ADCT. Da ordem econômica constitucional. Do direito econômico administrativo. Da ordem econômica internacional. Noções sobre a Constituição Estadual e Leis Orgânicas Municipais. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.	
Bibliografia Básica		
BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo : os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621132/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621958/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional . 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:		

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629417/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**: 40. ed., rev., atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776375/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775958/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 42. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644599>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 11. ed. Rio de Janeiro. Forense. 2021. (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993290/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico**. 6. ed. São Paulo. Atlas. 2019. (Minha Biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021974/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Criminal – Crimes contra a Pessoa à Crimes contra a Organização do Trabalho – 60h		4º
Ementa	Teoria Geral da Parte Especial. Dos Crimes contra a pessoa. Dos Crimes contra a Liberdade Individual. Dos Crimes Contra o Patrimônio. O princípio da insignificância. Escusas absolutórias. Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos Crimes contra a Organização do Trabalho.	
Bibliografia Básica		
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de direito penal : parte especial. (arts. 121 a 183). 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620982/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
JESUS, Damásio de; ESTEFAM, André. Direito penal : parte especial. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619863/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal : parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal. 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649242/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		

Bibliografia Complementar

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial: arts. 121 a 212. 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622672/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ESTEFAM, André. **Direito Penal**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca)

v. 1 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620708>

v. 2 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620685>

v. 3 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620654>

Acesso em: 10 dez. 2024.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620142/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**: parte especial. (arts. 121 a 183). 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620982/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Direito Médico e da Saúde – 30h		4º
Ementa	Da responsabilidade ético-profissional da medicina. Responsabilidade Civil e Criminal do médico. Normas deontológicas da medicina. Procedimento Administrativo Disciplinar Médico. Aspectos empresariais do serviço médico. Planos de Saúde e Relações de Consumo. Assistência Médico-Hospitalar dos Entes Públicos: deveres e responsabilidades. Políticas Públicas e o Sistema Único de Saúde. Relações médico-paciente à luz do Código de Defesa do Consumidor. Direitos do Paciente. Colisão de Direitos Fundamentais na atuação médica. Erro médico. Aspectos civis e criminais da Eutanásia, Distanásia, Mistanásia, Ortotanásia e Cuidados Paliativos.	

Bibliografia Básica

FAIAD, Carlos Eduardo Araújo. **Ortotanásia**: limite da responsabilidade criminal do médico. São Paulo: Manole, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555760378/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito Médico**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992316/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PRATA, Henrique M. **Cuidados Paliativos e Direitos do Paciente Terminal**. São Paulo: Manole, 2017. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520453513/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

KÜHN, Maria Leonor de S. **Responsabilidade civil: a natureza jurídica da relação médico-paciente**. Barueri: Manole, 2002. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520442104/>. Acesso 11 dez. 2024.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775217>. Acesso em: 11 dez. 2024.

COHEN, Claudio; OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de. (ed.). **Bioética, direito e medicina**. São Paulo: Manole, 2020. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520458587/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MORAES, Maria Celina, B.; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz (coords.). **Responsabilidade Civil de Profissionais Liberais**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530972394/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARTINS-COSTA, Judith; MÖLLER, Letícia Ludwig. **Bioética e responsabilidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5606-6/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Processual Civil – Instrução Processual – 60h		4º
Ementa	Das providências preliminares e do saneamento. Da fase instrutória do procedimento comum. Provas. Sentença, coisa julgada e a Ação Rescisória. Estudo dos processos nos tribunais: a teoria geral dos recursos e os recursos em espécie.	
Bibliografia Básica BUENO, Cassio Scarpinella. Manual do direito processual civil . 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620081/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Direito processual civil: esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622665/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994433/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 3. ed. Barueri: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775910/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623204/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620104/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca)

v. 1 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649389>.

v. 2 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649402>.

v. 3 - Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649907>.

Acesso em: 11 dez. 2024.

Ética, Deontologia e Gestão da Advocacia – 30h		4º
Ementa	Ética do profissional do Direito. Estudo do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e seu Regulamento Geral. Da Ordem dos Advogados do Brasil: origem, composição, fins, organização e eleições. O dever ético profissional e as relações com o cliente. Ética do advogado. Processo Disciplinar. Deontologia nas demais carreiras jurídicas: Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública. Da gestão na Advocacia. Aspectos Gerais da Gestão na Advocacia: gestão financeira e gestão de pessoas. Marketing e publicidade na Advocacia: limites e	

	possibilidades. Negociação e precificação. A importância da cultura do Empreendedorismo Jurídico.
Bibliografia Básica	
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599602. Acesso em: 11 dez. 2024. COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5629-5/. Acesso em: 11 dez. 2024. LÔBO, Paulo. Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628360/. Acesso em: 11 dez. 2024.	
Bibliografia Complementar	
CHACON, Luís Fernando R. Gestão para advogados: gestão de carreira + gestão de escritórios - métodos simples para alcançar sucesso profissional. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502220034/. Acesso em: 11 dez. 2024. CRISSOSTOMO, Alessandro, L. et al. Ética. São Paulo: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024557 Acesso em: 10 dez. 2024. CARDELLA, Haroldo Paranhos; CREMASCO, José Antonio. Ética profissional: simplificado. São Paulo: Saraiva, 2012. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502170902/. Acesso em: 11 dez. 2024. MAMEDE, Gladston. A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492282/. Acesso em: 11 dez. 2024. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021653/. Acesso em: 11 dez. 2024.	
Projeto de Extensão III – 60h	
4º	
Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-

científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

Bibliografia Básica

PRADO, Fernando Leme do. **Metodologia de projetos**. São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/>. Acesso em: 10 dez. 2024

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito**. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAMPIERI, Roberto, H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

5º Período

Controle de Constitucionalidade – 30h		5º
Ementa	Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade. Sistemas Constitucionais. Modelos Constitucionais. Controle de Constitucionalidade Concentrado.	

Ações do Controle Concentrado: ADI, ADC, ADO, ADPF e ADI Interventiva. Representação Interventiva e Representação de Inconstitucionalidade. Tutela dos Interesses difusos e coletivos. Controle de Constitucionalidade Difuso. Cláusula de Reserva de Plenário. Remédios Constitucionais. Súmula Vinculante. Mutação Constitucional. Jurisprudências e Súmulas do STF relacionadas.

Bibliografia Básica

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621132/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621958/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629417/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**: 40. ed., rev., atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776375/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775958/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 42. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644599>. Acesso em: 10 dez. 2024. ok

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621248/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOTTA, Sylvio. **Direito constitucional**. Teoria, jurisprudência e questões. 29. São Paulo: Gen, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993993/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Direito Civil – Contratos em Espécie e Responsabilidade Civil – 60h		5º
Ementa	1ª Parte: Contratos em espécie. Modalidades contratuais: doação, compra e venda, permuta, locação, prestação de serviços, empreitada, transporte, empréstimo, contratos bancários, comissão, corretagem, seguro, incorporação. Contratos inominados. 2ª Parte: Responsabilidade Civil - Elementos ou Pressupostos da Responsabilidade Civil: ato ilícito; conduta do agente; dano; culpa e risco; nexos de causalidade. Classificação da Responsabilidade Civil quanto à culpa: subjetiva ou objetiva. Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual ou Aquiliana. A Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor. Danos Morais Coletivos e Danos Sociais ou Difusos. Responsabilidade Civil por Danos Ambientais. Das Excludentes da obrigação de indenizar.	
Bibliografia Básica		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622474/. Acesso em: 10 dez. 2024. TARTUCE, Flávio. Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649723/. Acesso em: 10 dez. 2024. CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775217. Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 1. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649105/. Acesso em: 11 dez. 2024. RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade civil. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986087/. Acesso em: 11 dez. 2024. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: contratos. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 4. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629714/. Acesso em: 11 dez. 2024. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: contratos. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649167/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648153>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Criminal – Crimes contra o Sentimento Religioso a Crimes contra a Administração Pública – 60h		5º
Ementa	Continuidade do estudo da Parte Especial do Código Penal em conjunto com a legislação extravagante pertinente. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes Hediondos. Crimes equiparados a hediondo.	
Bibliografia Básica GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de direito penal: parte especial . (arts. 121 a 183). 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620982/ . Acesso em: 11 dez. 2024. JESUS, Damásio de; ESTEFAM, André. Direito penal: parte especial . 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619863/ . Acesso em: 11 dez. 2024. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal . 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649242/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial: arts. 121 a 212 . 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622672/ . Acesso em: 11 dez. 2024. ESTEFAM, André. Direito Penal . São Paulo: SaraivaJur, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca) v. 1 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620708 v. 2 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620685 v. 3 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620654 Acesso em: 10 dez. 2024. ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual de direito penal . 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620142/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal**: parte especial. (arts. 121 a 183). 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620982/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Fundamentos de direito penal**. 5. ed. rev., atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991609/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Direito do Trabalho – Relações Privadas - 30h

Ementa

Relações individuais de trabalho. Abordagem histórica e sociológica. Sistemas e paradigmas de regulação. Autonomia e fontes. Principiologia. OIT. Relações de trabalho. Relação de emprego e elementos constitutivos. Jornada de trabalho. Períodos de descanso. Salário e Remuneração. O empregado. O avulso. Trabalho rural. O empregador. Empresa e grupo econômico. O contrato de trabalho: elementos. Nulidades. Trabalho temporário. As novas modalidades de relação de trabalho com a reforma trabalhista.

Bibliografia Básica

LEITE, Carlos Henrique. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621156/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621125/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641079/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

LEITE, Carlos Henrique B. **CLT organizada Saraiva**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624139/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARTINS, Sergio P. **Manual de Direito do Trabalho**. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628977/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648719/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MACHADO, Costa (org.). **CLT interpretada**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 15. ed. Barueri: Manole, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461907/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARTINS, Sergio P. **Direito do Trabalho**. 41. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Processual Civil – Processo de Execução – 60h		5º
Ementa	Cumprimento de sentença e execução. Teoria geral da execução. Responsabilidade patrimonial na execução. Execução provisória e execução definitiva; execução de título judicial e extrajudicial. Sujeitos na execução. Competência para execução. Requisitos para a realização da execução. Liquidação de sentença. Penhora, avaliação e expropriação de bens. Remição. Defesa do executado: Impugnação e Embargos do devedor; Embargos à Arrematação e à adjudicação; embargos de retenção. Execuções especiais. Insolvência Civil. Suspensão e extinção do processo de execução	
Bibliografia Básica		
BUENO, Cassio Scarpinella. Manual do direito processual civil . 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620081/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil : execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623181/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil : esquematizado. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622665/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RIBEIRO, Marcelo. **Processo civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995379/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620104/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: procedimentos especiais**. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649402/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Processual Penal – Normas Preliminares – 60h		5º
Ementa	Introdução histórica do Direito Processual Penal e noções preliminares. Interpretação constitucional do processo penal. Do garantismo. Função do Processo Penal - Direito de punir do Estado e Direito à liberdade do indivíduo. Princípios orientadores do Direito Processual Penal. Sistemas processuais. Fontes e formas de interpretação do Processo Penal. Eficácia da lei processual no tempo. Eficácia da lei processual no espaço. Da persecução penal. Fase pré-processual: o inquérito policial. Da ação penal. Da ação civil “ex delicto”. Excludente de ilicitude. Sentença penal condenatória e absolutória. Sujeitos processuais. Da jurisdição e competência. Questões preliminares e prejudiciais. Das questões e dos processos incidentes.	
Bibliografia Básica		
CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 31. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620821/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MOUGENOT, Edilson. Curso de processo penal . 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620852/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
RANGEL, Paulo. Direito processual penal . 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773060/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 15. ed. São Paulo: Método, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647774>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MANOLE, Editoria Jurídica da E. [org.]. **Código de Processo Penal**: Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. 9. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462584/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598872>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649280/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

LOPES JUNIOR, Aury. **Fundamentos do processo penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2024 (Minha biblioteca). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620494/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Projeto de Extensão IV – 60h		5º
Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.	
Bibliografia Básica		
PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos . São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico : projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito**. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAMPIERI, Roberto, H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

6º Período

Clínica de Direitos Humanos – 60h		6º
Ementa	Promover a formação acadêmica integrada às múltiplas demandas sociais, e de novas formas organizativas do exercício profissional, bem como da efetivação do acesso à justiça. Estimular uma formação humanista, comprometida com a sociedade e a consciência jurídica crítica. Estabelecer a articulação da teoria com a prática na atividade forense e a participação em atividades de extensão universitária. Compreender os temas inerentes as atividades e fomentar a humanização do Direito, instigando a busca de métodos inovadores para a solução dos problemas jurídicos.	
Bibliografia Básica		
BRANDÃO, Cláudio (coord.). Direitos humanos fundamentais em perspectiva . São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488339/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
BUCCI, Daniela; Campos, José Ribeiro de; SALA, José Blanes. Direitos humanos : proteção e promoção. (coords.). São Paulo: Saraiva, 2012. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502179677/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MAZZUOLI, Valerio de O. Curso de Direitos Humanos . 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:		

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994358/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772698>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos**. 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628496/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de direitos humanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488605/>. Acesso em: 11 dez. 2024

WEILER, Ana Luísa Dessoy. [et al.]. (orgs.) **Direito público e direito privado: reflexões acadêmicas sobre cidadania, democracia e direitos humanos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074529/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502228375/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Administrativo Geral – 60h		6º
Ementa	Estuda a origem histórica, os fundamentos e métodos do Direito Administrativo. Sistema Administrativo Brasileiro: Sistema Misto Administrativo-Judicial. Codificação do Direito Administrativo. Estado e Administração-governo. Analisa as relações jurídicas em que a Administração é parte, bem como os sujeitos, objeto e conceito do Direito Administrativo, apontando e analisando seus Princípios normativos e ferindo as questões pertinentes à sua interpretação. Cuida das matérias atinentes à Administração Pública e o Estado democrático de Direito, explicitando o alcance conceitual de função e serviço público, agentes administrativos e políticos, bem como de poder de polícia e outros poderes da Administração. Faz o contraponto entre a liberdade do cidadão e o controle da Administração, desdobrando-se pelo processo e ato administrativos. Focaliza a Administração direta e indireta, prerrogativas e verticalidade, além de bens públicos. Conceitua e analisa a Administração Pública, o ato administrativo, os poderes da Administração, os servidores, cargos, concursos e serviços públicos, bem como as questões próprias da execução destes, tais como ser centralizada ou descentralizada, direta ou indireta etc.	

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620421>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 38. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776078/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649440/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

ABRAHAM, Marcus. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992248/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NOHARA, Irene. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775934/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627055>. Acesso em: 11 dez. 2024.

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620452>. Acesso em: 11 dez. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649600/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Civil – Direito das Coisas – 60h		6º
Ementa	Direitos das Coisas. Da posse: Objeto; natureza; modalidades; modos aquisitivos; perda e efeitos da posse. Função social da posse e da propriedade. Da propriedade: Fundamento jurídico do domínio; Propriedade Imóvel; Propriedade móvel. Formas de aquisição e perda da propriedade; usucapião; Direitos de vizinhança; Condomínio: geral e edifício; direitos reais de fruição, garantia (hipoteca, penhor e anticrese) e aquisição; direitos reais	

	sobre coisas alheias: superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador.
--	---

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito das coisas. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. v. 5. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622405/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: direitos reais. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 5. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629684/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito das coisas. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 4. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649648/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Direito das Coisas. 38. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. v. 4. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622429/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990886/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: reais. 24. ed., rev., atual. e reform. [2. Reimp.] - Barueri [SP]: Atlas, 2024. v. 4. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775859/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: direitos reais. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 4. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994457/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**: direito das coisas. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v.4. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968700/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Processual Civil – Tutelas Provisórias – 60h		6º
Ementa	Disciplina em que se estuda o as tutelas provisórias previstas no Código de Processo Civil e sua aplicação nos mais diversos tipos de procedimento e Jurisdição, bem como, procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária. Tutela de execução: noções gerais. Responsabilidade	

	patrimonial: fraudes do devedor. Títulos executivos. Ação monitória. Execução das obrigações de entregar coisa, fazer ou não-fazer e pagar quantia certa. Defesas na execução e Embargos de Terceiros. Insolvência civil. Tutela da urgência e tutela da evidência.
Bibliografia Básica BUENO, Cassio Scarpinella. Manual do direito processual civil . 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620081/ . Acesso em: 10 dez. 2024. CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/ . Acesso em: 11 dez. 2024. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito processual civil: esquematizado . 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622665/ . Acesso em: 11 dez. 2024.	
Bibliografia Complementar ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito processual civil . 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611416/ . Acesso em: 11 dez. 2024. GONÇALVES, Marcus Vinicius R. Processo Civil: Procedimentos Especiais . 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629370/ . Acesso em: 11 dez. 2024. SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil: procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária, processo nos tribunais e juizados especiais . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547212452/ . Acesso em: 11 dez. 2024. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . Rio de Janeiro: Forense, 2024. 3 v. (Minha Biblioteca) v. 1 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649389 . v. 2 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649402 . v. 3 - Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649907 . Acesso em: 11 dez. 2024. VEZZONI, Marina. Direito processual civil . 2. ed. Barueri: Manole, 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520447956/ . Acesso em: 11 dez. 2024.	

Projeto de Extensão V – 60h	6º
------------------------------------	-----------

Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.
Bibliografia Básica	
PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos . São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
MEZZAROBÀ, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307 . Acesso em: 10 dez. 2024.	
Bibliografia Complementar	
BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito . 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes . Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica . 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
SAMPIERI, Roberto, H. et al. Metodologia de Pesquisa . 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	

Direito Processual Penal – Persecução Penal – 60h		6º
Ementa	Análise das provas no processo penal. Atos de comunicação processual - citações, notificações e intimações. Medidas cautelares no processo penal. Atos processuais do juiz - despachos e decisões. Das questões prejudiciais. Dos processos incidentes. Do incidente de falsidade. Da insanidade mental do acusado. A sentença penal e sua estrutura. Ritos processuais em espécie - procedimentos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo e procedimentos especiais. Tribunal do Júri.	
Bibliografia Básica		
MANOLE, Editoria Jurídica da E. [org.]. Código de Processo Penal : Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. 9. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462584/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MOUGENOT, Edilson. Curso de processo penal . 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620852/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
RANGEL, Paulo. Direito processual penal . 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773060 . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
AVENA, Norberto. Processo penal . 15. ed. São Paulo: Método, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647774 . Acesso em: 11 dez. 2024.		
CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 31. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620821/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MARCÃO, Renato. Curso de processo penal . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598872 . Acesso em: 11 dez. 2024.		
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal . 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649280/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MANOLE, Editoria Jurídica da E. [org.]. Código de Processo Penal : Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. 9. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462584/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		

Direito Administrativo – Contratos Públicos e Responsabilidade Fiscal - 30h		7º
Ementa	Disciplina que cuida dos processos e contratos da Administração em espécie, com especial enfoque para as licitações, bem como para as parcerias público-privadas e outros institutos jurídicos. Cuida de analisar as limitações da propriedade privada, a intervenção na propriedade e a atuação no domínio econômico pelo Estado. Trata de questões fundamentais pertinentes ao Estatuto da Cidade e à Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Improbidade Administrativa. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Acordo de leniência. Compliance. Fere as matérias relativas à responsabilidade civil do Estado e ao controle da Administração Pública, especialmente o papel dos Tribunais de Contas, do Poder Legislativo, os remédios constitucionais e os privilégios da Administração Pública em juízo. Expõe a organização administrativa brasileira e tece análise crítica sobre o novo modelo de administração gerencial, caracterizado pelas Agências Reguladoras. Cuida do Municipalismo. Analisa a Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle orçamentário.	
Bibliografia Básica ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Manual de direito administrativo . 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620421 . Acesso em: 11 dez. 2024. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . 38. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776078/ . Acesso em: 11 dez. 2024. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649440/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo . 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627055 . Acesso em: 11 dez. 2024. COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. Curso de direito administrativo . 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620452 . Acesso em: 11 dez. 2024.		

NOHARA, Irene. **Direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775934/>.
Acesso em: 11 dez. 2024.

SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo esquematizado**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622719/>.
Acesso em: 11 dez. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649600/>.
Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Civil – Direito de Família – 60h		7º
Ementa	Direito de Família, partindo da análise da evolução histórica da família como fenômeno social e jurídico. A proteção legal à família. Casamento e Relações conjugais. União Estável e Concubinato. Regras de ordem pessoal e patrimonial. Regime patrimonial do casamento. Dissolução do vínculo conjugal e da sociedade conjugal. A filiação dentro e fora do casamento. Poder Familiar e Autoridade Parental. Alimentos e Alimentos Gravídicos. Da Adoção: regime legal (Lei 12.010/2009), adoção à brasileira, adoção póstuma, adoção internacional, Procedimento da Adoção. Bem de Família. Tutela, curatela e a tomada de decisão apoiada.	
Bibliografia Básica		
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: Direito de Família . 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 6. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629707/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: Direito de Família . 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 6. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622382/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito da família . 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 5. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649686/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
LÔBO, Paulo. Direito civil: famílias . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624836/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MADALENO, Rolf. Manual de direito de família . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642489/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil: Direito de Família**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 5. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649129/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Direito de família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994532/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família e sucessões**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2024. v. 5. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775712/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Direito do Trabalho – Relações Coletivas – 60h		7º
Ementa	Relações coletivas. Liberdade e autonomia sindical. Estrutura sindical. Sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais. Contribuições sindicais. Proteção contra atos antissindicais. Greve. Negociação, acordos e convenções.	
Bibliografia Básica		
LEITE, Carlos Henrique. Curso de direito do trabalho . 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621156/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
RENZETTI, Rogério. Manual de Direito do Trabalho . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641079/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho . 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621125/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
MACHADO, Costa (org.). CLT interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo . 15. ed. Barueri: Manole, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461907/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MARTINS, Sergio P. Manual de Direito do Trabalho . 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628977/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		

LEITE, Carlos Henrique B. **CLT organizada Saraiva**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624139/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO 2023. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648719/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARTINS, Sergio P. **Direito do Trabalho**. 41. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Direito Processual Penal – Nulidades e Recursos – 30h		7º
Ementa	Estudo aprofundado das nulidades do processo penal. Princípios das nulidades processuais. Classificação das nulidades: relativa e absoluta, recursos, revisão criminal, habeas corpus e execução penal.	
Bibliografia Básica LOPES JUNIOR, Aury. Fundamentos do processo penal . 10. ed. São Paulo. Saraiva, 2024 (Minha biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620494/ . Acesso em: 11 dez. 2024. MOUGENOT, Edilson. Curso de processo penal . 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620852/ . Acesso em: 11 dez. 2024. RANGEL, Paulo. Direito processual penal . 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773060 . Acesso em: 11 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar AVENA, Norberto. Processo penal . 15. ed. São Paulo: Método, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647774 . Acesso em: 11 dez. 2024. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 31. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620821/ . Acesso em: 11 dez. 2024. MARCÃO, Renato. Curso de processo penal . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598872/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649280/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MANOLE, Editoria Jurídica da E. [org.]. **Código de Processo Penal**: Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. 9. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462584/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Prática Cível e Consumerista – 60h		7º
Ementa	Prática Forense e Prática Jurídica. Posicionamento profissional do operador do Direito. Assistência jurídica à comunidade. Práticas simuladas e reais nos planos jurídicos típicos do Direito Civil e Direito do Consumidor. Reconhecer os meios alternativos de solução de litígios: Mediação, Conciliação e Arbitragem. Conhecer o Processo Eletrônico e a efetividade da prestação jurisdicional, reconhecendo as tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas jurídicas e judiciais. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tais como: aplicação da LGPD; comércio eletrônico; herança digital; provas digitais, entre outros. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.	
Bibliografia Básica		
CHACON, Luís Fernando R. Manual de Prática Forense Civil . 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629936/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans de. Prática Civil . 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629585/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito do consumidor : direito material e processual. 13. ed. São Paulo: Método, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649990/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		

ROQUE, Nathaly Campitelli. **Prática civil**. 6. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Método, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642625/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. (coord.). **Prática Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553626164>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620421>. Acesso em: 11 dez. 2024.

KHOURI, Paulo R. Roque A. **Direito do consumidor**: contratos, responsabilidade civil e defesa do consumidor em juízo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026443/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PERES FILHO, José Augusto. **Direito do consumidor**. 2. ed., rev., ampl. e reform. Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645596>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Tecnologia e Gestão do Conhecimento – 30h		7º
Ementa	Estudo da Tecnologia da Informação (dados x informações, computador: origem, funcionamento e componentes básicos. Hardware e software). Softwares de elaboração de documentos, elaboração de apresentações e elaboração de planilhas eletrônicas. Navegação na internet. Conceitos de gestão e conhecimento. A informação como base para o conhecimento, Relações entre Informação e Conhecimento. O lugar das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) nos processos socioeconômicos contemporâneos: paradigmas tecnológicos, inovação, tecnologia e desenvolvimento. A Tecnologia da informação aplicada à gestão do conhecimento. Letramento Digital.	
Bibliografia Básica		
CARVALHO, André C. P. L., F.; LORENA, Ana Carolina. Introdução à Computação - Hardware, Software e Dados . Rio de Janeiro: LTC, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521633167/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
CARMO, Valéria Oliveira do. Tecnologias educacionais . São Paulo: Cengage, 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123490/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria Geral do Direito Digital : desafios para o direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642267/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BATISTA, Sueli Soares dos, S.; FREIRE, Emerson. **Sociedade e Tecnologia na Era Digital**. São Paulo: Érica, 2014.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522531/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FIORILLO, Celso Antonio P. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação**: a tutela jurídica do meio ambiente digital. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230644/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598438/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. **Introdução à ciência da computação**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522110001/>. Acesso em: 12 dez. 2024. Ok

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577802296/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Projeto de Extensão VI – 60h		7º
Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.	
Bibliografia Básica		
PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos . São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAMPIERI, Roberto, H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Trabalho de Curso I – 30h		7º
Ementa	Componente curricular eminentemente prático, destinado a aprofundar a compreensão das técnicas e normas empregadas no desenvolvimento de projetos de pesquisa. Destina-se a capacitar os estudantes a elaborarem seus projetos de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e outros, estando atrelada à Disciplina Trabalho de Curso II, fase de execução acadêmica do projeto aqui desenvolvido.	
Bibliografia Básica		
HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia científica na pesquisa jurídica . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEHFELD, Lucas de Souza; LÉPORE, Paulo Eduardo; FERREIRA, Olavo A. Vianna Alves. **Monografia jurídica**: guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6530-3/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DE SORDI, José Osvaldo. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026641/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica**: passo a passo. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6298-2/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

8º Período

Direito Civil – Direito das Sucessões – 60h		8º
Ementa	Direito das sucessões: noções gerais. Abertura da sucessão. Aceitação e Renúncia da Herança. Herança jacente e herança vacante. Petição de Herança. Herança necessária. Excluídos da Sucessão: Deserção e Indignidade. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros Necessários. Sucessão por cabeça e por estirpe. Representação. Da Sucessão Testamentária. Testamento. Legado. Codicilo. Do Inventário e da Partilha.	
Bibliografia Básica		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro : direito das sucessões. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 7. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622375/ . Acesso em: 12 dez. 2024. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito das sucessões . 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 7. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629677/ . Acesso em: 12 dez. 2024. TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito das sucessões . 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 6. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649662/ . Acesso em: 12 dez. 2024.
Bibliografia Complementar DINIZ, Maria H. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões . 38. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621415/ . Acesso em: 12 dez. 2024. NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito das sucessões . 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v. 6. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530968748/ . Acesso em: 12 dez. 2024. PEREIRA, Caio Mário da Silva; MOREIRA, Carlos Roberto Barbosa. Instituições de direito civil: direito das sucessões . 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. v. 6. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649082/ . Acesso em: 12 dez. 2024. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das sucessões . 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984762/ . Acesso em: 12 dez. 2024. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: sucessões . 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. 6. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014846/ . Acesso em: 12 dez. 2024.

Direito Empresarial Geral – 30h		8º
Ementa	Disciplina que cuida de analisar a evolução do Direito Empresarial e de seus institutos básicos, focalizando a empresa e os empresários. Analisa as empresas que giram sob os diversos tipos de sociedade e o empresário unipessoal, no que se refere a suas características, funcionamento, obrigações, responsabilidades, relacionamentos, formas de constituição, metamorfoses e dissolução. Operações societárias. Analisa ainda a escrituração e os registros públicos pertinentes aos seus interesses	

segundo disposições legais, bem como o estabelecimento comercial, aspectos fundamentais da propriedade intelectual e industrial, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, os prepostos. Títulos de Créditos: Aspectos Gerais, Título ao Portador, Título Nominal, Título Nominativo, Letra de Cambio, Nota Promissória, Duplicata e Cheque e os principais títulos impróprios. Protesto. Ações de cobrança do crédito e meios de defesa do devedor.

Bibliografia Básica

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa: Títulos de crédito e Contratos Empresariais**. 13. ed. Editora Saraiva, 2024. v. 2. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621330/>.

Acesso em: 12 dez. 2024.

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622733/>. Acesso em: 12

dez. 2024.

MAMEDE, Glastone. **Manual de direito empresarial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776115/>.

Acesso em: 12 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776290/>.

Acesso em: 12 dez. 2024.

CHAGAS, Edilson Enedino. **Direito Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Coleção Esquemático®) (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621828/>.

Acesso em: 10 dez. 2024.

SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial**. 5. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620197/>.

Acesso em: 12 dez. 2024.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024890/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621101/>.

Acesso em: 12 dez. 2024.

Direito Tributário Geral – 60h		8º
Ementa	Atividade financeira do Estado. Orçamento público. Receita Pública. Despesa Pública. Estudo das relações jurídicas entre os entes dotados de competência impositiva e/ou administrativa-arrecadatória e aqueles que são compelidos às prestações, positivas ou negativas, relativas à exigência, fiscalização e arrecadação dos tributos. Conceituação do Direito Tributário e delineamento de sua relação com as Ciências Econômicas e das Finanças. Sistema Tributário Nacional e legislação tributária. Obrigação tributária. Lançamento Tributário. Responsabilidade Tributária. Crédito tributário: suspensão, extinção e exclusão. Dívida Ativa. Garantias e privilégios do crédito tributário. O poder de tributar e suas limitações: isenções, imunidades e capacidade contributiva; a questão do mínimo existencial. Dos conflitos de competência tributária, dentre outras matérias em desdobramentos fundamentais das temáticas elencadas.	
Bibliografia Básica CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro . 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620883/ . Acesso em: 12 dez. 2024. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário . 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620012/ . Acesso em: 12 dez. 2024. PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo . 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620906/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro . 5. ed. Grupo GEN, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649624/ . Acesso em: 12 dez. 2024. PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775231 . Acesso em: 12 dez. 2024. SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito tributário . 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620586/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993900>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito tributário brasileiro: CTN comentado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Educação Ambiental e Sustentabilidade – 30h		8º
Ementa	Introdução ao estudo das ciências do ambiente. Ecologia e biodiversidade. Organização dos ecossistemas. Ciclos biogeoquímicos. Recursos naturais. Saúde coletiva e meio ambiente. Poluição e impacto ambiental. Caracterização ambiental regional. Políticas de educação ambiental. Legislação ambiental.	
Bibliografia Básica		
MILLER, G., T.; SCOTT, E. Spoolman. Ciência Ambiental . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. Trad. 16ª edição norte-americana. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555583922/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
SARLET, Wolfgang, I.; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648603/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
VESILIND, P., A. et al. Introdução à engenharia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. Trad. 3ª edição norte-americana. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127689/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental . 23. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773787 . Acesso em: 12 dez. 2024.		
BARSANO, Paulo, R.; BARBOSA. Rildo Pereira. Meio ambiente - guia prático e didático. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532257/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
ODUM, Eugene, P.; BARRET, Gary W. Fundamentos de ecologia . São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020. Trad. 5ª edição norte-americana. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126125/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
SANTOS, Ana Silvia P.; OHNUMA JR., Alfredo A. Engenharia e meio ambiente: aspectos conceituais e práticos . São Paulo: Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637523/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		

Direito Processual do Trabalho – 60h		8º
Ementa	Introdução ao Direito Processual do Trabalho. A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho. Fontes e Princípios do Processo do Trabalho. Competências. Atos Processuais e Prazos. Partes e Terceiros. A Ação Trabalhista. Procedimento. Petição inicial. Defesa. Provas. Audiência e conciliação. Sentença e coisa julgada. Recursos. Execução.	
Bibliografia Básica		
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho . 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620913/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito processual do trabalho . 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Coleção Esquemático®) (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598889 . Acesso em: 13 dez. 2024.		
SANTOS, Enoque Ribeiro dos; HAJEL FILHO, Ricardo Antonio Bittar. Curso de direito processual do trabalho . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025040/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho . 47. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625703/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tércio Roberto Peixoto. Curso de direito processual do trabalho . 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623002 . Acesso em: 13 dez. 2024.		
GARCIA, Gustavo Filipe B. Curso de Direito Processual do Trabalho . 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626526/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
SANDES, Fábio; RENZETTI, Rogério. Direito do trabalho e processo do trabalho . 2. ed. São Paulo: Somos Educação, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591682/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de legislação social: direito do trabalho . 15. ed. Barueri: Manole, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762846/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		

Prática Criminal e Tribunal do Júri – 60h		8º
Ementa	Prática Forense e Prática Jurídica. Posicionamento profissional do operador do Direito. Assistência jurídica à comunidade. Práticas simuladas e reais nos planos jurídicos típicos do Direito Criminal e Tribunal do Júri. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tal como: cibercrimes; Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.	
Bibliografia Básica		
BARROSO, Darlan; ARAUJO JR., Marco Antonio. Prática Penal . 6. ed. Editora Saraiva, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622092/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994976/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. Manual de processo e prática penal . 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629554/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
CAMPOS, Walfredo C. Tribunal do Júri - Teoria e Prática . 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597017724/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
AVENA, Norberto. Processo penal . 15. ed. São Paulo: Método, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647774/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
MANOLE, Editoria Jurídica da E. [org.]. Código de Processo Penal : Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. 9. ed. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462584/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal . 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559649280/>.
Acesso em: 11 dez. 2024

Projeto de Extensão VII – 60h		8º
Ementa	A extensão na qualificação do processo formativo do estudante. Projeto de Extensão e responsabilidade social numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar. Procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.	
Bibliografia Básica		
PRADO, Fernando Leme do. Metodologia de projetos . São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502133297/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico : projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307 . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica : teoria e prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa : um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2016. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAMPIERI, Roberto, H. et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Trabalho de Curso II – 30h		8º
Ementa	Componente curricular no qual se realiza formalmente a integração entre os conhecimentos auferidos no Trabalho de Curso I. Nesta disciplina, as principais questões metodológicas, cujo conhecimento é necessário à elaboração de um TC, são revisadas e retiradas as dúvidas individualmente. Além disto, são realizadas as orientações individuais e/ou em grupo, quando possível, a fim de que bem se desenvolva o projeto de pesquisa elaborado no período anterior.	
Bibliografia Básica		
HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia científica na pesquisa jurídica . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
LEHFELD, Lucas de Souza; LÉPORE, Paulo Eduardo; FERREIRA, Olavo A. Vianna Alves. Monografia jurídica : guia prático para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6530-3/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica : teoria e prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
DE SORDI, José Osvaldo. Desenvolvimento de projeto de pesquisa . São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026641/>. Acesso em: 12 dez. 2024. Ok

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica: passo a passo**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6298-2/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

9º Período

Direito Empresarial – Falência e Recuperação Empresarial – 60h		9º
Ementa	Disciplina voltada para o estudo e interpretação do procedimento falimentar, desde suas origens e evolução, até sua atual composição baseada na Lei 11.101/2005. Cuida de compreender de forma prática e objetiva, todos os elementos que embasam uma ação falimentar, bem como o procedimento processual envolvido, tais como a legitimidade passiva e ativa, requisitos essenciais, normas específicas, entre outros. Analisa o procedimento da Recuperação Judicial e Extrajudicial das empresas, esmiuçando seu procedimento e seus requisitos essenciais, bem como as disposições penais contidas na Lei de Falências, para que se obtenha uma real compreensão de todo o tema debatido.	
Bibliografia Básica		
CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial : direito de empresa. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622733/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
MAMEDE, Gladstone. Direito empresarial brasileiro : falência e recuperação de empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2022. v. 3. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771707/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
DINIZ, Gustavo Saad. Curso de direito comercial . 2. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773022 . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa : recuperação de empresas, falência e procedimentos concursais administrativos. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621309/ . Acesso em: 12 dez. 2024.
SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência . 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627727/ . Acesso em: 12 dez. 2024.
TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas . 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. v. 3. (Minha Biblioteca)
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621026/ . Acesso em: 12 dez. 2024.
AYOUB, Roberto, L. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991357/ . Acesso em: 12 dez. 2024.
SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de empresas e falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005 . 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Almedina, 2023. (Minha Biblioteca)
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556277950/ . Acesso em: 12 dez. 2024.

Direitos Humanos e Diversidade – 30h		9º
Ementa	Fundamentos e construção histórica dos direitos humanos. Respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade. A liberdade e a igualdade como direitos fundamentais à realização da cidadania. Estudo da Antropologia Jurídica. Estudo das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africanas, indígenas e minorias (ações afirmativas e estudo de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista).	
Bibliografia Básica		
MAZZUOLI, Valerio de O. Curso de Direitos Humanos . 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994358/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
GUERRA, Sidney. Curso de Direitos Humanos . 8. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Minha Biblioteca). Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628496/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026825/ . Acesso em: 12 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		

CASTILHO, Ricardo dos S. **Direitos Humanos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655599589/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MIRANDA, Shirley Aparecida D. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. São Paulo: Autêntica, 2010. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178157/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RAYO, José T. **Educação em Direitos Humanos**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536317779/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SCARANO, Renan Costa, V. et al. **Direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028012/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MATTAR, Laura D. **Diversidade e Inclusão no Direito**. São Paulo: Almedina, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584936502/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Direito Internacional Público - 30h		9º
Ementa	Sociedade Internacional. Norma Internacional. Relações do direito interno e o direito internacional público. Fundamentos e Fontes do Direito internacional público. O Estado na ordem jurídica internacional. Direitos e deveres. Responsabilidade Internacional. Teoria Geral das Organizações Internacionais. A Organização das Nações Unidas. Proteção internacional do indivíduo. Solução de controvérsias no direito internacional público.	
Bibliografia Básica		
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo E. do Nascimento e. Manual de direito internacional público . 26. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624542/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público . 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628339/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
REZEK, José Francisco. Direito internacional público : curso elementar. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622870/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		

Bibliografia Complementar	
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso direito internacional público . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645886 . Acesso em: 13 dez. 2024.	
RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado . 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624719 . Acesso em: 13 dez. 2024.	
LESSA, Antonio C. História das Relações Internacionais do Brasil . (Coleção Temas Essenciais em RI). 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441293/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
TEIXEIRA, Carla N. Manual de Direito Internacional Público e Privado . 6. ed. Editora Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624511/ . Acesso em: 13 dez. 2024.	
NUCCI, Guilherme de Souza. Instituições de direito público e privado . Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)	
Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984960/ . Acesso em: 13 dez. 2024.	

Eletiva I – 30h		9º
Ementa	O que é felicidade? Neurociência da felicidade. Bases da Psicologia Positiva. Teoria da Motivação humana. Autorrealização e felicidade. O papel da Gratidão. Mindfulness e seus benefícios. Conceito de Flow. Sentido e Propósito. Habilidades socioemocionais para a vida.	
Bibliografia Básica		
Bibliografia Básica FRANKL, Vitor E. Em busca de sentido: o psicólogo no campo de concentração. Porto Alegre: Sulina, 1987. Disponível em: https://urantiagaia.org/mental/logoterapia/EmBuscaDeSentido-ViktorFrankl.pdf . Acesso em: 15 jul. 2024.		
REEVE, Johnmarshall. Motivação e Emoção. 4. ed. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2006. E-book. ISBN 978-85-216-2366-3. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2366-3/ . Acesso em: 15 jul. 2024.		
MACHADO, Leonardo; MATSUMOTO, Lina S. Psicologia positiva e psiquiatria positiva: a ciência da felicidade na prática clínica. Barueri: Editora Manole, 2020. E-book. ISBN 9786555760194. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555760194/ . Acesso em: 15 jul. 2024.		
Bibliografia Complementar		

Bibliografia Complementar SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney E. Teorias da personalidade. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786555583946. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555583946/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SELLIGMAN, Martin. Florescer. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: [https://unisalesiano.com.br/lins/wp\[1\]content/uploads/2021/05/FLORESCER-hoje-convertido.pdf](https://unisalesiano.com.br/lins/wp[1]content/uploads/2021/05/FLORESCER-hoje-convertido.pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.

CASTILHO, Ricardo. O livro definitivo da felicidade: reflexões, caminhos e práticas para viver bem. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2023. E-book. ISBN 9788550821405. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550821405/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SNYDER, C. R LOPEZ, Shane J. Psicologia positiva: uma abordagem científica 144 e prática das qualidades humanas. Porto Alegre: Grupo A, 2011. E-book. ISBN 9788536318288. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318288/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COSENZA, Ramon M. Neurociência e mindfulness: meditação, equilíbrio emocional e redução do estresse. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786558820062. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558820062/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Direito Previdenciário e Seguridade Social – 60h		9º
Ementa	Histórico da previdência social. A previdência social no Brasil. Beneficiários. Financiamento da seguridade social. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. Repercussões no contrato de trabalho. Noções de segurança e medicina no trabalho. Direito à assistência social. Direito à saúde. Os benefícios de prestação continuada. Previdência Privada.	
Bibliografia Básica		
LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Direito Previdenciário . 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559646302 . Acesso em: 13 dez. 2024.		
SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito Previdenciário Esquematizado® . 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621750/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário . 18. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995256/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
BOCAYUVA, Marcela C. Direito Previdenciário . Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644681/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620135/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de legislação social: direito do trabalho**. 15. ed. Barueri: Manole, 2021. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762846/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAZZARI, João Batista. [et al.]. **Comentários à reforma da previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530988449>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito Previdenciário: Seguridade Social**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622856/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Direito Tributário – Normas Específicas 60h		9º
Ementa	Disciplina que estuda a matriz constitucional dos tributos, tecendo breve histórico de seu desenvolvimento. Analisa seus fundamentos normativos, bem como aspectos materiais, formais, territoriais, quantitativos e subjetivos, focalizando os tributos em espécie e outros institutos: taxas; impostos; contribuições de melhoria; contribuições especiais; empréstimos compulsórios. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Descreve as formas de classificação possíveis e de lançamento, tratando ainda das questões pertinentes à repartição de receita tributária. Cuida do Processo administrativo fiscal e do processo judicial de cobrança de tributos, focalizando seus principais institutos e pontos fundamentais à sua compreensão e domínio.	
Bibliografia Básica CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro . 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620883/ . Acesso em: 12 dez. 2024. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário . 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620012/ . Acesso em: 12 dez. 2024 PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo . 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620906/>.
Acesso em: 12 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620586/>.
Acesso em: 12 dez. 2024.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993900>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito tributário brasileiro: CTN comentado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980726/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SABBAG, Eduardo. **Código Tributário Nacional Comentado**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530980214>. Acesso em: 13 dez. 2024.

NUNES, Clécio Santos. **Curso completo de direito processual tributário**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621491/>.
Acesso em: 13 dez. 2024.

Legislação Penal Extravagante – 30h		9º
Ementa	Lei de Abuso de autoridade (4.898/65); A Lei de Prisão Temporária (7.960/89); A Lei dos Juizados Especiais Criminais (9.099/95); A Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90) e suas alterações; A Lei que tipifica os delitos de Tortura (9.455/97); A Lei de Drogas (11.343/06); A Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037/09) e suas alterações pela Lei 12.654/12; A Lei do Crime Organizado (12.850/13); Crimes contra a ordem de consumo (Lei 8078/90). A Lei dos delitos de Lavagem de Dinheiro (9.613/98), alterada pela Lei 12.683/98; A Lei das Interceptações Telefônicas (9.296/96); Crimes do Estatuto do Desarmamento (10.826/03); Aspectos penais da Lei dos Crimes Ambientais (9.605/98). Lei Maria da Penha (11.340/06); Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (8.069/90). A Lei de Execução Penal (7.210/84). Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (9.503/97). Crimes em licitação e contratos (Lei 14133/21).	
Bibliografia Básica		
ANDREUCCI, Ricardo Antônio de. Legislação Penal Especial . 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação. (Minha Biblioteca).		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594645/>. Acesso em: 13 dez. 2024

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial**. 10. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Coleção Esquematizado®) (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621644/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CAPEZ, Fernando. **Legislação Penal Especial**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620388/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Coleção Sinopses jurídicas; v. 24, tomo II) (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592290/>. Acesso em: 13 dez. 2024

CALLEGARI, André; TURBAY, Marcelo; FONTENELE, Marília. **Temas atuais de Direito Penal Econômico**. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Série IDP – Linha Pesquisa Acadêmica). (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597257/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CURY, Rogério. **Direito Penal Econômico**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556270531/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 21. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622955/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de direito penal econômico**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. v. 1.

(Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547210182/>. Acesso em: 13 dez. 2024

Prática Trabalhista e Previdenciária – 60h		9º
Ementa	Prática Forense e Prática Jurídica. Posicionamento profissional do operador do Direito. Assistência jurídica à comunidade. Práticas simuladas e reais nos planos jurídicos típicos do Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Realização e conhecimento desenvolvido diante de procedimentos de conciliação, mediação e arbitragem, dentre outros. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tais como: aplicação da LGPD;	

	comércio eletrônico; teletrabalho; entre outros. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional
Bibliografia Básica	
CONDE, Maria Eugenia. [et al.]. Prática Trabalhista . 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. (Coleção Prática Forense). (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624832 . Acesso em: 13 dez. 2024.	
MARTINS, Sergio Pinto. Prática Trabalhista . 11. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628878/ . Acesso em: 13 dez. 2024.	
SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito Previdenciário Esquematizado® . 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621750/ . Acesso em: 13 dez. 2024	
Bibliografia Complementar	
BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. (org.). Prática Trabalhista . 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Coleção Prática Forense) (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622085/ . Acesso em: 10 dez. 2024.	
MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho . 41. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/ . Acesso em: 11 dez. 2024.	
LAZZARI, João Batista. [et al.]. Comentários à reforma da previdência . Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530988449 . Acesso em: 13 dez. 2024.	
ALENCAR, Hermes Arrais. Cálculo de Benefícios Previdenciários . 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622276/ . Acesso em: 13 dez. 2024.	
ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de legislação social: direito do trabalho . 15. ed. Barueri: Manole, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555762846/ . Acesso em: 13 dez. 2024.	

10º Período

Direito Ambiental e Agrário – 60h		10º
Ementa	Estuda a relação Direito Agrário/Direito Ambiental com ênfase no uso da propriedade balizado pelos princípios fundamentais do Direito Ambiental e proteção ao ambiente, tomando como referencial a legislação brasileira	

aplicável. Analisa os meios jurídicos de proteção ambiental na esfera nacional e internacional. Bens ambientais. Tutela jurídica dos bens ambientais. Sujeito e objeto do Direito ambiental. Obrigações ambientais. Licenciamento ambiental. Tutela jurídica do Direito Ambiental. Aspectos das ações ambientais. Sob a perspectiva do Direito Agrário, estuda temas relevantes, tais como princípios e fontes do Direito Agrário, imóvel rural, função social da propriedade rural, legitimação da posse agrária, regularização de terras, áreas de preservação permanente, de uso restrito e de destinações especiais, reforma agrária, empresa rural e tributos e obrigações ambientais associados à propriedade rural.

Bibliografia Básica

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2025. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626472/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual Direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620438>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BURANELLO, Renato. **Manual do direito do agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629011/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773787>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SARLET, Wolfgang, I.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648603/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BI-EÇAB, Pedro; KURKOWSKI, Rafael S. **Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645060/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024. (Coleção Esquematizado®) (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622047/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625376/>.
Acesso em: 13 dez. 2024.

Direito Cibernético – 30h		10º
Ementa	Trata das relações de informação e suas novas tecnologias. Estuda os mecanismos de governança na internet no Brasil e no Mundo. Analisa as legislações em vigor que atuam na regulação dos espaços digitais. Inovação tecnológica. Cibercrimes e Responsabilidade Civil. Lei Geral de Proteção de Dados, Acessibilidade e Conectividade. Processo Eletrônico e a efetividade da prestação jurisdicional. Tecnologia e relações de trabalho. Relações Privadas e Herança Digital. Ética e Tecnologia. Inteligência Artificial e seu impacto no Direito.	
Bibliografia Básica PINHEIRO, Patricia Peck. Direito Digital . 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598438/ . Acesso em: 12 dez. 2024. HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria Geral do Direito Digital : desafios para o direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642267/ . Acesso em: 12 dez. 2024. TEIXEIRA, Tarcisio. Direito digital e processo eletrônico . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622344/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar FIORILLO, Celso Antonio P. Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutela jurídica do meio ambiente digital. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502230644/ . Acesso em: 12 dez. 2024. PINHEIRO, Patricia Peck. Proteção de dados pessoais : comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599480 . Acesso em: 13 dez. 2024. SILVA, Alice Marinho Corrêa, D. et al. Computação, Comércio Eletrônico e Prestação De Serviços Digitais : Sua Tributação pelo ICMS e ISS. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2017. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933037/ . Acesso em: 13 dez. 2024. GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. Marco civil da internet comentado . São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009514/>. Acesso em: 13 dez. 2024.
TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. (Minha Biblioteca)
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577802296/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Direito Eleitoral – 30h		10º
Ementa	Direito Eleitoral: Disciplina que estuda a organização partidária, os direitos e garantias dos partidos, dos eleitores e dos candidatos, direitos políticos, princípios do Direito Eleitoral, o processo eleitoral brasileiro, a Justiça Eleitoral e suas competências, o processo judicial eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Campanha eleitoral financiamento e prestação de contas. Diplomação. Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral. Ações eleitorais.	
Bibliografia Básica		
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776054/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
REIS, Márlon. Direito Eleitoral . Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. (Coleção esquematizado®). (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621565/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral . 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598810 . Acesso em: 13 dez. 2024.		
Bibliografia Complementar		
PONTE, Antônio Carlos da. Crimes eleitorais . 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547208929/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
FREITAS, Luciana Fernandes de. Direito Eleitoral . Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644810/ . Acesso em: 13 dez. 2024.		
LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado . 28. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621958/ . Acesso em: 10 dez. 2024.		
VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Direito eleitoral: crimes eleitorais . São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593228/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GOMES, José Jairo. **Recursos Eleitorais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca).

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772964>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Gestão e Empreendedorismo – 30h		10º
Ementa	História do empreendedorismo no Brasil e no mundo, perfil do empreendedor, tipologia de empreendedorismo, processo de criatividade, visão empreendedora, validação de ideia, ferramentas para geração e análise de negócios (mapa de empatia, design thinking e canvas)	
Bibliografia Básica		
CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E[1]book. ISBN 9788597028089. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/ .		
DORNELAS, José. Dicas essenciais de empreendedorismo. São Paulo: Editora Empreende, 2020. E-book. ISBN 9786587052038. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052038/ .		
DORNELAS, José. Empreendedorismo Corporativo. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559773701. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773701/		
Bibliografia Complementar		
GALLI, Adriana V.; GIACOMELLI, Giancarlo. Empreendedorismo. Porto Alegre: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595022492. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022492/ .		
DORNELAS, José. Empreendedorismo na prática. São Paulo: Editora Empreende, 2020. E-book. ISBN 9786587052014. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052014/ .		
CAETANO, Rodrigo; PARO, Pedro. Empreendedorismo Consciente. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2020. E-book. ISBN 9786555201550. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555201550/ .		
DORNELAS, José. Plano de negócios com o modelo Canvas. São Paulo: Editora Empreende, 2020. E-book. ISBN 9786587052076. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052076/ .		
NETO, Jocildo Figueiredo C. Elaboração e avaliação de planos de negócios. São Paulo: Editora Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9786555205800. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555205800/		

Direito Internacional Privado – 30h	10º
--	------------

Ementa	Disciplina que cuida do estudo introdutório do Direito Internacional Privado (DIPr): princípios, objetivos, delimitação e denominação. Fontes do Direito Internacional Privado. Evolução histórica e doutrina do Direito Internacional Privado. Elementos de conexão. Nacionalidade. Direito Civil Internacional e Contratos Internacionais; Contratos Internacionais; Direito Processual Internacional. Ordem Pública. Aplicação da lei estrangeira no Direito Internacional Privado brasileiro. A fraude à lei. Retorno e devolução. Qualificação em Direito Internacional Privado. Condição jurídica do estrangeiro: princípios gerais, vistos, concessão e espécie; normas coercitivas.
	Bibliografia Básica DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen; ALBUQUERQUE, Felipe. Direito internacional privado. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995546/. Acesso em: 13 dez. 2024. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional privado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647699. Acesso em: 13 dez. 2024. RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623228/. Acesso em: 13 dez. 2024.
	Bibliografia Complementar BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023060/. Acesso em: 13 dez. 2024. RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624719. Acesso em: 13 dez. 2024. TEIXEIRA, Carla N. Manual de Direito Internacional Público e Privado. 6. ed. Editora Saraiva, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624511/. Acesso em: 13 dez. 2024. MALHEIRO, Emerson. Direito Internacional Privado. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643257/. Acesso em: 13 dez. 2024. GRILLO, Marcelo G. Franco. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023527/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Eletiva II – Libras – 30h		10º
Ementa	História da pessoa com surdez ao longo dos tempos. Conceito e caracterização da surdez. Mitos e verdades sobre as línguas de sinais e a pessoa com surdez. Parâmetros para a realização dos sinais na Libras. Datilologia ou processo datilológico. Prática em Libras – vocabulário básico e vocabulário específico da área da saúde.	
Bibliografia Básica		
PLINSKI, Rejane Regina K.; MORAIS, Carlos Eduardo Lima de; ALENCASTRO, Mariana Isidoro de. Libras. São Paulo: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024595. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024595/ . Acesso em: 27 fev. 2023.		
CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais. São Paulo: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788584291687. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291687/ . Acesso em: 27 fev. 2023.		
QUADROS, Ronice M de; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira. São Paulo: Grupo A, 2003. E-book. ISBN 9788536311746. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311746/ . Acesso em: 27 fev. 2023.		
Bibliografia Complementar		
ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: a relação escola, família e aluno. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. Ebook. ISBN 9788522123681. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123681/ . Acesso em: 06 mar. 2023.		
MITTLER, Peter. Educação Inclusiva. Porto Alegre: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788536311883. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311883/ . Acesso em: 06 mar. 2023.		
MORAIS, Carlos E. L de; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; SZULCZEWSKI, Deise M. Libras. São Paulo: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595027305. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/ . Acesso em: 06 mar. 2023.		
BARROS, Mariângela E. ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. São Paulo: Grupo A, 2015. E-book. ISBN 9788584290529. Disponível em:		

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290529/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PEREIRA, Rachel de C. Surdez: Aquisição de Linguagem e Inclusão Social. Rio de Janeiro: Thieme Brazil, 2017. E-book. ISBN 9788554651619.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788554651619/>. Acesso em: 02 abr. 2023

Métodos Alternativos de Soluções de Conflitos – 90h		10º
Ementa	Prática Forense e Prática Jurídica. Posicionamento profissional do operador do Direito. Assistência jurídica à comunidade. Práticas simuladas e reais nos planos jurídicos. Reconhecer os meios alternativos de solução de litígios: Mediação, Conciliação e Arbitragem. Conhecer o Processo Eletrônico e a efetividade da prestação jurisdicional, reconhecendo as tecnologias de comunicação e informação, utilizando-as como aliadas nas práticas jurídicas e judiciais. Enfrentar novos paradigmas definidos pelo Direito Digital, solucionando conflitos decorrentes dos meios digitais, tais como: aplicação da LGPD; comércio eletrônico; herança digital; provas digitais, entre outros. Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.	
Bibliografia Básica		
SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Arbitragem : mediação, conciliação e negociação. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648191 . Acesso em: 11 dez. 2024.		
TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis . 7. ed. São Paulo: Método, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648955/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628469/ . Acesso em: 11 dez. 2024. ok		
Bibliografia Complementar		
MARTINELLI, Dante P. Negociação e solução de conflitos: do impasse ao ganha-ganha com o melhor estilo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597025989/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. (Minha Biblioteca) Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772575/ . Acesso em: 11 dez. 2024.		
GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação : conciliação e negociação. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. (Minha Biblioteca)		

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620568>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SALLES, Carlos de; LORENCINI, Marcos Antônio Lopes; SILVA, Paulo Eduardo da (coord.).

Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 5. ed. São Paulo: Forense, 2023. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647637>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ROCHA, Caio César Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coord.). **Arbitragem e mediação:** a reforma da legislação brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012798/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

5.12 Metodologia do Curso

O PPC de Direito, alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais, objetiva uma formação voltada à aprendizagem discente para o desenvolvimento das competências inerentes ao perfil profissional em sintonia com o contexto de sua inserção regional e local, às demandas emergentes da sociedade e do mercado de trabalho. Trata-se de uma proposta pedagógica centrada no aluno como sujeito da aprendizagem, tendo o apoio e suporte do professor, que atua como facilitador e mediador da formação.

Neste aspecto, as metodologias ativas de ensino-aprendizagem compõem a estrutura metodológica do curso e estão alicerçadas em um princípio teórico significativo: a autonomia discente. Considera-se a metodologia adotada no curso como inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área com vistas ao desenvolvimento das potencialidades dos educandos, baseando-se nos princípios: da atividade, na qual o estudante é responsável pela construção do conhecimento; da individualidade; da liberdade e responsabilidade; da integração dos conteúdos.

Os pilares básicos sobre os quais se assenta o curso, são estratégias de aprendizagem que permitem o desenvolvimento dos conteúdos, podem ser resumidos em quatro itens: a educação centrada no estudante; a adoção da metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas; o aprender fazendo e a formação orientada à comunidade.

O conceito de educação centrada no estudante refere-se à ideia de que o mesmo tem o professor como facilitador e mediador do processo ensino e aprendizagem. Deve, portanto, o estudante ter a total responsabilidade pelo seu aprendizado. O que se visa, no curso de Direito desta IES, é que os estudantes desenvolvam a capacidade de “aprender a aprender”.

A formação orientada à comunidade está relacionada ao compromisso desta IES de desenvolver um curso de formação jurídica que tenha relevância em relação às necessidades da sociedade, definidas, essencialmente, através de perfis da população do estado de Rondônia, da Região Nordeste e do Brasil.

O “aprender fazendo”, que propõe a mudança da sequência clássica “teoria → prática” para a ideia de que o processo de produção de conhecimentos ocorre de forma integrada e dinâmica através da ação-reflexão-ação. Vislumbra-se com essa metodologia a conjugação do enfoque pedagógico que melhor desenvolve os aspectos cognitivos da educação com a abordagem que permite o melhor desenvolvimento das habilidades psicomotoras e de atitudes.

As metodologias ativas de aprendizagem são estratégias de aprendizagem que asseguram o desenvolvimento de conteúdo, o contínuo acompanhamento das atividades, a acessibilidade metodológica e a autonomia do discente, pois estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática. Assim, o conhecimento é construído por meio de estratégias de aprendizagem, que preveem também a disponibilidade de conteúdo online, visando instigar o aluno a pensar, a estudar, a pesquisar, a colaborar e a participar de situações desafiadoras nos encontros presenciais.

Dentre tais metodologias ativas de aprendizagem, recomenda-se que façam parte da ação docente o uso da sala de aula invertida ou *flipped classroom*, aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso, aprendizagem entre pares ou times, e *Peer Instruction*.

- A sala de aula invertida ou *flipped classroom*, estratégia que permite ao estudante o acesso aos conteúdos on-line, otimizando o tempo presencial em sala de aula, além de objetivar o desenvolvimento prévio do conhecimento, fortalecendo os momentos presenciais como momentos de discussões e de sanar dúvidas com os professores, propicia maior interação

com os colegas na realização de atividades e na resolução de problemas ou estudos de caso, aprofundando o conhecimento.

- A estratégia da aprendizagem baseada em projetos, que imprime ao ensino híbrido um caráter colaborativo na solução de desafios, desenvolvendo a capacidade investigativa, crítica e autônoma do estudante, permitindo ao professor, através da mediação, a complementação e feedback sobre o estudado.
- O estudo de caso oferece aos estudantes a oportunidade de direcionar sua própria aprendizagem, enquanto exploram seus conhecimentos em situações relativamente complexas, pois consistem em relatos de situações do mundo real, apresentadas pelo professor ou resultantes de pesquisa do aluno, com a finalidade de prepará-los para a resolução de problemas reais.
- A aprendizagem entre pares ou times, *Team Based Learning* (TBL), faz parte do rol de estratégias por ser propícia ao ensino híbrido, permitindo que a formação de equipes dentro de determinada turma ocorra tanto no espaço presencial como no virtual, viabilizando que o aprendizado, partindo do estudo individual, seja ampliado no coletivo da equipe, na seleção e compartilhamento de fontes de estudo; no compartilhamento de ideias através das ferramentas disponíveis no sistema AVA ou nos encontros presenciais, onde o pensamento crítico é construído por meio de discussões embasadas, levando em consideração até mesmo as divergências de opiniões.
- O *Peer Instruction* é uma metodologia ativa que objetiva promover a interação entre os estudantes e trabalhar os conceitos que sirvam de fundamento para a solução de problemas nos momentos presenciais, permitindo a aplicação de testes conceituais envolvendo o problema proposto pelo professor, a reflexão individual, a discussão entre os alunos e a explicação da resposta correta pelo tutor e breve exposição sobre o tema.

Outras estratégias poderão ser estimuladas, de acordo com a natureza do tema proposto, os objetivos de ensino e o perfil da turma de alunos, sempre favorecendo as condições de aprendizagem de maneira a desenvolver competências e

habilidades, entendidas como ações que o estudante deve saber fazer não como um simples ato mecânico, mas numa dimensão ética, estética e cognitiva do conhecer o próprio ato de conhecer.

É importante destacar que todo o arranjo metodológico planejado para o curso contempla a inclusão à diversidade e necessidades especiais. Na perspectiva da acessibilidade metodológica, pretende-se identificar, acompanhar e auxiliar o discente a superar qualquer tipo de barreira, ou particularidade, existente no processo ensino-aprendizagem a ser vivenciado pelo aluno. Ademais, estão previstos processos de flexibilização de tempo, utilização de recursos que possam auxiliar em casos de limitação, e viabilizem a aprendizagem de estudantes com deficiência. Para acompanhamento das demandas, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná disporá de suporte profissional por meio dos Núcleos de Apoio Psicopedagógico e de Acessibilidade, que contam com profissional psicopedagogo, psicólogo, pedagogo e intérprete de LIBRAS.

6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DISCENTE

6.1 CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação da aprendizagem no curso de Direito foi planejado levando em consideração as dimensões: cognitivas, psicomotoras e afetiva/atitude, em consonância com a concepção do curso descrita no PPC. A sistemática de cálculo das notas varia de acordo com o componente curricular e está descrito no PPC e em resoluções próprias.

As estratégias de avaliação, voltadas para atender as demandas da metodologia, possibilitam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, uma vez que prevê técnicas de avaliação que promovem a metacognição à medida em que estimula a capacidade do aluno de autorregular os processos cognitivos.

Neste contexto, metodologias ativas pressupõem a construção de experiências educativas motivadoras, fazendo com que o estudante possa refletir sobre os conceitos e noções em construção, de modo a garantir a natureza normativa. O

docente, a partir da reflexão sobre o próprio trabalho e das etapas vivenciadas pelo discente, deve regular, modificar, inovar e diversificar sua prática pedagógica, a fim de alcançar melhores resultados. As avaliações buscam identificar e acompanhar o desenvolvimento das habilidades, competências, princípios e valores previstos nos componentes curriculares e suas modalidades estão assim presentes ao longo do curso o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná:

- **Avaliação Formativa** é aquela que tem como finalidade prover feedback construtivo para o aluno. Consiste no acompanhamento contínuo e sistemático do processo de aprendizagem do aluno.
- **Avaliação Somativa** consiste na verificação dos conhecimentos, habilidades e competências incorporados até aquele momento.

Os responsáveis pelas provas são os docentes, com apoio de supervisores de área e da coordenação do curso. A temática sobre a elaboração de questões e avaliações das provas é debatida em espaços de qualificação docente, no NDE e colegiado de curso. A proporção de questões objetivas e subjetivas das avaliações presenciais são debatidas entre os grupos responsáveis por cada componente curricular.

Os resultados das avaliações são disponibilizados aos alunos por meio do sistema Magister onde é possível acompanhar a sua performance. Tanto na avaliação cognitiva como na formativa o aluno tem o *feedback* do professor discutindo sobre as questões das avaliações e sempre estimulando o crescimento do estudante.

Como ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná dispõe de assessoria psicopedagógica do Curso, que está atenta às necessidades dessa ordem advinda dos discentes e, junto aos docentes, acompanham o desempenho de aprendizagem desses alunos. A coordenação coloca à disposição as atividades de nivelamento e revisão pelos professores objetivando a melhoria do desempenho do aprendiz dos conteúdos curriculares.

Ainda neste prisma, a gestão da aprendizagem, programa institucional o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, atua na busca das deficiências de aprendizagem para estudantes do primeiro período, e outros mais avançados, onde os resultados de

sondagens prévias de conhecimentos são avaliados e implementados planos de ações para melhoria das deficiências encontradas.

6.2 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES – ENADE

A Instituição considera os resultados da autoavaliação e a avaliação externa para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dos cursos. Nessa direção, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constitui-se elemento balizador da qualidade da educação superior.

Em sua primeira participação em ENADE, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, por meio da Pró-reitoria de Ensino, Coordenação do curso, Colegiado e NDE realizará análise detalhada dos resultados dos Relatórios do Curso e da Instituição, Questionário Socioeconômico e Auto Avaliação Institucional do Curso, identificando fragilidades e potencialidades, com a finalidade de atingir as metas previstas no planejamento estratégico institucional, bem como, elevar o conceito do curso e da instituição junto ao Ministério da Educação.

Visando sensibilizar os alunos da importância da avaliação, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná implantou o Projeto ENADE constituído de atividades que envolvem orientação e preparação, nos aspectos acadêmicos e psicológicos.

Além disso, buscando o aperfeiçoamento do processo, os resultados das avaliações são analisados pela equipe Acadêmica, para implementação de alternativas que contribuam para a excelência das ações. Nesse sentido, as dificuldades evidenciadas são trabalhadas pela Coordenação do Curso que orienta os professores com vista ao aprimoramento de suas atividades, promovendo cursos de aperfeiçoamento e dando suporte nas fragilidades didático-pedagógicas.

Desse modo, encontram-se previstas e implementadas diversas ações decorrentes dos processos de avaliação do Curso conforme descrição: Ampliação da participação dos alunos no Programa de Nivelamento e Formação Complementar; Divulgação do Núcleo de Experiência Discente NED, para alunos e docentes; Ampliação no número de professores do curso no Programa de Capacitação e Qualificação Docente; Ampliação à participação de professores e alunos no processo

de avaliação interna; Ampliação do número de mestres e doutores e o regime de trabalho dos docentes do curso, com vistas ao atendimento do referencial de qualidade; Atualização e ampliação do acervo bibliográfico do curso e intensificar sua utilização; Ampliação número de laboratório e equipamentos, promoção de ações efetivas de utilização e acompanhamento.

Visando conscientizar os alunos da importância deste exame, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná implantou o Projeto ENADE constituído de atividades que envolvem orientação e preparação, nos aspectos acadêmicos e psicológicos, promovendo palestras, cursos de nivelamento, entre outras ações.

Neste sentido, a coordenação do curso e o NDE contam com a assessoria do Projeto ENADE para identificar potencialidades e corrigir fragilidades da formação, atingir metas previstas no planejamento estratégico institucional, bem como, elevar o conceito do mesmo e da instituição junto ao Ministério da Educação.

A Instituição considera os resultados da autoavaliação e a avaliação externa para o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dos cursos. Nessa direção, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituir-se-á elemento balizador da qualidade do curso.

7. GESTÃO DO CURSO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

7.1 ARTICULAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO COM AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de autoavaliação institucional, desenvolvida no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, tem como objetivo geral, implantar na Instituição um procedimento edificado na coletividade, e que forneça elementos para a efetivação de uma gestão consistente, democrática, sendo capaz de mobilizar a comunidade acadêmica para reflexão sobre sua função social.

A autoavaliação institucional tem também por objetivo proporcionar a autocrítica e o autoconhecimento da realidade institucional, de forma sistemática e global, tendo em vista o fortalecimento de sua identidade e o atendimento às

necessidades da educação superior. Além de instaurar um processo sistemático e contínuo de autoconhecimento e melhoria do seu desempenho acadêmico, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná envolve toda a comunidade acadêmica no processo, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA. O processo de autoavaliação aqui considerado tem sua base às dez dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

A operacionalização da avaliação institucional consta da elaboração e aplicação de questionários eletrônicos para aferição da eficiência e da efetividade dos procedimentos administrativos nas relações da estrutura administrativo organizacional, da função do coordenador, do apoio didático pedagógico, da biblioteca, laboratórios, secretaria e condições gerais da instituição com todos os segmentos partícipes. Por seu caráter contínuo, a Avaliação Interna é estruturada nas seguintes etapas, nas quais são utilizados instrumentos distintos:

- I. Avaliação Nominal Docente e da Gestão Acadêmica, realizada em sistema eletrônico, consiste na avaliação semestral da atuação pedagógica de cada docente;
- II. Avaliação Anual dos Setores que integram a estrutura administrativa da instituição, realizada pelos setores que integram o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, sob a coordenação do gestor, ao final do ano letivo;
- III. Avaliação Institucional, realizada a cada dois anos, e consequentemente tendo prazo de validade correspondente a esse período. Esta avaliação envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica.

A metodologia adotada no processo para o desenvolvimento da autoavaliação institucional estabelece procedimentos concernentes aos métodos exploratórios, ao trabalho de campo e aos métodos de análise de dados, visando atender aos objetivos propostos, valendo-se tanto de uma abordagem quantitativa quanto qualitativa. Para a coleta dos dados utilizam-se documentos institucionais, análises situacionais, questionários/instrumentos específicos, dados referentes aos processos de avaliação externa e outras fontes necessárias à definição de um processo amplo de discussões, análises e reflexões sobre as especificidades e atividades institucionais. É

fundamental ressaltar que a avaliação não é um mecanismo para punição, mas sim um caminho para o desenvolvimento institucional, a partir dos resultados verificados, aspectos que são considerados fundamentais para o desenvolvimento pleno de tal mecanismo.

Os dados coletados através dos processos de avaliação externa e autoavaliação, permitem à coordenação do curso de Direito redefinir e traçar novas estratégias e ações, visando alcançar objetivos propostos e assim garantir a qualidade da formação. O Curso de Direito conta com todos os mecanismos de autoavaliação já existentes na instituição. Visando ao aperfeiçoamento contínuo do planejamento do curso, os insumos gerados nos resultados das avaliações são analisados pelos gestores da instituição e do curso. Nesse sentido, as dificuldades evidenciadas são trabalhadas pela Coordenação, NDE, professores e técnicos administrativos do Curso, ensejando a elaboração de planos de ação que possam superar as dificuldades diagnosticadas.

Com o objetivo de apropriar a comunidade acadêmica, a Coordenação do Curso de Direito e a CPA, após cada avaliação semestral, se reúne com o corpo discente, através dos representantes de turma, corpo docente e com o NDE para divulgação dos resultados obtidos, a fim de levantar propostas para planos de ação de melhoria do curso.

A Coordenação do curso, o Colegiado e o NDE realizam análise detalhada dos resultados dos Relatórios do Curso e da Instituição, Questionário Socioeconômico e Auto Avaliação Institucional do Curso, identificando fragilidades e potencialidades, com a finalidade de atingir as metas previstas no planejamento estratégico institucional, bem como, elevar o conceito do curso e da instituição junto ao Ministério da Educação.

Além disso, visando o aperfeiçoamento do processo, os resultados das avaliações são analisados pela Coordenação de curso e acadêmica, para implementação de alternativas que contribuam para a excelência das ações. Nesse sentido, as dificuldades evidenciadas são trabalhadas pela Coordenação do Curso que orienta os professores com vista ao aprimoramento de suas atividades, promovendo cursos de aperfeiçoamento e dando suporte nas fragilidades didático-pedagógicas.

7.2 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Após o processo de avaliação, dentro do escopo de planejamento adotado o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, são adotadas algumas medidas de intervenção voltadas para a resolução dos problemas mapeados. De qualquer forma, já existem algumas linhas de intervenção que são perenes, conforme descrição abaixo:

- Ampliação regular da participação dos alunos no Programa de Nivelamento e Formação Complementar;
- Divulgação recorrente do Núcleo de Experiência Discente NED, para alunos e docentes;
- Ampliação constante no número de professores que participam do curso no Programa de Capacitação e Qualificação Docente;
- Ampliação à participação de professores e alunos no processo de avaliação interna;
- Ampliação do número de mestres e doutores e o regime de trabalho dos docentes do curso, com vistas ao atendimento do referencial de qualidade;
- Atualização e ampliação do acervo bibliográfico do curso e intensificar sua utilização;
- Ampliação número de laboratório e equipamentos, promoção de ações efetivas de utilização e acompanhamento.

Estas são algumas das ações previstas, porém, com os resultados das avaliações institucionais, que acontecem regularmente, torna-se possível desenhar propostas de intervenção mais assertivas.

8. CORPO DOCENTE E GESTÃO ACADÊMICA

8.1 CORPO DOCENTE

O curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é composto por docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

O corpo docente atua de acordo com a aderência à pesquisa e a atuação profissional, tal enfoque se dá em razão da necessidade de constante avaliação dos conteúdos dos componentes curriculares, propiciando atividades pedagógicas e práticas direcionadas para a importância da atuação profissional e acadêmica do discente. Acredita-se que tal iniciativa configure uma prática exitosa, pois promove o raciocínio crítico e reflexivo do discente próximo a realidade prática.

A IES tem programas de qualificação docente voltados para utilização das metodologias adotadas, preparando continuamente o corpo docente. Os docentes também participam das atividades de extensão e pesquisa realizadas do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e semestralmente contribuem para expansão e atualização do seu acervo bibliográfico, indicando ao NDE a literatura pertinente e atualizada, ao passo que incentivam a utilização bibliográfica.

O professor do curso de Direito deve possuir não somente o domínio específico da área disciplinar que leciona, mas também, o domínio das áreas pedagógicas e o desenvolvimento das habilidades essenciais para o exercício do futuro médico.

Nos processos seletivos para contratação são analisados tanto o currículo profissional quanto o acadêmico, uma vez que a IES entende que a integração dessas duas experiências fomenta o desenvolvimento de práticas diversificadas, além da construção do conhecimento e aproximação com o mundo do trabalho. Dessa forma, o curso possui um corpo docente qualificado, que impacta positivamente na qualidade da formação ofertada aos discentes.

8.1.2 Titulação, experiência docente e profissional e Regime de Trabalho

O corpo docente tem representação, com direito à voz e voto, no Conselho Superior, na forma do Regimento. A titulação do corpo docente reflete as necessidades do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), principalmente o perfil do egresso desejado, sendo fator preponderante para o desenvolvimento da competência profissional desejada para o egresso, fomentando o raciocínio crítico deste, com base na literatura atualizada da sua área de atuação, para além da bibliografia proposta no PPC, proporcionando ao estudante o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos dos módulos e ao perfil do egresso,

incentivando a produção do conhecimento relevante para a comunidade a qual o curso está inserido.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná tem buscado a contratação de docentes com boa experiência profissional, atualizados e que busquem um aprimoramento crescente. A contratação dos professores é realizada em função da preocupação e do cuidado de ter professores atualizados e que participem ativamente do curso, auxiliando na consolidação do mesmo, colaborando com a formação de um egresso de perfil generalista, conforme proposta do projeto do curso.

A Coordenação do Curso tem o cuidado de avaliar a área de formação e as afinidades de cada docente no sentido de associar estes aspectos com as disciplinas a serem ministradas. Dentro do corpo docente tem se buscado contemplar a relação entre a formação, capacitação e experiência docente e profissional com as disciplinas que são ministradas por cada um dos professores. Esta característica pode ser observada ao longo do Curso.

A IES garante que o regime de trabalho do corpo docente previsto busca possibilitar o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no órgão colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação descritiva sobre como as atribuições individuais dos professores serão registradas, considerando a carga horária total por atividade, a ser utilizada no planejamento e gestão para melhoria contínua.

A experiência profissional do corpo docente considera o perfil do egresso constante no PPC, justificando a relação entre sua experiência profissional e seu desempenho em sala de aula, de modo que caracterize sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, mantendo-se atualizados com relação à interação conteúdo e prática, promovendo a compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisando as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

Abaixo, segue quadro demonstrativo com a titulação, experiência docente e profissional e Regime de Trabalho

TITULAÇÃO, EXPERIÊNCIA DOCENTE E PROFISSIONAL E REGIME DE TRABALHO

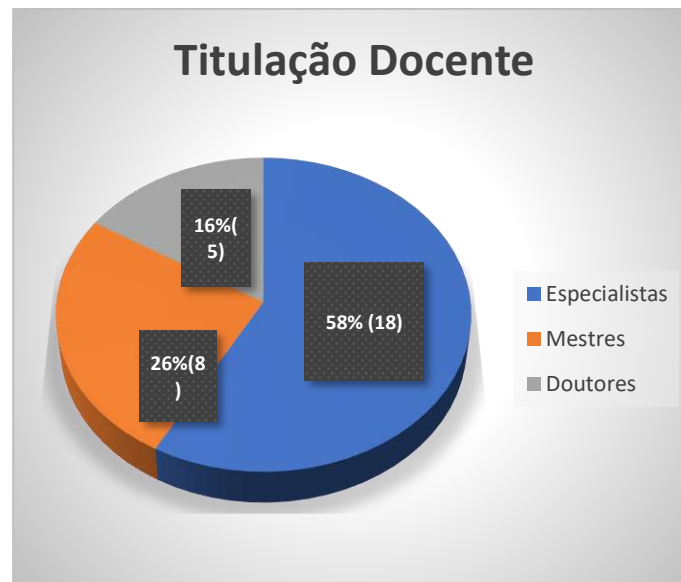
DOCENTE	TITULAÇÃO	C.H.	R.T.	EXP. PROFIS. EM MESES	EXP. ENS. SUP. EM MESES	TEMPO NA IES/MESES	TEMPO NO CURSO/MESES
1. Adriano Henrique Coelho	Especialista	2,96	HR	172	214	25	25
2. Aline Cirilo Caldas	Mestre	15,43	TP	72	35	35	35
3. Aline Nayara Garcia Guimaraes	Especialista Mestranda	21,49	TP	108	33	33	33
4. Alisson Henrique Goncalves Rosario	Especialista	18,02	TP	84	18	18	18
5. Carine Antonia Kremer	Mestre	26,6	TP	132	64	10	10
6. Carlos Alberto Lacerda Lemos	Especialista	16,12	TP	183	26	26	26
7. Celso Pereira de Oliveira	Mestre	40	TI-SDE	156	132	132	9
8. Claudenir Da Silva Rabelo	Especialista	4,48	HR	240	77	77	77
9. David de Souza Oliveira	Especialista	1,82	HR	24	20	8	8
10. Eber Coloni Meira Da Silva	Mestre	7,43	HR	206	77	77	77
11. Elias Caetano da Silva	Especialista	15,96	TP	460	168	168	48
12. *Enoque Teixeira Abreu	Mestre	40	TI-SDE	113	140	140	-
13. *Flávia Alexandrina Coelho Marcos	Mestre	40	TI-SDE	134	145	145	-
14. Francisco Carlos da Silva	Doutor	42	TI-SDE	192	240	240	22
15. *Helga Stefania Maranhão Bodstein	Doutora	40	TI-SDE	84	156	19	-
16. *Jansen Racco Boterlho de Melo	Doutor	40	TI-SDE	144	85	19	-
17. Jefferson Freitas Vaz	Especialista	8,96	HR	294	253	253	253
18. Jerônimo Vieira Dantas Filho	Doutor	42	TI-SDE	53	31	18	18

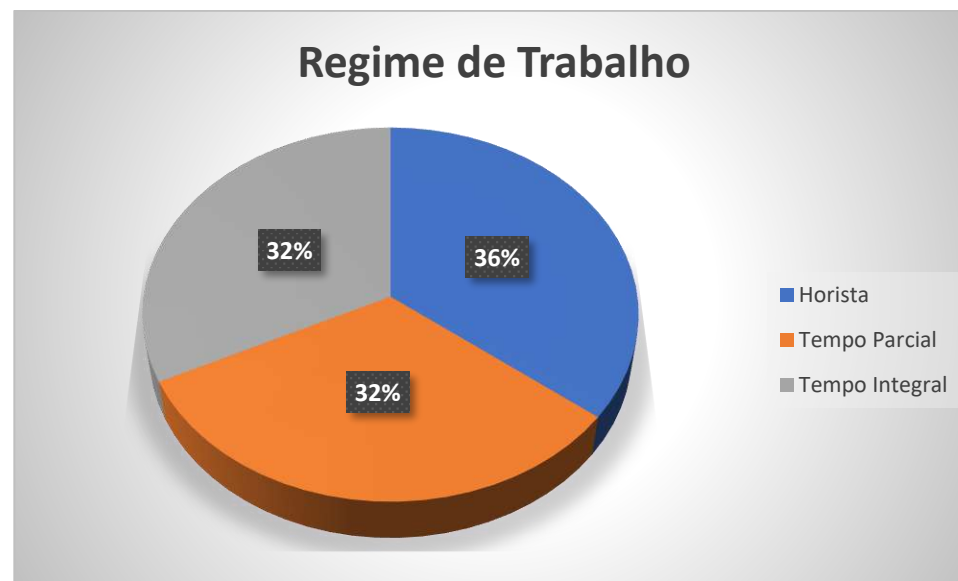
19. Juliano Pinto Ribeiro	Especialista	14,43	TP	117	67	51	51
20. Luis Fernando Calheiros Casimiro	Especialista	15,24	TP	312	73	73	73
21. Luis Fernando Negri	Especialista	6,44	HR	114	7	7	7
22. Marlete Maria Da Cruz Correa Da Silva	Especialista	9,02	HR	444	372	372	372
23. Natália Malavasi Vallejo	Doutora	40	TI-SDE	145	145	145	13
24. Neide Garcia Ribeiro	Mestre	9,43	HR	343	227	6	6
25. Rodrigo Totino	Especialista	2,96	HR	168	79	79	79
26. Rosicler Carminato Guedes De Paiva	Especialista	41	TI-SDE	444	348	348	348
27. Taciane Leticia de Melo Souza	Mestre	12,48	TP	84	84	73	73
28. Teofilo Lourenço De Lima	Especialista	43	TI-SDE	396	354	354	354
29. Thais Rodrigues De Oliveira	Especialista	3,96	HR	96	25	25	25
30. Valdineia Moretti Andrade	Especialista	16,03	TP	419	56	56	56
31. Weliton Do Nascimento Alexandre	Especialista	13,67	HR	47	35	35	35

* - Professores Tutores EAD - UNIGRANRIO

PERCENTUAL POR TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO – CORPO DOCENTE DIREITO

Curso	DIREITO		
Indicador - stricto sensu			42%
Especialista	18	58%	
Mestre(a)	8	26%	
Doutor(a)	5	16%	
	31		
Indicador - Doutores			16%
Especialista	18	58%	
Mestre(a)	10	26%	
Doutor(a)	5	16%	
	31	Certo	
	Indicador - Regime de trabalho		65%
Horista	11	35,48%	
Tempo Parcial	10	32,26%	
Tempo integral	10	32,26%	
	31	Certo	





8.1.3 Experiência Docente no Magistério Superior

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR tem buscado a contratação de docentes com experiência acadêmica superior, sem negligenciar em sua proposta de formação continuada, o aprimoramento metodológico e avaliativo desenvolvido em sala de aula. É através da experiência docente que se torna possível identificar fatores críticos no processo de ensino e aprendizagem, perceber prováveis dificuldades apresentadas pelos alunos e buscar estratégias que minimizem tais dificuldades, reestabelecendo uma aprendizagem consistente e significativa.

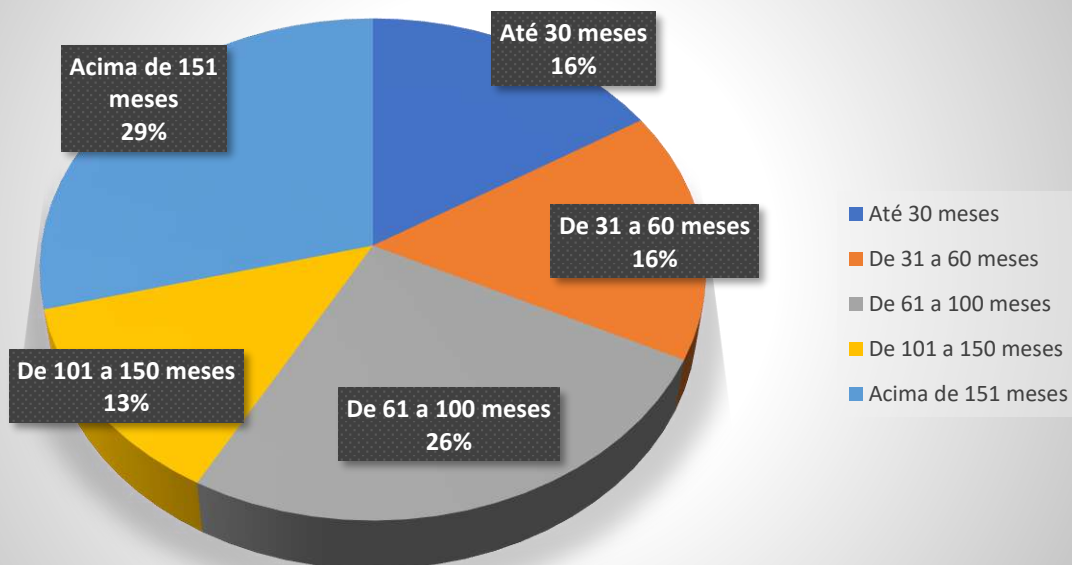
Orienta-se o professor a perceber a linguagem do aluno, suas angústias, suas dificuldades, as características inerentes à cada turma (formas de estudo, abordagem teórica dos conteúdos, dentre outras) e toda a correlação com os conteúdos, integrando assim o currículo do curso. Frente a necessidade de suporte ao aluno com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, o docente conta com a ajuda do NED e do NAPED.

Ainda no âmbito da experiência docente, tem-se um olhar atento tanto da coordenação do curso, do Colegiado e do NAPED, nos critérios e formas avaliativas de aprendizagem, definidos por cada docente e em cada disciplina. Além disso, são consideradas na seleção dos docentes a capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, mas principalmente foi avaliada a capacidade dele em a partir de resultados, agir, redefinindo sua prática buscando a aprendizagem coletiva.

O curso de Direito conta com docentes com experiência no magistério superior, com sólida formação acadêmica e dotados de postura ética, eficiência e comprometimento com a formação profissionalizante e que exercem liderança e são reconhecidos pela sua atuação como docente/profissional. Juntamente, com estes aspectos mencionados, utilizam técnicas embasadas em teorias e metodologias diversificadas e sempre voltadas para a atualização profissional.

Um percentual de 84% dos docentes possuem experiência de 5 (cinco) anos acima, no magistério superior.

Experiência Docente no Magistério Superior



DOCENTE	EXP. ENS. SUP. EM MESES
1. Adriano Henrique Coelho	214
2. Aline Cirilo Caldas	35
3. Aline Nayara Garcia Guimaraes	33
4. Alisson Henrique Goncalves Rosario	18
5. Carine Antonia Kremer	64
6. Carlos Alberto Lacerda Lemos	26
7. Celso Pereira de Oliveira	132
8. Claudenir Da Silva Rabelo	77
9. David de Souza Oliveira	20
10. Eber Coloni Meira Da Silva	77
11. Elias Caetano da Silva	168
12. *Enoque Teixeira Abreu	140
13. *Flávia Alexandrina Coelho Marcos	145
14. Francisco Carlos da Silva	240
15. *Helga Stefania Maranhão Bodstein	156

16. *Jansen Racco Boterlho de Melo	85
17. Jefferson Freitas Vaz	253
18. Jerônimo Vieira Dantas Filho	31
19. Juliano Pinto Ribeiro	67
20. Luis Fernando Calheiros Casimiro	73
21. Luis Fernando Negri	7
22. Marlete Maria Da Cruz Correa Da Silva	372
23. Natália Malavasi Vallejo	145
24. Neide Garcia Ribeiro	227
25. Rodrigo Totino	79
26. Rosicler Carminato Guedes De Paiva	348
27. Taciane Leticia de Melo Souza	84
28. Teofilo Lourenço De Lima	354
29. Thais Rodrigues De Oliveira	25
30. Valdineia Moretti Andrade	56
31. Weliton Do Nascimento Alexandre	35

* - Professores Tutores EAD - UNIGRANRIO

8.2 ATIVIDADE DE TUTORIA E GESTÃO DA APRENDIZAGEM

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná utiliza a Plataforma de Gestão de Aprendizado Canvas, o qual proporciona a construção de ambientes virtuais customizados aos cursos e disciplinas, atendendo a necessidade e desafios exclusivos.

O processo de comunicação e informação entre docentes/tutores e estudantes é facilitado por meio dessa plataforma, na qual os professores envolvem os alunos de maneira nova e estimulante, proporcionando um relacionamento mais eficaz, mantendo os alunos informados, envolvidos e colaborando uns com os outros. O conceito de webconferência também pode ser estimulado a fim de oferecer novas

abordagens de aprendizado, criando salas virtuais com uso do recurso BigBlueButton e o Zoom, instalado como ferramentas externas no Canvas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é o *locus* de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface atrativa, sempre em atualização, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada, baseada no plano de aprendizagem de cada disciplina. O desenvolvimento das disciplinas conta com atividades para serem realizadas pelo estudante, em cada disciplina, utilizando as mais diversas ferramentas.

Para efetivar a interlocução entre a comunidade acadêmica virtual são utilizados os seguintes recursos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, programação e estrutura das disciplinas/cursos, boas-vindas, objetos de aprendizagem, planos de aprendizagem, vídeo aulas, recursos de acompanhamento e controle das atividades e movimentações dos estudantes, relatórios de log e participação discente e docente, relatório de notas, entre outros;
- Encontros presenciais, sendo esses atendimentos no setor responsável previamente agendados ou não;
- Telefone;
- E-mail.

As atividades de tutoria são ofertadas em dois formatos: tutorias *online* e tutorias presenciais. As disciplinas são estruturadas em 02 (dois) ciclos avaliativos e neste período o tutor *online* faz a disponibilização do material da disciplina para os alunos, o esclarecimento das dúvidas de conteúdo, a abertura e a mediação dos Fóruns de discussão e agendamentos de aulas ao vivo estimulando a comunicação síncrona.

O professor/tutor, nos momentos presenciais, tem um outro importante papel, ao realizar os encontros semanais com os alunos. Nesse momento, o docente é orientado a utilizar metodologias ativas que, diferentemente do modelo tradicional,

oportunizam o engajamento do aluno de maneira ativa na construção do conhecimento e não como mero “receptor” de informações. Teoria e prática andam juntas e visam desenvolver a capacidade de construção e análise crítica do conhecimento.

Os professores/tutores presenciais estão à disposição dos alunos nas salas de aula nos dias e horários dos encontros predefinidos no calendário acadêmico, que é disponibilizado ao aluno no portal da instituição. O principal objetivo dos professores/tutores presenciais é promover a interação presencial entre os alunos e aplicar as metodologias ativas previstas para os encontros presenciais, conforme planejamento de cada disciplina.

Para as disciplinas 100% online, além dos recursos didáticos disponibilizados é oportunizado aos estudantes a realização de exercícios de autocorreção, fóruns, atividade dissertativa, teste simulado para avaliação. As provas presenciais são uma obrigatoriedade nesta modalidade, e as participações dos estudantes são monitoradas a partir da realização das atividades.

Nesta modalidade, 100% online, a atividade de tutoria se restringe a moderação dos fóruns, elaboração e correção das atividades dissertativa, contato via e-mail e/ou caixa de mensagens do Canvas e, a realização de aulas ao vivo por meio de salas virtuais, agendadas e divulgadas previamente. As aulas ao vivo permitem o esclarecimento de dúvidas, em tempo real, bem como a apresentação de uma revisão do conteúdo disponibilizado até o momento da aula.

Agindo assim, os professores/tutores dinamizam a interação entre os alunos, otimizam a experiência de aprendizagem planejada para as disciplinas, acessando o AVA diariamente, ou seja, não devendo permanecer mais de 24 horas sem acessar a sala de aula e contatar os alunos – exceção feita quando de feriados nacionais e finais de semana.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é avaliado periodicamente pelos projetos de autoavaliação institucional desenvolvidos pela CPA do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - São Lucas JPR, de forma a possibilitar a identificação de fragilidades na condução das atividades, permitindo assim a definição de estratégias que potencializem a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

8.2.1 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná defende-se que, para que seja oferecida uma educação de qualidade, presencial ou a distância, é necessária uma organização eficiente por parte da Instituição. Em especial no ensino a distância, com a presença de uma equipe multidisciplinar com profissionais preparados para atuar nesta modalidade de educação é fundamental.

A Instituição deve estar preparada para oferecer ao aluno a distância momentos de interação em quantidade e qualidade adequados e tutores preparados para atuar na mediação destes processos.

Por isso, entende que os profissionais que atuarão na atividade de tutoria nos cursos ofertados na modalidade de educação a distância, preferencialmente, deve ser professor da disciplina devendo demonstrar:

- a) Conhecimento das rotinas de trabalho;
- b) Domínio em informática básica e do ambiente virtual de aprendizagem;
- c) Conhecimento sobre educação a distância e sobre o curso;
- d) Conhecimento técnico pleno da disciplina ministrada;
- e) Domínio dos fundamentos didático- pedagógicos, estruturas e metodologias referentes a educação a distância;
- f) Compartilhamento da filosofia e objetivos desta modalidade de ensino;
- g) Atitudes como organização e planejamento, proatividade, automotivação, empatia, equilíbrio emocional, flexibilidade, assiduidade, comprometimento, liderança e criatividade, capazes de dar o apoio ao desenvolvimento pessoal, motivação e estímulo ao aluno;
- h) Habilidades para os relacionamentos interpessoais; comunicação oral e escrita para receber e transmitir informações de forma clara e concisa e aptidão para o trabalho em equipe.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - São Lucas JPR oferece apoio institucional aos professores/tutores, via formação continuada e atendimento

individualizado realizado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED) e pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD).

A instituição também disponibiliza o Manual do professor/tutor com orientações para propiciar um trabalho docente de excelência, com adoção de práticas criativas e inovadoras favorecendo a aprendizagem e a permanência dos discentes no ensino superior.

A docência/tutoria será avaliada, periodicamente, pelos projetos de autoavaliação institucional desenvolvidos pela CPA da IES, em conformidade com o realizado nos cursos presenciais, salvo as especificidades. Os resultados servirão de parâmetro para ações de melhorias. Além disso, as atividades dos professores/tutores serão constantemente acompanhadas pelas Coordenações de Curso e NDE, de forma a possibilitar a identificação de fragilidades na condução de suas atividades, permitindo assim a definição de estratégias de capacitação e qualificação constantes dos colaboradores que executam tal atividade, permitindo a adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência dos discentes no Curso e concretização do perfil do egresso.

8.2.2 Dos Docentes tutores

O tutor tem um papel extremamente importante no ensino a distância. As funções devem ser pedagógicas, sociais, administrativas e técnicas. Isso se deve ao fato de o ensino na modalidade EaD online ter características específicas, como as variações do espaço de ensino, que pode ser em qualquer lugar. Tutor e aluno encontram-se em condições de igualdade na comunicação, tendo o aluno um atendimento individual, tempo para entrar em sala de aula a qualquer momento, maior uso de multimídia e tecnologia na construção do conhecimento. Nesse contexto, o papel do tutor é de um orientador, facilitador, inspirador de confiança e uma pessoa que ajuda o aluno na construção do conhecimento.

O tutor deve, portanto, ter habilidade para interagir com os estudantes com disponibilidade para ouvir e atendê-los nas suas dúvidas e problemas, de modo que o estudante veja nele um aliado em quem possa confiar.

Para as disciplinas ofertadas na modalidade a distância, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná disponibiliza dois tipos de tutoria:

- * Tutoria Online;
- * Tutoria Presencial.

Os tutores online são responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontece no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Entre suas responsabilidades, está a moderação dos Fóruns de Discussão, proporcionando a interação entre os próprios alunos e entre aluno e o tutor. Nos Fóruns, os alunos podem emitir suas opiniões, construir argumentos, dirimir dúvidas relacionadas ao conteúdo disponibilizado e revisar conceitos. Os tutores respondem eventuais dúvidas e fazem suas considerações a respeito das discussões.

Cabe à tutoria online mediar o processo pedagógico junto aos estudantes. Também compete ao tutor online o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao conteúdo específico.

Para o desenvolvimento de atividades de ensino a distância, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná mantém parceria com a UNIGRANRIO, integrante do mesmo grupo educacional (AFYA), responsável por gerenciar a oferta das disciplinas EAD. Abaixo, segue o quadro de tutores presenciais e EAD:

NOME	MODALIDADE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Enoque Teixeira de Abreu	EAD - Unigranrio	Mestre	T.I.
Flávia Alexandrina Coelho Matos	EAD - Unigranrio	Mestre	T.I.
Helga Stefania Maranhão Bodstein	EAD - Unigranrio	Doutora	T.I.
Jansen Racco Botelho de Melo	EAD - Unigranrio	Doutor	T.I.
Aline Cirilo Caldas	Presencial – São Lucas	Mestre	T.I.
Aline Nayara Garcia Guimaraes	Presencial – São Lucas	Especialista	T.P.
Elias Caetano Da Silva	Presencial – São Lucas	Especialista	T.P.
Francisco Carlos Da Silva	Presencial – São Lucas	Doutor	T.I.
Luis F C Casimiro	Presencial – São Lucas	Especialista	T.P.
Marlete M Da Cruz C Da Silva	Presencial – São Lucas	Especialista	T.P.

Valdineia Moretti Andrade	Presencial – São Lucas	Especialista	T.P.
Weliton Do N Alexandre	Presencial – São Lucas	Especialista	T.P.

8.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) previstas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar o projeto pedagógico dos Cursos do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - São Lucas JPR. Em outras palavras, as TIC possibilitam que a trilha pedagógica idealizada pelo professor seja posta em prática. Para isso, o corpo docente/tutor e discente tem à sua disposição uma gama variada e adequada de TIC.

O PPC do curso alia as novas tecnologias da informação e comunicação ao processo de formação profissional, atendendo às necessidades contemporâneas, uma vez que o uso de ferramentas tecnológicas está integrado às práticas profissionais em todas as áreas do conhecimento.

Com o objetivo de atender ao modelo para atuação na EaD, seja na modalidade a distância, seja para cursos presenciais que ofereçam disciplinas (integral ou parcialmente), é utilizada plataforma de acesso e funcionamento integral via web, a qual garante ao aluno flexibilidade de acesso considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Trata-se da plataforma Canvas, um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) projetado para fornecer aos educadores, administradores e alunos um sistema seguro, a fim de criar ambientes de aprendizado personalizados, por meio de ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão. Integra-se ao sistema acadêmico da Instituição, comunicando-se com os processos dos acadêmicos de matrícula/trancamento/cancelamento e registro de notas. Além disso, é flexível, oportunizando constante atualização de ambientes de acordo com as demandas das disciplinas em oferta.

Reserva-se à plataforma de Educação a Distância a atribuição de operacionalizar os cursos e transferir os resultados (notas) para o sistema acadêmico. A plataforma é customizada com os padrões e exigências do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e hospedada em servidor próprio, a fim de manter toda infraestrutura necessária: backup, suporte técnico, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do setor de EaD compete o monitoramento, soluções de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto ao sistema de registro acadêmico.

O suporte técnico e operacional do AVA é realizado pelo setor de TI e pelo Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, e é referente à assistência na realização de procedimentos críticos com o Canvas, como atualizações, checagem diária de segurança, monitoramento e ajustes de desempenho, instalações de *plugins* e esclarecimento de dúvidas de administração.

Corroborando para o alcance dos objetivos, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná assegurará plena acessibilidade (metodológica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e arquitetônica). No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, a acessibilidade metodológica é possibilitada pela adoção de métodos participativos, com o apoio do Núcleo de Experiência Docente (NED), que consideram teorias e técnicas de ensino/aprendizagem adequadas ao atendimento de acadêmicos com as mais diversas necessidades.

Conquistar a autonomia implica no desenvolvimento de competências para a convivência produtiva em sociedade e a utilização de recursos de tecnologia assistiva, cujo fim é a própria promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência. O AVA é uma ferramenta que auxilia no gerenciamento de conteúdo ofertados na modalidade a distância e permite acompanhar constantemente o progresso dos estudantes. Nesse ambiente, é disponibilizado todo o conteúdo eletrônico necessário para cursar as disciplinas ofertadas na modalidade a distância, assim como todas as atividades que devem ser desenvolvidas.

Foi estruturado de forma a proporcionar ao estudante autonomia e responsabilidade. Autonomia para decidir qual o melhor momento para estudar – uma vez que se trata de um ambiente *on-line*, que pode ser acessado de qualquer lugar e a qualquer momento -, o que implica em liberdade, mas também em responsabilidade.

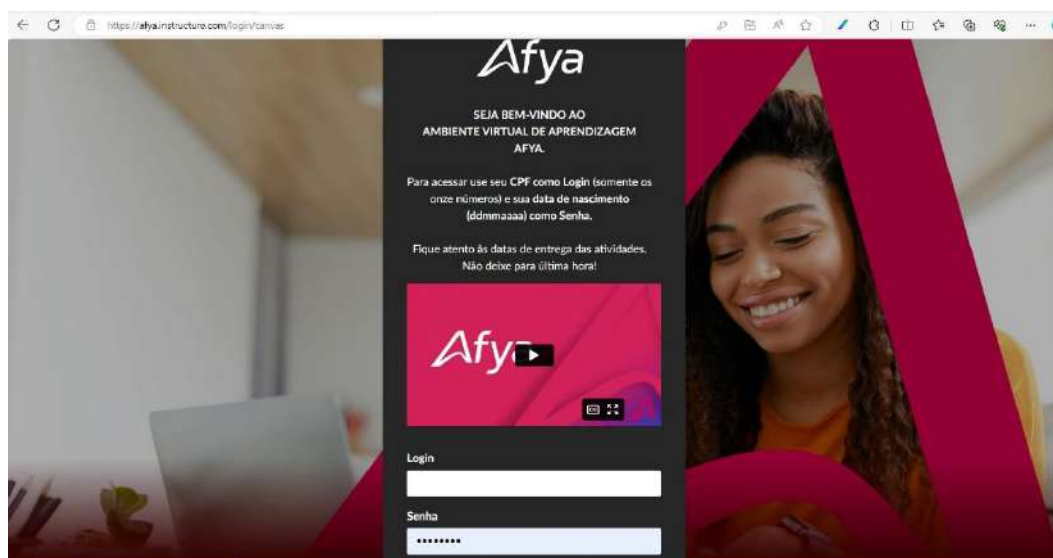
Liberdade para escolher o melhor horário e responsabilidade para escolher este horário e aproveitá-lo produtivamente.

Nesse sentido, o Canvas para a modalidade EaD oferece:

- Materiais de apoio: Fórum, dúvidas frequentes, agenda das disciplinas *on-line*, dicas sobre segurança na internet, entre outros.
- Material didático: textos e vídeos preparados por professores específicos de cada conteúdo disponibilizado no ambiente virtual.
- Links das gravações dos momentos síncronos entre tutores e alunos.
- Fóruns de discussão: espaço em que os alunos podem interagir para discutir sobre um tema específico. Os alunos emitem suas opiniões e formam argumentos, e os tutores fazem considerações a respeito das discussões, tendo como objetivo direcionar e contribuir com as discussões dos alunos.
- Simulados: questões de múltipla escolha, por meio das quais os alunos podem testar os conhecimentos adquiridos em cada unidade de estudo.
- Atividades: espaço para envio de atividades avaliativas, sendo permitido o envio de arquivos e campo específico para inserção de comentários. Este espaço pode ser configurado com datas para envio das atividades, sendo desabilitado automaticamente após o prazo definido para envio.
- Calendário: espaço dedicado à exibição de atividades que devem ser cumpridas pelo aluno, com alerta sobre prazos de vencimento das atividades.
- Caixa de Entrada: permite o envio de mensagens individuais para tutor, coordenador ou para um aluno da sua turma. Esse é um canal que deve ser utilizado para finalidades específicas, pois o melhor meio de interação com a turma é pelos fóruns.
- Ajuda: espaço para envio de mensagens contendo dúvidas referentes ao AVA, como funcionalidades, indicação de erro, dificuldade de acesso, crítica ou alguma sugestão.
- Biblioteca virtual: espaço virtual no qual estão disponibilizados mais de 6.700 títulos em várias áreas do conhecimento.

As imagens a seguir ilustram o Ambiente Virtual de Aprendizagem Canvas para as disciplinas da modalidade a distância:

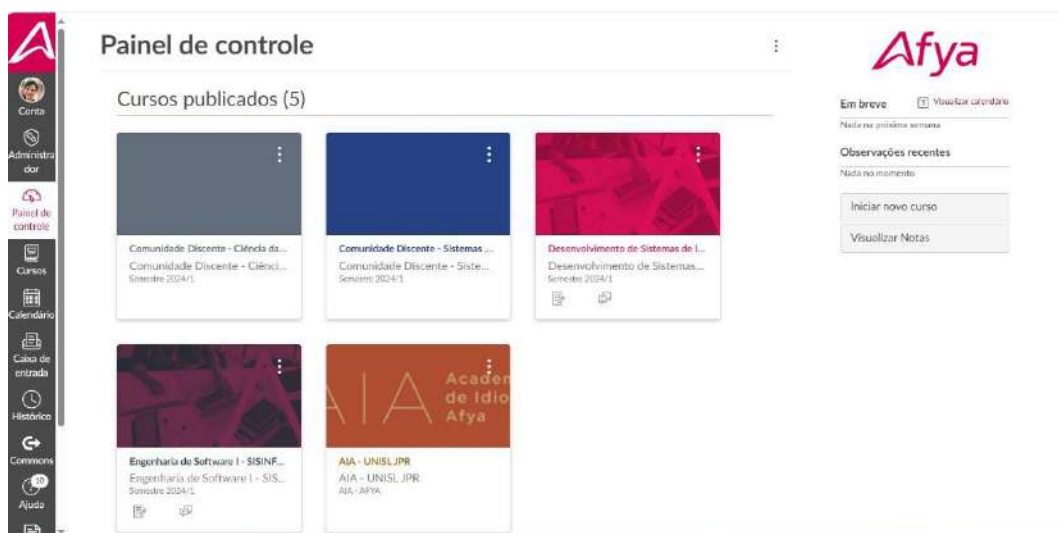
Figura 1 - Página de login e senha para acesso ao Canvas



Fonte: Área de login e senha de acesso ao CANVAS.

Após o login e senha, o aluno terá a visualização das disciplinas incluindo as de modalidade à distância.

Figura 2 – Tela de abertura para disciplinas EAD



serviços em diversos formatos para que todos possam compreender e utilizá-la de forma autônoma, isto é, sem ter de recorrer a terceiros.

A acessibilidade metodológica, que é aquela relacionada à inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo, está assegurada pelo fato de o material didático estar disponível em diversos formatos, como texto, vídeo, áudio, e ser acessado por meio da Internet, de modo que, independente do estilo de aprendizagem, o aluno tenha a oportunidade do acesso ao conhecimento.

Já a acessibilidade instrumental, relacionada a barreiras nas ferramentas de estudo, está assegurada pelo fato de o AVA estar acessível a partir de qualquer equipamento eletrônico, desde que disponha de um browser e se encontre conectado à Internet.

E a acessibilidade comunicacional, relacionada a barreiras de acessibilidade digital, está assegurada pelo fato de que todos os materiais em formato textual possuem fontes e tamanhos adequados, com a possibilidade de aumento da fonte diretamente pelo navegador, assim como os conteúdos em formato de áudio e vídeo.

No que se refere ao AVA, destaca-se ainda a previsão de realização de processo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - São Lucas JPR, que oportunizará a apreciação do Ambiente Virtual de Aprendizagem pelos docentes, tutores e discentes, possibilitando, a partir da análise de seus resultados, a elaboração de plano de melhorias de modo a qualificar a experiência de utilização da ferramenta e o processo de ensino-aprendizagem.

8.4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A seleção do corpo docente para o curso Direito, além do perfil do profissional necessário à formação adequada do egresso, considera a aptidão para a extensão e produção científica.

A IES e, em especial, o Plano de Capacitação Docente, contempla várias formas de estímulo à produção científica, técnica, pedagógica e cultural dos professores. Apóia sempre a divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos ou profissionais, mediante, por exemplo, revista científica, seminários, congressos, entre outros. Além disso, disponibiliza

serviços gráficos e infraestrutura apropriada, como salas, computadores e mobiliário, para que os professores elaborem, imprimam ou editem suas produções científicas.

A Instituição oferece toda a sua infraestrutura (equipamentos, pessoal e espaço físico) para a realização de eventos internos que também divulguem produções acadêmicas. A Biblioteca estará sempre à disposição dos professores, para catalogarem e divulgarem artigos, dissertações, entre outros. Além disso, dispõe de acesso livre à internet; assim, todos poderão utilizar o site da Instituição, onde foi criado espaço para divulgação dos trabalhos.

Importante ressaltar também que o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná disponibiliza a Revista Nativa Americana de Ciências, Tecnologia e Inovação. Nesse periódico, são publicadas pesquisas desenvolvidas por pesquisadores ligados a instituições de ensino e de pesquisa do Brasil e de demais países dos continentes americanos.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOCENTE – ÚLTIMOS 3 ANOS

Nome	Artigos publicados em periódicos científicos na área	Artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas	Livros ou capítulos em livros publicados na área	Livros ou capítulos publicados em outras áreas	Trabalhos publicados em anais (completos)	Trabalhos publicados em anais (resumos)	Tradução de livros, capítulos de livros ou artigos publicados	Propriedade intelectual depositada	Propriedade intelectual registrada	Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais	Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não	Total
1. Adriano Henrique Coelho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Aline Cirilo Caldas	1	0	1	0	0	13	0	0	0	1	1	17
3. Aline Nayara Garcia Guimaraes	3	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	6
4. Alisson Henrique Goncalves Rosario	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
5. Carine Antonia Kremer	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	13
6. Carlos Alberto Lacerda Lemos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7. Celso Pereira de Oliveira	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	6

8. Claudenir Da Silva Rabelo	10	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	11
9. David de Souza Oliveira	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
10. Eber Coloni Meira Da Silva	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
11. Elias Caetano da Silva	1	15	0	0	3	4	0	0	0	0	7	30
12. *Enoque Teixeira Abreu	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
13. *Flávia Alexandrina Coelho Marcos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3
14. Francisco Carlos da Silva	4	52	0	4	9	37	0	0	0	0	54	160
15. *Helga Stefania Maranhão Bodstein	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16. *Jansen Racco Botelho de Melo	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
17. Jefferson Freitas Vaz	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
18. Jerônimo Vieira Dantas Filho	0	145	0	20	12	4	0	0	1	9	4	195
19. Juliano Pinto Ribeiro	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8
20. Luis Fernando Calheiros Casimiro	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
21. Luis Fernando Negri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
22. Marlete Maria Da Cruz Correa Da Silva	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	16

23. Natália Malavasi Vallejo	0	7	0	0	14	0	0	0	0	0	13	34
24. Neide Garcia Ribeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25. Rodrigo Totino	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
26. Rosicler Carminato Guedes De Paiva	0	0	1	0	0	28	0	0	0	0	3	32
27. Taciane Leticia de Melo Souza	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	5
28. Teofilo Lourenço De Lima	23	0	0	0	17	1	0	0	0	0	2	43
29. Thais Rodrigues De Oliveira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
30. Valdineia Moretti Andrade	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4
31. Weliton Do Nascimento Alexandre	7	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0	23

*** - Professores Tutores EAD - Unigranrio**

8.5 FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A prática e atuação docente configuram momentos essenciais do desenvolvimento da proposta pedagógica da instituição, do Curso de Direito e das ações a ela inerentes, de sorte que a consecução dos objetivos do curso e da aprendizagem, a constituição do perfil do egresso, o desenvolvimento de competências, passam pelo planejamento e execução do trabalho docente e neste sentido demandam formas de acompanhamento e avaliação.

No Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e no Curso de Direito, o trabalho docente é realizado em conformidade com o PDI, este PPC, os Planos de Ensino e Aprendizagem – PEA observando a legislação e regulamentação educacional e as políticas e normas da instituição.

Os docentes tem o desenvolvimento de suas ações coordenadas pela Direção Acadêmica e Coordenações de Curso. Cabe ao NAPED realizar atividades voltadas ao desenvolvimento do corpo docente em termos de formação continuada e capacitação de professores. Ao Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente – NAPED, compete disponibilizar apoio, assistência, orientação, supervisão e acompanhamento pedagógico para a prática docente. Já o NED disponibiliza suporte psicopedagógico, psicológico e social, no sentido de contribuir para a interação professor-aluno e o pleno desenvolvimento do trabalho docente.

O NAPED é composto por uma equipe de docentes com vasta experiência acadêmica e disponibiliza suporte especializado em termos didático-pedagógico aos docentes do curso. O NED é composto por psicopedagogo, psicólogo, pedagogo e intérprete de libras, oportunizando aos professores o suporte especializado em suas demandas de ordem psicopedagógica e social.

Através de sua Política de Capacitação e Qualificação Docente a instituição oportuniza a formação continuada aos docentes através de jornadas pedagógicas, oficinas, encontros, workshops, proporcionado aos professores de forma contínua e sistemática, e em sintonia com os Projetos Pedagógicos e as necessidades da formação, sua capacitação e atualização para a condução do processo de ensino e aprendizagem. Oportuniza-se ao corpo docente do Curso o atendimento e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido, através do

assessoramento didático-pedagógicos os mesmos. Esta Política norteia o aprimoramento do trabalho pedagógico, do processo de ensino e aprendizagem e deste Projeto Pedagógico, contribuindo para a consecução dos objetivos do curso a partir do aprimoramento do trabalho docente.

O acompanhamento e apoio ao trabalho docente é periodicamente retroalimentado a partir dos insumos advindos da avaliação externa e de seus indicadores (CC, Enade, CPC), bem como da avaliação interna, sobretudo da Avaliação Nominal Docente que é realizada em cada semestre letivo, bem como dos resultados do desempenho da aprendizagem discente.

A partir dos insumos dessas avaliações os Coordenadores, Núcleo Docente Estruturante, Colegiados dos Cursos, NDE, NED e NAPED, dedicam-se a reflexão, análise, avaliação e planejamento de ações acadêmicas e pedagógicas que possam ser incorporadas ao trabalho docente, aperfeiçoando-o e tornando mais efetivas as atividades didáticas e de avaliação do processo ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná e o Curso de Direito implementam um conjunto de iniciativas que, de forma sistemática, contribuem para o desenvolvimento das atividades docentes, auxiliando nas dificuldades apresentadas, favorecendo, assim, a qualificação contínua do processo ensino aprendizagem.

8.6 GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

A gestão acadêmica e administrativa do Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná é desenvolvida em quatro instâncias: na esfera da Coordenação Acadêmica, no âmbito da Coordenação do Curso, na esfera do Colegiado e na atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

8.7 A COORDENAÇÃO ACADÊMICA

À Pró-Reitoria de Graduação, vinculada diretamente à Reitoria a qual a Coordenação do Curso de Direito está vinculada, cabe a administração dos processos acadêmicos no âmbito dos cursos de graduação da instituição.

O Curso de Direito é coordenado pela professora Rosicler Carminato Guedes de Paiva, graduada em Direito pela Faculdade da Alta Paulista - FADAP. A atuação da coordenadora do curso, contempla plenamente o que preconiza o Plano de Formação da Docência em Direito referente aos aspectos: experiência na gestão do curso desde janeiro/2019, relação com o corpo docente, corpo discente e representatividades no Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso.

Mantém o regime de trabalho de tempo integral (40h), dedicados à coordenação do curso, atendendo plenamente às demandas existentes, considerando a gestão do curso, o relacionamento com os docentes e discentes e representatividades no Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso.

O curso também possui uma Coordenadora Adjunta, Ana Lorena Alves do Carmo, graduada em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná. Mantém o regime de trabalho de tempo integral (40h), dedicados à coordenação do curso, atendendo plenamente às demandas existentes.

O plano de ação da Coordenação, contempla indicadores de desempenho e prevê o desenvolvimento das seguintes atividades:

- I – Presidir o NDE e o Colegiado de Curso;
- II – Propor ao CONSEPE ações relativas às atividades de graduação no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- III – Propor e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão relativas aos cursos;
- IV – Acompanhar a elaboração do calendário dos cursos em consonância com o calendário acadêmico da Instituição;
- V – Orientar os discentes quanto aos aspectos acadêmicos e pedagógicos, por ocasião da matrícula e da renovação de matrícula, em articulação com a Secretaria Geral;
- VI – Divulgar as atividades e decisões do Colegiado de Curso;
- VII – Orientar e acompanhar a vida acadêmica dos discentes e dos docentes do curso;
- VIII – Avaliar o desempenho dos docentes vinculados ao curso;

- IX – Manter permanente articulação com todos os núcleos e órgãos de caráter acadêmico, de pesquisa e extensão e administrativo-financeiros da Instituição;
- X – Manter permanente articulação com os demais coordenadores de curso, visando a alcançar o provimento eficaz dos recursos humanos e materiais requeridos para funcionamento dos cursos e o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multiprofissionais;
- XI – Elaborar o relatório anual de atividades de sua coordenação;
- XII – Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- XIII – Encaminhar consultas ao CONSEPE, visando a elevar a satisfação dos clientes internos e externos pelo padrão de qualidade dos serviços educacionais prestados pela Instituição;
- XIV – Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CONSEPE, do Pró-Reitor(a) e dos Pró-Reitores de Graduação;
- XV – Acompanhar os trabalhos empreendidos em nível de avaliação institucional, cursos de nivelamento e atividades do ENADE;
- XVI – Articular-se com o meio externo nacional e internacional, no âmbito de sua competência, visando a manter o curso atualizado nas suas respectivas áreas de atuação;
- XVII – Atuar nas ações de captação de novos alunos e divulgação das atividades realizadas no âmbito do curso sob sua responsabilidade;
- XVIII - Feedback individual dos resultados da avaliação institucional, aos docentes;
- XIX- Elaboração do horário de aulas;
- XX - Preenchimento de instrumento específico de distribuição das cargas horárias docentes, e envio para aprovação da direção acadêmica (documento preenchido mensalmente e subsidia o pagamento dos professores);
- XXI - Emissão de parecer em requerimentos acadêmicos.
- XXII – Desenvolver ações de acompanhamento e orientação dos egressos do curso, mantendo relacionamento dos mesmos com a Instituição;
- XXIII – Executar outras competências que lhe forem conferidas pelo CONSEPE, pelo Reitor(a) e pelo Pró-Reitor(a) de Graduação.

8.8 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante - NDE, órgão consultivo que responde diretamente pelo Projeto Pedagógico do Curso, atua na sua elaboração, implantação, implementação, acompanhamento, atualização e consolidação. O NDE possui 03 (três) professores com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu e 02 (dois) professores com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação lato sensu. Todos os membros possuem regime de trabalho de tempo parcial ou integral.

O NDE é institucionalizado, com a descrição da sua proposta de atuação, sobretudo, no que se refere à forma de inserção institucional e mecanismos de integração com o corpo discente e atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da rede de saúde. Os mecanismos de registros das atividades desenvolvidas pelo NDE são apresentados/comprovados mediante lavratura de atas e elaboração de documentos inerentes às suas atribuições.

São atribuições do NDE do curso de Direito:

- I - Elaborar o PPC, definindo sua concepção e fundamentos, bem como acompanhar sua implantação e consolidação;
- II - Avaliar continuamente o PPC, encaminhando proposições de atualização ao Colegiado de Curso.
- III - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- IV - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V- Indicar formas de incentivo a linhas de pesquisa e extensão, vinculadas as necessidades da graduação, do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso e Plano de desenvolvimento Institucional (PDI);

Os membros do NDE são indicados pela Coordenação do curso, ouvida a Pró-reitoria de Ensino.

Compõem o NDE do curso de Direito do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná:

Nome	Titulação	RT
Aline Cirilo Caldas	Mestre	Parcial
Carine Antonia Kremer	Mestre	Parcial
Francisco Carlos da Silva	Doutor	Integral
Teófilo Lourenço de Lima	Especialista	Integral
Rosicler Carminato Guedes de Paiva	Especialista	Integral

8.9 COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso constitui instância de caráter consultivo e deliberativo, cuja participação dos professores e estudantes ocorre a partir dos representantes titulares e suplentes, os quais possuem mandatos e atribuições regulamentadas pelo Regimento Interno Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

Este Colegiado é institucionalizado através de Portaria assinada pela Direção Geral da Instituição e divulgada com a comunidade acadêmica. Quanto a representatividade dos segmentos, é composto pelo coordenador do curso, que o preside, por dois representantes do corpo docente e um representante do corpo discente, que registram por meio de atas, todo conteúdo das reuniões e encaminham para a Coordenação Acadêmica as decisões tomadas. Integram o Colegiado do curso:

Nome	Representatividade
Aline Cirilo Caldas	Docente
Rodrigo Fernandes da Silva	Discente
Rosicler Carminato Guedes de Paiva	Docente
Teófilo Lourenço de Lima	Docente

Todos os membros do Colegiado possuem o mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, à exceção do seu presidente, o Coordenador do Curso, que é membro nato.

São atribuições do Colegiado do Curso de Direito:

- I - Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores e tutores, respeitadas as especialidades;
- II - Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- III - Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do CONSEPE;
- IV - Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- V - Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de docentes e tutores;
- VI - Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- VII - Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Seguindo o fluxo determinado para encaminhamento das decisões, o Colegiado do curso recebe as demandas da comunidade acadêmica, podendo ser representada pelo NDE, coordenação do curso, corpo docente e diretório acadêmico, e se reúnem para deliberar sobre as solicitações. Todas as reuniões são registradas em ata e assinadas pelos membros presentes. As decisões deliberadas em reunião são registradas através de Resoluções, que são arquivadas para controle e uma cópia enviada à Coordenação Acadêmica, para devidas providências, quando necessárias.

8.10 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Selecionado a partir de critérios coerentes com as atividades profissionais que irão desempenhar, o corpo administrativo e pedagógico do curso é designado considerando os conhecimentos específicos e necessários a sua atuação, com vistas ao bom andamento dos trabalhos acadêmicos e administrativos no âmbito do Curso. Desse modo, vislumbra-se nesses profissionais a formação, experiência e atuação compatível com a função e as atribuições.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná possui Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos, objetivando o desenvolvimento do corpo técnico-administrativo e seu estímulo para o alcance das metas e missão da instituição, motivando os colaboradores dessas áreas e os demais componentes de apoio para o

exercício qualificado de suas funções, como também apoiá-los no seu aprimoramento e desenvolvimento profissional.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná desenvolve ainda sua Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico Administrativo Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, tendo por objetivos: estimular a qualificação e o aperfeiçoamento contínuo do Corpo Técnico Administrativo, aprimorando suas atividades administrativas; contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento do trabalho dos técnicos administrativos, fortalecendo vínculos entre esses, professores e coordenadores; indicar as formas de apoio institucional ao Corpo de técnicos administrativos quanto a qualificação e aperfeiçoamento contínuo; possibilitar acesso dos técnicos administrativos a informações, métodos, tecnologias das mais modernas possíveis; estimular a participação dos técnicos administrativos em atividades internas e externas de qualificação e aperfeiçoamento; estimular a formação superior do corpo técnico administrativo; e, garantir sua participação em ações da aprendizagem fomentadas pelo Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

8.11 FORMAÇÃO CONTINUADA

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná congrega um sistema de oferta de formação continuada que se desenvolve através de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* contemplando cursos de Especialização vinculados às áreas de conhecimento relacionadas aos Cursos de Graduação, objetivando a continuidade do processo de formação, oportunizando o aprofundamento dos conhecimentos teóricos e instrumental prático, visando a qualificação acadêmica e profissional de recursos humanos para atuarem no mercado de trabalho em sintonia com as inovações tecnológicas e as demandas emergentes da sociedade e do mercado de trabalho.

Institucionalmente, os cursos de pós-graduação estão vinculados à Coordenação Acadêmica, porém, mantêm vínculos com os cursos de graduação, embora em níveis e de formas diferenciadas.

A Coordenação e o NDE, a partir das características do processo formativo do Curso de Direito, poderão propor a oferta de cursos de especialização *lato e* estimulam seus discentes e egressos a darem continuidade a seu processo formativo,

objetivando o aprofundamento em campos de atuação no qual se situa o curso, os quais são ofertados pela Instituição oportunizando a continuidade da sua formação.

Ressalte-se que os professores dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* podem desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da graduação. Os discentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão, podem ter seus projetos de iniciação científica, de práticas investigativas e extensionistas orientados por esses docentes, que fortalecem a integração entre a graduação e a pós-graduação, propiciando uma cultura favorável à formação continuada.

8.12 SECRETARIA ACADÊMICA E FORMAS DE ACESSO AOS REGISTROS ACADÊMICOS

É a responsável por atender a comunidade interna e externa da IES, no que diz respeito a situações acadêmicas/financeiras; organizar e manter atualizado o arquivo de documentos do Acervo Acadêmico como: Diários de Classe, Calendários, Horários de Aula, Modelos de documentações utilizadas, documentos pertinentes à vida acadêmica, dossiê do aluno, cópia dos registros de diplomas e outros; emitir toda a documentação referente à vida acadêmica/financeira do corpo discente como: Declarações Guia de Transferência, Históricos e outros; coordenar o arquivo de alunos ingressantes, assim como a manutenção do mesmo; coordenar e executar o processo de matrícula/rematricula dos alunos; coordenar e executar os processos de solicitação, trancamentos, cancelamentos, desistências, reingressos e quaisquer outros referentes à vida acadêmica/financeira do corpo discente; propor à Direção da unidade o regulamento dos serviços da Secretaria Geral e as alterações que nele se fizerem necessárias; acompanhar as atividades dos segmentos de docentes, em parceria com a Coordenação de Cursos, mantendo o sistema informatizado/atualizado com as informações por estas demandas.; atender as demandas externas (Censo da Educação Superior, ENADE, etc); manter a ordem e a disciplina nos serviços sob sua responsabilidade; abrir e encerrar os termos de colação de grau e outros.

Formas de Acesso aos Registros Acadêmicos:

Atendimento presencial - 11:30 às 21:30 h

Atendimento via telefone - 08:00 às 18:00 h

Atendimento via whatsapp - 08:00 às 18:00 h

Atendimento via e-mail: centraldoaluno@saolucasjiparana.edu.br

9. BIBLIOTECA

9.1 INFORMAÇÕES DA BIBLIOTECA

A Biblioteca Santa Bárbara oferece aos usuários um espaço amplo e climatizado, ela está instalada no térreo do prédio C em uma área total de 820,92 m² dividida entre acervo, balcão de atendimento, 10 salas de estudos em grupo, 59 cabines de estudo individual, salão de leitura, Espaço Você (Espaço para descanso e leitura de jornais e revistas), guarda volumes, sala de processamento técnico, laboratório de estudos com 20 computadores com acesso à internet, processadores de texto e acesso às bases de dados; toda a área mencionada dispõe de Wi-Fi aberta aos usuários.

Sua infraestrutura atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui salas para estudos individuais ou em grupo (coletivas) que podem ser reservadas e oferecem condições elétricas para utilização de notebooks. Ademais, visando disponibilizar recursos inovadores, a biblioteca possui recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornecendo condições para um atendimento educacional especializado. Todo o acervo é informatizado e protegido por sistema antifurto e câmeras de segurança.

9.2 SERVIÇOS OFERECIDOS

A biblioteca é aberta a toda a comunidade acadêmica e egressos da IES. Todos os livros estão disponíveis para consulta. O empréstimo domiciliar, assim como a

utilização dos equipamentos, é restrita aos acadêmicos, funcionários e professores da instituição.

Os serviços da Biblioteca Santa Bárbara têm como objetivo proporcionar à comunidade acadêmica, técnica e administrativa, acesso aos recursos informacionais para o desenvolvimento do ensino, apoio à pesquisa e extensão. Oferecendo os serviços de empréstimo domiciliar; visitas orientadas; treinamento de usuários para capacitá-los na utilização das fontes de informação, pesquisa bibliográfica no catálogo online de obras físicas disponibilizadas no acervo; acesso a Base de Dados de periódicos eletrônicos: ACADEMIC SEARCH ELITE - EBSCO; acesso a base de dados de livros eletrônicos MINHA BIBLIOTECA; e reserva e renovação online de obras emprestadas; acesso aos Trabalhos de Conclusão de Cursos através do REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.

O serviço de empréstimo domiciliar de obras é destinado aos discentes, docentes e colaboradores vinculados ao São Lucas JPR.

As classes de usuários determinam prazos e quantidades distintas:

- Aluno de Graduação - 04 livros por 07 dias corridos
- Funcionários - 06 livros por 07 dias corridos
- Professor - 08 livros por 14 dias corridos

A reserva de livros que estejam emprestados poderá ser feita pelo usuário, mediante solicitação à Biblioteca ou através do catálogo online. O solicitante não pode reservar material que já esteja em sua posse. O livro reservado, ao ser recebido pela biblioteca, ficará à disposição do solicitante durante 24 horas a partir de sua data de devolução. A renovação poderá ser efetuada caso a publicação não esteja reservada por um período igual ao do empréstimo.

A não devolução do material bibliográfico na data determinada acarretará a cobrança de multa diária por obra, a ser fixada pela Reitoria. A Biblioteca Santa Bárbara não tem fins lucrativos, o pagamento de multa é apenas educativo e não punitivo. O dinheiro arrecadado é revertido na aquisição de materiais para o acervo. O usuário deverá repor a obra, em caso de perda ou dano, não ficando dispensado do pagamento da multa.

9.3. ACERVO GERAL

A Biblioteca Santa Bárbara conta com acervo físico de 10.534 títulos e 29.552 exemplares disponíveis para consulta e empréstimo. O acervo virtual conta com 15.777 títulos disponíveis no site: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/>. As Base de Dados: Fonte Acadêmica: 450; Academic Search: 19.003; Medline Ultimate: 3.090 títulos. O repositório conta com 1.092 trabalhos acadêmicos, também disponíveis para consulta através do link: <https://saolucasjiparana.edu.br/institucional/repositorio-institucional>.

A Biblioteca está informatizada e utiliza o software “TOTVS RM” para o gerenciamento dos seus serviços. O software permite a recuperação de dados através do título, autor, assunto, editora, local de publicação, tipo de documento. Sua interface é de fácil utilização obedecendo às normas da ABNT e o formato MARC; a base de dados é alimentada de acordo com o AACR2, para catalogação, CDU e CUTTER, para classificação, e VCBS, para indexação.

O software permite ao usuário fazer pesquisa do acervo, verificar empréstimos atuais e renovar empréstimos de materiais, ver débitos, realizar reservas e ainda enviar avisos de cobranças via e-mail. O acervo contempla as áreas pertinentes aos cursos ministrados pela São Lucas JPR. Facilitando aos usuários acesso às informações e ao conhecimento, aprimorando cada vez mais seus serviços dando o suporte informacional a disseminação do conhecimento.

A Biblioteca Santa Bárbara tem como missão prestar serviços de informação técnico-científica que supram as demandas da comunidade acadêmica colaborando com o São Lucas JPR para que esteja entre as mais bem-conceituadas instituições de ensino superior do país. Tem como visão aperfeiçoar cada vez mais os produtos e serviços oferecidos visando atingir um patamar de excelência no suporte informacional e disseminação do conhecimento à comunidade acadêmica e à sociedade. Tem como valores a acessibilidade, facilitando o acesso à informação; o compromisso, buscando a eficácia no atendimento de excelência ao usuário; e a celeridade na prestação de atendimento presenciais e online.

9.4. POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO

A Biblioteca Santa Bárbara tem como objetivo criar condições para o seu funcionamento sistêmico, viabilizar os meios bibliográficos e traçar políticas de compartilhamento de recursos, normatização de procedimentos e racionalização de processos, de forma a oferecer suporte ao desenvolvimento da Extensão, Pesquisa e Ensino.

A política institucional de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico adotada é baseada nas necessidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão mantidos pelo São Lucas JPR, seguindo indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente com base nos conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos oferecidos e as determinações dos instrumentos de avaliação do INEP/MEC. A aquisição do material bibliográfico se dá de forma contínua, de acordo com investimentos baseados nas projeções apresentadas no PDI com vistas à qualidade e quantidade do acervo.

Assim sendo, o plano de atualização do acervo possui viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.

Antes de serem adquiridos pela Biblioteca, os livros são submetidos a mecanismos de seleção, divididos nas seguintes etapas:

- Cada professor faz um levantamento dos livros necessários para sua disciplina;
- Este levantamento é apresentado ao Coordenador do curso que o encaminha primeiramente à Biblioteca para conferência da existência ou não dos livros no acervo;
- O Coordenador do curso apresenta a listagem dos livros que necessitam ser adquiridos à Coordenação de Graduação, que juntamente com a Reitoria verá a disponibilidade de recursos financeiros para a aquisição.

Para o devido funcionamento a biblioteca possui um Regulamento.

9.5 FUNCIONAMENTO

A Biblioteca funciona regularmente de segunda a sexta feira das: 8h às 22h e aos sábados letivos das: 8h às 12h.

9.6 PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Atualmente trabalham na Biblioteca do São Lucas JPR 4 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 1 Bibliotecário
- 3 Técnicos administrativos

9.7 INFORMATIZAÇÃO E ACESSO À INTERNET

O acervo está totalmente inserido no Sistema, com possibilidade de acesso à base de dados local e remoto, para consulta (autor, título e assunto), reserva, renovação on-line e acesso à base de dados. Todo o sistema de consulta, empréstimo e catalogação do acervo da Biblioteca encontra-se informatizado a partir do sistema TOTVS (RM Gestão Bibliotecária), desde a circulação (empréstimo, devolução, reservas), incluindo a catalogação e controle de registros de todos os tipos de materiais que compõem o acervo. A consulta ao catálogo da Biblioteca é disponibilizada em seus terminais. A partir do sistema adotado é possível controlar todo o fluxo de serviços e o acervo.

O RM Gestão Bibliotecária tem por finalidade armazenar e processar informações de documentos e materiais bibliográficos. Nesse sentido, auxilia usuários e profissionais da área quanto à verificação de obras que tratam assuntos específicos, catalogação e classificação de obras e impressão de etiquetas. Possibilita, ainda, a impressão de diversos relatórios para suporte e auxílio a usuários. O módulo empréstimo permite ao responsável pela Biblioteca controlar o fluxo dessa rotina, saber quantos livros foram emprestados e a previsão de devolução.

Os usuários da Biblioteca contam com um laboratório de estudos equipado com computadores para realizar pesquisa bibliográfica, consulta ao catálogo do acervo e às bases de dados e periódicos eletrônicos e atividades exclusivamente acadêmicas

e processadores de texto (pacote Office). A computadores destinado a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Biblioteca possui acesso à internet através do sinal de Wi-Fi institucional:

<https://saolucasjiparana.edu.br/alunos/biblioteca>

9.8 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

O Repositório Institucional do São Lucas JPR, que foi instituído com o objetivo de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso à produção intelectual da instituição em formato digital. Os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCCs estão armazenados no Repositório Institucional do São Lucas JPR no formato digital. É de acesso aberto aos usuários, os trabalhos possuem autorização para o depósito do documento (licença de armazenamento). Tem como missão reunir num único banco o conjunto das publicações científicas do Centro Universitário, contribuindo para o acréscimo do impacto da investigação desenvolvida na instituição, incrementando a sua visibilidade e dos que nela trabalham, bem como garantir a preservação da memória intelectual do São Lucas JPR. Maiores informações encontram-se em <http://repositorio.saolucasjiparana.edu.br:8080/>.

9.9 BIBLIOTECA VIRTUAL

A Biblioteca Santa Bárbara oferece a plataforma Minha Biblioteca, uma Biblioteca digital que disponibiliza uma coleção de e-books, com aproximadamente 13.129 títulos em língua portuguesa, abrangendo as áreas de Ciências da Saúde, Biológicas, Jurídicas, Exatas, Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, publicados pelas melhores editoras. O aluno/professor terá acesso a esses e-books gratuitamente com acesso ilimitado através do Portal do Aluno e/ou Portal do Professor.

A Plataforma possui acessibilidade digital, possibilitando acesso remoto em qualquer ambiente com acesso a internet.

Preservando os aspectos de acessibilidade na web, com recursos digitais que facilitem o acesso e promovam uma inclusão social assertiva na IES.

9.10 ATENDIMENTO E ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Biblioteca do São Lucas JPR dá prioridade de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais. Além de oferecer condições de acessibilidade com marcação no chão para deficientes visuais, cabine para estudo individual e coletivo para pessoas com deficiência física, adaptações no banheiro, espaço entre as prateleiras para acesso a pessoas com cadeira de rodas. Possui um terminal de consulta ao catálogo adequado para acesso de pessoas em cadeiras de rodas e de pessoas de baixa estatura; computadores de pesquisa com software para uso exclusivo de deficientes visuais (lupa eletrônica para ampliação de texto e imagem, suporte para o monitor articulado (permite ajuste de posição), teclado em braile e ampliado, mouse Big Track (para pessoas mobilidade reduzida), software de voz e fone de ouvido).

10. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

O campus do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR está inserido em uma área de aproximadamente 75 mil m², com uma área construída de 19.964,02 mil m², subdivididos em 3 (três) prédios e 1 (uma) Clínica Veterinária. A organização do campus é subdividida por letras, sendo os prédios organizados em A, B, C, Área de Conveniência (AC) e Clínica Veterinário (CV), conforme figura abaixo:

Figura 3 - Foto Aérea e Panorâmica do Campus.



Primeiro plano, *predio A*. Ao centro, *área de convivência e prédio B*; ao Fundo, *prédio C*

Figura 2 - Foto Aérea e Panorâmica do Campus.



Primeiro plano, *estacionamento externo, corredor de entrada para pedestres*, a direita e esquerda em *primeiro plano, estacionamentos para moto, de uso de alunos*

Figura 3 - Foto Aérea e Panorâmica do Campus.



Primeiro plano, *Clínica Veterinária*. Ao centro, depósito e a esquerda, prédios A, área de convivência, prédio B e V. Ao fundo, lado e área verde.

Sua estrutura física foi organizada para ofertar a todos os alunos excelência no atendimento.

10.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - São Lucas JPR busca proporcionar para seus docentes espaços de convívio, socialização, bem como de trabalho adequado, proporcionado por uma sala ampla com acesso à internet e notebooks disponíveis para uso, além de uma sala reservada para professores de tempo integral (TI).

Além da sala de professores, a IES dispõe, também, de instalações para coordenações de cursos, sala para a coordenação pedagógica, sala de reuniões, sala de NDE (Núcleo Docente Estruturante), dentre outras.

Todos estes espaços possuem iluminação condizente, ar-condicionado, mobiliário moderno e estão adequados às ações acadêmico-administrativas a que se destinam, bem como estão em conformidade com o Decreto nº 5.296/2004 que regulamenta o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Este espaço é composto de 11 salas individuais, dotadas de porta privativa, escrivaninha, duas cadeiras (com possibilidade de acréscimo de cadeiras), quando branco, aparelho de ar-condicionado individual, notebook e impressora disponível no setor.

Localiza-se em uma área de fácil acesso para os alunos.

- a. **Porta de acesso principal à Sala de Tempo Integral - Identificação visual e tátil da porta de acesso à Sala de Tempo Integral**



- b. Corredor de entrada aos gabinetes de Tempo Integral, destacando-se a esquerda, armários individuais para guarda de objetos



Portas de acesso aos gabinetes de atendimento individual, totalizando 11 gabinetes





- c. Gabinete de atendimento individual acessível, contendo escrivaninha, duas cadeiras (com possibilidade de ampliar o número), notebook, quadro branco e aparelho individual de ar-condicionado.





- d. Gabinete de atendimento individual, contendo escrivaninha, duas cadeiras (com possibilidade de ampliar o número), notebook, quadro branco e aparelho individual de ar-condicionado



e. Circuito Fechado de TV para vigilância-segurança na Sala de Tempo Integral



Além desse espaço, ressalta-se que a IES também considera outros ambientes onde o docente em tempo integral pode fazer uso, tais como: sala de reunião, biblioteca, laboratório de informática e sala de professores.

10.2 Espaço de trabalho para o coordenador

A Coordenação do Curso de Direito possui uma sala adequada para os trabalhos acadêmicos e administrativos desenvolvidas pela coordenação do curso e Coordenação Adjunta. As atribuições desta função, constantes no PDI e neste PPC, são desenvolvidas neste espaço, bem como o atendimento aos alunos e professores, membros da sociedade civil organizada, parceiros de convênios, dentre outros.

As salas de coordenação possui computador conectado à internet, impressora em rede, telefone, mobiliário apropriado, iluminação, acústica, acessibilidade, sendo um espaço confortável e adequado para que possa desempenhar suas atividades laborais e de forma cômoda e de atendimento. Além da sala específica da coordenação de curso, o Coordenador dispõe de espaços para reuniões com NDE e salas de reuniões para momentos com professores e grupos de alunos. As demais dependências da IES são disponibilizadas à Coordenação de Curso para atividades específicas, ficando a critério do coordenador os devidos agendamentos e escolhas dos locais conforme a natureza da atividade a ser desenvolvida.

As salas voltadas para as coordenações dos cursos são climatizadas, com excelente iluminação, com as estações de trabalho e microcomputadores ligados as redes internas e externas. Há revisão periódica adequada das instalações, a fim de mante-las sempre em perfeita condição de uso.

10.3 Sala coletiva de professores

Os docentes do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – São Lucas JPR dispõem de 1 sala ampla, mesa de trabalho, acesso à internet em espaços individualizados, conta com equipamentos de informática que possuem uma central de impressão compartilhada e ainda materiais didáticos disponíveis para o uso em sala de aula. Os professores também dispõem de uma sala voltada para a socialização e descanso, equipadas com sofás, cadeira de massagem, mesas e climatização adequada, e ainda uma copa equipada com geladeira, micro-ondas, armários, bebedouro, café, água, biscoitos, frutas e pia. Ao lado da sala de professores, para uso privativo, localizam-se os banheiros, acessíveis e com higienização adequada.

As reuniões de professores, a depender do número de participantes, são realizadas em salas especiais junto à Coordenação do curso, auditórios ou salas de apoio à área pedagógica.

O ambiente é dotado de acessibilidade, sendo feitas avaliações periódicas dos espaços a partir do gerenciamento da manutenção patrimonial. A partir de normas consolidadas e institucionalizadas, o São Lucas JPR busca sempre melhorar o ambiente dos seus professores.

Descrição dos Espaços de uso docente contemplando metragem e quantidade de espaços:

Prédio	Andar	Descrição	m ²	Qtd de espaços
B	1°	Sala dos Professores – Espaço docente	57,99	1
B	1°	Sala de Professores de Tempo Integral e Orientação de TCC	104,38	11
B	1°	Sala da Coordenação do NAPED	20,86	1

B	1°	Sala de Atendimento do NAPED	9,54	1
B	1°	Sala de Socialização e Descanso	17,16	1
B	1°	Copa	7,56	1
B	1°	Banheiros Docente	32,19	5
Total geral			249,68	21

Sala dos Professores



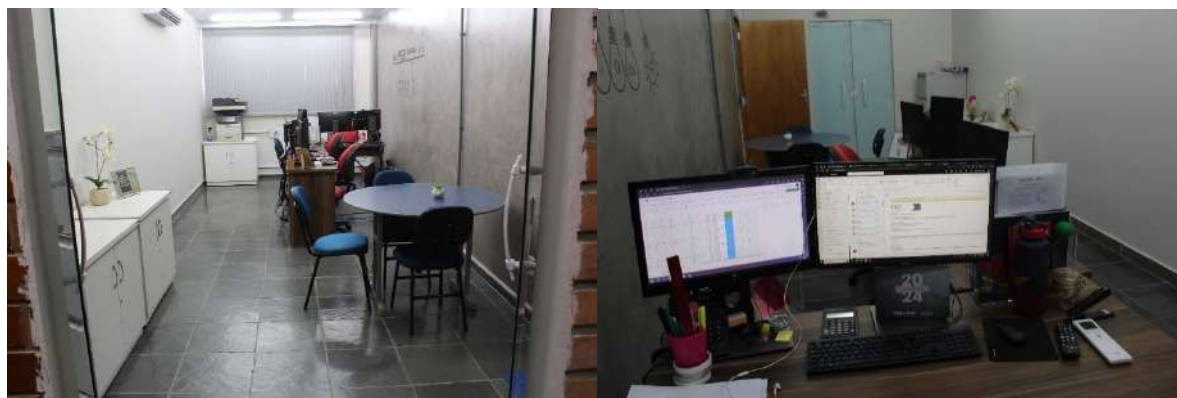
Sala de descanso para os professores, ambiente que faz parte da sala dos professores



Copa de uso dos professores, ambiente que faz parte da sala dos professores



**Sala da Coordenação do NAPED, departamento de apoio ao docente,
ambiente que anexo à sala dos professores**



10.4 Salas de aula

As salas de aula para o Curso de Direito possuem dimensões amplas e são equipadas com cadeiras individuais confortáveis com capacidade para 60 estudantes em média. São salas climatizadas, com possibilidade de uso de computador e conexão à internet e ao Sistema Acadêmico da Instituição, viabilizando o uso de Diários Eletrônicos e acesso direto ao plano de curso dos professores, biblioteca virtual e outros. Por meio de aparelho Datashow disponibilizado na maioria das salas de aula os professores podem realizar a projeção dos recursos didáticos e temáticas propostas. Estas possuem excelente higienização e iluminação e ainda são equipadas para atender, de forma excelente aos requisitos das atividades desenvolvidas.

Para os alunos e visitantes, o acesso a Internet é constante em qualquer ambiente do Campus. O curso conta, ainda, com salas de aulas invertidas, destinadas a incrementar as práticas das Metodologias Ativas, uma inovação metodológica defendida pela instituição. A estrutura destas salas compreende mesas redondas e formas de ilha e cadeiras giratórias, sendo as ilhas formadas por conjuntos de mesas e cadeiras individuais projetadas para trabalhos em grupo e momentos individuais.

Estas mesas possuem tampo em fórmica apropriadas para o aluno escrever com pincel de quadro branco na própria mesa. Possuem ainda tabletes, quadro de projeção contínuo em todas as paredes, projetores multimídia com transmissão simultânea, wi-fi e sistema de som.

Vale ressaltar que a IES disponibiliza aos portadores de necessidades especiais condições para que os mesmos desenvolvam suas atividades acadêmicas de maneira plena.

10.5 Salas de Aula convencionais, Salas de Inovação Metodológica e Salas de aula APG/Invertidas

As salas de aula dos cursos estão equipadas segundo a finalidade e atendem, de forma aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade desenvolvida. Atualmente são 64 salas de aula, 6 salas de inovação metodológica, 2 salas de aula invertidas e 6 salas de APG (Aprendizado de Pequenos Grupos).

As salas de aula atendem às necessidades institucionais, estando equipadas considerando a sua adequação às atividades e atendem, de forma excelente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, acessibilidade ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade desenvolvida.

Dotadas de recursos tecnológicos diferenciados, atualmente o São Lucas JPR possui uma estrutura que disponibiliza aos professores a utilização de projetores multimídia, caixas de som, microfones, clickers, dentre outros recursos que serão listados na sessão infraestrutura tecnológica. Os espaços passam por avaliação periódica e o gerenciamento da manutenção patrimonial mediante normas consolidadas e institucionalizadas.

Quadro 1 – Descrição das Salas de Aulas, Salas de Inovações Metodológicas, Salas Invertidas e Salas de APG com metragem e quantidade de espaços.

PRÉDIO	ANDAR	DESCRIÇÃO	m ²	Qtd de Espaços
A	Térreo	Sala de Aula	252,72	3
		Sala de Inovação Metodológica 7	96,00	1
	1° Andar	Sala de Aula	867,55	18
Total			1.216,27	22
B	Térreo	Sala de Inovação Metodológica 1	62,40	1
		Sala de Inovação Metodológica 2	62,40	1
		Sala de Inovação Metodológica 3	62,40	1
		Sala de Inovação Metodológica 4	62,40	1
		Sala de Inovação Metodológica 5	62,40	1
		Sala de Inovação Metodológica 6	62,40	1
B	1° Andar	Sala de Aula	665,63	11
	2° Andar	Sala de Aula	751,78	8
Total			1.729,41	24
C	1° Andar	Sala de APG	375,00	6
	1° Andar	Salas Invertidas	223,49	2
	2° Andar	Sala de Aula	1.212,94	17
Total			1.811,43	25
Total geral			4.757,11	71

Todas as salas de aula da IES possuem sinalização visual e tátil, ar-condicionado, Internet e equipadas com datashow (fixo ou móvel)



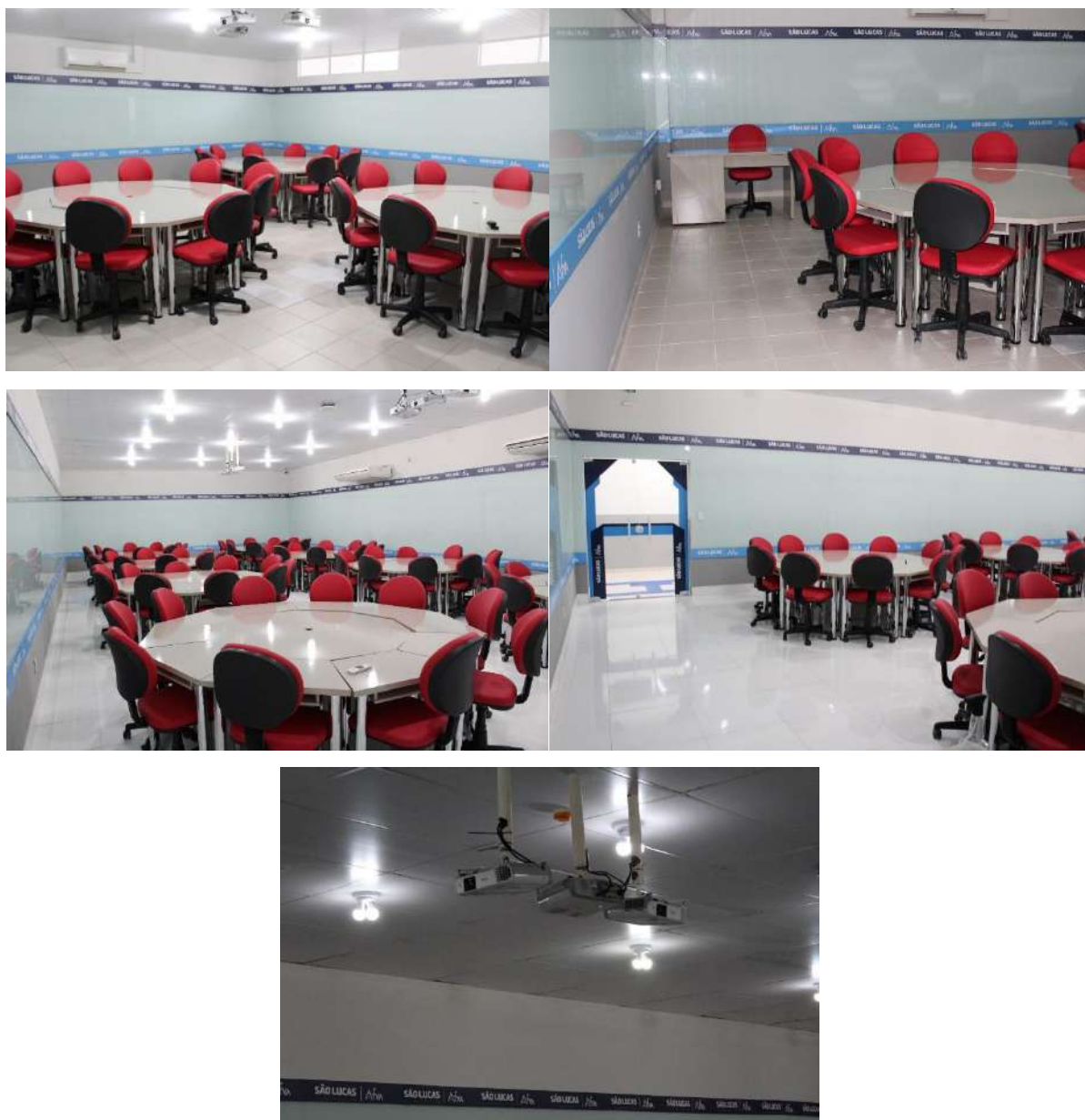
Amostras de Salas de Inovação Metodológica – Prédios A e B
Todas as salas de aula da IES possuem sinalização visual e tátil, ar-condicionado, Internet e equipadas com datashow (fixo ou móvel)



**Amostras de Salas invertidas e de atividades em pequenos grupos – APG –
Prédio C**

**Todas as salas possuem sinalização visual e tátil, ar-condicionado, Internet e
equipadas com equipamentos multimídia**





10.6 Auditórios

A Instituição dispõe de três auditórios, sendo dois no térreo do prédio A com capacidade de 100 e 250 pessoas, e um auditório no 2º piso do prédio C com capacidade de 145 pessoas atendendo às necessidades institucionais, contendo um sistema de climatização; recursos tecnológicos multimídia (projeto multimídia); sistema de som (com isolamento e qualidade acústica); disponibilidade de conexão à internet (wifi); equipamentos para videoconferência e poltronas confortáveis.

Auditório A1 – Capacidade para 100 pessoas



**Auditório A2 – Capacidade para 250 pessoas – Em fase de finalização,
aguardando chegar mobiliário**



Auditório C – Capacidade para 145 pessoas



10.7 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A infraestrutura de Tecnologia da Informação possui uma rede de computadores que interliga todos os equipamentos, da rede acadêmica e da rede administrativa, entre computadores, impressoras, notebook entre outros. Essa rede está conectada à Internet através de um link dedicado de 100 Mega.

O acesso ao computador é um serviço oferecido aos alunos e funcionários, e disponibiliza computadores com Internet para aulas, pesquisas educacionais e eventos acadêmicos que utilizem estes recursos. Seu uso é definido pelas Normas de Laboratórios de Informática da Instituição. Para ter acesso aos computadores, cada aluno ou colaborador precisa de uma conta de acesso individual que é criada automaticamente quando da realização da matrícula, cujo login é a matrícula e a senha utilizada é a mesma senha do acesso ao Magister.

As contas de usuários são criadas e a política de segurança existente mantém a integridade dos computadores. Sendo assim, todos os usuários possuem conta de acesso única e intransferível, conforme norma dos laboratórios de informática. É de responsabilidade do usuário a utilização dos computadores de forma adequada, recomendada pelos fabricantes. A Instituição ainda disponibiliza rede “wireless”, em pontos de acessos que são identificados pela placa Wi-Fi Zone, para os alunos e funcionários que desejam efetuar suas pesquisas educacionais na comodidade de seus computadores móveis.

O Departamento de Tecnologia e Informação é o setor responsável pela condução do Plano de Contingência, que constitui um conjunto de procedimentos e normas que garantem que os sistemas, mesmo após um desastre ou uma ocorrência de falha nos sistemas, propicie que a normatização e a precisão na resolução sejam efetivadas no menor tempo possível. O Plano de Contingência tem por objetivo prevenir e/ou minimizar as eventuais ocorrências, que possam impactar nos serviços oferecidos aos usuários da instituição, mantendo a continuidade e a qualidade do funcionamento do mesmo. A IES possui uma central de monitoramento de todos os sistemas e equipamentos, sendo esses monitorados 24h por dia e 7 dias por semana.

O DTI conta com um serviço de ServiceDesk, portal de chamado destinado aos atendimentos aos usuários da instituição. É através desse serviço que ocorre o registro, a classificação e o direcionamento de todos os incidentes referentes aos

sistemas e aos equipamentos. Todos os laboratórios possuem sistema de climatização do ambiente, wifi (2G e 5G) e assentos estofados para um melhor atendimento ao aluno durante as aulas.

Esses laboratórios são compostos por computadores de mesa (Desktops) que estão fixados a mesas localizados no Prédio B e C e todos são acessíveis, possuindo programas de acessibilidade, tais como um programa que interage com o Sistema Operacional e captura toda e qualquer informação apresentada na forma de texto e a transforma em uma resposta falada, utilizando um sintetizador de voz (DOSVOX).

10.7.1 Laboratórios de Informática disponíveis ao curso de Direito

Corredor de entrada para os laboratórios de Informática, suporte de T.I. e Salas de aula utilizadas pelo curso, devidamente acessível, com piso tátil e espaços amplos para circulação

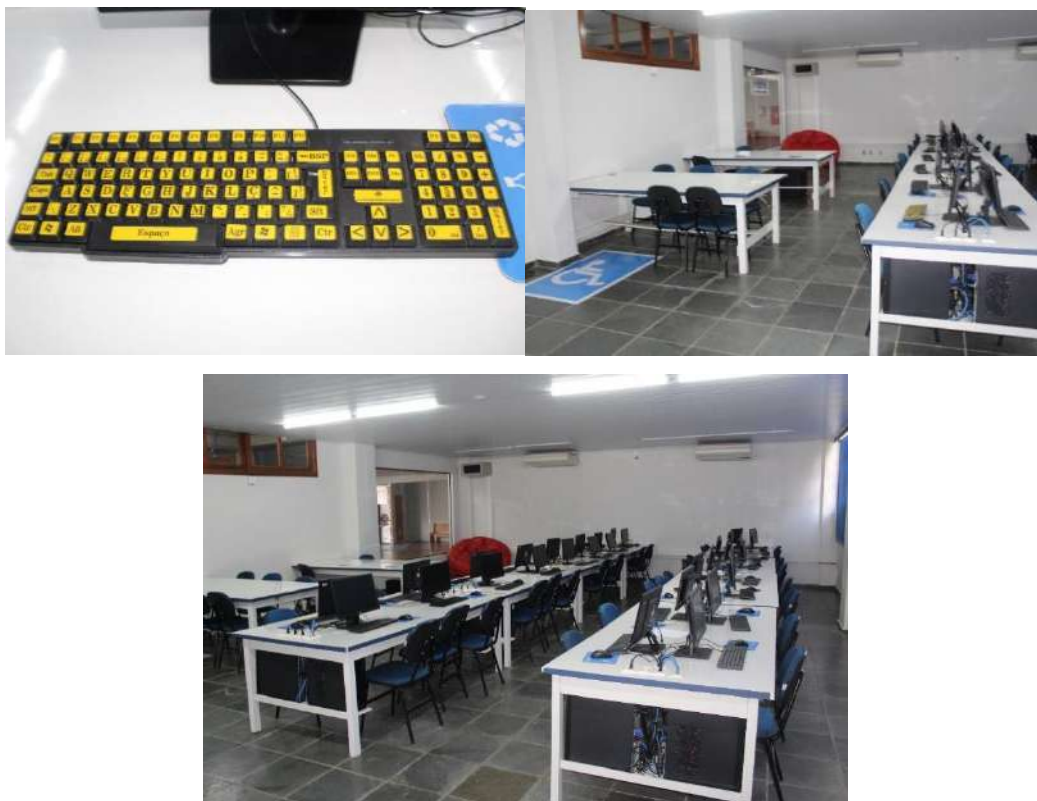


Laboratórios de Informática a serviço do curso de Direito

- **Laboratório de Informática 1**
 - Sala: 58
 - Tamanho: 96m²
 - Computadores: 25 Unidades
 - ✓ Marca: Positivo
 - ✓ Processador: Intel Core I3 9ª Geração.

- ✓ Memória RAM: 8 GB DDR3.
- ✓ HD/SSD: 1 TB HD.
- ✓ Monitor: Acer 18.5".
- Quantidade de Lugares: 72 Lugares (36 Lugares p/ Notebook)
- Descrição Geral: Laboratório básico utilizado para cursos da instituição de maneira geral.
- Laboratório acessível.





- **Laboratório de Informática 2**

- Sala: 63
- Tamanho: 64m²
- Computadores: 25 Unidades
 - ✓ Marca: Positivo
 - ✓ Processador: Intel Core I3 9ª Geração.
 - ✓ Memória RAM: 8 GB DDR3
 - ✓ HD/SSD: 1 TB HD.
 - ✓ Monitores: Acer 18.5".
- Quantidade de Lugares: 54 Lugares (18 Lugares p/ Notebook).
- Descrição Geral: Laboratório básico utilizado para cursos da instituição de maneira geral.
- Laboratório acessível.



- **Laboratório de Informática 3**
 - Sala: 60
 - Tamanho: 64m²
 - Computadores: 30 Unidades
 - ✓ Marca: Positivo
 - ✓ Processador: Intel Core i7 9ª Geração.
 - ✓ Memória RAM: 8 GB DDR4
 - ✓ HD/SSD: 1 TB HD / 240GB SSD.
 - ✓ Placa de Vídeo: Nvidia Geforce 1660 TI.

- ✓ Monitores: Acer 22,5"
- Quantidade de Lugares: 54 Lugares (18 Lugares p/ Notebook).
- Descrição Geral: Laboratório avançado utilizado para cursos que necessitam de equipamento com maior processamento.
- Laboratório acessível.





10.7.2 Laboratório de Ensino e Pesquisa

A instituição dispõe de uma variedade de laboratórios nas diversas áreas do conhecimento, de forma propiciar as condições adequadas para as práticas didáticas dos cursos do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná.

Os laboratórios Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná também contam com recursos tecnológicos e pedagógicos inovadores. Os equipamentos, maquinários, softwares, utensílios, insumos e demais materiais disponíveis, estão em consonância com as necessidades, propostas pedagógicas e metodologias constantes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Os laboratórios são utilizados tanto para as atividades de ensino dos cursos, como também servem para as pesquisas realizadas na IES.

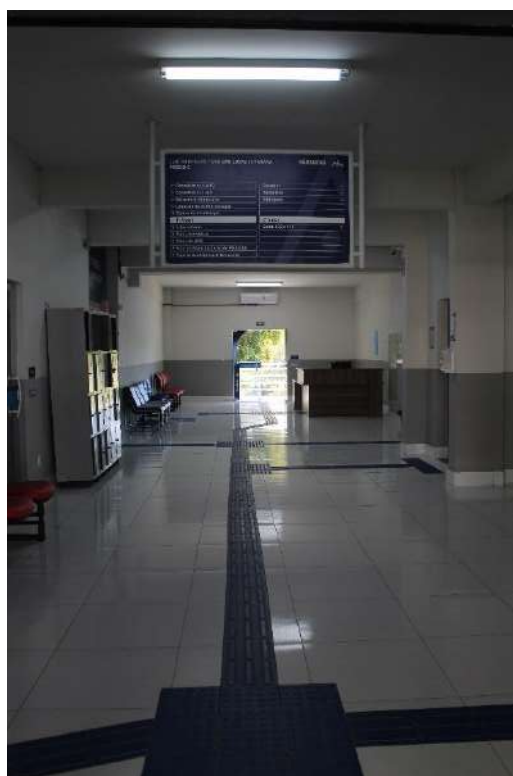
- **Laboratório de Pesquisa - Biblioteca**
 - Sala:
 - Tamanho: 32m²
 - Computadores: 20 Unidades
 - ✓ Marca: Positivo
 - ✓ Processador: Intel Core I3 8ª Geração.
 - ✓ Memória RAM: 8 GB DDR 3.
 - ✓ HD/SSD: 500 GB HD.
 - ✓ Monitores: Acer 22,5"

- Quantidade de Lugares: 20 Lugares.
- Descrição Geral: Laboratório disponível para que os alunos realizem pesquisas
- Laboratório acessível.

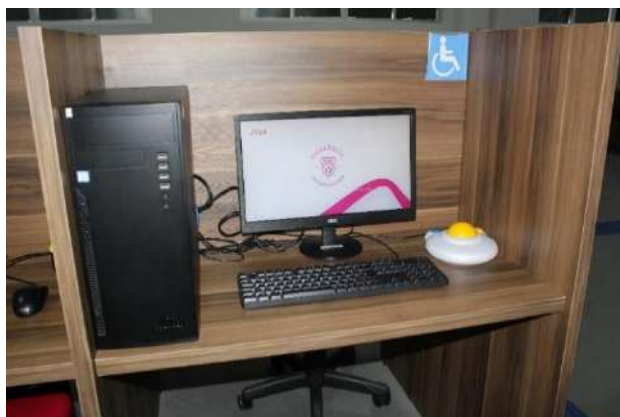
Entrada para o Prédio C, onde fica localizada a Biblioteca Santa Bárbara e um



Hall de entrada do Prédio C, onde está localizada a biblioteca, com a devida sinalização com piso tátil e Sinalização visual aérea, com mapa de localização



Laboratório de Pesquisa localizado na Biblioteca Santa Bárbara, com a devida sinalização com piso tátil e acessível, com programas de leitura adequados a pessoas que limitação visual e auditiva, e teclado em braile





10.7.3 Laboratórios Móveis

Os laboratórios móveis consistem em magazini onde notebooks são disponibilizados para uso em sala de aula, podendo ser deslocados para atender as demandas do curso, quando fora dos laboratórios de informática fixos, descritos anteriormente.



Estes laboratórios móveis podem ser alocados em diversos espaços, de acordo com as necessidades. São dotados de instalação elétrica, que possibilita o carregamento de todas as máquinas de cada laboratório ao mesmo tempo. Totalizam 78 notebooks disponíveis nestes laboratórios.

Apresentam a seguinte configuração:

- Configuração dos Equipamentos
 - Notebooks Positivo: 31 Unidades

- ✓ Modelo:
- ✓ Processador: Intel Core i3 8ª Geração.
- ✓ Memória RAM: 8 GB.
- ✓ HD/SSD: 1 TB HD.

- Notebooks VAIO: 20 Unidades
 - ✓ Modelos:
 - ✓ Processador: Intel Core i5 8ª Geração.
 - ✓ Memória RAM: 8 GB.
 - ✓ HD/SSD: 240 GB SSD.

- Notebooks VAIO: 27 Unidades
 - ✓ Modelos:
 - ✓ Processador: Intel Core i7 8ª Geração
 - ✓ Memória RAM: 8 GB.
 - ✓ HD/SSD: 240 GB SSD.

10.8 Laboratórios didáticos de formação específica - NPJ

Os laboratórios didáticos de formação específica destinam-se ao atendimento das disciplinas específicas do curso. São compostos pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), salas de audiência, espaços de atendimento ao público, Fórum Modelo, sala de conciliação, entre outros, e estão voltados para as necessidades formativas previstas neste Projeto Pedagógico. Esses ambientes são utilizados pelos acadêmicos em atividades que promovem a integração entre teoria e prática, contribuindo para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades específicas.

O Estágio Supervisionado Obrigatório é realizado no NPJ, espaço institucional devidamente estruturado e equipado para o atendimento à comunidade, sob a supervisão de professores qualificados. As práticas são organizadas de forma progressiva e interdisciplinar, proporcionando ao estudante vivência em atividades jurídicas reais e simuladas, como atendimentos ao público, elaboração de peças processuais, mediação de conflitos, participação em audiências simuladas e júris

simulados. A avaliação do estágio considera a frequência, a qualidade técnica do desempenho prático e o comprometimento ético-profissional do estudante.

10.8.1 Fórum Modelo

O São Lucas Ji-Paraná, por meio do Curso de Direito, dispõe de instalações destinadas ao Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), onde funciona o Cartório Modelo. Esse espaço conta com uma sala de recepção para os assistidos da comunidade, salas de atendimento, além de ambientes equipados com notebooks, permitindo que os acadêmicos estagiários realizem o peticionamento para ajuizamento de ações e manifestações em processos judiciais em andamento, sempre sob a supervisão dos professores orientadores.

O NPJ também abriga o Núcleo de Conciliação e Mediação, espaço próprio onde os estagiários realizam atendimentos voltados à resolução consensual de conflitos. Nos casos em que há êxito na mediação ou conciliação, os estagiários elaboram petições ao juízo competente, requerendo a homologação dos acordos firmados.

Além disso, o Curso de Direito conta com o Fórum Modelo, que inclui uma sala do Tribunal do Júri. Nesse ambiente são realizadas sessões simuladas do Tribunal do Júri, audiências simuladas e sustentações orais. O espaço está disponível não apenas para as atividades do curso de Direito, mas também para outros cursos que tenham interesse em utilizá-lo para fins acadêmicos.

10.8.2 Sala de Conciliação e Mediação

As tentativas de acordo, antes da judicialização das ações, são realizadas no Núcleo de Conciliação e Mediação do NPJ. Nesse espaço, os estagiários, sob supervisão docente, conduzem atendimentos voltados à resolução consensual de conflitos entre as partes envolvidas. Em muitos casos, é possível alcançar um acordo, o que contribui significativamente para a solução dos conflitos de forma célere e eficaz, além de colaborar para a redução do número de processos encaminhados ao Poder Judiciário.

10.8.3 Sala de Atendimento ao Assistido

Nas salas de atendimento aos assistidos, os acadêmicos realizam todo o processo de acolhimento e triagem das possíveis ações a serem judicializadas. É nesse ambiente que os estudantes têm o primeiro contato com a prática jurídica, vivenciando todas as etapas do atendimento jurídico.

Sob supervisão docente, os acadêmicos conduzem o primeiro atendimento, elaboram peças processuais, confeccionam procurações e declarações de hipossuficiência, além de reunir toda a documentação necessária para a elaboração da petição inicial. Também acompanham os processos em andamento, monitorando suas movimentações e atualizações, sob supervisão dos professores orientadores, o que contribui significativamente para a formação prática e ética dos futuros profissionais do Direito.

10.8.4 Sala do Advogado do NPJ

Na Sala do Advogado do NPJ são realizados os acompanhamentos dos processos em andamento, tanto na Justiça Estadual quanto na Justiça Federal. Nesse espaço também são feitas a juntada de documentos aos autos, o protocolo de novas ações e a conferência das petições elaboradas pelos acadêmicos, sempre sob a supervisão dos professores orientadores.

10.8.5 Recepção

A recepção do NPJ é composta por uma secretária responsável pelos agendamentos da utilização do Fórum Modelo, bem como dos atendimentos aos assistidos e futuros assistidos do Núcleo. Também é atribuição desse setor o acolhimento dos estagiários, além da organização e arquivamento dos documentos relacionados às atividades do NPJ.

Esse espaço é essencial para garantir a organização e o bom funcionamento das atividades práticas desenvolvidas no âmbito do curso de Direito, contribuindo para a eficiência dos atendimentos e para a formação acadêmica dos estudantes.

10.8.6 Memorial Acadêmico do Curso de Direito Centro Universitário São Lucas de Ji Paraná/RO.

O Memorial Acadêmico é um espaço dedicado à preservação da memória institucional do Curso de Direito do Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná. Nele, são registrados momentos significativos da vida acadêmica, com destaque para as atividades desenvolvidas por docentes e discentes ao longo dos anos.

O espaço conta com placas de formandos, fotografias e um breve relato histórico do curso, proporcionando uma visão afetiva e documental da trajetória acadêmica.

O Memorial está aberto tanto à comunidade acadêmica quanto ao público em geral, sendo um local de visita para aqueles que desejam reencontrar registros de suas turmas de formatura ou localizar amigos que se graduaram em anos anteriores.

Horário de atendimento:

Segunda a sexta-feira, das 14h às 17h e das 18h às 22h.

Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ



Sala da Recepção do NPJ

Sala do Advogado NPJ



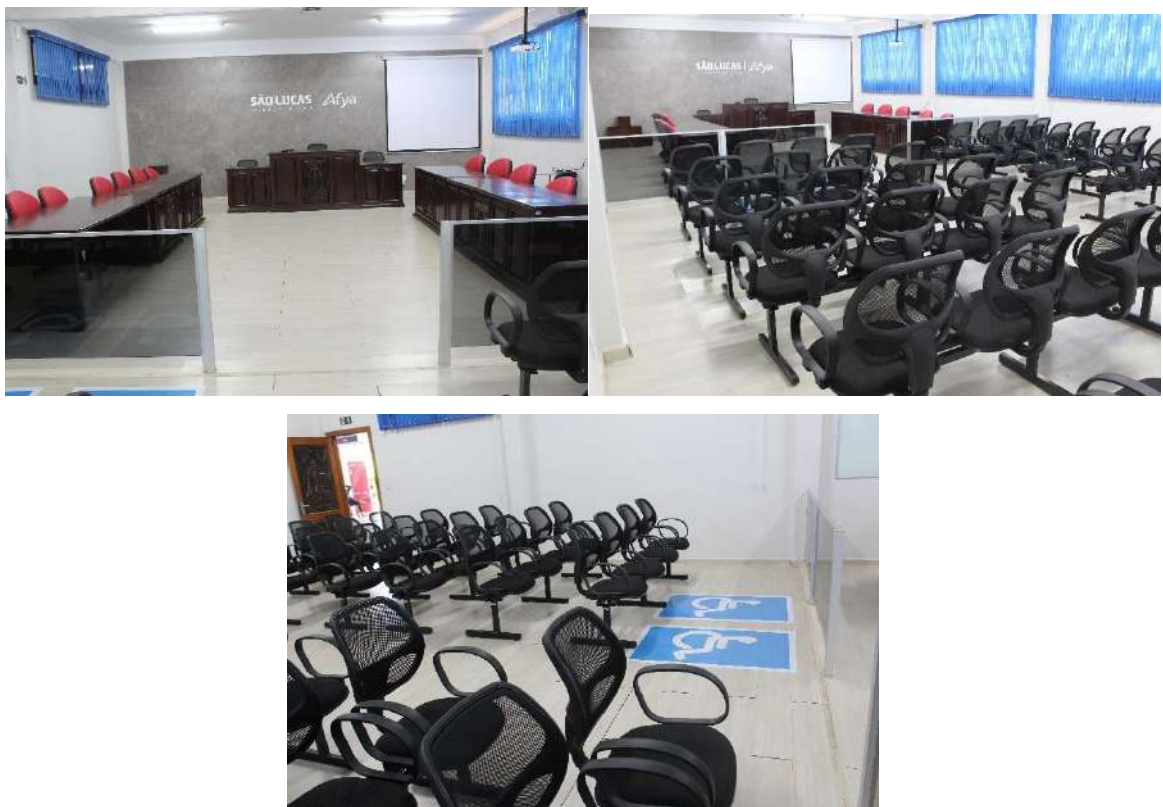
Sala de peticionamentos



Sala de Audiências de Conciliação e Mediação

Fórum Modelo – Integra o NPJ





Memorial do curso de Direito





10.9 Espaços de Atendimento aos Discentes, convivência e Serviços (Área de Conveniência e de Alimentação)

Neste ambiente, as instalações e os serviços oferecidos se fundem com espaços ao ar livre que convidam à saudável convivência acadêmica possibilitando uma integração harmônica e agradável, com a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a existência de serviços variados e adequados.

Estão entre os serviços oferecidos dentro do campus para a maior comodidade, segurança e bem-estar dos estudantes os seguintes ambientes: Secretaria, lanchonete, restaurante, fotocopiadora e acesso a internet gratuito (wireless) estão entre os serviços oferecidos dentro do campus para a maior comodidade, segurança e bem estar dos estudantes.

Ao longo do campus, os acadêmicos trafegam facilmente pelos pátios coberto e aberto, o qual é cercado de amplas áreas verdes, deslumbrando quem o visita pela primeira vez. Esses espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, e consideram a sua adequação às atividades, são dotados de acessibilidade, e o espaço passa por avaliação periódica.

Ao todo, o São Lucas JPR possui 703,63 m² de espaços para atendimento aos discentes. Tais ambientes são adequados às atividades com possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento, possuem acessibilidade, e passam por avaliação periódica a partir do gerenciamento da manutenção patrimonial (com normas consolidadas e institucionalizadas).

Quadro 2 – Descrição das Instalações Administrativas de Atendimento e serviços ao aluno com metragem e quantidade de espaços

PRÉDIO	ANDAR	DESCRIÇÃO	m ²	Qtd de Espaços
Área de Convivência		Secretaria	225,65	6
		Loja 01	11,25	1
		Espaço de Descanso para Alunos	71,43	3
		Loja 02	13,04	1
		Loja 03	71,43	2
		Loja 04	35,03	1

	Loja 05	35,03	1
	Loja 06	35,03	2
	Loja 07	70,07	2
	Loja 08	11,02	1
Total		578,98	20

Secretaria Geral

Localizada na área de convivência, fácil acesso e completamente acessível

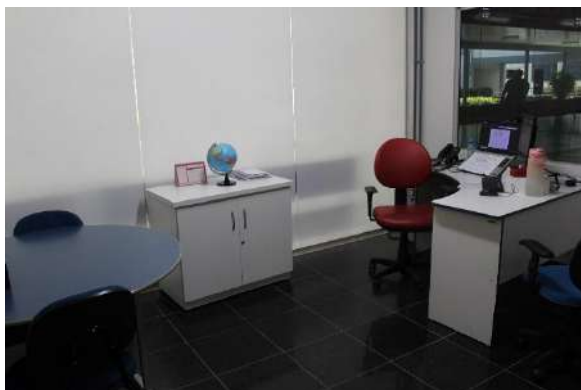


Recepção da Secretaria – Atendimento geral ao público



Sala da secretaria

Sala de Registro Acadêmico e Financeiro



Sala de digitalização



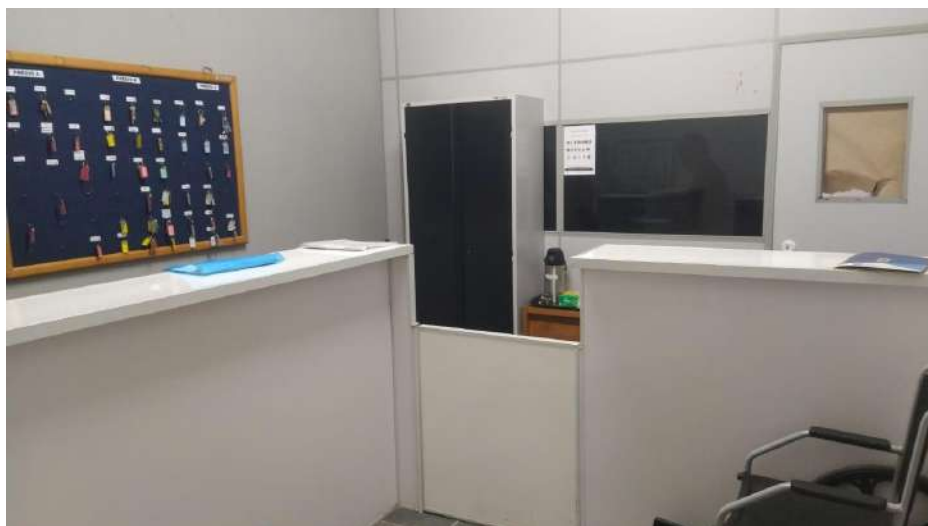
Atendimento PROUNI, FIES e telefonia



Área de autoatendimento, na Secretaria, com computador acessível



Setor de Equipamentos – COMAP – Setor responsável por abrir as salas e instalar equipamentos multimídia quando necessário



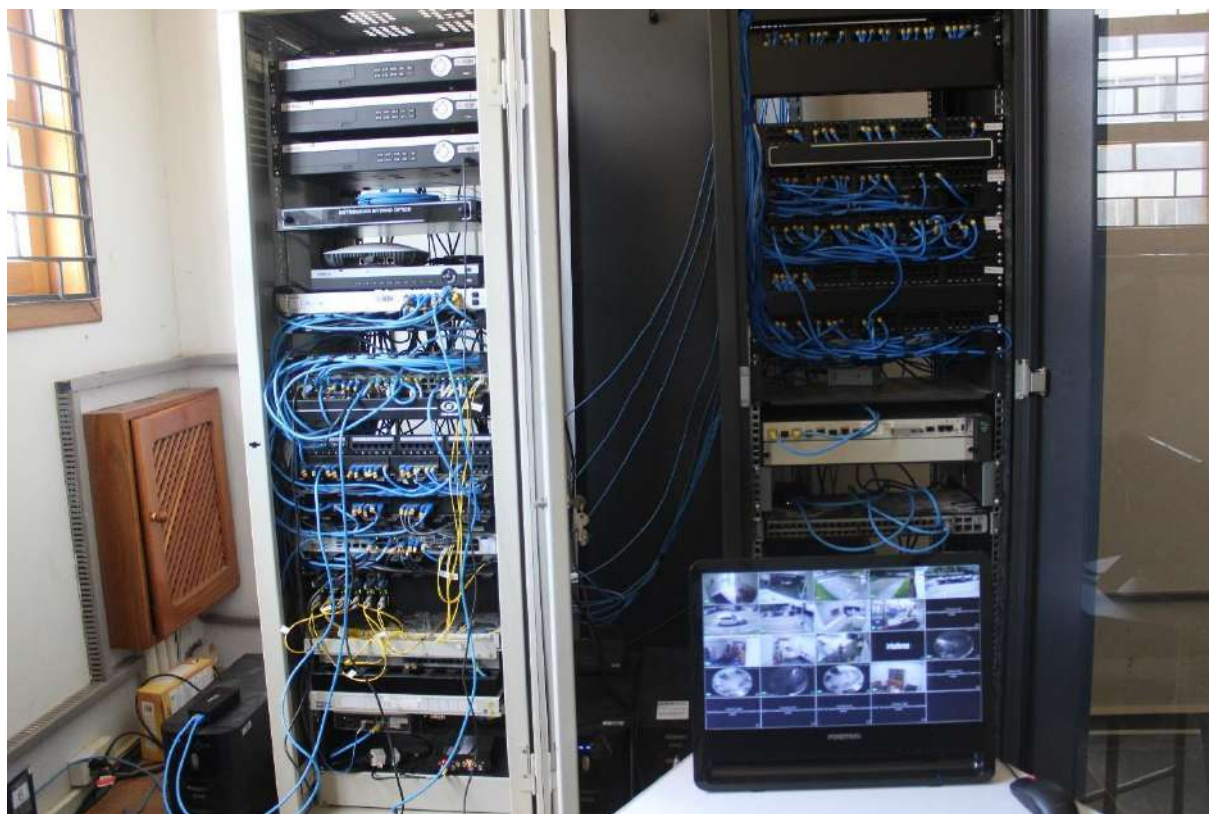
NED – Núcleo de Experiência Discente





Infraestrutura de T.I. – Segurança Eletrônica





**Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Empregabilidade,
Inovação, Mobilidade e Internacionalização - PROPPEXI**

Visão panorâmica e entrada da PROPPEXI



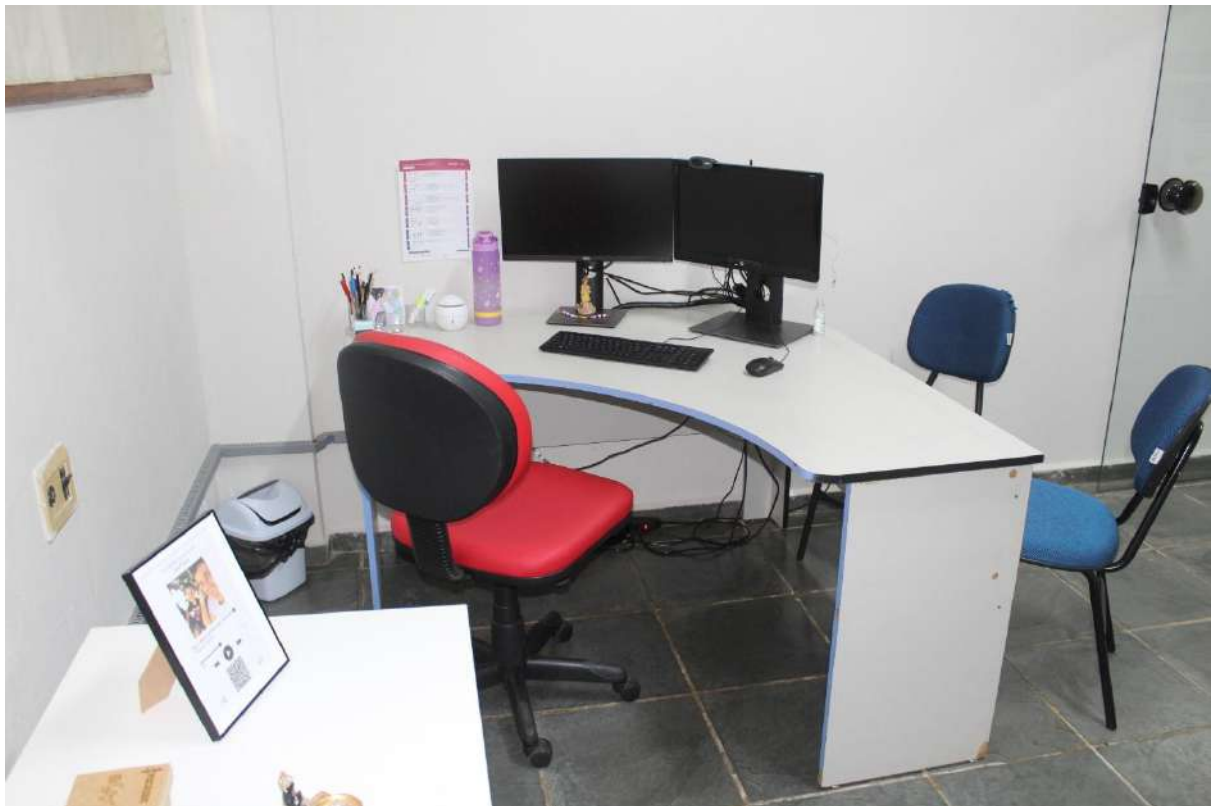
Recepção/Secretaria da PROPPEXI



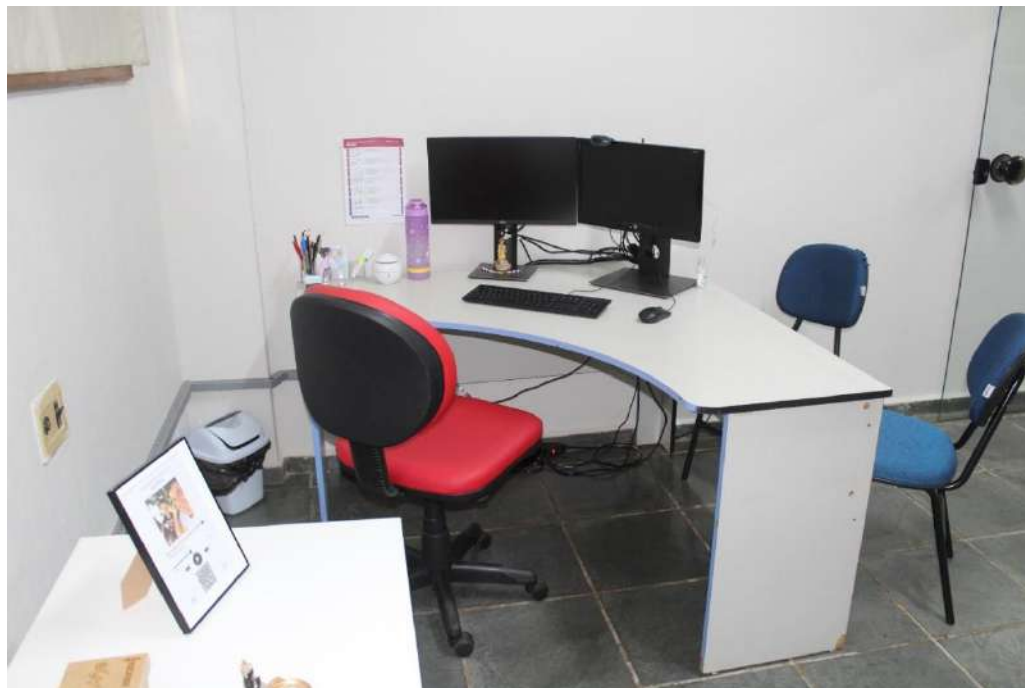
Sala de trabalho dos Coordenadores de Extensão, Pesquisa, Inovação, Empregabilidade e Internacionalização e Mobilidade Acadêmica



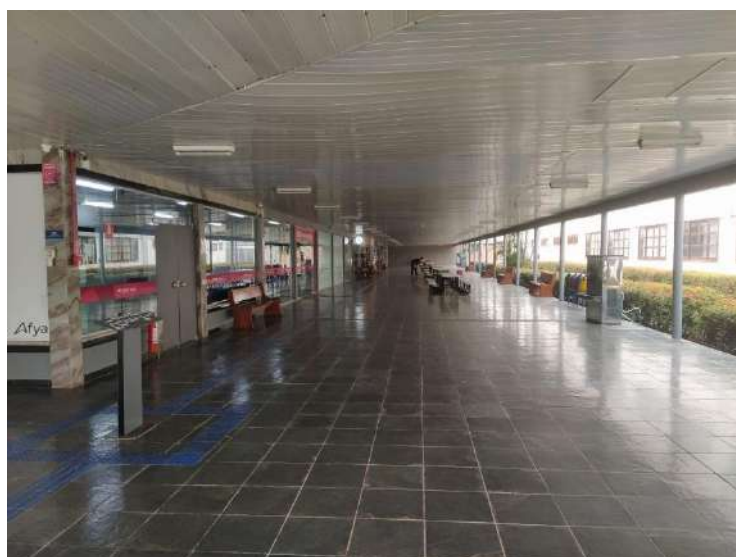
Sala de trabalho dos Coordenadores PROPPEXI

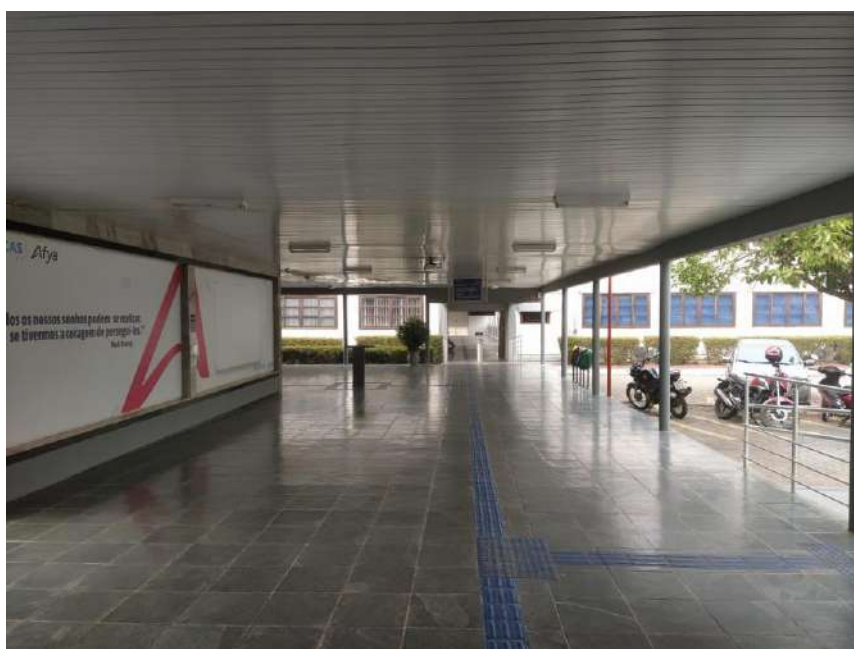


Sala de trabalho da Pró-reitoria PROPPEXI

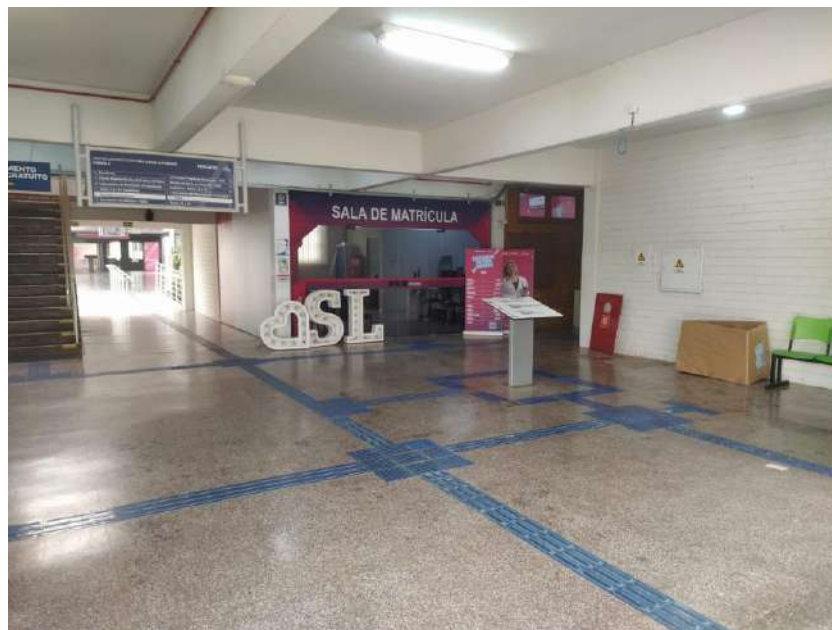


Áreas de Convivência, com mesas e bancos, próximas as lanchonetes e sinalizada com piso tátil e tótem em braile – Entre prédios A e B

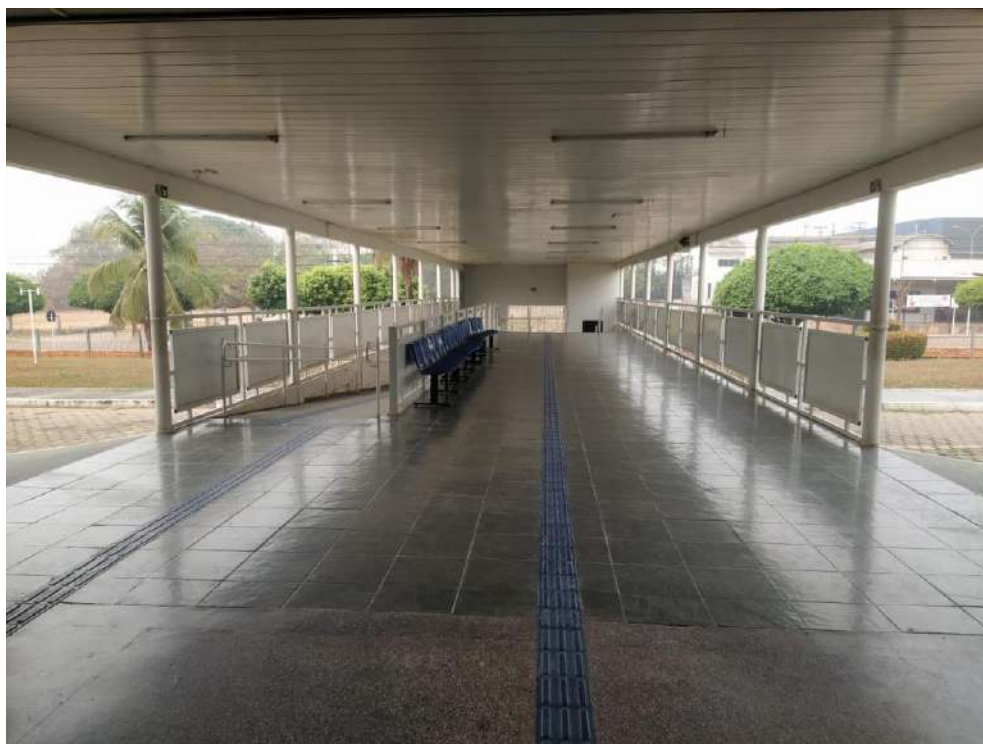




Áreas de Convivência sinalizada com piso tátil e tótem em braile – Prédio A



Área de convivência na entrada do prédio A



Rampa de ligação entre as áreas de convivência dos Prédios A e B



Área de Convivência – Prédio A, 1º piso



**Lanchonetes que integram a área de alimentação da IES – Serviços
tercerinizados**









Sala de Descanso I - Discente

Ambiente reservado para descanso dos alunos, dotado de Internet, ar-condicionado, poltronas, tatames, almofadas, TV e uma copa, para uso dos alunos





Espaço Afya X

O Espaço Afya X é um coworking para os alunos do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, a fim de fomentar a inovação, o empreendedorismo e o network entre alunos que já executam atividades profissionais, que são empresários ou que possuem redes de contatos no intuito de disseminar o conhecimento e perspectivas de mercado de trabalho.







10.10 INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Instituição possui um Núcleo de Acessibilidade, que tem como função implementar o Plano de Acessibilidade, que visa a execução da política institucional de acessibilidade e inclusão aos discentes e colaboradores do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná que possuam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, eliminando as barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais e na comunicação e informação.

A IES viabiliza a todos os usuários condições de acesso às instalações gerais, inclusive, às pessoas com deficiência, são disponibilizados elevador, vagas de estacionamento, banheiros e barras de fixação. A IES adota diferentes formas de comunicação (visual e tátil) sinalização (permanente, direcional, de emergência, temporária) para atendimento às diversas necessidades de seu público. Os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida estão indicados pelo símbolo internacional de acesso. A IES emprega adequadamente a sinalização tátil no piso do tipo alerta e do tipo direcional. As vagas para estacionamento de veículos que conduzem ou sejam conduzidos por pessoas com deficiências estão devidamente sinalizadas. É garantida a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas catracas.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, ciente de sua responsabilidade social e comprometida com as oportunidades educacionais, procura promover a acessibilidade e a inclusão, criando condições favoráveis ao atendimento desse segmento. Considerando a importância da acessibilidade voltada à inclusão plena dos estudantes com necessidades de atendimento diferenciado, toda a área do Campus garante acessibilidade ao pedestre através de calçadas com rampas acessíveis, piso tátil direcional e alerta. O estacionamento possui vagas preferenciais para idosos, gestantes e cadeirantes, estas devidamente sinalizadas e adaptadas com rampas de acesso para garantir a oportunidade do uso equitativo.

Os setores de atendimento ao público têm o intuito de garantir o acesso e a permanência e circulação dos discentes nos ambientes de forma segura e igualitária, removendo toda e qualquer barreira no alcance da comunicação e informação. Nesse

contexto, visando o melhor atendimento para todos os nossos discentes, disponibilizamos o atendimento preferencial com balcão acessível de forma que garanta o uso equitativo do nosso público aos serviços ofertados.

As salas de aula, laboratórios e tutorias possuem instalações compatíveis com a estrutura organizacional do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, bem como instalações que disponibilizam as condições necessárias ao desenvolvimento das funções administrativas do Curso bem como ao atendimento aos alunos e professores.

Todas as salas possuem portas com dimensões previstas na NBR 9050 para garantir o acesso dos usuários aos ambientes com segurança, as mesmas também possuem isolamento acústico, são climatizadas e possuem mobiliários específicos em relação ao tipo de uso para que assim possam atender a sua função.

Através do piso tátil direcional e alerta nos corredores, é possível ter acesso a cada sala e ambiente, os quais também podem ser identificados por sua simbologia visual através das placas em braile que dão mais eficácia na comunicação da informação.

As instalações sanitárias, destinadas aos docentes, discentes e ao público visitante em geral, são amplas e em quantidades suficientes. Cada andar e bloco também possuem um WC acessível e adaptado a pessoas com deficiência, estes também possuem identificação visual através do uso de simbologias e placas em braile.

Para cumprir com seu compromisso de inclusão social, o Núcleo de Acessibilidade da instituição efetuou um Plano de Acessibilidade que está estruturado em eixos que articulam, integram e complementam as ações Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná na busca de tornar-se uma IES ainda mais acessível e inclusiva.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná adota as seguintes iniciativas para as pessoas com deficiência, conforme sua estrutura de planejamento do Plano de Acessibilidade: Para o segmento de pessoas com deficiência-mobilidade reduzida, proporciona: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso

de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

A instituição também oferece condições adequadas de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciadas para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos da IES em edificações, nos serviços prestados, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

10.11 PLANO DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná dispõe de uma infraestrutura física com instalações administrativas, acadêmicas e uma variedade de laboratórios nas diversas áreas do conhecimento, de forma propiciar as condições adequadas para as práticas didáticas do curso de Direito e realização das atividades administrativas da Instituição. Todos os espaços destinados aos laboratórios possuem acessibilidade. Para tanto, a IES adota diferentes formas de comunicação (visual e tátil) sinalização (permanente, direcional, de emergência, temporária) para atendimento às diversas necessidades de seu público.

Os laboratórios estão com dimensões, número de equipamentos e demais estruturas necessárias a cada prática, em consonância com o quantitativo de estudantes e as demandas das atividades necessárias. Cada laboratório comporta um quantitativo entre 20/32 alunos, com todos os equipamentos, maquinários, manequins e materiais de insumo, que proporcionam aos docentes e discentes a realização das respectivas atividades.

Estes espaços possuem normatização de funcionamento e segurança institucionalizadas para sua utilização e todos têm placas indicadoras em locais de fácil visualização quanto às normas exigidas. O uso de EPI é obrigatório, conforme as normas de segurança e especificidades dos laboratórios. Além da existência de equipamentos de segurança e emergência que incluem equipamentos de proteção e emergência como extintores, kit de primeiros socorros, estação de lavagem de olhos e chuveiros de emergência.

Todos os laboratórios e instalações são avaliados pela comunidade acadêmica através da CPA quando da realização da Avaliação Institucional. Os resultados obtidos na avaliação são tratados pela CPA e em seguida encaminhados para os setores responsáveis efetivarem ações de adequação e de melhorias nos espaços.

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná possui um Plano de Manutenção e Atualização patrimonial destes espaços, equipamentos, materiais e modelos anatômicos. A manutenção é realizada periodicamente, tendo supervisão e atendimento de emergência realizados diariamente, para os casos necessários. Sob a supervisão e orientação dos gestores a IES realiza o acompanhamento das condições necessárias para que os equipamentos/materiais/setores sejam conservados, inspecionados e testados, quando for o caso de equipamentos, de maneira apropriada quanto ao desempenho e disponibilidade.

Todos os serviços desempenhados pelas equipes de manutenção são comunicados à Coordenação Administrativa, bem como as manutenções específicas contratadas através de empresas especializadas, seguindo todas as normas.

Outra estratégia de manutenção e responsabilidade com o campus é o Projeto Conduta Consciente, que busca, por meio de sinalizações com orientações de conduta, auxiliar no cuidado do campus no que tange sustentabilidade e meio ambiente, como uso racional da água, energia elétrica, correto descarte de lixo, visando assim contribuir com a formação responsável e sustentável.

10.12 ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná tem buscado um constante investimento na infraestrutura tecnológica e nas condições necessárias para seu pleno funcionamento, garantindo que a atual oferta de equipamentos, redes, programas e sistemas mantenha padrões de excelência em relação às demandas institucionais. Para gerenciar as condições de manutenção e suporte dos recursos de internet disponíveis, a IES implantou o seu Plano de Contingência, Redundância e Expansão, que objetiva criar as condições adequadas para que a oferta dos serviços de internet seja permanentemente acompanhada pelo Departamento de Tecnologia e Informática.

A IES possui um departamento que coordena o suporte para manutenção da infraestrutura tecnológica da instituição.

A manutenção dos equipamentos de informática é realizada através de contrato com empresa terceirizada, responsável por conserto e troca de hardware e software da área acadêmica e área administrativa, com disponibilização de funcionários nos três turnos para atender a demanda da Instituição.

É responsabilidade dos colaboradores do DTI a supervisão dos serviços realizados pelas empresas terceirizadas na área de informática.

As manutenções são realizadas de acordo com a política de manutenção da Instituição com base nos seguintes parâmetros:

- preventiva: realizar ações rotineiras com o objetivo de prevenir possíveis erros ou mesmo de corrigi-los antes que tomem proporções maiores;
- preditiva: quando algum equipamento já possuir um histórico problemático, é realizado um planejamento a fim de antecipar a ocorrência do mesmo;
- corretiva: realizar manutenção com o simples objetivo de contornar o problema e assegurar o funcionamento das máquinas no menor tempo possível;

Os equipamentos disponíveis aos colaboradores são de propriedade do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, cabendo a cada um utilizá-los e manuseá-los corretamente para as atividades de interesse da instituição, bem como cumprir as recomendações constantes nos procedimentos operacionais fornecidos pelas gerências responsáveis.

Os equipamentos são verificados periodicamente, em cronograma agendado internamente no setor, para manter sua integridade física e digital preservada. Os principais softwares e recursos que compõem as máquinas também estão sempre sendo atualizados.

Tais equipamentos são periodicamente substituídos, entre 3 a 4 anos de uso, por versões mais atualizadas. Ainda é possível ocorrer substituições fora do prazo, mediante acordo comum entre as partes requerentes e o Departamento de Tecnologia do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná .

Os sistemas e computadores têm versões do software antivírus instalados, ativadas e atualizadas permanentemente. As especificações de manutenção são elaboradas visando o máximo aproveitamento do horário de intervalos de funcionamento de cada setor. No caso de manutenção corretiva:

- os setores devem informar a necessidade de visita técnica por meio da criação de chamados, através da Intranet, salvo exceção quando o computador não se encontra disponível para tal operação.
- os reparos são realizados por um técnico do DTI ou por terceiros devidamente contratados para o serviço.
- as manutenções podem ser previamente agendadas de acordo com o calendário da instituição, como também mediante acordo com setores específicos, os quais estão em constante utilização e atendimento, como DAAF e Biblioteca.
- O atendimento e solução do problema deve, sem exceção, inserir os dados do mesmo no sistema de patrimônio do DTI, com a finalidade de gerar relatórios mensalmente e apurar as principais causas e soluções encontradas.

A reposição dos materiais de consumo é compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre. A conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise periódica dos colaboradores da própria Instituição, os quais verificam a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes. A atualização dos softwares é feita também através de análise periódica dos funcionários, consideradas as sugestões de docentes que utilizam os laboratórios de informática como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A utilização de softwares é protegida por sistemas de proteção e a manutenção de eventuais falhas é realizada por meio de chamado eletrônico ou quando do período definido no planejamento do DTI. A atualização dos softwares segue o planejamento dos cursos e setores, conforme demanda e as necessidades específicas de cada área/curso.

O Departamento de Tecnologia e Informação dispõe de um Plano de Contingência, Redundância e Expansão. O plano leva em consideração as ameaças de falha no sistema a partir de um processo permanente de prevenção e de avaliação de riscos.

No monitoramento dos serviços informacionais, as falhas são classificadas como sendo derivadas de erros no projeto do software, degradação do hardware, erros humanos ou dados corrompidos. Na oferta desses serviços, há duas variáveis para paralisação de um sistema ou rede: Indisponibilidade, que Corresponde ao período de inatividade ou "downtime" da rede (programado ou não); e Instabilidade –

quando é imprescindível conhecer quais são os parâmetros considerados como normais dentro do ambiente.

Com base num mapeamento dos riscos dos sistemas disponíveis na IES, são planejadas ações de prevenção e de correção para serem adotadas quando da ocorrência de uma falha. Esse mapeamento permite que os setores envolvidos rapidamente possam reestabelecer os sistemas informacionais, em caso de situações anormais (falha de hardware, base de dados corrompida, perda de link de comunicação, destruição de prédios, entre outras), com o objetivo de minimizar os impactos dessas ocorrências.

A prevenção e a restauração dos sistemas informacionais são garantidas por equipes do DTI, agindo conforme as seguintes responsabilidades:

- Responsabilidade da equipe de redes: Serviço Wi-Fi, acesso à internet, servidor de autenticação, controlador de domínio, servidor de arquivos, firewall, servidor de e-mail, banco de dados, servidor de impressão, servidores de replicação.
- Responsabilidade da equipe de softwares: Serviços dos sistemas acadêmicos, banco de dados, replicação, serviços de softwares, atualização de softwares.
- Responsabilidade da equipe de produção: Serviços de ServiceDesk, manutenção de contratos de serviço, suporte aos sistemas.

Para as situações de restauração do sistema, o Plano de Contingência, Redundância e Expansão leva em consideração três dimensões: I - equipamentos de firewall, roteador, switch, controladoras e serviço de internet; II – sistemas acadêmicos e administrativos, bando de dados e softwares; III serviço elétrico.

11. REFERÊNCIAS

BASSEGIO, Francinete. PERDIGÃO, Luís. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: A trajetória da ilusão.** São Paulo: Loyola, 1992.

BASTOS, Fernando. Debates Recentes sobre Formação de Professores. In: Bastos, Fernando, Nardi, Roberto(org). **Formação de Professores e Práticas Pedagógicas no Ensino de Ciências:** contribuições da pesquisa na área. São Paulo: Escrituras, 2008.

DELORS, J. **Educação:** um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

BERBEL, N. A. N. **Metodologia da problematização:** uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. Semin. Ciênc. Soc. Hum., v.16, ed. esp., p.9-19, 1995.

_____. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas:** diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface (Botucatu), v.2, n.2, p.139-54, 1998.

_____. **O exercício da práxis por meio da metodologia da problematização:** uma contribuição para a formação de profissionais da educação. Curitiba: PUC-PR, Educere, 2006.

_____. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes.** Semin. Cienc. Soc. Hum., v.32, n.1, p.25-40, 2011.

_____. **A metodologia da problematização em três versões no contexto da didática e da formação de professores.** Rev. Diálogo Educ., v.12, n.35, p.101-18, 2012a.

_____. **Metodologia da problematização com o arco de Maguerez: uma reflexão teórico-epistemológica.** Londrina: Eduel, 2012b. 204p.

Barbosa; Moura, 2013 MOURA, D. G. e BARBOSA, E.F. **Trabalhando com Projetos: Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais.** 5ª Ed. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 2010.

BRASIL. IBGE. **Rondônia, Ji-Paraná.** Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/panorama>. Acesso em: 09 ABR. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010.** *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo*

_____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. MCIDADES. **Política Nacional de Habitação.** Cadernos M Cidades Habitação, v. 4 nov. 2004. Disponível em: <http://docplayer.com.br/132769-Cadernos-mcidades-habitacao.html>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CASTRO, Antônio. T. **A política pública no setor agrícola em Rondônia: proposta de reformulação face ao fenômeno migratório.** 1996.92f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/180/000078815.pdf?sequence=1> Acesso em: 23 de fevereiro 2020.

COLL, 2000 COLL, Cesar, Palacios, J. e Marchesi, A. (org) **Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia da Educação.** Vol.2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CORDEIRO, Manuela. S. Marechais e Burareiros: **Projetos de colonização na Amazônia Ocidental.** In: **Textos & Debates**, Boa Vista, n.25, p. 63-78, referência 2014. Publicação 2015. Disponível em:

<http://www.saes2010.ufrb.br/index.php/textosedebates/article/view/2776/1547>. Acesso em: 23 de fevereiro 2020.

Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, UNESCO: Paris, 1998.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1989.

Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, na Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012 e no Decreto Nº 9.178, de 23/10/2017;

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, preconizadas na Lei nº 11.645, de 10/03/2008, e na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004;

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;

DOMINGUES, Cesar. M. **A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste**. In: XIV Encontro Regional da ANPUH: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro. Anais eletrônico. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf Acesso em: dez. 2019.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HENRIQUES, Maria H. F. T. **A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 47(3/4): 317-356, jul./dez. 1985;

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008;

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência;

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9.394/96);

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (Conversão da MPv nº 147, de 2003) que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

MILLER, Daniel (org.). *Acknowledging Consumption*, London, Routledge, 1996.

Miolo_A_problematizacao_em_educacao_em_Saude_(GRAFICA).indd 109
31/12/2015 14:57:34 110 MARINA L. VILLARDI • ELIANA G. CYRINO • NEUSI A. N.

Políticas de Educação Ambiental, conforme disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012;

Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019;

Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso de Direito e normas institucionais;

Resolução CNE nº 1, de 30 de maio de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Resolução CNE nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito;

Resolução CNE/CES nº 2, de 19 abril de 2021, que altera o artigo 5º da Resolução CNE/CES n. 5/2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito;

Resolução CNE/CES n.757/2020 que alterou o art. 5. da Resolução/CES n. 5/2018;

TEIXEIRA, Marcos A. D.; FONSECA, Dante R. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana, 2001.